

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
COMO UM VETOR DE FOMENTO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA: O CASO DA
COOFASULBA**

Alessandro Fernandes de Santana

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA
COMO UM VETOR DE FOMENTO PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS-BA: O CASO DA
COOFASULBA**

ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA

Sob a Orientação do Professor
Jorge Osvaldo Romano

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2013

338.198142
S233a
T

Santana, Alessandro Fernandes de.

Análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
como um vetor de fomento para a agricultura familiar no
município de Ilhéus-Ba: o caso da COOFASULBA /
Alessandro Fernandes de Santana, 2013.

278 f

Orientador: Jorge Osvaldo Romano

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 226-242

1. Agricultura familiar – Teses. 2. Programa de
Aquisição de Alimentos – Teses. 3. Ilhéus, BA – Teses. I.
Romano, Jorge Osvaldo. II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

TESE APROVADA EM

Dr. Jorge Osvaldo Romano - CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Dr. Marcelo Duncan Alencar Guimarães - UFRRJ

Dr. Robson Amâncio - UFRRJ

Dr. Henrique Tomé da Costa Mata – UFBA

Dr. - Raimundo Bonfim dos Santos - UESC

DEDICATÓRIA

A minha filha Letícia Dutra Fernandes de Santana e
ao meu sobrinho Leonardo Neves Santana, alegrias
maiores da nossa família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que na vida, me deu muito mais do que eu quis, pedi ou mereci ter.

A meu Pai Antônio Albérico da Silva Santana, minha Mãe Ildacy Fernandes de Santana e meus irmãos Leonardo Fernandes de Santana e Fabrício Fernandes de Santana e a minha cunhada Soraya de Jesus Neves, por tudo.

Aos amigos e colegas: Aurélio Farias de Macêdo, Raimundo Jorge Zumaêta Costa, Francisco Mendes Costa, João Manuel Afonso e Valter Alves do Nascimento, agradeço fraternalmente pelo apoio incondicional e amizade.

Aos amigos: Jardel Pereira Gonçalves, Rodrigo Barros de Almeida e Niraldo Alves da Silva, pelo incentivo constante.

Ao Prof. Dr. Jorge Osvaldo Romano, pela orientação e amizade.

Aos membros da banca examinadora que se dispuseram a avaliar e contribuir com este trabalho: Prof. Dr. Marcelo Ducan Alencar Guimarães, Prof. Dr. Robson Amâncio, Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata e Prof. Dr. Raimundo Bonfim dos Santos.

Aos amigos que colaboraram neste trabalho: Vinícius Gondim, Ivete Agostini, Alexandra Mendes, Graziela Costa, Adriano Lemos, Charles Nascimento e Monique Oliveira da Silva.

À COOFASULBA.

Às instituições que contribuíram com este trabalho: CAR; CEPLAC; CONAB; CONDECORI; INCRA; COMAS; EBDA; PMI; SEBRAE; BNB; Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus; Associação Ilheense de Assistência a Menores; Centro Educacional Menor do Futuro; Casa da Criança; Educandário Dona Cordolina Loup Reis; Projeto Bom Pastor e Sociedade São Vicente de Paulo.

À Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

À Prof^a. Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro, Reitora da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Ao Prof. Antônio Joaquim Bastos da Silva Reitor no período de 2004 a 2012 da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

À Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz - ADUSC

Aos Professores e funcionários do CPDA

Aos colegas do doutorado.

Aos agricultores e agricultoras familiares associados À COOFASULBA.

RESUMO

SANTANA, Alessandro Fernandes de. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como vetor de fomento para a agricultura familiar no município de Ilhéus-BA: o caso da COOFASULBA.** 2013. p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

A Tese em apreço empreende análise socioeconômica do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Ilhéus-BA, tendo como público alvo os denominados agricultores familiares associados à Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia - COOFASULBA. Objetiva-se, neste estudo, descrever as relações que se estabelecem entre os agricultores familiares via PAA e verificar a existência ou não de capital social entre os agricultores familiares estudados; e analisar visão dos atores sociais e institucionais sobre o programa como vetor de fomento e a possibilidade de mobilidade socioeconômica dos associados da COOFASULBA. Especificamente busca-se retratar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares associados à COOFASULBA, aspectos concernentes ao ambiente institucional da cooperativa e transformações proporcionadas pelo PAA no espaço circunscrito ao público objeto da pesquisa. A hipótese defendida e comprovada neste trabalho é a de que o PAA em Ilhéus-BA, enquanto programa de política pública diferenciada, dentre outros objetivos, oferece oportunidade de acesso ao mercado para produtos provenientes da agricultura familiar, valoriza e fortalece este segmento social, e interliga agricultores familiares e pessoas em situação de insegurança alimentar numa região monocultora, marcada por histórico de concentração de renda e desigualdades socioeconômicas. Entretanto, sem o fomento por parte do Governo, os agricultores familiares não serão capazes de manter, no curto prazo, o nível de renda, ofertando seus produtos apenas no mercado tradicional e competitivo. O período da pesquisa é compreendido entre o ano de sua implantação no município em 2006 até o ano de 2013, período de conclusão deste trabalho. A metodologia baseia-se nos princípios norteadores do estudo de caso, cuja pesquisa divide-se nas etapas de coleta de dados primários e secundários.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa de Aquisição de Alimentos. Ilhéus-BA.

ABSTRACT

SANTANA, Alessandro Fernandes de. **Analysis of the Food Acquisition Program - FAP as a vector of development for the family farm in the municipality of Ilheus-Ba: the case of COOFASULBA**. In 2013. p. Thesis (Doctor of Social Sciences in Development, Agriculture and Society, Public Policy, State and Social Actors). Institute of Humanities and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

The Thesis in question undertakes socio-economic analysis of the Food Acquisition Program – FAP in the city of Ilheus-Ba, having as target the so-called Family farming associated with the Cooperative Development Sustainable Family Farming in Southern Bahia - COOFASULBA. The objective of this study is to describe the relationships established between the farmers family farmers via FAP and verify whether or not exists social capital among the farmers studied and analyze the vision of social and institutional actors on the program as a vector of development and the possibility of socioeconomic mobility of members of COOFASULBA. Specifically is sought to portray the socioeconomic profile of the farmers associated with COOFASULBA, issues regarding the institutional environment of the cooperative and the transformations provided by the FAP in the space confined to the public object of the research. The hypothesis defended and proven in this work is that the PAA in Ilheus, Bahia, while public policy program differentiated, among other objectives, provides opportunity to market access for products from familiar agriculture, values and strengthens this social segment, and connects farmers and people in a situation of feed insecurity in a monoculture region, marked by historical concentration of income and socioeconomic inequalities. However, without the government fomentation, the farmers will not be able to maintain, in short term, the income level, offering its products only in the traditional and competitive market. The period was from the year of its implementation in the municipality in 2006 until the year 2013, period which this work was completed. The methodology is based on the guiding principles of the case study, whose research is divided into the stages of primary and secondary data.

Keywords: Family farming. Food Acquisition Program. Ilheus-BA.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município.....	8
Tabela 2 - Quantitativo de estabelecimentos agropecuários – município de Ilhéus.....	21
Tabela 3 - Acampamentos e projetos de reforma agrária na Bahia, novembro 2004.....	22
Tabela 4 - Índice de Gini – distribuição da posse da terra na Bahia e Ilhéus.....	24
Tabela 5 - Produto interno bruto da Região Cacaueira. Período: 1980/2008.....	25
Tabela 6 - Demonstrativo do PIB setorial da microrregião Ilhéus-Itabuna.....	26
Tabela 7 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006	41
Tabela 8 - Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar-Brasil(2006)....	42
Tabela 9 - Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.....	43
Tabela 10 - Distribuição do Crédito Rural e do PRONAF segundo Municípios baianos –2000-2004 (em % do valor total do SNCR e do PRONAF do Estado)	65
Tabela 11 - Distribuição dos Contratos e Recursos do PRONAF (em R\$) Bahia, Nordeste e Brasil - 2000-2005	68
Tabela 12 - PRONAF - Bahia Contratos e Valores segundo Grupos de Tomadores 2000 - 2005 (em R\$).....	69
Tabela 13 - Participação % da COOFASULBA na região litoral sul no valor, número de agricultores e número de pessoas atendidas pelo programa de aquisição de alimentos (PAA)	117
Tabela 14 - Dados da COOFASULBA sobre o valor, número de agricultores e números de pessoas atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	117
Tabela 15 - Origem social / Tradição familiar na agricultura	159
Tabela 16 - Distribuição absoluta e relativa por gênero	160
Tabela 17 - Distribuição absoluta e relativa por estado civil	160
Tabela 18 - Distribuição absoluta e relativa por idade dos agricultores familiares.....	161
Tabela 19 - Distribuição absoluta e relativa por religião	162
Tabela 20 - Número de membros na família	163
Tabela 21 - Nível de escolaridade	163
Tabela 22 - Renda média mensal dos agricultores	164
Tabela 23 - Acesso/Clientes de bancos	166
Tabela 24 - Beneficiários de outros programas de assistência social do Governo Federal.....	167
Tabela 25 - Relação de bens em posse dos agricultores	168
Tabela 26 - Tamanho da propriedade (área em hectares).....	168
Tabela 27 - Assistência técnica – Origem	169
Tabela 28 - Avaliação da assistência técnica	169

Tabela 29 - Frequência (%) dos produtos cultivados nas áreas pesquisadas- em ordem alfabética.....	170
Tabela 30 - Frequência (%) dos produtos cultivados nas áreas pesquisadas- em ordem decrescente..	171
Tabela 31 - Produção em toneladas (t) das principais culturas no município de Ilhéus-BA (2004-2009)	172
Tabela 32 - Meio de transporte utilizado na entrega/comercialização dos produtos.....	173
Tabela 33 - Local de comercialização dos produtos anteriormente ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	173
Tabela 34 - Entrega/Comercialização dos produtos	175
Tabela 35 - Tempo de adesão do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	175
Tabela 36 - Fonte de conhecimento/informação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos PAA.....	176
Tabela 37 - Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	177
Tabela 38 - Aspectos mais positivos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	177
Tabela 39 - Aspectos mais negativos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	178
Tabela 40 - Mudança de preços dos produtos	179
Tabela 41 - Diversificação da produção agrícola após adesão do programa de aquisição de alimentos – PAA	180
Tabela 42 - Nível de importância da COOFASULBA para a agricultura familiar de Ilhéus.....	181
Tabela 43 - Contribuição da COOFASULBA na agricultura familiar de Ilhéus	182
Tabela 44 - Instituição de maior relevância para agricultura familiar em Ilhéus	182
Tabela 45 - Filiação em algum partido político	183
Tabela 46 - Nível de participação em atividades religiosas ou comunitárias.....	184
Tabela 47 - Nível de confiança na reciprocidade de ajuda dos vizinhos (troca de favores)	185
Tabela 48 - Nível de confiança dos agricultores familiares associados na COOFASULBA.....	186
Tabela 49 - Nível de confiança no Governo Municipal	187
Tabela 50 - Nível de confiança no Governo Estadual.....	187
Tabela 51 - Nível de confiança no Governo Federal.....	187
Tabela 52 - Instituição em que os agricultores familiares associados a COOFASULBA mais confiam.....	188
Tabela 53 - Felicidade em ser agricultor	189
Tabela 54 - Permanência dos filhos na agricultura familiar	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados gerais do município de Ilhéus	6
Quadro 2 - Síntese de algumas definições de capital social.....	49
Quadro 3 - Diferenciação conceitual das políticas.....	57
Quadro 4 - Diferenciação das esferas de atuação das políticas	58
Quadro 5 - Tipos de linhas de financiamento do Pronaf	70
Quadro 6 - Modalidades do PAA (Síntese).....	93
Quadro 7 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos	94
Quadro 8 - Subsistemas da COOPERCACAU	111
Quadro 9 - Entidades Beneficiárias do PAA através da COOFASULBA em 2012	119
Quadro 10 - Instituições beneficiárias do PAA realizado pela COOFASULBA em Ilhéus – Geral....	120
Quadro 11 - Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil	123
Quadro 12 - Principais Instituições Parceiras da COOFASULBA no ambiente institucional da agricultura familiar em Ilhéus	140
Quadro 13- Fonte de conhecimento/informação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em Ilhéus	192
Quadro 14 - Nível de conhecimento que sua instituição tem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	193
Quadro 15 - Motivos que levaram à criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus, segundo as instituições beneficiárias.....	193
Quadro 16 - Opinião sobre qual o principal objetivo do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	194
Quadro 17 - Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	195
Quadro 18 - Nível de importância do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA para as instituições.....	195
Quadro 19 - O aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições.....	196
Quadro 20 - O aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições.....	196
Quadro 21 - O aspecto mais negativo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições.....	197
Quadro 22 - Avaliação da participação da COOFASULBA junto à agricultura familiar em Ilhéus ...	198
Quadro 23 - Opinião sobre o aspecto mais positivo da COOFASULBA	198
Quadro 24 - Opinião sobre aspecto mais negativo da COOFASULBA	199
Quadro 25 - Nível de relação das instituições com a COOFASULBA.....	199
Quadro 26- Nível de parceria entre as instituições e a COOFASULBA	200
Quadro 27 - Opinião sobre qual a instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus	200

Quadro 28 - Percepção sobre o nível de intensidade das relações na rede social na agricultura familiar em Ilhéus	201
Quadro 29 - Opinião sobre a qualidade dos produtos doados pela COOFASULBA.....	201
Quadro 30 - Opinião sobre a regularidade da doação dos produtos pela COOFASULBA.....	202
Quadro 31 - Opinião sobre a quantidade de produtos doados pela COOFASULBA.....	202
Quadro 32 - Opinião sobre a variedade de produtos doados pela COOFASULBA	203
Quadro 33 - Aspectos que poderiam melhorar nos produtos doados pela COOFASULBA.....	203
Quadro 34 - Existência de doações de alimentos por outras instituições.....	204
Quadro 35 - Percepção da importância da parceria entre a COOFASULBA e as instituições	204
Quadro 36 - Fonte de conhecimento/informação do PAA no município de Ilhéus-BA.....	205
Quadro 37 - O papel da instituição junto à agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-BA	206
Quadro 38 - A percepção da instituição quanto à importância dada ao PAA pelos agricultores familiares do município de Ilhéus-BA	207
Quadro 39 - Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pela instituição junto à agricultura familiar no município de Ilhéus-BA.....	209
Quadro 40 - Motivos que levaram a criação do PAA em Ilhéus.....	210
Quadro 41 - Avaliação do PAA no município de Ilhéus-BA.....	212
Quadro 42 - Aspecto mais positivo no PAA no município de Ilhéus-BA.....	212
Quadro 43 - O aspecto mais negativo no PAA no município de Ilhéus-BA.....	213
Quadro 44 - O aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus	214
Quadro 45 - O aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus	215
Quadro 46 - O aspecto mais negativo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus	216
Quadro 47 - Como se desenvolve a relação da instituição com a COOFASULBA.....	216
Quadro 48 - Nível de relação entre a instituição e a COOFASULBA	217
Quadro 49 - Maior contribuição que a COOFASULBA dá à agricultura familiar em Ilhéus.....	218
Quadro 50 - Instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus.....	219
Quadro 51 - Percepção do ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-BA	220

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Município de Ilhéus e Municípios Limítrofes	7
Figura 2 - Níveis de políticas do Programa Fome Zero	84
Figura 3 - Organograma das Operações do PAA.....	88
Figura 4 - Fotografia / Assistência técnica ATER/COOFASULBA.....	118
Figura 5 - Processamento de Cacau no Brasil, 1990/1991 (esquerda) e 2004/2005 (direita).	122
Figura 6 - Gráfico Produção Mundial de chocolates sob todas as formas – 2009/2010.	128
Figura 7 - Fluxograma da cadeia Produtiva do Cacau.	131
Figura 8 - Achocolatado em embalado caixas de papelão.	132
Figura 9 - Catálogo dos produtos da COOFASULBA.....	133
Figura 10 - Modelo de Ambiente Institucional.	135
Figura 11 - Ambiente institucional da agricultura familiar em Ilhéus a partir da COOFASULBA.....	138
Figura 12 - Ambiente de relações da COOFASULBA a partir do PAA.....	139

LISTA DE SIGLAS

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDECORI	Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOFASULBA	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia
CPR	Cédula do Produtor Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
PMI	Prefeitura Municipal de Ilhéus
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e pequena Empresa
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização, Justificativa e Objetivos.....	1
1.2 Procedimentos Metodológicos	5
1.2.1. Área de Estudo	6
1.2.2. Método de Pesquisa e Amostra	8
1.2.3. Modalidades do PAA Estudadas	12
1.2.4. Estrutura da tese	12
 CAPÍTULO II - HISTÓRIA, ECONOMIA, DEMOGRAFIA E SOCIEDADE DE ILHÉUS	 14
2.1 História.....	14
2.2 Economia, Demografia e Sociedade	18
2.2.1 População da Mesorregião Ilhéus/Itabuna	18
2.2.2 Estrutura Agrária do Município de Ilhéus.....	20
2.2.3 Uso do Solo com Atividades Agroeconômicas.....	23
2.2.4 Desigualdade na Distribuição da Posse da Terra	24
2.2.5 Externalidades da Economia Cacaueira	25
 CAPÍTULO III - REFERENCIAL TEÓRICO.....	 28
3.1 Desenvolvimento.....	28
3.1.1 Desenvolvimento Regional	32
3.1.2 Desenvolvimento Local.....	34
3.1.3 Abordagem Territorial.....	35
3.2 Agricultura Familiar	38
3.3 Estado, Sociedade e Políticas Públicas.....	43
3.4 Empoderamento	46
3.5 Capital Social	48
3.6 Políticas Públicas	53
3.6.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	62
3.6.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	63
3.6.3 Dados do PRONAF na Bahia.....	65
3.7 Políticas Públicas Agrícolas na Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia.....	71
3.8 Fome e a Segurança Alimentar e Nutricional	76
3.8.1 O Estado brasileiro e a alimentação enquanto política pública.....	80
3.8.2 Origem e evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional	80
3.8.3 CONSEA.....	82
3.8.4 Programa Fome Zero.....	83
3.9 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	86
3.10 Cooperativismo	94

3.10.1 Papel dos princípios Cooperativistas para o desenvolvimento sustentável.....	102
3.10.2 Sistema cooperativo brasileiro e a trajetória histórica da legislação cooperativista.....	106
3.10.3 Sistema COOPERCACAU na Região Cacaueira do Sul da Bahia	110

CAPÍTULO IV - ANÁLISES E DISCUSSÕES.....114

4.1 Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA e o PAA no município de Ilhéus.....	114
4. 1.1 Histórico da COOFASULBA.....	114
4.1.2 COOFASULBA e o PAA no município de Ilhéus-BA	115
4.1.3 Comercialização do Produto Cacau pela COOFASULBA	120
4.1.4 Verticalização da produção do cacau: o achocolatado da COOFASULBA.....	127
4.1.5 Localização da Fábrica de achocolatado em pó da COOFASULBA.....	132
4.1.6 Produtos da COOFASULBA	132
4.1.7 Outros projetos da COOFASULBA.....	133
4.1.8 Ambiente Organizacional e Institucional.....	134
4.2 Análise da entrevista com representantes da COOFASULBA	145
4.3 Análise da entrevista com representantes da CONAB.....	152
4.4 Análise da entrevista com representantes da CONDECORI.....	156
4.5 Analises dos indicadores socioeconômicos.....	159
4.5.1 Agricultores familiares associados à COOFASULBA.....	159
4.5.1.1 Origens sociais	159
4.5.1.2 Gênero.....	160
4.5.1.3 Estado civil.....	160
4.5.1.4 Faixa Etária	161
4.5.1.5 Religião	162
4.5.1.6 Quantidade de membros na família.....	162
4.5.1.7 Nível de escolaridade	163
4.5.1.8 Nível de Renda.....	164
4.5.1.9 Clientes de bancos – inclusão social e econômica	166
4.5.1.10 Beneficiários de outros programas de assistência social do Governo Federal	167
4.5.1.11 Relação de Bens em posse dos agricultores familiares	167
4.5.1.12 Tamanho da propriedade rural	168
4.5.1.13 Assistência Técnica	169
4.5.1.14 Produtos agrícolas cultivados.....	169
4.5.1.15 Transporte dos produtos cultivados.....	173
4.5.1.16 Local de comercialização dos produtos antes da adesão ao PAA	173
4.5.1.17 Entrega/Comercialização dos produtos.....	174
4.5.1.18 Tempo de adesão ao PAA	175
4.5.1.19 Comunicação / Nível de conhecimento sobre o PAA	175
4.5.1.20 Avaliação do PAA.....	177
4.5.1.21 Aspectos mais positivos	177
4.5.1.22 Aspectos mais negativos	178
4.5.1.23 Mudanças nos preços dos produtos após a adesão ao PAA	179
4.5.1.24 Diversificação da produção agrícola após adesão do programa de aquisição de alimentos – PAA	179
4.5.1.25 Capital Social	180

4.5.2 Avaliação do papel da COOFASULBA para agricultura familiar em Ilhéus	181
4.5.2.1 Maior Contribuição da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus	181
4.5.2.2 Instituição de maior importância para a agricultura familiar em Ilhéus.....	182
4.5.2.3 Filiação em partido político.....	183
4.5.2.4 Participação em associações comunitárias ou religiosas.....	184
4.5.2.5 Nível de confiança na reciprocidade entre vizinhos.....	184
4.5.2.6 Nível de confiança na COOFASULBA	186
4.5.2.7 Nível de confiança nos governos Municipal, Estadual e Federal.....	186
4.5.2.8 Instituição em que os agricultores familiares associados a COOFASULBA mais confiam	188
4.5.2.9 Percepção da sua situação enquanto agricultor familiar.....	189
4.5.2.10 Permanência dos filhos na agricultura familiar	190
4.5.3 Instituições Beneficiárias	191
4.5.3.1 Sobre a divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em Ilhéus	192
4.5.3.2 Nível de conhecimento das instituições sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	192
4.5.3.3 Fatores que levaram a criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus	193
4.5.3.4 Sobre os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	194
4.5.3.5 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	194
4.5.3.6 A importância do programa de aquisição de alimentos – PAA para as instituições beneficiárias	195
4.5.3.7 Aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	196
4.5.3.8 Aspecto mais negativo do programa de aquisição de alimentos – PAA	197
4.5.3.9 Avaliação da participação da COOFASULBA junto à agricultura familiar em Ilhéus.....	197
4.5.3.10 Aspecto mais positivo da COOFASULBA	198
4.5.3.11 Aspecto mais negativo da COOFASULBA	199
4.5.3.12 Relação das instituições beneficiárias com a COOFASULBA	199
4.5.3.13 Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus	200
4.5.3.14 Produtos doados pela COOFASULBA através do PAA.....	201
4.5.4 Instituições Parceiras da COOFASULBA no PAA e na Agricultura Familiar	204
4.5.4.1 Nível de conhecimento do PAA no município de Ilhéus-BA	204
4.5.4.2 Os papéis das instituições junto à agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-BA	205
4.5.4.3 As avaliações das instituições quanto à importância do PAA para os agricultores familiares do município de Ilhéus-BA	206
4.5.4.4 Parcerias institucionais desenvolvidas pela instituição junto à agricultura familiar Ilhéus –BA	208
4.5.4.5 Fatores que levaram a criação do PAA em Ilhéus.....	210
4.5.4.6 Avaliação do PAA no município de Ilhéus-BA	211
4.5.4.7 O aspecto mais positivo no PAA no município de Ilhéus-BA	212
4.5.4.8 O aspecto mais negativo no PAA no município de Ilhéus-BA	213
4.5.4.9 Avaliação da participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus	214
4.5.4.10 Aspectos mais positivos da COOFASULBA em relação ao PAA.....	214
4.5.4.11 Aspectos mais negativos da COOFASULBA com relação ao PAA	215
4.5.4.12 Relação das instituições parceiras com a COOFASULBA	216
4.5.4.13 Percepção da importância da COOFASULBA para a agricultura em Ilhéus	218
4.5.4.14 Instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus	218

4.5.4.15 Avaliação das instituições quanto ao ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-BA	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	226
ANEXOS	243
Anexo A - Roteiro de entrevista com os agricultores familiares.....	244
Anexo B - Questionário – instituições beneficiárias	248
Anexo C - Questionário – instituições parceiras: CEPLAC, BNB, EBDA, SEBRAE, CAR, CONAB, INCRA E COMAS	252
Anexo D - Roteiro semi-estruturado da entrevista – CONAB	254
Anexo E - Roteiro semi-estruturado entrevista – CONDECORI	257
Anexo F - Roteiro semi-estruturado entrevista – COOFASULBA.....	259

I INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização, Justificativa e Objetivos

O Estado da Bahia consolida-se, através dos tempos, como tradicional produtor de cacau, produto voltado para mercado externo ou exportação, atividade agrícola concentrada principalmente na Microrregião Ilhéus-Itabuna, por isso denominada “Região Cacaueira”. A cacaucultura convive com crises cíclicas, provocadas por fatores de natureza endógena (incidência de pragas e doenças) e exógena – movimento do preço. Estas crises visualizam-se enquanto fases do ciclo econômico, decorrência da queda do preço pago ao produtor e abandono dos tratos culturais, que diminuem a produtividade da lavoura, geração de renda e provocam desarranjo do tecido social (CEPLAC/DISEC, 1979).

O advento da última crise, fins da década de 1980, insurge-se por efeito da convergência de fatores, além do aviltamento do preço e ausência dos tratos fitossanitários, e o aparecimento da doença conhecida como vassoura-de-bruxa¹, que causa potente impacto negativo sobre a Microrregião Ilhéus-Itabuna. Nesse contexto, realizam-se estudos com foco na origem e impacto da crise, que se enveredam pela busca de alternativas à monocultura cacaueira. Constata-se que alguns empresários diversificam as propriedades rurais, potencializam utilização dos recursos naturais e condições edafoclimáticas, ampliam o universo de atividades agropastoris e, ou verticalizam a produção. Registra-se também intensa degradação das essências florestais remanescentes da Mata Atlântica que recobrem os cacauais, retiradas para garantir a sobrevivência do produtor, diante da reduzida renda auferida com comercialização da amêndoa de cacau.

As Relações de trabalho sofrem radical transformação, acentua-se o desemprego, alguns poucos assalariados convertem-se em parceiros, permeia-se pela repartição do ínfimo produto obtido, insuficiente para garantir subsistência digna para as partes envolvidas, considerando a baixíssima produtividade. Trata-se de relação retrógrada, pré-capitalista, reproduzida em esferas produtivas que vivenciam situação de crise ou subalternas/submissas às determinações dos

¹ -Vassoura de bruxa – *Crinipellis perniciosa* – agente causal: fungo *Moniliophthora perniciosa* – enfermidade que ocorre no cacaueiro.

conglomerados que impõem a lógica do sistema, controlam o processo de acumulação e apropriam-se da riqueza gerada através dos circuitos de intercâmbio.

O êxito econômico da lavoura cacaueteira notadamente nunca se fez acompanhar de uma distribuição equânime da riqueza entre agentes envolvidos no processo produtivo, projetando marca de extrema desigualdade social. A inexistência de representação política acarreta falta de recursos, despolitização e ausência de projetos voltados para os pequenos produtores, determinante no sentido de sua exclusão do acesso às políticas agrícolas deflagradas pelo estado que privilegiaram segmentos mais elitistas. A notável centralização decisória da política é vista não só como uma causa de sua ineficiência sistêmica, mas também como um requisito para o acesso privilegiado de interesses empresariais à arena decisória (MELO, 1993).

Entretanto, pouca ou nenhuma atenção se dedica a um relevante ator social para processo de desenvolvimento da região cacaueteira; trata-se do agricultor familiar, geralmente relegado a papel secundário.

Sobre o papel do governo no processo de desenvolvimento, em uma pesquisa pioneira sobre o processo de descentralização do governo italiano, Putnam (2000) constata objetivamente que a região norte do país – tida como a mais desenvolvida – é equipada com ativas estruturas de engajamento cívico, isto é, seus cidadãos são atuantes e imbuídos de espírito público, as relações políticas são igualitárias e a estrutura social está firmada na confiança na colaboração, elementos geradores de “bons governos”. Por sua vez, a região sul – considerada como a mais pobre e atrasada – contrasta com o norte pela presença de uma política verticalmente estruturada, com relações clientelistas, interesses particulares sobrepondo-se ao interesse público e uma vida social caracterizada por fragmentação, isolamento e desconfiança, elementos geradores de “governos ruins” (PUTNAM, 2000).

O Estado centralizador e interventor está sendo questionado e debatido desde os anos 90, década em que seu papel é alterado, oscilando entre a visão neoliberal do Estado mínimo e a visão social-democrata da intervenção regulatória. Esta mudança do papel do Estado e de sua ação através de políticas públicas faz com que se cristalizem duas ideias consensuais: (I) o Estado sozinho é incapaz de garantir bem-estar à sociedade; (II) a participação dos beneficiários no processo de construção, implantação e gestão das políticas públicas potencializa os benefícios trazidos pelas políticas. Pelos dois elementos apontados acima, pode-se afirmar que o movimento pela participação e descentralização nas/das políticas públicas é crescente (MULLER, 2003).

Essa política verticalizada de acesso privilegiado dos interesses dos grandes cacauicultores à arena decisória norteadora das políticas públicas relacionadas com a região cacaueira da Bahia tem sido modificada nos últimos anos, ainda que de maneira tímida.

Podemos dizer que, *a priori*, existe uma percepção aparentemente generalizada na sociedade local de que a simples retomada do modelo tradicional de desenvolvimento regional não seja mais suficiente para resolver o problema do desemprego e muito a menos a crise da região cacaueira do sul da Bahia.

Embora reconhecendo o peso crucial que tem este modelo, conforme comentado anteriormente, mesmo quando ocorria crescimento econômico e existiam maiores oportunidades de empregos, a remuneração e a qualidade de vida propiciada pelos mesmos, era insatisfatória. Sobrepõe-se a essa contestação o somatório de indicadores e análises que apontam para a inviabilidade de uma recuperação expressiva nos preços do cacau e para o segmento de uma forma de combate eficaz à vassoura-de-bruxa, no curto e no médio prazos. (DEMETER, 1997 *apud* MENEZES, 1993).

O interesse em estudar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia - COOFASULBA partiu de uma visão empírica de que ambos canalizam seus potenciais, para servir de alternativa à crise econômica da lavoura cacaueira, fomentando o desenvolvimento dos agricultores familiares locais através da cooperação mútua. Além do mais, a escolha do tema tem interesse para o autor pela sua experiência docente e profissional. Há algum tempo, dedica-se a estudos relacionados à economia local e regional, tendo, inclusive, trabalhado com essa temática na dissertação de mestrado.

Esta tese tem por finalidade analisar a implantação e execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na agricultura familiar do município de Ilhéus-BA, focando-se no estudo de caso da COOFASULBA.

A agricultura familiar tem sido um setor importante no processo de diversificação agrícola no município de Ilhéus, principalmente através do fomento à fruticultura. Justifica-se assim a importância em se desenvolver estudo sobre o PAA enquanto uma política pública diferenciada, que surge em contexto de mudança de rumo nas estratégias do governo federal. Destaca-se a aplicação dessas políticas que estimulam, fortalecem e promovem inclusão social dos agricultores familiares, outrora ignorados.

O PAA firma-se enquanto uma política pública com potencialidade indutora do associativismo e da formação e, ou fomento de capital social entre os agricultores familiares, bem como as cooperativas, por se inserirem-se neste novo cenário, inclusive propondo alternativas ao

modelo de desenvolvimento tradicional da região, apresentando-se como possibilidades de êxito da economia agrícola e por extensão da economia local como um todo, visto o nível de dependência do município de Ilhéus em relação à renda oriunda da agricultura:

[...] a elaboração de políticas públicas pode ser conduzida visando criar ou destruir capital social, o objetivo geralvai no sentido de perceber sob que circunstâncias e condições as instituições públicas são capazes de estimular o civismo através da elaboração e implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento econômico e social (LIMA NETO, 2007).

Optou-se por trabalhar a relação do agricultor familiar com PAA, avaliar impactos, transformações e oportunidades geradas por este instrumento de política pública. Busca-se também o desenvolvimento de uma reflexão e contribuição ao debate sobre estratégias adotadas para recuperação da economia local, as alternativas de equacionar entraves interpostos à geração de renda e emprego/ocupação, minimização das mazelas de ordem social – marginalidade e violência, e por fim desenvolvimento da região cacaujeira do sul baiana, especificamente o município de Ilhéus.

Nesse contexto, um estudo acadêmico/científico sobre o PAA como vetor de fomento para a agricultura familiar em Ilhéus se propõe a contribuir com os estudos sobre o tema e subsidiar trabalhos futuros e a elaboração de políticas públicas para este setor da economia local e regional. Acredita-se assim tratar-se de um trabalho que desperta interesse nas esferas, pública e privada, bem como a sociedade civil como um todo.

A hipótese defendida neste trabalho é a de que o PAA em Ilhéus-BA, enquanto programa de política pública diferenciada, dentre outros objetivos, oferece oportunidade de acesso ao mercado para produtos provenientes da agricultura familiar, valoriza e fortalece este segmento social, e interliga agricultores familiares e pessoas em situação de insegurança alimentar numa região monocultora, marcada por histórico de concentração de renda e desigualdades socioeconômicas. Entretanto, sem o fomento por parte do Governo, os agricultores familiares não serão capazes de manter, no curto prazo, o nível de renda, ofertando seus produtos apenas no mercado tradicional e competitivo.

A escolha da COOFASULBA como objeto de estudo assenta-se no fato de a instituição assumir papel de destaque na agricultura familiar em Ilhéus, atuando em vários setores, tais como: assistência técnica, capacitação, processos gerenciais etc. Destaca-se também pelo seu pioneirismo na execução do PAA e por ser a única a desenvolver um projeto de verticalização da produção neste município, através da fábrica de achocolatado em pó, que, além de agregar valor aos seus produtos,

pretende viabilizar aos agricultores familiares o ingresso no processo de modernização e adequação de pequenas unidades agroindustriais ao mercado competitivo; concomitantemente, procura fomentar a adesão de um número cada vez mais crescente de agricultores ao programa, estimulando o associativismo e a diversificação produtiva, ocupando um espaço deixado pelo poder público municipal.

Encontra também relevância este estudo de caso, pois oportuniza participação ativa dos atores sistematicamente alijados do cenário socioeconômico local – agricultores familiares, indivíduos capazes de mudar sua realidade de vida. A pesquisa em apreço formula os questionamentos a seguir:

Constitui-se o PAA num vetor de fomento, valorização e fortalecimento para os agricultores familiares associados à COOFASULBA, segundo a percepção dos atores envolvidos nesse processo?

Como se realizam as relações sociais entre atores governamentais, sociedade civil e público alvo do programa?

Existe capital social formado?

Qual o formato das relações entre esfera governamental, agricultores familiares e mercado?

Objetiva-se, neste estudo, descrever as relações que se estabelecem entre os agricultores familiares via PAA e verificar a existência ou não de capital social entre os agricultores familiares estudados e analisar visão dos atores sociais e institucionais sobre o programa como vetor de fomento e a possibilidade de mobilidade socioeconômica dos associados da COOFASULBA.

Especificamente busca-se retratar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares associados à COOFASULBA, aspectos concernentes ao ambiente institucional da cooperativa e transformações proporcionadas pelo PAA no espaço circunscrito ao público objeto da pesquisa.

1.2 Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico desta tese expõe horizontes da metodologia aplicada na pesquisa para desnudar as dimensões que integram o objeto de estudo. Perscruta essência das relações encetadas pelos agricultores familiares associados à COOFASULBA beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos e os vários atores sociais envolvidos no PAA no município de Ilhéus-Bahia.

1.2.1. Área de Estudo

Área de estudo abarca o município de Ilhéus-Bahia. Insere-se no tradicional território produtor de cacau do estado da Bahia. Ilhéus possui população de 184.236 habitantes (IBGE 2010); deste contingente, 84,28% (155.281 pessoas) residem no meio urbano e 15,72% (28.955 pessoas) moram no campo. A superfície municipal estende-se por 1.760,004 km², e registra densidade demográfica de 119,10 habitantes/km² (Estimativa 2010 – <http://www.ibge.gov.br>).

Ilhéus faz limite territorial com 9 (nove) municípios: Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca (Quadro 1 e Figura 1), sendo um dos municípios de maior extensão territorial da região 1760,004 Km².

Quadro 1 - Dados gerais do município de Ilhéus

Área da unidade territorial	1760.004 km ²
População total	184.236 habitantes
Altitude	52m
Municípios limítrofes	Aurelino Leal, Buerarema, Coaraci, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca
Coordenadas geográficas	Latitude Sul: -14°47'20'' Longitude Oeste: 39°02'58''
Precipitação média	2045,9 mm
Temperatura média	24,3 °C
Período chuvoso	Fevereiro a Julho
Solo	Latossolos, Luvisolos, Espodossolos, Neossolos e Gleissolos
Bacia Hidrográfica	Bacias do Leste
Principais rios	Rio Almada, Rio Cachoeira, Rio Iguape, Rio Santana e Rio São José
Messoregião Geográfica	Sul Baiano
Microregião Geográfica	Itabuna/Ilhéus
Distância em relação a Salvador	465 km

Fonte: SEI 2009/IBGE 2010

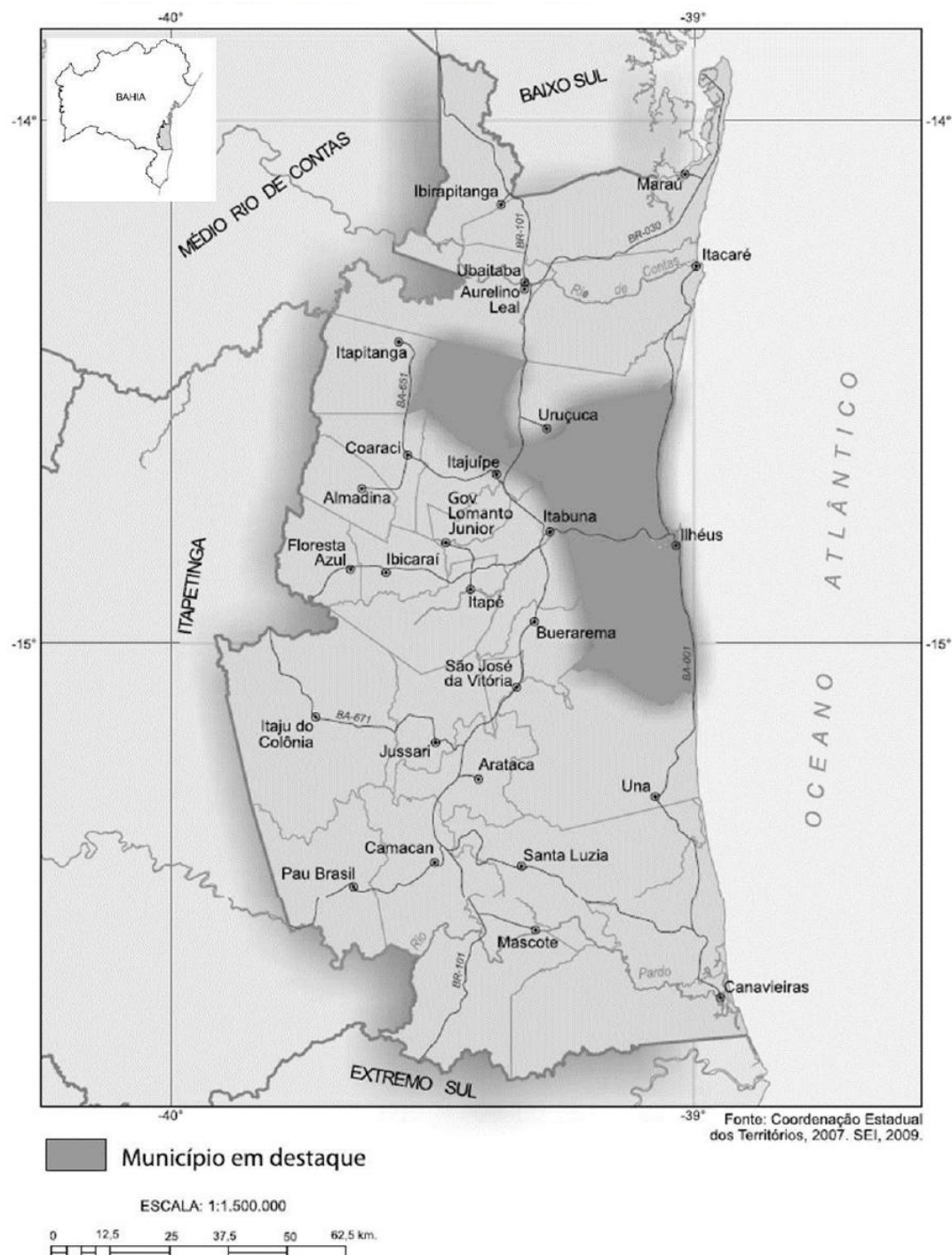


Figura 1 - Mapa do Município de Ilhéus e Municípios Limítrofes
Fonte: EBDA, 2010

O município de Ilhéus apresenta, segundo o IPEA (2000), os seguintes indicadores na composição do Índice de Desenvolvimento Humano: IDHM 0,70; Esperança de vida ao nascer (por mil) 66,13; Alfabetizados de 16 anos de idade ou mais 79,40; Renda *per capita* 170,22; Índice de esperança de vida (IDH-L) 170,22 Índice de Educação (IDH-E) 0,80; Índice de PIB (IDH-R) 0,63 e de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 0,70 (vide Tabela 1). Apesar de uma evolução

em todos esses indicadores do período de 1991 para o ano de 2000, observa-se que Ilhéus apresenta ainda índices socioeconômicos bastante baixos. Além dos apresentados na Tabela 1, Ilhéus apresenta também PIB R\$1,25 milhões e revela Índice de Desenvolvimento Social R\$5,14 mil. Quanto ao índice de desenvolvimento econômico, ocupa 10^a posição no estado (IPEA, 2000).

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município

Discriminação	Ano	
	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (por mil)	64,59	66,13
Alfabetizados de 15 anos de idade ou mais	65,17	79,40
Renda <i>per capita</i>	104,62	170,22
Índice de esperança de vida (IDH-L)	0,66	0,69
Índice de educação (IDH-E)	0,62	0,80
Índice de PIB (IDH-R)	0,55	0,63
Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M)	0,61	0,70

Fonte: IPEA 1991/2000

O município de Ilhéus tem uma rede bancária constituída por seis agências federais e cinco privadas, 122 estabelecimentos de saúde, com 94 destes sendo públicos, 126 escolas públicas e privadas de ensino pré-escolar, fundamental e médio, além de sete instituições de ensino superior presencial e a distância, e estabelecimentos de nível técnico (EBDA, 2012).

Na economia de Ilhéus, prevalece indústria transformadora da amêndoa de cacau, e secunda-se pelo pólo de informática. Em relação à agropecuária, sobressai-se exploração da cacauicultura; aparecem em escala inferior, pesca, piaçava, pecuária côco, banana, mandioca e seringa e dendê. Merece atenção especial potencial turístico, que se corporifica nos recursos naturais (mar exuberante e praias paradisíacas) e patrimônio histórico cultural. Delineia-se forte perspectiva de desenvolvimento com implantação do moderno Porto Sul e ferrovia Leste-Oeste e também a instalação de um novo aeroporto.

1.2.2. Método de Pesquisa e Amostra

Entende-se por método científico o conjunto de técnicas que ordenam forma de pensar e desenvolver o saber, capazes de externar essência ou mediações dos fenômenos explicitados pelo objeto de pesquisa. São estes procedimentos técnico-científicos que facultam obtenção do conhecimento (GIL, 2000).

O método escolhido para abordagem da questão consiste num estudo de caso a partir de perspectiva que interpreta vida ou realidade social conforme dinâmica da base produtiva da sociedade. Estudo de caso representa inquirição empírica, investiga fenômeno contemporâneo dentro de contexto da vida real, quando fronteira entre fenômeno e contexto não se mostram claras e evidenciam múltiplas facetas (YIN, 2001).

Vergara (2003) afirma que estudo de caso circunscreve-se a uma ou poucas unidades, entendidas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou país. Reveste-se de caráter profundo e detalhado. Estudos de caso constituem estratégia quando pesquisador detém reduzido controle sobre os eventos. Manifesta-se por força do desejo de compreender os fenômenos sociais complexos (YIN, 2001).

Bonoma (1985) trata coleta de dados como irrelevante no que diz respeito à quantificação ou enumeração, pois valoriza descrição dos fatos, desenvolvimento teórico e compreensão da realidade objeto da pesquisa. Assim, prescreve efetivar aplicação de questionário para captar informações e auscultar público alvo, e objetiva aprofundar os saberes sobre as instituições que envolvem a agricultura familiar no município de Ilhéus-BA.

Na concepção de Gil (1991), a abordagem qualitativa revela-se adequada para entender a natureza dos fenômenos sociais. A pesquisa qualitativa foca características e natureza do problema em estudo – analisa resultados de forma descritiva e entende o fenômeno como um todo, desenvolvendo análise crítica. Observa e coleta evidências úteis para prover informações adicionais, aumentando a fidedignidade das constatações.

A presente pesquisa abrange o interstício entre implantação do programa no município no ano de 2006 (ano da assinatura da primeira Cédula do Produtor Rural– CPR no município) e a primeira metade de 2013 (período da conclusão deste estudo). Esse recorte cronológico possibilita aferir mediações socioeconômicas que permeiam aplicação do programa no público alvo pesquisado, envereda pela construção do referencial teórico da política em apreço e impactos no ambiente perscrutado.

No que se refere à construção dos instrumentos de pesquisa e exploração de campo, optou-se por analisar as percepções dos atores direta ou indiretamente envolvidos com o PAA e a agricultura familiar no município de Ilhéus. Pretende-se obter pluralidade de ideias sobre temática abordada, e captar visão/avaliação dos entrevistados a respeito do PAA. Esses instrumentos fazem-se necessários para uma análise mais aprofundada do objeto de estudo

Baseia-se em revisão de literatura e em dados primários e secundários. Os dados primários respaldam-se na aplicação de questionários e na realização de entrevistas no período de março de

2012 a abril de 2013. Para obtenção de uma visão geral sobre o objeto em estudo, foram auscultados:

- I) agricultores familiares associados à COOFASULBA e beneficiários do PAA;
- II) instituições beneficiárias do PAA;
- III) COOFASULBA;
- IV) instituições que possuem relações diretas ou indiretas com a agricultura familiar em Ilhéus.

Os dados que foram obtidos respaldam-se em amostra aleatória não probabilística e por amostra intencional não probabilística. A seleção aleatória não probabilística efetivou-se com aplicação de questionários na forma a seguir: entre agricultores familiares associados à COOFASULBA beneficiários do PAA e representantes das instituições beneficiárias do PAA.

- **Agricultores familiares associados à COOFASULBA beneficiários do PAA.** Foram auscultados 39 (trinta e nove) agricultores familiares nesta pesquisa. A aplicação dos questionários foi realizada de forma presencial, tendo o autor visitado sedes de associações e participado de reuniões em que os agricultores familiares discutiam atividades que iam desde o planejamento de suas atividades coletivas, bem como os obstáculos existentes para a melhoria das suas respectivas lavouras. É importante destacar que, durante a aplicação dos questionários, o autor teve a possibilidade de conversar com os entrevistados e vivenciar situações bastante enriquecedoras para a pesquisa, visto que foram revelados aspectos importantes que não teriam sido evidenciados caso não houvesse esse contato direto.

- **Representantes das instituições beneficiárias do PAA.** Foram auscultadas representantes de 7 (sete) instituições. Os questionários foram enviados através de *e-mails* a cada uma das instituições selecionadas após contatos prévios com os respectivos representantes legais. As instituições foram as seguintes: Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus; Associação Ilheense de Assistência a Menores; Centro Educacional Menor Do Futuro; Casa da Criança; Educandário Dona Cordolina Loup Reis; Projeto Bom Pastor e Sociedade São Vicente de Paulo.

A seleção por amostra intencional não probabilística efetivou-se com aplicação de questionários junto aos dirigentes e/ou técnicos de 08 (oito) instituições que possuem relações direta ou indireta com a agricultura familiar em Ilhéus. Os questionários foram enviados,

através de *e-mails*, a cada uma das instituições selecionadas após contatos prévios com os respectivos representantes legais. Instituições auscultadas: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA); Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e pequena Empresa (SEBRAE); Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR); Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira(CEPLAC); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); Banco do Nordeste Brasileiro (BNB); Prefeitura Municipal de Ilhéus (PMI); O Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhéus (COMAS).

É importante salientar que, quando foram realizados os primeiros contatos junto à Prefeitura Municipal de Ilhéus, para aplicação do questionário no ano de 2012, a mesma não possuía uma Secretaria de Agricultura, sendo esta substituída durante este período por uma diretoria vinculada à Secretaria de Planejamento Urbano, que, entretanto, nunca funcionou efetivamente; desta forma, neste momento, não se obteve as informações requeridas junto a prefeitura. Após a posse do novo prefeito eleito, em janeiro de 2013, quando foi (re)criada a Secretária Municipal de Agricultura e Pesca, consultou-se num segundo momento a PMI, desta vez alcançando o objetivo da aplicação do questionário. Portanto, o questionário respondido pelo atual titular dessa pasta pode apresentar inexatidão ou insuficiência de informações, o que pode influenciar a análise especificamente deste questionário.

Complementando a seleção não probabilística por amostra intencional, entrevistou-se os representantes legais da COOFASULBA, CONDECORI e CONAB. Visitas foram feitas à COOFASULBA, a CONAB e ao CONDECORI no sentido de entrevistar seus respectivos técnicos e representantes legais. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e gravadas; seguiram roteiro semi-estruturado de questões, objetivando complementar as informações extraídas dos questionários aplicados às demais instituições parceiras.

Os dados secundários foram extraídos a partir de documentos e relatórios em *sites* oficiais, como o da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, dentre outros.

1.2.3. Modalidades do PAA Estudadas

Com o intuito de avaliar as mudanças provocadas pelo PAA em Ilhéus quanto ao acesso a mercados institucionais, afetos a práticas produtivas e organizacionais, selecionam-se, neste estudo, as modalidades de PAA que permitem aferição deste tipo de relação, quais sejam: compra da agricultura familiar para doação simultânea e formação de estoque pela agricultura familiar. Essas modalidades escolhidas envolvem um conjunto abrangente de atores envolvidos no processo, tanto da esfera pública quanto da sociedade civil.

A modalidade CPR-Doação é operada pela CONAB em conjunto com uma cooperativa ou associação, sendo formalizada com base na Cédula de Produto Rural (CPR). A CPR especifica o valor da transação, o vencimento, o endereço de entrega dos produtos, as circunstâncias nas quais ajustes de quantidades são permitidos, assim como instruções sobre a sua quitação. Igualmente nesta modalidade, as aquisições são direcionadas às instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (CHMIELEWSKA, 2010, p. 10).

A modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) está concentrada na disponibilidade de recursos a serem utilizados como capital de giro por agroindústrias familiares e, ou para formação de estoques da agricultura familiar. Ela se constitui assim em uma intervenção diferenciada daquelas que oferecem acesso direto a mercados institucionais, e assim não faz parte do foco de análise deste estudo. Da mesma forma, a modalidade Programa do Leite (PAA Leite), devido à sua especificidade regional (Nordeste e Norte de Minas Gerais) e, ao fato de tratar de apenas um produto, não se insere no âmbito deste projeto de pesquisa (CHMIELEWSKA, 2010, p. 10).

1.2.4. Estrutura da tese

O Arcabouço da tese apresenta-se em 4 (quatro) capítulos, além deste que trata da parte introdutória, dispostos na seguinte ordem:

Capítulo II – Ilhéus: História, Economia, Demografia e Sociedade – explicita análise socioeconômica específica de Ilhéus com incursões na Microrregião Ilhéus-Itabuna. Destacam-se interpretações em nível local e regional das informações referentes às dimensões sociais, econômicas e demográficas – apresenta espaço onde se concretiza o estudo, localização da COOFASULBA e moradia do público alvo da pesquisa.

Capítulo III – Referencial Teórico – discorre sobre temas e conceitos alusivos às categorias sociais, econômicas e demográficas desveladas ou externadas pelo objeto de pesquisa. Apreensão da realidade baseia-se na concepção sobre desenvolvimento, papel do Estado, política pública, sociedade civil, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, cooperativismo, empoderamento e capital social.

Capítulo IV – Análises e Discussões – Este capítulo divide-se em duas partes. A primeira aborda o ambiente institucional atinente à COOFASULBA elencando seus parceiros na rede da agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba. Procurou-se elaborar uma descrição sintética do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município, destacando sua criação e modalidades existentes e, em seguida, resgatar o histórico da constituição da cooperativa e percurso para implantação do PAA – engloba ingrediente social e caráter econômico. A segunda parte das análises é destinada a interpretação relativa aos agricultores familiares e atores integrantes do ambiente institucional, agrega visão e percepção dos atores sociais que se relacionam com COOFASULBA e PAA em Ilhéus, analisando pontos positivos e negativos, oportunidades e ameaças para converter PAA em vetor de fomento da agricultura familiar associada à cooperativa. Prioriza diferentes olhares no sentido de obter abordagem plural da questão focada, aporta fidedignidade na caracterização do objeto de estudo.

As considerações finais, relacionam horizonte das mediações sociais, demográficas e econômicas desveladas pelo problema pesquisado, implantação do PAA entre os agricultores familiares associados à COOFASULBA no município de Ilhéus. Pontua-se por direcionamentos políticos para entes sociais/institucionais envolvidos e ajustamento das medidas tomadas no sentido de alcançar os objetivos preconizados pelo programa – correção de rumo.

CAPÍTULO II - HISTÓRIA, ECONOMIA, DEMOGRAFIA E SOCIEDADE DE ILHÉUS

2.1 História

A história e a economia do município de Ilhéus marcam-se pelo papel relevante que exerce a agricultura desde os mais remotos tempos, destaque para o período de nascimento, evolução, apogeu e crises da cacauicultura, que culmina com a tentativa de perseguir a diversificação agroeconômica – expansão/modernização das atividades agropastoris e verticalização da produção.

O espaço demarcado pelo município integra originalmente a capitania de Ilhéus, doada a Jorge Figueiredo Correia. O donatário não toma posse do território, delega tais poderes a Francisco Romero (funda a Vila São Jorge – 1535), posteriormente processa venda para o sesmeiro italiano Lucas Giraldes (FERLINI, 1988).

Por delegação da Coroa Portuguesa, o donatário adota o sistema de repartição das terras ou concessão de sesmarias (1530), que consiste na cessão de grandes áreas de terra a colonos. Para exploração econômica das terras, introduz cultivo da cana-de-açúcar, produz o açúcar consumido pelas elites europeias. Os primeiros engenhos para beneficiamento da produção datam de 1546. Inicialmente a mão-de-obra para desenvolvimento das atividades agrícolas embasa-se na escravidão dos aborígenes. Dificuldades na captura e rebeldia dos indígenas contra sujeição redirecionam a busca por mão-de-obra entre população escravizada na África – 1542 (HOLANDA, 1987).

O desenvolvimento da capitania afere-se através da expansão dos engenhos de açúcar; 1570, Pero de Magalhães Gândavo escreve o “Tratado da Terra do Brasil”, registra existência de oito engenhos; no “Livro que dá Razão ao Estado do Brasil” (1612), aparecem tão somente cinco engenhos. Constata-se regressão na dinâmica da capitania, tal estado é imputado à agressividade dos índios “invasores” (defesa do território), que atacam e destroem engenhos, lavouras, rebanhos e povoações (VIANNA, 1975; PRADO JÚNIOR, 1987).

Para Mahony (2007), ao longo do período colonial e primeiros dois terços do século XIX, a futura região cacaueira da Bahia produz madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios, principalmente mandioca. A produção supre Salvador e parcela exporta-se para Europa. No século

XVIII, jesuítas, autoridades coloniais e imigrantes europeus introduzem a cultura do cacau, base para produzir o chocolate.

A redenção econômica da capitania de Ilhéus deflagra-se após introdução do cacaueiro. O botânico franco-suíço Louis F. Warneaux presenteia com sementes de cacau Antônio Dias Ribeiro, que efetiva o plantio na fazenda Cubículo (1746), margem do Rio Pardo, município de Canavieiras. O desenvolvimento da cacaucultura revela-se lento até o terceiro quartel do século XIX (GARCEZ; FREITAS, 1975).

A grande seca de 1877/1880 acarreta a expulsão de contingente expressivo de nordestinos; parte deles desloca-se para o sudeste da Bahia, e se constitui nos principais desbravadores. O migrante embrenha-se pela floresta, abre clareira, constrói rancho, planta produtos de subsistência (mandioca, feijão e milho) para sustento, raleia a mata e semeia cacau sob proteção das essências florestais nativas e virgens da Mata Atlântica, no sistema de plantio conhecido como “cabruca”. Árvores deixadas como sombreamento definitivo integram pujante banco de germoplasma natural (GARCEZ; FREITAS, 1975).

Prado Júnior (1987b) afirma que este movimento social despova o interior nordestino entre Ceará e Bahia. Deslocam-se para o vale Amazônico (extração da borracha), São Paulo (expansão da cafeicultura) e Sul da Bahia – produção de cacau. Este fluxo migratório para a Bahia agiliza o sistema de ocupação das terras, recria milhares de pequenas unidades camponesas, espalham-se extra legalmente pelas áreas propícias ao plantio do cacaueiro (AMADO, 1969).

Baiardi (1983) afere que a lavoura cacaueira nasce amparada pelo capital comercial, a exploração cabe ao desbravador, que se reveste de proprietário, dirigente e executor do processo produtivo, utiliza força de trabalho dos indivíduos que se aventuram para a região. Desbravadores com apoio do capital comercial contratam trabalho para plantio do cacaueiro e construção da infraestrutura.

Desde final do século XIX, inicia-se processo de concentração da propriedade da terra, constituem-se grandes fazendas de cacau com expropriação do pequeno produtor. Conflitos, litígios, subversão, pilhagem e fraudes precedem a incorporação. Institui-se o coronelismo, surgem os jagunços e proliferam as tocaias, que eliminam quem se opõe ou reage à expulsão. Apela ainda para o expediente do “caxixe”, que consiste na medição fraudulenta de grandes áreas de terra, redundando na expulsão sumária dos agricultores estabelecidos no perímetro (AMADO, 1969).

As vicissitudes da agricultura familiar remontam ao período colonial, ocasião na qual o estado monárquico e a aristocracia rural interpõem toda sorte de entraves à sua proliferação, que extralegalmente espalha-se pelos rincões do país. Posteriormente a burguesia comercial

agroexportadora incorpora as pequenas unidades produtivas, recorre a processos de expropriação forçada (grilagem, suborno, “caxixe”, expulsão, invasão, intimidação, perseguição, tocaia e morte) ou consentida – venda ou troca (GUIMARÃES, 1977; FURTADO, 1980; PRADO JÚNIOR, 1987).

As despesas realizadas com subornos, demarcações, jagunços e tocaias contra posseiros intransigentes representam fundamentalmente o preço da terra. Jagunços dos fazendeiros constituem majoritariamente trabalhadores, moradores e agregados de seus imóveis rurais. Entre os serviços, inclui-se a defesa do proprietário (MARTINS, 1981). A agricultura de subsistência se desloca das terras férteis para as pobres ou mais distantes do mercado, temporariamente sem interesse direto para o capital, porque revelam renda diferencial pouco atrativa à lógica da acumulação capitalista (MARTINS, 1986).

A cacauicultura passa por fases de retração e expansão, crises cíclicas abalam a vida dos segmentos sociais envolvidos com exploração desta cadeia produtiva. Desestruturação econômica normalmente atrela-se aos baixos preços auferidos pela amêndoa de cacau no mercado. Tal situação obriga o governo estadual a intervir em 1931, criando o Instituto de Cacau da Bahia – ICB; enquanto o governo federal ingere no decorrer de 1957, criando a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Ambas as entidades objetivam recuperar a lavoura (RANGEL, 1982).

A “Revolução verde” ou modernização da cacauicultura, encetada entre final dos anos 60 e início da década de 70, acarreta profundas transformações sociais, econômicas e ambientais. Dentre as mudanças sociais, destaca-se a expropriação dos pequenos produtores, êxodo rural, urbanização e desemprego. Pela ótica econômica, sobressai a elevação da produção e produtividade, expansão da área cultivada e concentração da propriedade da terra. Por efeitos ambientais, desponta degradação dos recursos naturais, poluição e destruição da biodiversidade (AFONSO, 1991).

A década de 1970 marca a direção para diversificação agropastoril, basicamente em solos inadequados ao plantio do cacaueiro. Inicialmente expande-se para a Microrregião Valença, centrada em seringueira, coco, dendê, cravo da índia, guaraná e especiarias – pimenta do reino, baunilha, cardamomo, macadâmia, noz moscada, patchuli e canela. Na Microrregião Porto Seguro, a diversificação ocorre durante década de 1980, respalda-se nas propícias condições edafoclimáticas e estratégica localização em relação aos mercados de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória, centra-se na produção de milho, feijão, abóbora, melancia, melão e mamão (AFONSO, 1991).

O surto de desenvolvimento que ocorre no decurso dos dois últimos decênios do século XX (1970 a 1990) implica na ampliação da composição orgânica do capital – modernização das atividades agroeconômicas. A estrutura agrária sofre marcantes transformações; a inserção da agricultura à dinâmica capitalista provoca aumento da propriedade rural através da persistente e progressiva expropriação das pequenas unidades produtivas (AFONSO, 1991).

Esgotado o patamar de acumulação baseado na apropriação dos excedentes gerados pelas atividades agroeconômicas, capitaneado pelos capitais monopolistas transnacionais que controlam as cadeias produtivas agropastoris (capital industrial, comercial e financeiro), instala-se na região profunda crise, a qual perdura desde meados de 1980, em função da oferta de preços aviltados para os produtos, e ausência de política capaz de minimizar efeitos do desarranjo econômico (AFONSO, 1991).

A cacauicultura atrai para o sul da Bahia originalmente imigrantes evadidos da seca que aflige o Nordeste entre 1877/1880. Com a dinamização da lavoura, emergem os mascates de origem árabe (sírios e turcos); sequencia-se pelos empreendedores estrangeiros, os quais abrem casas para compra e venda da amêndoa. As fazendas de cacau espalham-se pelos solos propícios ao cultivo, expansão que converte o Brasil no principal produtor mundial, respondendo no final do século XIX, pela base econômica do Estado (CEPLAC, 1979).

No final do século XIX, deflagra-se um processo de concentração da propriedade da terra, que resulta da expropriação dos pequenos produtores. Engendra surgimento do coronelismo, segmento social sinônimo de poder político e financeiro. Acoberta-se pela “patente” para impor seu interesse e arrogância. Conflitos, litígios, subversões, pilhagens, fraudes e tocaias precedem a incorporação, que se promove pela emergente burguesia comercial agroexportadora e conivência do estado (AMADO, 1969).

A renda trabalho incorporada pelos pequenos produtores à terra, através do plantio das roças de cacau, transforma-se em renda capitalizada, ativada pela escassez de solo propício à expansão do cultivo e crescente demanda pelo produto. Por meio dos métodos expostos, constitui-se a burguesia comercial agroexportadora, sedimenta poder econômico ao apropriar-se da renda trabalho das pequenas unidades produtivas anexadas ao seu patrimônio (AFONSO, 1991).

Os pequenos produtores familiares expropriados pela concentração fundiária encontram como destino a reprodução nos espaços marginais à exploração cacaueira, assalariamento nas fazendas de cacau ou êxodo para regiões de atração. O avanço da grande propriedade provoca persistente deslocamento e dispersão da pequena produção pelo espaço estudado. Parcela deste contingente constitui o operariado exigido pela cacauicultura (AFONSO, 1991).

Os baixos salários e precárias condições de trabalho observadas nas atividades urbanas se devem em boa parte ao potencial de mão-de-obra de reduzido custo que o campo oferece e concorre no mercado de trabalho, deprime preço da mercadoria força de trabalho (PRADO JÚNIOR, 1987). Minifúndio torna-se refúgio que fornece emprego/subemprego com nível decrescente da renda dos trabalhadores. Aumento da densidade demográfica do minifúndio e diminuição da unidade produtiva acelera migração (CHONCHOL, 1989). Superpopulação e subemprego no campo resultam da distribuição desigual da terra, produz exército de reserva de trabalhadores ao impedir aplicação de métodos intensivos de exploração do solo (SINGER, 1988).

2.2 Economia, Demografia e Sociedade

Ilhéus apresenta clima do tipo tropical úmido. Temperatura média oscila entre 22° e 25° C, maior e menor amplitude térmica registra-se na faixa costeira, devido à alta frequência de nebulosidade. O regime pluviométrico atinge 2.000/2.400 mm/ano, com chuvas bem distribuídas. Quanto aos solos, predominam os latossolos e podzólicos, embora profundos, e denotam baixa fertilidade natural. As manchas pedológicas com maior riqueza mineralógica destinam-se à cacauicultura. A vegetação compõe-se por remanescentes da Mata Atlântica e biomas associados – manguezais e restingas. O relevo mostra-se pouco movimentado, unidade geomorfológica de planície costeira (litoral) e porções do planalto brasileiro – interior.

O espaço compreende fator e instância social permeado por reflexão integrada quanto à percepção dos desafios que surgem na dinâmica da evolução histórica. Processos historicamente construídos atribuem funções sociais ao espaço, demanda criação de formas e refuncionalização das existentes. Organização da sociedade, considerando agentes sociais e objetos geográficos, expressa estrutura social dotada de especificidades em cada fração espacial.

2.2.1 População da Mesorregião Ilhéus/Itabuna

A Microrregião Ilhéus/Itabuna, líder na produção brasileira de cacau, identifica-se como Região Cacaueira, pertence à Mesorregião Sul Baiano. IBGE (2010) estima população em 998.000 habitantes, reparte-se em 41 municípios e abrange superfície de 21.309 km². Essas municipalidades centralizam produção de cacau, Ilhéus assume primazia de área, solo, clima e produção.

O comportamento da população regional demonstra que a taxa de crescimento de Ilhéus e municípios da região varia de acordo com o desempenho da economia regional. O cacau constitui

importante atrativo para ocupação da mão-de-obra no meio rural. Predicado marcante da cacauicultura consiste na capacidade de fixação do homem à atividade. Dados da CEPLAC (1985) indicam que a lavoura revela-se capaz de absorver 200 mil trabalhadores.

Ressalta-se que o contingente de trabalhadores e população rural oscila conforme a direção da produção de cacau. Épocas de *boom* de produção as fazendas ampliam necessidade de operários, crises liberam significativos contingentes, fato constatado nas duas últimas décadas, quando o meio rural se esvazia. Toma-se por base 1970, quando se acentua o crescimento populacional, notadamente com o *boom* da cacauicultura, após a deflagração da “revolução verde” ou inserção da agropecuária à dinâmica da acumulação capitalista. Dados populacionais permitem dimensionar as crises ou desastres econômicos.

Para Freitas (1979), o elevado crescimento populacional configura característica da sociedade cacaueira. Falcón (1995) averigua que o incremento do preço mostra-se capaz de dinamizar a cacauicultura e promover mobilidade social para a região. Aumento de produção do cacau atrela-se à ampliação da oferta de força de trabalho. Ascensão do cacau acirra disputa fundiária no sul da Bahia.

O município de Ilhéus como sede da capitania assume grande área territorial da região, integra-se por povoados, vilas e distritos, e registra mais de 80 aglomerações populacionais no meio rural. A população ilheense, até 1990, concentra-se no interior ou meio rural, fenômeno imputado à pujança da cacauicultura, absorvedora de mão-de-obra.

Os dados populacionais demonstram influência do cacau como catalisador para o equilíbrio da economia regional. O fluxo migratório promovido pela atual crise desvela papel da *débâcle* econômica para redução da população residente na Microrregião Ilhéus/Itabuna.

A lavoura cacaueira caracteriza-se pela capacidade de aglutinar mão-de-obra, direta/indiretamente. Quando o cacau angaria credencial de carro chefe da economia, as fazendas reúnem no seu entorno significativa massa populacional, e ostenta até 70% dos habitantes da região. Nota-se que mais de 90% da força de trabalho insere-se na modalidade de assalariado, operário permanente e temporário. O pequeno produtor, quando utiliza assalariamento, recorre preponderantemente à forma temporária.

A catástrofe econômico-financeira do produtor de cacau resulta em abandono de fazendas, entregues por vezes aos operários em troca dos direitos trabalhistas. Neste período, desponta parceria, relação pré-capitalista, envolve proprietários, gerentes ou trabalhadores, forma-se falsa sociedade, reparte minguido produto gerado, submissão imposta pelas precárias condições econômicas vivenciadas por estes segmentos sociais, estreito mercado de trabalho.

A população da região apresenta taxa de crescimento médio anual de 2,87% entre 1970/1980; Ilhéus cresce apenas 2,0%. Na década seguinte (1980/1991), o aumento da Microrregião perdura, porém a taxa é menor, 1,4% a. a., enquanto Ilhéus revela incremento de 6,4% a. a., demonstrando que, nesse período, ocorre o *boom* de produção da cacauicultura; o dinamismo promove entrada de migrantes em busca do emprego. A população declina a partir de 1991, perde 0,3% de cidadãos, e trajetória no interstício seguinte registra evasão de 0,7% de moradores. Ilhéus, depois da infecção dos cacauais pela vassoura de bruxa, denota queda de 2,5% a.a do contingente rural. Entretanto, a população urbana cresce 1,1% – movimento campo/cidade. Todavia, no período 2000/2010, a população urbana cai 0,43% a. a. e rural 5,2% a. a. Essa situação demonstra a derrocada da atividade agrícola no município.

A população rural regional retrata crescimento anual de 2,0% entre 1970/1980, representando 51% do conjunto populacional. Verifica-se, em 1991, a saída de trabalhadores do cultivo, quando habitantes do campo caem para 47%. Afere-se que, em 2000, atinge apenas 39%, culmina em 2010 com tão somente 20% da população vivendo no meio rural. A população varia conforme avanço da crise, o que se confirma pela migração rural. Parte significativa da população, principalmente trabalhadores rurais, busca meio urbano dos municípios da região. Nesse período, a vassoura de bruxa contamina a cacauicultura, acarreta redução da produção, influenciando a manutenção da população trabalhadora na região.

Este quadro induz a iniciativa privada do meio urbano a reduzir atividades econômicas por efeito da queda na geração de renda advinda da cacauicultura, promove a saída de expressivo quantitativo de trabalhadores da economia. Forma-se uma cadeia que afeta população, provoca migração para espaços que revelam dinâmica econômica – circula riqueza.

2.2.2 Estrutura Agrária do Município de Ilhéus

O município de Ilhéus conquistou a credencial de principal produtor de cacau da Bahia, possui superfície territorial de 171.200 ha, seis classes de capacidade de uso do solo e quatro zonas agroecológicas: área de preservação da Lagoa Encantada (24.238 ha – 14%); área de preservação Mata da Esperança (437 ha – 0,25%); área de preservação ambiental (24.800 ha – 8,5%); zona cacaueira (68.300 ha – 40,00%) e zona de diversificação agropecuária – 63.425 ha (37,25%) (SANTANA, 2003).

O censo agropecuário da agricultura familiar (2006) evidencia que na Bahia existem 665.831 unidades produtivas agropecuárias enquadradas nesta modalidade de exploração, dispõem

de 623.324 ha, enquanto agricultura tradicional possui 95.697 estabelecimentos, área de 1.063.320 ha. Ilhéus, relativo à estrutura fundiária, distribuição dos imóveis rurais, apresenta 44,62% das propriedades agrícolas com área até 10 ha e 18% entre 10 ha e 20 ha (Tabela 2).

Para Asmar (1985) prevalece uma visão errônea sobre a estrutura agrária vigente na Microrregião Cacaueira – inclui município de Ilhéus. Inocência metodológica, falta de vivência, dados pouco confiáveis e viés ideológico permeia os estudos quanto à distribuição da propriedade fundiária. Consideram que aproximadamente 70% dos imóveis rurais possuem até 50 hectares, concluem tratar-se de região marcada pela presença da pequena produção familiar. Essa impressão ignora concentração de unidades produtivas contíguas ou distantes pertencentes ao mesmo agricultor.

Contudo, contrário ao movimento de concentração e expansão da propriedade rural verifica-se processo de retração das grandes fazendas, ocorre especialmente na microrregião cacaueira, registra crescimento relativo entre 1970/1980, mas expressa uma queda ao redor de 29,15% Durante o 1º quinquênio desta década.

Este movimento de retração configura-se em razão da incorporação de áreas de pastagens em expansão do cacau, sofrem processo de partilha e intensificação ou modernização do sistema produtivo, introduz inovações tecnológicas poupadoras de terras, induz de certa forma divisão das grandes propriedades fundiárias.

Tabela 2 - Quantitativo de estabelecimentos agropecuários – município de Ilhéus.

Grupos de área total – ha	Quantidade
0 a – 5	823
5 a – 10	634
10 a – 20	601
20 a – 50	641
50 a – 100	315
100 a – 200	179
200 a – 500	130
500 a - 1.000	19
1.000 a - 2.500	2
+ 2.500	1
Total	3.345

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 – Adaptação: Fernandes de Santana, A.

O município de Ilhéus representa expressivo quantitativo de empresas em exploração, cujos tamanhos situam-se entre 0 e 20 hectares, menos de um módulo rural (Tabela 2) correspondem

61,5% ou 2.058 imóveis, mesmo levando-se em consideração o argumento anterior de que um mesmo proprietário possui vários imóveis, existe neste cenário, um número significativo de agricultores familiares de fato, isto evidencia uma das razões para o município buscar tornar-se forte na produção de alimentos voltados para o mercado interno, em função justamente desses pequenos produtores que atuam nesse sentido.

A intensificação do capital na agricultura implica agregação produtiva de terras, caso da cultura do café e cacau, denota movimento de retração dos imóveis com mais de 1.000 ha. Transforma extensa área de pecuária em lavoura mais produtiva e intensiva em mão de obra ou tecnificada, redefine estrutura fundiária.

As políticas agrícolas aplicadas pelo estado intensificam as relações capitalistas de produção no meio rural. A transformação desta realidade exige organização dos segmentos “excluídos” do processo produtivo, que originam movimentos sociais de luta pela terra. A Mesorregião Sul Baiano expressa elevada concentração de projetos de reforma agrária (dirigidos política estatal e movimentos sociais) e acampamentos.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) afere que, na Bahia, existem 351 projetos de reforma agrária; observa-se que 90 ou 25,6% fixam-se na Mesorregião Sul Baiano; repartem 66.686 hectares entre 4.193 famílias. Existem 278 acampamentos; destes, 81 ou 37,7% localizam-se na região, e acolhem 4.389 famílias (Quadro 1).

Tabela 3 - Acampamentos e projetos de reforma agrária na Bahia, novembro 2004

Região econômica	Acampamento		Projeto de reforma agrária		
	Nº	Famílias	Nº	Área – há	Famílias
Baixo médio são Francisco	7	391	4	27.449,64	1.016
Chapada diamantina	10	868	22	54.507,40	2.024
Extremo sul	23	3.454	25	42.207,10	1.969
Irecê	7	317	14	80.917,88	1.958
Médio são Francisco	35	1.475	49	351.402,32	9.097
Nordeste	26	1.414	29	84.323,09	1.874
Oeste	9	744	23	233.495,32	4.790
Paraguaçu	21	1.849	27	96.145,89	3.637
Piemonte da Diamantina	4	46	17	48.687,26	10.476
Sudoeste	11	1.075	32	48.302,45	2.262
Sul baiano	81	4.389	90	68.685,91	4.193
Outras	22	1.138	18	21.683,40	1.108
Total	278	17.160	351	1.157.807,36	35.404

Fonte: INCRA, CETA, MST e FETAG (2004), adaptação Fernandes de Santana, A.

A Tabela 3, apresenta a distribuição dos acampamentos e projetos de reforma agrária pela Mesorregião Sul Baiano, Microrregiões Ilhéus/Itabuna, Porto Seguro e Valença. Ilhéus desponta como o município onde mais se manifesta a luta pela terra, fenômeno devido fatores como extensão territorial, crise que assola a cacauicultura, estrutura agrária mais avantajada, mercado para os produtos/matérias-primas e condições edafoclimáticas propícias à exploração das atividades agropecuárias.

2.2.3 Uso do Solo com Atividades Agroeconômicas

Relaciona-se o uso do solo com a exploração econômica, mostrando ocupação da terra distribuída por exploração. O *locus* em questão apresenta conjunto de imóveis com respectivas lavouras e criações, atendidas pelo serviço de extensão rural da CEPLAC, empresas que aplicam tecnologias orientadas pelo Órgão.

A Tabela 3 indica a quantidade de explorações via forma de acampamentos ou projetos de reforma agrárias nas propriedades agrícolas da região. Representa o perfil dos estabelecimentos da Microrregião Ilhéus/Itabuna, antes ocupado pela monocultura cacauieira, que diversifica atividades por força da crise que afeta a lavoura, demonstra interesse dos produtores em introduzir cultivos, e ocupa pequenas áreas.

O leque de explorações surge como alternativa à cacauicultura em razão da crise e incidência da vassoura de bruxa – dizimando considerável área de cacauzeiros. Apesar disso, existe uma resistência por parte de uma parcela de agricultores em investir na diversificação agrícola. Costa (2012) constata que, apesar da crise e vassoura de bruxa instalada, o produtor acredita no cacau como cultivo indissociável da vida econômica e social da região. A superfície cultivada com a lavoura demonstra crescimento, mesmo com incentivo para introdução de atividades agrícolas; a cacauicultura abrange 68,7% da área ocupada com cultivos, representando 47,3% da municipal.

Essa obsessão pelo cultivo do cacau respalda-se na liquidez da amêndoa, traço cultural que não faz distinção entre pequenos e grandes produtores no sul da Bahia. Alguns fazendeiros apostaram na diversificação da propriedade com café, pecuária, banana, coco, pupunha e outras. A mudança de mentalidade se processa lentamente, pois as sociedades rurais revelam por característica aparente imobilismo (MENDES COSTA, 2012).

A pecuária com aptidão para o corte revela-se a segunda exploração mais relevante no município, abrange superfície de 20.747 hectares, o que significa 26,% da área explorada. Surge como atividade complementar à cacauicultura, ocupa piores solos, apascente animais de serviço e

bovinos. Desse modo, o cacau e a pecuária representam explorações agrícolas de maior peso econômico da região.

Quanto à ocupação da vegetação natural, verifica-se que a capoeira estende-se por 22.851 ha, representa 19,7% da área total do município. As matas cobrem 13.340 ha, significando 11,4% da superfície territorial de Ilhéus. Aparece ainda área inaproveitável (357 ha), várzea (37 ha), lâmina d'água (27 ha) e manguezal (10 ha). Alger e Caldas (1996) destacam que, na região cacaueira baiana, encontra-se a maior área intocada de remanescentes da Mata Atlântica.

2.2.4 Desigualdade na Distribuição da Posse da Terra

Os conflitos pela posse e uso da terra na região nos últimos anos minimizam-se em função de atualmente não se perceber um número elevado latifúndios por extensão. Empresas com mais de 600 ha, consideradas grandiosas para a região, exploram cacaucultura, bovinocultura e reflorestamento, ou seja, propriedades produtivas. Dessa forma, apresenta-se de forma aparente uma baixa concentração fundiária, já explicada anteriormente, comparativamente ao restante do estado; todavia, o índice de Gini aponta a existência de distribuição não equitativa das terras (Quadro 3).

Tabela 4 - Índice de Gini – distribuição da posse da terra na Bahia e Ilhéus

Especificação	Interstícios				
	1970	1980	1990	2000	2010
Ilhéus	0,680	0,701	0,731	0,737	0,755
Bahia	0,801	0,826	0,841	0,845	0,875

Até o surgimento da vassoura de bruxa, a expressão reforma agrária configura pequena relevância. O movimento de luta pela terra revela atuação moderada, certamente pelo fato de a cacaucultura apresentar um elevado índice de empregabilidade, obstaculizando o despertar dos trabalhadores rurais para ocupar as fazendas. Ressalta-se que, na Microrregião Ilhéus-Itabuna, predomina a pequena propriedade; estende-se por 35,7% das terras.

Constata-se que a concentração de terras em Ilhéus, índice de Gini apurado entre 1970/2010, salta de 0,680 para 0,755, representando incremento de 11,0%. O aumento registrado entre os anos de 1970/1990 credita-se à alta de preço do cacau, e promove ampliação do capital monetário em mãos do produtor, aplicando parte da poupança para aquisição de propriedades. No período 1990/2010, a concentração cresce em razão do empobrecimento dos produtores tradicionais, que vendem seus imóveis a entrantes na atividade ou especuladores.

No início da lavoura cacaueira, a origem humilde e a falta de recursos dos primeiros que se aventuram mato adentro para formar roças explicam a existência de um reduzido quantitativo de latifúndios. Isso é contraditório quanto à doação de sesmarias, raiz da elevada concentração de terras no Brasil. Além disso, pequenas áreas cacaueiras oferecem boa produtividade e rentabilidade. Conforme Vargens (1995), a concentração fundiária no sul da Bahia se efetivou conforme explicitado anteriormente através da posse de várias fazendas com porte reduzido².

2.2.5 Externalidades da Economia Cacaueira

A economia cacaueira impulsiona a riqueza dos 70 municípios localizados na Mesorregião de Ilhéus e Itabuna, os centros urbanos que catalizam e centralizam as atividades turísticas, de serviços e comércio. O poder público estadual e regional atrela respectivas receitas à dinâmica da cacauicultura. O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, constitui tributo municiador dos recursos para as máquinas públicas municipais. A União se beneficia da exportação e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, gerado pelo cacau. Além das receitas tributárias, revela capacidade de irradiar riqueza pelos municípios e patrimônio representado pelas fazendas, geração de empregos e fixação da população no meio rural. O Produto Interno Bruto – PIB retrata movimento da riqueza entre 1980/2008, e demonstra fases de retração e expansão da economia. A agudização da crise ocorre no interregno 1991/1996, já que a doença vassoura de bruxa compromete cacaueiros e produção da lavoura, afeta aspectos sociais, econômicos e ambientais (Tabela 5).

Tabela 5 - Produto interno bruto da Região Cacaueira. Período: 1980/2008

Municípios	Valor do PIB – R\$1.000,00				
	1980	1991	1996	2004	2008
Ilhéus	823.078	844.046	779.100	1.464.765	1.632.810
Itabuna	460.864	538.156	530.501	1.308.336	1.945.414
Demais municípios	1.252.075	738.648	554.844	2.003.264	2.673.365
Total	2.536.017	2.120.850	1.864.445	4.776.365	6.251.589

Fonte: IBGE (2008), Elaboração: Fernandes de Santana, A.

²Fernando Vargens, chefe da unidade de Itabuna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Entrevista cedida à Gazeta Mercantil, 12/04/95, em A Saga do Cacau.

Este desempenho do PIB se deve à queda de produção de cacau desde a instalação da vassoura de bruxa (1989). Os Municípios de Ilhéus e Itabuna sofrem menos, pois mantêm turismo, indústria, comércio e serviços em expansão, o que arrefece efeito da crise sobre a cacauicultura. Os demais municípios, dependentes da cacauicultura, sentem com mais profundidade o desarranjo da lavoura.

No período 1991/1996, a posição recrudescer, os municípios da Microrregião assistem aos preços da amêndoa de cacau despencarem, e Ilhéus e Itabuna também reduzem dinâmica econômica. Trata-se da etapa em que a enfermidade ganha caráter epidemiológico, domina a cacauicultura, acarretando profundos estragos às plantas (morte de cacauzeiros) e produção – inviabiliza extração das sementes.

Entre 2004/2008, a região encontra alternativas de produção. Mesmo o cacau reage, produtores executam o controle da doença através dos tratamentos culturais e fitossanitários (clonagem das plantas susceptíveis por material botânico tolerante), os preços internacionais reagem, e conjuntura favorece a região. Ilhéus/Itabuna ampliam áreas de serviços, onde desponta educação, saúde e comércio, que compensam falta do cacau como propulsor da economia regional.

Assim, observa-se que o PIB da Região toma rumo ascendente, aliviando crise acentuada na década anterior. Os serviços se organizam como alternativa capaz de diminuir o espaço deixado pelo cacau – quando assumem a base de sustentação econômica principalmente para Ilhéus e Itabuna. O PIB por setores demonstra a evolução e força de cada um na formação da riqueza produzida na região (Tabela 6).

O PIB por setores de produção demonstra a influência do cacau na composição do produto na região. Observa-se que o PIB agropecuário de 1980 corresponde a 82,4% do consolidado na região. As atividades agropecuárias prevalecem na formação da riqueza. Observa-se que os demais setores da economia pouco influenciam na composição do produto.

Tabela 6 - Demonstrativo do PIB setorial da microrregião Ilhéus-Itabuna

MUNICÍPIO	Valor do PIB Setorial – R\$1.000.000,00														
	1980			1991			1996			2004			2008		
	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV	AGR	IND	SEV
Ilhéus	700	41	83	422	253	169	195	273	312	366	440	659	408	490	735
Itabuna	392	23	46	226	108	204	106	159	265	195	458	654	195	584	1.167
D. Município	998	63	191	559	138	142	390	28	137	1.202	100	701	1.604	134	936
Total	2.090	127	320	1.207	399	515	691	460	714	1.763	998	2.014	2.207	1.208	2.838

Fonte: IBGE/SEFAZ, Bahia (2008) Elaboração: Fernandes de Santana, A.

No decorrer de 1991, o PIB agropecuário consigna queda de 42,3% em relação à década de 80, e indica influência decisiva do cacau na sua formação. A crise e a redução da produção implicam no descenso do produto agrícola regional. Representa menos de 43% se visualizado período anterior. Nesta década, quando o cacau beira o “fundo do poço”, além de baixa produção, os preços atingem níveis aviltantes. O interstício marca-se por acirramento da crise e adoção de políticas ineficazes de apoio à cacaucultura, e deixam o produtor sem condições de manter a lavoura.

O ano de 2004 começa deflagrando um alívio quanto à situação caótica vivenciada pelo cultivo. O preço começa a subir, o que motiva o produtor a melhorar tratamentos culturais em busca do aumento da produção e produtividade. Desde esse período, as políticas públicas auxiliam na alavancagem da economia regional, clonagem dos cacauais e aplicação de insumos na cacaucultura. Assim, a produção experimenta um crescimento do produto regional.

O exercício 2008 demonstra um crescimento no âmbito da agropecuária e serviços, quando alcançam elevados índices de aumento, denotando que serviços de educação superior, saúde, comércio (*Shopping Center Jequitibá* em Itabuna) e lojas especializadas nas duas cidades melhoram a dinâmica dos negócios. Mesmo com incremento do setor serviços, constata-se que o agropecuário se mantém como segunda forma de criar riqueza (Tabela 6).

O perfil traçado da região oferece significado relevante para situar a cacaucultura como algo inexorável à vida de Ilhéus como pólo de convergência do território, cuja formação e sobrevivência por longo tempo (200 anos), sustenta-se num produto, exemplo raro na formação econômica brasileira, predominando como principal geradora de riqueza. Esta caracterização oferece significado à análise da trajetória, pontos de fortalecimento e fragilidades, diante de fatores endógenos e influência decisiva da exogeneidade no desempenho da economia regional, sob reflexo do cacau.

A capacidade de o cacau externalizar benefícios para economia demonstra-se através da riqueza gerada. Dados do PIB explicitam a potencialidade do produto, principalmente nos tempos áureos. Observa-se que o impacto da crise desemboca na retomada da riqueza com a introdução de investimentos, notadamente no setor terciário (comércio, educação e saúde), alimentando melhoria do setor primário, mostra sinais de reabilitação a partir de 2004.

CAPÍTULO III - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo discorre sobre temas e conceitos alusivos às categorias sociais, econômicas e demográficas desveladas ou externadas pelo objeto de pesquisa. A apreensão da realidade baseia-se na concepção sobre desenvolvimento, papel do estado, política pública, sociedade civil, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, cooperativismo e capital social.

3.1 Desenvolvimento

A temática Desenvolvimento Econômico – ainda não era propriamente uma disciplina - obteve papel de destaque no meio acadêmico após a segunda guerra, pois pretendia tratar de uma questão então “nova” e estimulante: a questão do subdesenvolvimento em determinadas regiões e suas formas de se alcançar o desenvolvimento econômico.

Nóia (2011) afirma que, em condições ainda “informais”, a noção de desenvolvimento econômico foi identificada, segundo Latouche (1998), num memorando de 1938, referindo-se ao nível de desenvolvimento econômico das sociedades, consubstanciando a ideia de que as sociedades primitivas são atrasadas por não haver progresso técnico/científico.

Segundo Hirschman (1958), o grande marco da teoria do desenvolvimento foi durante a Revolução Keynesiana, pois, através da ruptura proporcionada por essa revolução no pensamento econômico na década de 1930, houve a possibilidade de se pensar a economia de outras maneiras, porque deu a legitimidade teórica necessária e que até então lhe faltava. A economia arcava com os problemas típicos das disciplinas orientadas para a ação”, portanto se defrontava com a tarefa de ter de explicar o agir sobre os fatos. Durante muito tempo, o crescimento econômico, tendo como principal dado estatístico o Produto Interno Bruto dos países, era considerado como sinônimo de desenvolvimento.

Durante a década de 1950, essa percepção foi fortemente motivada pela constatação de que a semi-industrialização que impulsionava o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, “não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens

materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e educação” (NÓIA, *apud* VEIGA, 2010, p. 19).

De acordo com Maluf (2000), a palavra desenvolvimento só veio a obter o *status* de conceito em 1960. No ano de 1968, o conceito foi utilizado como um dos significados da palavra crescimento, que também estava relacionada a noções como evolução, expansão e progresso.

Hirschman (1958), na teoria do subdesenvolvimento, aponta uma dificuldade metodológica: a inexistência de um país subdesenvolvido típico. Não há, portanto, como fazer generalizações sobre o subdesenvolvimento. Outro problema para a análise do subdesenvolvimento foi a modernização das sociedades acompanhadas de tensões e autoritarismo político.

Autores da Comissão Executiva para a América Latina e Caribe - CEPAL também se destacam ao tratar especificamente da América Latina, dentre eles Celso Furtado. Para a Cepal, a base explicativa para o subdesenvolvimento da América Latina é a ideia da dicotomia centro-periferia, pois, para esses autores, como os avanços ocorreram de forma distinta nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o mesmo sucedeu na repartição de seus ganhos, principalmente através da deterioração dos meios de troca, em razão da grande dependência da atividade primário-exportadora. Como saída em direção ao desenvolvimento, a Cepal defendeu a substituição das importações e reformas através da intervenção do Estado. O esgotamento do modelo heterodoxo da Cepal ocorreu com a crise do papel do Estado e a modificação do seu papel com o mercado.

Maluf, *apud* Furtado (2000), adotou uma abordagem estruturalista sobre o desenvolvimento segundo a qual há uma perspectiva histórica de longo período, na qual discorre sobre ciclos de contração e crescimento econômico, como por exemplo, o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do ouro e o ciclo do café.

Ainda para Maluf, “as teorias de desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduzem à melhoria de bem-estar de uma população com crescente homogeneização social” (MALUF *apud* FURTADO, 2000).

Em sua análise sobre a economia do desenvolvimento, Hirschman (1958) rejeitava o monoeconomismo, pois, para ele, os países subdesenvolvidos, tomados em conjunto, apresentam certo número de características econômicas comuns, que os distinguem dos países industriais avançados.

Ao abordar o crescimento econômico e equidade social, Hirschman conclui ser muito difícil atingir conjuntamente crescimento econômico com redução da desigualdade, pois, segundo este autor, o crescimento econômico envolve escolhas, o que obrigatoriamente gera diferenciações.

Para Hirschman, a preocupação excessiva com a iniquidade, muito cedo, poderia prejudicar o crescimento de determinado país. Sendo assim, ele fala em certa tolerância à iniquidade (existente em diferentes graus em todas as sociedades). Argumenta que, quanto mais desigual for uma sociedade, menor será a tolerância. Este é um argumento explicativo do autor, o que não expõe sua concordância quanto à adoção do mesmo.

Segundo Bianchi (2007), Hirschman ainda expõe a ideia de uma noção de desenvolvimento desequilibrada (Unbalanced growth: na espousal), aí definindo um comprometimento com a ideia de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios.

Contrariamente aos seus antecessores, Hirschman questiona soluções genéricas para tratar do desenvolvimento econômico, principalmente em relação aos problemas gerados pela industrialização; ele defendia que não era necessária uma solução simultânea, mas, ao contrário, novos processos de industrialização favoreceriam uma série de soluções sequenciais que seriam diferentes das seguidas pelos países desenvolvidos. Nesse contexto, ele argumentava que a principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades com alto potencial de gerar encadeamentos, principalmente encadeamentos para trás.

Como alternativas econômicas para sair de uma situação de subdesenvolvimento, Hirschman (1958) afirma que um país subdesenvolvido poderia alcançar sucesso investindo em setores de maior risco, como, por exemplo, a indústria de transporte aéreo, pois isso faria com que o comprometimento e o empenho fossem maiores devido aos altos riscos de perdas envolvidos. Isso faria com que esse país não precisasse percorrer todas as etapas percorridas pelos países de industrialização mais velha.

Para Maluf (1998), existe uma necessidade de se repensar o desenvolvimento, assim justificada:

A necessidade de repensar o desenvolvimento justifica-se no mínimo, como contraposição à convencional prescrição de mais 'crescimento econômico' acompanhado de instrumentos compensatórios das evidentes mazelas sociais e ambientais geradas pelos padrões de crescimento que vigoram até os dias atuais (MALUF, 1998, p.37).

Maluf (1998) afirma que o objetivo da equidade social não se resume à promoção do crescimento econômico. Indica este autor que é preciso ultrapassar os limites do indicador utilizado para medi-la, pois a renda monetária não se constitui um parâmetro suficiente de equidade e de bem-estar social dos diversos segmentos da sociedade, ainda que seja determinante nas condições de vida.

Numa evolução explícita sobre o conceito de desenvolvimento, o economista indiano Amartya Sen (2000) expõe uma visão que ultrapassa as abordagens que consideram apenas PIB, industrialização e renda *per capita* como itens de mensuração do desenvolvimento. De uma forma ousada, ele apresenta a ideia da expansão das liberdades como o fim principal e o principal meio para se chegar ao desenvolvimento.

Para Sen (2000), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do processo tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento da liberdade das pessoas.
- 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agentes das pessoas.

Sen (2000) afirma ser, aquilo que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdade política, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Uma abordagem ampla desse tipo permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debates abertos. Essa abordagem nos permite, ainda, reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevaletentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas de prezar (SEN, 2000, p. 23).

Desta forma, liberdades políticas ajudam a promover segurança econômica, ao passo que liberdades sociais auxiliam e facilitam a participação econômica que, por sua vez, ajuda a criar recursos individuais e também recursos públicos para os serviços sociais.

Essa reflexão teórica sobre o desenvolvimento subsidiou esta pesquisa, cuja relevância maior consiste em uma metodologia que oportunizará a participação ativa daqueles atores que sempre foram tratados como “objetos de estudo” e não como sujeitos participantes, ou seja, conterà um olhar dos agricultores familiares do município de Ilhéus sobre uma política pública diferenciada e seus efeitos sobre suas vidas e a economia local. É um tema fundamental para uma reflexão e contribuição ao debate teórico sobre as estratégias adotadas até então para recuperação da economia local e o desenvolvimento da região cacaujeira do Sul da Bahia, ressaltando a vertente da justiça social com o olhar para as condições de vida e atuação na economia cacaujeira de um de seus estratos sociais em que há muito menos favorecidos, ou mesmo esquecidos pelo Estado.

No que se refere à pobreza, Sen (2000) inova o foco da solução ao afirmar que o problema da pobreza deve ser visto não apenas como baixo nível de renda, mas também como privações de

capacidades básicas. É nesse sentido que o autor concentra-se nas liberdades como o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento.

Citando Maluf (2000), Mafra (2004) afirma que este autor compreende que a abordagem de Sen evoluiu na direção de definir desenvolvimento como liberdade, numa trajetória que esteve focada, inicialmente, na ausência de “titularidades” ou “habitações” (*entitlements*) como causa da fome e da pobreza de indivíduos e coletividades e, posteriormente, no desenvolvimento como expansão das capacidades (*capabilities*) entendidas enquanto condição para que os indivíduos exerçam plenamente a liberdade de escolher os “modos de funcionar” (*functionings*), os modos de ser e de fazer (*doingsandbeings*) que tenham razões para valorizar.

Maluf (2000) aborda uma questão também muito interessante no debate atual sobre o desenvolvimento, que é a relação entre: desenvolvimento, diversidade e desigualdade. Este autor faz uma diferenciação da diversidade de situações como expressão de desigualdade no sentido quantitativo, que, para ele, constitui-se na dimensão tradicional realçada nas análises sobre os processos de desenvolvimento, como, por exemplo, em análises de concentração de capital.

Maluf (2000) assegura que a diversidade de condições e a desigualdade dela derivada têm também um significado qualitativo que comporta antes a ideia de “ser diferente” do que a de “ter menos” ou a de insuficiência”. Para este autor, existem quatro fatores de diversidade no sentido qualitativo: o cultural; a diversidade institucional; a diversidade humana; e a diversidade natural (pelo fato dos recursos naturais não serem igualmente distribuídos).

Tem ocorrido uma evolução nas teorias que versam sobre a temática do desenvolvimento, diferenciando-o da noção de crescimento econômico (essencialmente quantitativo). Essas mudanças ocorrem com a introdução no debate sobre desenvolvimento de aspectos que extrapolam o campo econômico, ampliando-se positivamente o conceito de desenvolvimento, ao tratar de temas como: liberdades, equidade social, diversidades, bem-estar social, relações intra-institucionais, entre a sociedade e as instituições e entre a sociedade e o Estado; verifica-se um avanço teórico enorme no campo do desenvolvimento, principalmente ao se reconhecer que não devem existir generalizações, tão pouco se soluciona questões referentes ao desenvolvimento, acrescentando “mais do mesmo”, em países diversos.

3.1.1 Desenvolvimento Regional

A abordagem sobre desenvolvimento regional traz a noção de espaço geográfico e econômico. O espaço econômico “abstrato” constitui o conjunto de relações referentes aos

fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos. Este aspecto analisa-se quanto ao conteúdo do plano, campo de forças e conjunto homogêneo.

Por conteúdo do plano, compreende-se o local onde ocorrem as relações entre os agentes econômicos (empresa, trabalhador e fornecedor de matérias-primas), e apresenta a característica da mutabilidade no tempo. Já o campo de forças consiste na capacidade de os agentes envolvidos atraírem e repelirem elementos econômicos de oferta e demanda para o espaço (SILVA, 2002).

Com relação às teorias clássicas da localização, Gremaud (2003) afirma que o primeiro conjunto de abordagens sobre o desenvolvimento econômico regional emerge com Von Thunen, Alfred Weber e Losch. Concentra esforços para entender como as atividades econômicas se distribuem no meio geográfico. Entende o município ou região como espaço geográfico delimitado, onde uma determinada atividade econômica revela potencial (alternativa) capaz de promover a geração de emprego e renda.

Gremaud (2003), ao analisar a teoria de dos pólos desenvolvida por François Perroux, afirma que ele preconiza que a atividade motriz, ao inserir-se em determinada região, produz efeitos positivos e negativos, os quais exigem tratamento especial para a região obter o desenvolvimento desejável. A conceituação de indústria motriz idealizada por Perroux possui três características fundamentais: (1) – contribuir com participação expressiva na produção da região polarizada; (2) – apresentar taxa de crescimento superior à média regional; (3) – possuir ligações técnicas (*linkages*) com outras unidades fabris, constituição de complexo industrial.

Para Oliveira (2003), o desenvolvimento regional geralmente denota a ideia da existência de força motriz com caráter exógeno capaz de influenciar, por meio do encadeamento (*linkageeffects*), as demais atividades econômicas. Em linhas gerais, conhece-se como paradigma “centro-abaxio”, por registrar a presença de forças impulsoras advindas de regiões centrais.

Já a abordagem do desenvolvimento regional endógeno classifica-se como processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, cujo desdobramento enfatiza a retenção do excedente gerado na economia local e, ou atração da riqueza proveniente de outras regiões. Resulta na ampliação do emprego e renda autóctone e regional (AMARAL FILHO, 1996). Busato e Pinto (2005) elencam como as principais dimensões do desenvolvimento local as seguintes:

- 1) Econômica – identificar e usar fatores produtivos locais para gerar trabalho e renda, fortalecendo cadeias produtivas, redes de micro e pequenas empresas, uso de tecnologias apropriadas para melhorar a qualidade de vida e o equilíbrio do meio ambiente. Apoio às cooperativas, pequenas empresas associativas, integração das pequenas empresas e escritório informal na busca de alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda. 2) Sociocultural – participação dos cidadãos na estrutura de poder, nas decisões, tendo como referência histórica os valores, a ética

na política e na vida cotidiana e cultural do território. 3) Político-institucional – criação e funcionamento de espaços de construção de políticas públicas, através dos diferentes atores sociais (BUSATO; PINTO, 2005, p.213).

Costa (2012) aponta como sendo nítida a transição no que se refere às políticas de desenvolvimento regional (DINIZ; CROCCO, 2005, p. 16). Até meados da década de 1970, as políticas regionais eram do tipo “de cima para baixo” (*Top-Down*). Após esse período, o desenho das políticas regionais centra-se na estrutura “de baixo para cima” (*Bottom-up*), focado na produtividade endógena das economias regionais e locais. Esta mudança nas estratégias das políticas de desenvolvimento regional reflete as alterações das concepções teóricas da chamada Economia Regional.

3.1.2 Desenvolvimento Local

O tema do desenvolvimento local não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais tornam-se uma tarefa, no mínimo, difícil (MALUF, 2000).

Em estudo realizado sobre a temática do desenvolvimento local, Martins *et al.* (2010), exemplificam a variedade de conceitos existente a respeito deste tema citando alguns autores:

Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista” (Benko e Lipietz, 1994). Há quem diga, por outro lado, que as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e não são apenas o reflexo da reorganização internacional do capital (Bacattini, 1994). Há ainda quem acredite no local como espaço privilegiado para experimentações contra-hegemônicas (SANTOS E RODRÍGUEZ-GARAVITO, 2006, p. 563).

Entretanto parece ser consensual a ideia de que os modelos tradicionais de desenvolvimento, inclusive regional, em geral a tomada de decisões e o planejamento ocorrem sem que os principais interessados no desenvolvimento (comunidade local) sejam auscultados.

A teoria do desenvolvimento econômico local pode ser apresentada como o resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado nacional como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções alocativas do mercado ou como facilitador do ótimo econômico (MULS, 2008, p. 2).

De acordo com Martins *et al.*(2010), no Brasil, a valorização do local como instância privilegiada para planejar e executar políticas públicas de desenvolvimento remonta aos anos 1970. Não se tratava de prática recorrente, dado o contexto altamente centralizador e autoritário da época.

O desenvolvimento local, no contexto de luta pela democracia, serviu como instrumento demonstrador de que as instâncias subnacionais possuíam capacidade para promover o desenvolvimento em moldes alternativos aos grandes projetos desenvolvimentistas que caracterizaram o modelo centralizador e subordinador implantado durante o regime militar. Ocorreram em um contexto de desaceleração econômica e permanência do regime autoritário, ou de suas marcas, em âmbito nacional (MARTINS *et al.*, 2010).

Segundo Costa (2012), a conceituação de Oliveira (2006) traça um paralelo entre desenvolvimento local e democracia, para inseri-lo no exemplo discutido neste trabalho, cuja descrição a seguir denota a fotografia da evolução da atividade econômica atrelada ao modelo de poder, que se instituiu na região cacaueira baiana:

A primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local e ela aparece como um resgate da *ágora* grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. Essa separação aparece como vantajosa para os grandes grupos econômicos e grupos políticos que formam uma verdadeira oligarquia, mas é inteiramente daninha para o cidadão comum. Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

3.1.3 Abordagem Territorial

Com o objetivo de articular o desenvolvimento local dando ênfase especial ao mundo rural no Brasil com uma maior participação social, em 2008, o Governo Federal anunciou a criação de um novo programa, o **Territórios da Cidadania**. Congregando ações de 19 ministérios e com expressivo montante de recursos sob coordenação da Casa Civil do Governo Federal, o programa foi apresentado como uma tentativa de integrar e dar coesão a um conjunto de ações, antes dispersas em diversas estruturas do Poder Executivo. Por isso, para muitos, o programa passou a ser visto como uma espécie de complemento do Programa de Aceleração do Crescimento, principal programa brasileiro, e sinal de que, finalmente, o Brasil rural passava a ser tomado como prioridade (FAVARETO, 2008).

A abordagem Territorial combina a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação com a diversidade de Atores Sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e Territorial, verdadeiros alicerces para o capital social.

O Território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa, num determinado espaço geográfico, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo em interação com outros espaços diferenciados. O Território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações sócio-culturais (BUARQUE, 1986).

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (ABRAMOVAY, 2000).

Os trabalhos de vários autores, com destaque para os artigos publicados posteriormente em Veiga (2002) e Abramovay (2003) fundamentam claramente o que é a abordagem territorial do desenvolvimento e sua aderência à realidade brasileira.

Foi neste contexto que se deram importantes movimentos e ajustes no ambiente institucional das políticas para o desenvolvimento rural. Inicialmente ampliou-se para a escala intermunicipal as ações do antigo Pronaf-Infraestrutura. Posteriormente criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E mais recentemente foi criado um novo programa governamental, o Territórios da Cidadania, cujo intuito é congrega um conjunto de iniciativas dispersas por quase duas dezenas de ministérios e estruturas de governo e destinadas ao desenvolvimento do Brasil profundo, do Brasil rural. Algo ainda muito recente e cujos contornos definitivos estão por serem firmados (FAVARETO, 2008, p. 2).

Nesta análise Favareto (2008) descreve passo a passo o processo de criação e evolução do conceito de Território, descrita por ele como um avanço para as políticas públicas de desenvolvimento no meio rural. O autor é enfático na sua análise sobre a gestão social dos territórios:

Se o critério para medir o êxito da chamada gestão social dos territórios for a capacidade das iniciativas públicas em promover mudanças institucionais na direção daquilo que a emergência da chamada abordagem territorial do desenvolvimento

rural demanda, então poder-se-ia dizer que os progressos foram poucos. Não se trata de uma década perdida porque houve a disseminação de uma nova abordagem, houve maior participação e controle social e, por essa via, uma maior democratização das políticas públicas. O que não é pouco. Mas o resultado está longe dos fins a que estas iniciativas se propõem, porque os investimentos parecem não chegar aos mais pobres e porque não se tem gerado a aprendizagem capaz de aperfeiçoar a política e os investimentos (FAVARETO, 2008, p. 10).

Contudo, reconhece-se que esse novo cenário apontou para mudanças importantes no que diz respeito a políticas de desenvolvimento, é que se passou a observar o meio rural com uma importância fundamental para o desenvolvimento nacional. Segundo Delgado (2009), a partir do processo de redemocratização brasileira, emergem as demandas no meio rural brasileiro.

A política de desenvolvimento territorial enquadra-se no processo de democratização e de descentralização das políticas públicas para o mundo rural na medida em que: (1) promove o surgimento de uma institucionalidade territorial na qual a presença de esferas públicas de participação de representantes do estado e da sociedade civil nas decisões acerca do desenvolvimento territorial busca ser predominante; e (2) substitui o município pelo território como espaço de descentralização das políticas, em função da reflexão crítica feita no país a respeito das limitações da experiência recente de desenvolvimento municipal e de exemplos escolhidos na experiência internacional, principalmente europeia (DELGADO, 2009, p. 38).

Tem sido comum em muitos municípios brasileiros a criação de Conselhos Municipais que tratem da questão do desenvolvimento rural, nisso tem-se a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que se torna um fórum de debate participativo. No município de Ilhéus, não existe o CMDR, sendo este substituído em suas funções junto ao PAA pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), porém percebeu-se que o mesmo não consegue desenvolver as funções de forma efetiva, pois foge às atividades ligadas à assistência social, fato que o caracteriza mais como um órgão legitimador do que efetivo e atuante. Isso parece ter sido gerado pelo fato de a Prefeitura de Ilhéus não contar, no período da implantação do PAA, com um setor atuante na agricultura.

Para Leite *et al.* (2008), a abordagem da territorialização da governança busca utilizar a noção de território como um lócus espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade, que tiveram um papel relevante no movimento de democratização política do Brasil a partir da metade da década de 1980.

Nesta ótica, a retomada da política e a reconstrução da democracia não se restringiram apenas à reativação/redefinição das instituições democráticas tradicionais – partidos, parlamento, judiciário, eleições livres etc. - mas implicaram

na criação de novos espaços públicos. Tal mudança procurava contribuir para a transformação da cultura política predominante e para uma maior compatibilização entre esfera pública e sistema político, entendidos como requisitos necessários à implementação de uma governança democrática. Um momento privilegiado da transição democrática, nessa perspectiva, foi a promulgação da Constituição de 1988 (LEITE *et al.*, 2008, p. 6).

Segundo esses autores, existe outro lado das transformações que acompanharam a economia e a sociedade brasileira a partir da década de 1980. Foi o que Delgado (2005) chamou de “ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada”, ou seja, o ajustamento econômico unilateral à crise da dívida externa por parte do Brasil e de outros países latino americanos, o que levou simultaneamente à quebra financeira do Estado, à crise de sua iniciativa desenvolvimentista e à adoção do receituário de políticas econômicas e sociais neoliberais, especialmente nos anos 1990. Com a ascensão ao poder da ideologia e da política neoliberais, há uma intenção explícita de redefinir o papel do Estado na sociedade e de alterar completamente o padrão de relação Estado e mercado predominante na economia brasileira a partir da década de 1990.

3.2 Agricultura Familiar

Nesta seção, pretende-se abordar mais detalhadamente a agricultura familiar que nos últimos anos passou a ter destaque como objeto de política pública no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf, realizando mudanças importantes na constituição das políticas públicas para a agricultura familiar, focando-as em atores que até então estavam alheios a esse cenário. O conceito de agricultura familiar é muito amplo e diverso. Autores como Abramovay, Carneiro, Wanderley, Lamarche, Maluf, Scham, contribuem para a discussão crítica e histórica sobre esse tema.

A agricultura familiar no Brasil compõe um universo numericamente significativo e bastante diverso de famílias rurais para as quais a agricultura constitui importante componente de sua reprodução econômica e principal referência da identidade social. Ela enfrenta problemas de oportunidades desiguais em sua história de acesso e exploração da terra e de apropriação dos frutos do seu trabalho. Não obstante, pode-se afirmar que o Brasil é um país onde ainda se pode atribuir um papel relevante às famílias Rurais e à agricultura familiar na construção de uma sociedade socialmente equitativa e ambientalmente sustentável (MALUF; ZIMMERMANN, 2005).

A trajetória, ainda curta em termos temporais, do conceito de agricultura familiar, é extensa em termos bibliográficos expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estatuto

teórico dessa "nova" categoria de análise (CARNEIRO, 1999). O conceito de agricultura familiar e, principalmente, as políticas públicas específicas para este segmento majoritário e heterogêneo da agricultura são ainda bastante recentes no Brasil (DENARDI, 2001).

Numa abordagem distinta, Wanderley (2001) afirma: “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (p. 21). Antes, falava-se em pequeno agricultor, pequena produção ou mesmo camponês.

A Lei da Agricultura Familiar, n. 11.326/2006, institucionaliza a categoria agricultor familiar, segundo os seguintes critérios: i) detenção de área de até quatro módulos fiscais; ii) mão de obra oriunda predominantemente da família nas atividades econômicas do estabelecimento; iii) renda familiar predominante das atividades econômicas do estabelecimento; e iv) administração do estabelecimento por membros da família.

Discorrendo ainda quanto à definição da agricultura familiar, Abramovay (1992) afirma que, em linhas gerais, a propriedade e a gestão são determinantes para a conceituação: “Agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou casamento” (ABRAMOVAY, 1992). Pode-se também afirmar que um estabelecimento de agricultura familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de representação social; a agricultura familiar pode ser definida como aquela realizada em uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família (DENARDI, 2001; LAMARCHE 1997).

Para Abramovay (1992), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que, segundo o autor, se constitui um modo de vida. Segundo Zimmermann (2008), a categoria dos agricultores familiares tem como aspectos principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho ser fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertencerem a família, sendo no seu interior a transmissão dos bens em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis.

Apresentando uma diferenciação entre os modelos patronal e familiar, Abramovay (1992) afirma que se distingue a agricultura familiar da agricultura patronal, e que, para ele, predominam na agricultura capitalista na atualidade. Para este autor, a agricultura familiar é definida como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho

assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família, enquanto que a agricultura patronal é definida como sendo a que os membros da família não executam qualquer atividade ligada ao processo de trabalho ou as executam numa proporção menor que a mão-de-obra contratada.

Aspecto importante a ser apresentado é a noção da multifuncionalidade da agricultura, que ganha terreno principalmente nos debates acadêmicos referentes às políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. A agricultura de base familiar é tida como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis. Vale dizer que as atividades que se está propondo estimular são, elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados (MALUF, 2004).

Corroborando com os argumentos de Maluf, Sachs (2001) afirma que os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de autoemprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionado, um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual (SACHS, 2001).

Quanto à abrangência da agricultura familiar no Brasil, Buanain (2003) afirma que, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/96, existem no Brasil 4.859.732 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Em 1996, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões. Destes, 4.139.369 são estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões ou 37,9% do VBP total, apesar de receber apenas 25,3% dos financiamentos agrícolas. Os agricultores patronais, representados por 554.501 estabelecimentos, ocupavam 240 milhões de ha.

Segundo o IBGE (2006), no Censo Agropecuário 2006, foram identificados 367.902 estabelecimentos da agricultura familiar (Tabela 7), o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os

estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Esses dados do IBGE (2006) apontam uma redução em relação ao censo de 1996 no que diz respeito tanto à quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, quanto à área ocupada. Isso não significa que tenha reduzido sua importância na economia brasileira, muito pelo contrário, devido principalmente à função precípua da agricultura familiar, que é a de produzir alimentos para o consumo interno, auxiliando assim no desenvolvimento sócio econômico local e nacional.

Na Bahia, os estabelecimentos de agricultura familiar, segundo este mesmo censo do IBGE (2006), representam 87,4% do total de estabelecimentos (665.831), enquanto que a área ocupada está em torno de 34,11% (9.955,563). A agricultura não familiar apresenta um número de 95.697 estabelecimentos, enquanto que a área ocupada é de 19.224,996 há. Demonstra-se assim igualmente concentração na estrutura agrária estadual.

Tabela 7 - Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006

Agricultura familiar	Total de Estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras nos estabelecimentos					
			Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com Forrageiras para corte	
			Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)	Estabelecimento	Área (há)
Total	5175489	329941393	1480243	11612227	3127255	44019726	3313322	4114557
Agricultura familiar (Lei nº 11.326)	4367902	80250453	1233614	4290241	2719571	12012792	2851616	1338027
Não familiar	807587	249690940	246629	7321986	407684	32006933	461706	2776530

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com Scham (2009), os agricultores familiares brasileiros, representados por, aproximadamente, 4,5 milhões de famílias, 85% do total vivem e trabalham em condições extremamente adversas – nem sempre têm terra, sem capital, com baixo nível de escolaridade e sem tecnologia. Representam, portanto, uma categoria, no conjunto da sociedade civil, que expressa, com extrema evidência, o grave e lamentável fenômeno de dispersão e de exclusão social jamais visto no Brasil. Apesar disso, são responsáveis por mais de 60% da produção de alimentos no País e têm capacidade de gerar sete vezes mais postos de trabalho do que a atividade agrícola patronal. A atividade produtiva agrícola familiar, ao manejar nove ha de terra, gera um emprego, contra 60 ha necessários para gerar o mesmo emprego pela grande propriedade patronal. Ao considerar esses

fatos e também a compreensão de que, ao lado de cada agricultor familiar, existe uma família, isso representa um contingente de mais de 30 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira (SCHAUM, 2009).

A Tabela 8 – Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006, do IBGE (2006), extraída do Censo Agropecuário 2006, explicita a condição do produtor em relação às terras: dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores tinham acesso às terras na condição de proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 87,7% das suas áreas. Outros 170 mil produtores declararam acessar as terras na condição de “assentado sem titulação definitiva”. Entretanto, outros 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja na modalidade arrendatários (196 mil produtores), parceiros (126 mil produtores) ou ocupantes (368 mil produtores). Os menores estabelecimentos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 hectares.

Tabela 8 - Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006

Agricultura Familiar*	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentamento sem Titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor Sem área
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos
Total	3946276	306847605	189191	5750283	230110	9005203	142531	1985085	412357	6353218	255024
Agricultura familiar	3263868	70346453	170391	4065596	196111	2093567	126795	708852	368668	3035985	242069
Não Familiar	682408	236501152	19900	1684687	33999	6911635	15736	1276234	43689	3317233	12955

*Lei n. 11.326

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

As tendências recentes do sistema agroalimentar caracterizam-se pela coexistência de processos de padronização e diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão até a etapa da produção agrícola. De um lado, assiste-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, ainda que as novas tecnologias permitam que a maior escala de produção seja acompanhada da diferenciação dos produtos finais. Uma das consequências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional (MALUF, 2004).

No que diz respeito à direção dos estabelecimentos produtivos agrícolas, dados do IBGE (2006) apontam que pessoas experientes com 10 anos ou mais de direção nos trabalhos eram a maioria (62,0%) na condução da atividade produtiva da agricultura familiar (Tabela 9). Os estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de cinco anos de experiência representam

apenas 20,0% da agricultura familiar. Revelam também um aspecto importante da agricultura familiar: pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7,0%. Esse dado explicita que, na agricultura familiar, o número de mulheres em termos percentuais na condução da atividade produtiva é praticamente o dobro da agricultura não familiar, provavelmente pelo fato de que, na agricultura familiar, as mulheres de fato executam as tarefas produtivas ao lado dos homens, apontando uma conquista das mulheres na questão de gênero, ainda que em número muito inferior ao dos homens.

Tabela 9 - Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção, segundo a agricultura familiar – Brasil - 2006

Agricultura familiar	Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção							
	Homens				Mulheres			
	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos A mais na direção dos trabalhos	Menos de 1 ano na direção dos trabalhos	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalhos	De 10 anos A mais na direção dos trabalhos
Total	132.730	817.681	832.868	2.735.982	16.248	103.745	109.290	426.945
Agricultura familiar	100.878	654.887	686.234	2.325.341	14.764	93.573	98.580	393.645
Não familiar	31.852	162.794	146.634	410.641	1.484	10.172	10.710	33.300

*Lei nº 11.326

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

3.3 Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Esta seção tem o objetivo de fazer um breve relato sobre o Estado e as políticas públicas para a agricultura brasileira, sobretudo no período de redemocratização do país, visando oferecer uma introdução ao tema do próximo capítulo, que trata das políticas para a agricultura familiar.

No que se refere ao papel do Estado na economia, pode-se analisar inicialmente a partir de autores de tradição marxista e neomarxista, dentre eles, Gruppi, que diz: “O Estado emerge a partir de determinado desenvolvimento econômico, liga-se estreitamente à divisão da sociedade em classes. Expressa a dominação de uma classe, regula a luta de classes e responde pelo equilíbrio em conformidade com a correlação de forças vigente na sociedade, para que o embate não se torne dilacerante” (GRUPPI, 1987).

Para Poulantzas (1985), o Estado edita a regra, pronuncia a lei e instaura o campo de injunções, interditos e censura, cria o terreno para a aplicação da violência. Organiza as leis de funcionamento da repressão física, designa e gradua as modalidades. Constitui o lugar de

ordenamento estratégico da classe dominante em relação às subalternas. Trata-se do lugar e centro de exercício do poder.

Na visão de Poulantzas (1985), detecta-se que o Estado quanto à direção política, forma e estrutura, traduz os interesses da classe dominante. As medidas econômicas deste aparelho ideológico apresentam conteúdo político, pois contribuem para a acumulação do capital e exploração da força de trabalho; centram-se na estratégia política delineada pela fração hegemônica da sociedade.

Segundo Anderson (1986), o Estado mostra-se ético na medida em que eleva o padrão cultural e moral da população, corresponde ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, sintonizados com o interesse dos detentores dos meios de produção. Escola e tribunais exercem funções educativas positivas e repressivas, papéis mais relevantes do Estado.

Outros autores de orientação não ortodoxa apontam mudanças na forma de entender o papel do Estado na economia, dentre eles, Romano (2009), que destaca que a literatura sobre o Estado, no início da década de 80, discorria principalmente sobre temas como a questão da autonomia e capacidade do Estado – em termos de Estados “fortes” ou “fracos” – tomando-se do Estado, no dizer de Peter Evans (1997), como uma “variável conceitual”.

Mas, com a difusão das reformas neoliberais, a produção passou a girar em torno da temática da Reforma do Estado, a qual, visando em última instância a redução do escopo da intervenção estatal, colocava questões que diziam respeito à explicação das reformas.

O avanço da estratégia neoliberal determinou uma profunda inflexão na cultura política no Brasil e na América Latina. Assim, menos reconhecida e debatida do que a reestruturação do Estado e da economia que têm resultado da implementação desse projeto, há uma redefinição de significados no âmbito da cultura que integram a transformação que têm se operado nos nossos países. No caso do Brasil, o que há talvez de específico nesse processo seja que ele se defronta com um projeto político democratizante, amadurecido desde o período da resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil (DAGNINO, 2005, p. 98).

Existem autores pertencentes a paradigmas não marxista, que referem-se também à necessidade de reformulação do Estado, como é o caso de Bresser-Pereira (1999), que defende à necessidade de se reformar o Estado e destaca a importância da instituição “sociedade civil”, no contexto das estratégias novo desenvolvimentistas. Para Bresser-Pereira, a sociedade civil, é a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado; ou situada entre a sociedade e o Estado. É o aspecto político da sociedade: a forma através da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do estado. Numa perspectiva política, sociedade civil e Estado somados

constituem o Estado Nação ou o País. A relação entre Estado e sociedade civil pode ser expressa em duas teses, de acordo com Bresser-Pereira (2010).

Primeiro, o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade politicamente organizada; é através dele que a sociedade realiza seus objetivos políticos. Assim, a nação e a sociedade civil são os agentes, constituem a variável independente, enquanto que o Estado é o instrumento. Segundo, a ação através da qual a nação ou a sociedade civil reforma o Estado é a política; é através dela que os cidadãos reformam permanentemente o Estado; é através da permanente reforma do Estado e da permanente discussão das normas e dos valores que cidadãos e cidadãs mudam a sociedade e promovem o progresso (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 9).

Bresser-Pereira (1999) faz os seguintes questionamentos: mas quem será o agente da reforma? Ainda o próprio Estado ou a sociedade civil? E neste segundo caso, o que se deve entender por sociedade civil? Além disso, se seu papel é reconstruir o Estado e torná-lo mais democrático, não necessitaria ela própria fortalecer-se e democratizar-se, além de agente da reforma ser objeto de auto-democratização?

Segundo Neves (2007), articulou-se uma nova relação entre Estado e sociedade civil, no contexto da democratização nos anos 80, por meio de diferentes mecanismos de incentivo à participação, que procuram não só democratizar o Estado, mas, sobretudo, buscam a politização da sociedade civil. Para Neves, a reforma democratizante do Estado e seus modelos de gestão são fundamentais para entender quais são os instrumentos que estimulam a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas.

Na realidade, argumento que esses espaços públicos participativos podem ser vistos como instrumentos eficientes de deliberação de Políticas Públicas, além de tornarem-se uma inovação na gestão do Estado, o qual procura, com sua reforma, a penetração cada vez maior da sociedade civil em seu controle e fiscalização (NEVES 2007, p. 44).

Dagnino (2004), ao tratar criticamente da questão da transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, afirma a existência naquele momento para implementação no Brasil de uma política de cunho neoliberal que se caracterizaria pela adoção de um Estado mínimo:

De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é então que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos. (DAGNINO, 2004, p. 96).

Ainda de acordo com Dagnino (2004), a perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

[...] o impacto da sociedade civil sobre o desempenho do Estado (governance) é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa, inclusive aquilo que une e opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas: aquilo que está sendo aqui designado como projetos políticos.

Corroborando com o pensamento de Dagnino, Romano (2002), ao tratar da participação no debate ideológico sobre a temática do desenvolvimento, chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao lidar com conceitos como: empoderamento, participação, descentralização, capital social, abordagem de direitos (*rights-based approach*), pois, segundo este autor:

Essas categorias, originadas em sua maioria em discursos críticos ao desenvolvimento vigente, tem sido apropriadas e re-semantizadas nos discursos e nas práticas dominantes do *mainstream*, expressos principalmente através dos bancos e das agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, dos governos e de diversas organizações da sociedade civil (ROMANO, 2002, p. 9).

3.4 Empoderamento

Especificamente tratando sobre o conceito de empoderamento, Romano (2002) afirma ser este muito utilizado nos fóruns deliberativos. A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito para superação da pobreza:

O empoderamento é um meio e um fim para a transformação, o das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção, o de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população, e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação, de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza (ROMANO, 2002, p. 19).

Para Delgado (2002), empoderamento consiste num processo social pelo qual as pessoas, as comunidades, as organizações transformam seus recursos em ativos de capital e colocam-se numa posição de poder mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil.

Nas definição de Romano (2002) e Iorio (2002), no emponderamento, as pessoas são atores centrais do poder:

Segundo nossa perspectiva, o empoderamento é: - uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento; - um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (ROMANO, 2002, p. 17).

O empoderamento é uma perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento. Pode parecer simples esta afirmação, mas ela muda radicalmente a perspectiva e a estrutura na qual o desenvolvimento costuma ser pensado. Apesar de ser uma questão em disputa, hoje prevalece uma compreensão que equaciona desenvolvimento como crescimento econômico e por este caminho se construíram análises, abordagens, políticas e programas. Recolocar as pessoas e os grupos vivendo na pobreza ou excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercados) e políticas a serviço destes grupos (IORIO, 2002 p. 27).

Ainda de acordo com Romano (2002), no que se refere ao combate à pobreza, a abordagem de empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e as relações em geral com o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Através do empoderamento se busca conscientemente quebrar, eliminar as relações de dominação o que sustentam a pobreza e a tirania, ambas fontes de privação das liberdades substantivas. Com o empoderamento se procura combater a ordem naturalizada ou institucionalizada dessa dominação, (seja ela pessoal, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica, política, cultural ou social) para construir relações e ordens mais justas e equitativas. O empoderamento implica em tomar partido (ou relembrando a antiga palavra de ordem: ‘compromisso’) pelos pobres e oprimidos e em estar preparado para lidar quase todo o tempo com conflitos (ROMANO, 2002, p. 12).

Entretanto é importante salientar que, no emponderamento, a participação não tem alcance ilimitado. Podem ocorrer restrições de recursos impostas pela legislação, e imperfeições na representação conflitos de interesse são alguns dos fatores limitantes.

Para Dagnino (2004), existe uma confluência perversa ao se tratar sobre o tema da participação nas arenas decisórias e o reconhecimento dos dilemas colocados por essa confluência perversa impõe inflexões necessárias no modo como se tem analisado o processo de construção

democrática no Brasil, as relações entre Estado e sociedade civil e a problemática da constituição de espaços públicos e sua dinâmica de funcionamento.

Na verdade, o que essa confluência perversa veio ressaltar é uma dimensão frequentemente esquecida: a imensa complexidade desse processo, que resiste a análises simplistas e unidimensionais. Uma dessas inflexões é a necessidade de conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída por referências comuns, através da explicitação dos deslocamentos de sentido que sofrem (DAGNINO, 2004, p. 98).

Para Rizek (2002), desprendendo-se do uso restritivo das categorias clássicas, a mediação dos projetos políticos ganha peso explicativo, porque “a clivagem estrutural entre Estado e sociedade civil não é suficiente para entender as suas relações e deve ser combinada com outras clivagens que não necessariamente coincidem com ela, mas a atravessam”. Esse fato é reafirmado quando se tem em vista a expansão para a esfera do Estado de alguns projetos democratizantes que nasceram na sociedade civil.

3.5 Capital Social

A concepção de capital social recebeu grande destaque a partir do debate sobre desenvolvimento local desencadeado pela publicação do livro *Democracy Work*, de Robert Putnam, em 1993 (FREY, 2003, p. 166). “Capital social” refere-se a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco” (PUTNAM, 1995, p. 67).

A expressão “capital social” procura dar significado essencialmente à importância da presença e da “qualidade” das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Capital social se refere às relações sociais que estão “institucionalizadas” na forma das normas ou de redes sociais. Institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais (NAVARRO, 2002).

O Capital Social insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos auxiliam as populações das áreas rurais e urbanas, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões.

Na literatura, existem vários autores que versam sobre o capital social. No Quadro 2, apresenta-se uma síntese com alguns dos desses principais autores, bem como as principais características de suas obras:

Quadro 2 - Síntese de algumas definições de capital social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e re conhecimento mútuos	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados as circunstâncias que os produzem	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (<i>entity</i>), mas uma variedade de entidades tendo como características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro dessa estrutura social	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (<i>social exchanges</i>) sociais seriam o somatório de interações individuais	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social

continua

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura de imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos.
Mark Granoveter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em relações sociais (<i>embedddness</i>). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas). Intimidade. Intensidade emocional. Serviços prestados	Granoveter critica duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de sub-socializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais: e estruturalista e marxista, que ele qualifica de supersocializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem	Capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.

continua

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
John Durston	Correspondente ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e de cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança reciprocidade e cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social)
David Robson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras e compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações), processo de interação (deliberação)	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).

Fonte: Milani, C., 2003, p.16.

Referindo-se a alguns dos autores supracitados, Muls (2008) destaca que Bourdieu preocupou-se em mostrar como a construção de uma rede durável de relações permitiria ao indivíduo (ou grupo de indivíduos) arregimentar um capital que estivesse fora do circuito estritamente econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para fins econômicos, como a acumulação e a reprodução social. Coleman (1990) mostrou como os dilemas de ação da noção de capital social (MULS, 2008).

Segundo Abramovay (2000) , na perspectiva de Putnam e de Coleman o capital social é um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. Para este autor, neste sentido aliás o capital social na obra de Putnam e na de Coleman está bastante próximo ao uso precursor que faz desta noção o sociólogo francês Pierre Bourdieu:

Para Bourdieu, on capital é definido como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (Bourdieu, 1979:128), cuja distribuição social é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Embora Putnam não enfatize esta desigualdade, a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder (*empowerment*, na terminologia que vem se consagrando junto às organizações internacionais de desenvolvimento) e até de mudança na correlação de forças no plano local. (ABRAMOVAY, 2000, p. 6)

Putnam (1993) em estudo sobre a Itália, destaca que nesta, a central e do norte, caracterizadas por fortes valores democráticos e onde as relações sociais são intensas desde a Idade Média, criaram um ambiente propício à participação, colaboração e associativismo.

Ainda em Putnam (1993), este autor questiona o porquê de algumas regiões italianas terem um governo efetivo e assim prosperarem enquanto outras ficaram estagnadas. Segundo ele, as tradições cívicas são a razão.

Existem autores que criticam a teoria de Putnam tanto do ponto de vista metodológico quanto político. Dentre eles destacam-se: Fox (1996), Evans (1996) e Bebbington (1999) que por exemplo, criticam o determinismo histórico defendido por Putnam. Estes autores alegam que o problema não é a ausência de capital social ao nível de comunidades locais, mas a ausência de capital social que permita interagir com atores em outras instancias e escalas. Estacam-se, neste sentido, as relações estabelecidas entre os atores “de fora” do grupo, ou seja, atores do Estado, do mercado e da sociedade civil em diferentes escalas (local, municipal, regional, nacional) (GRISA, *et al.*, 2011).

No campo metodológico, as críticas se referem principalmente na sinergia apontada por Putnam entre as instituições públicas e o associativismo horizontal, pois, Putnam defende a ideia de que existe um complemento entre a meritocracia burocrática e as iniciativas coletivas oriundas do associativismo horizontal.

A crítica metodológica é complementada por um questionamento a respeito da causalidade entre o engajamento cívico e a história sociocultural. O associativismo horizontal é explicado por Putnam com o um a continuidade linear das formas originais de organização da localidade. A polêmica em torno da obra de Putnam reside justamente nessa explicação. Associando as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais naturais a certas sociedades, o autor destitui a grande maioria dos países em desenvolvimento da possibilidade de alcançar a civilidade. O culturalismo da obra indiretamente condena civilizações inteiras às oligarquias e ao atraso econômico permanente. Implica, ainda, a renúncia

da identidade cultural como pré-requisito da democratização. Os neo-institucionalistas rejeitaram essas generalizações, afirmando que a ausência de horizontalidade social, na grande maioria dos países em desenvolvimento, é fruto de ações políticas preteridas pelos regimes autoritários. (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 71)

O capital social insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões (GALVÃO *et al.*, 2005).

3.6 Políticas Públicas

A política pública enquanto área de conhecimento, como disciplina acadêmica, nasceu nos Estados Unidos, de maneira a romper ou pular etapas seguidas até então pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área (SOUZA, 2006), pois, na Europa, essa área do conhecimento concentrava-se mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Segundo esta autora, na Europa, as políticas públicas surgem do desdobramento de teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo. Enquanto que, nos Estados Unidos, surgem na academia sem estabelecer relações com bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Para Frey (1997), na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens de acordo com os problemas de investigação levantados. Em primeiro lugar, pode-se salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: o que é um bom governo e qual o melhor Estado, para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade, que foram as preocupações dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles.

Em segundo lugar, há um questionamento político que se refere à análise das forças cruciais no processo decisório, e finalmente avaliação dos resultados que consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para solução de problemas específicos.

Cada política pública é, antes de mais nada, uma tentativa de agir sobre um domínio da sociedade. Essa ação sobre a sociedade passa pela definição de objetivos – diminuir despesas sociais, limitar a poluição dos automóveis ou erradicar a fome como é o caso do texto – que vão ser definidos a partir de uma representação do problema, de suas consequências e de suas possíveis soluções. Nessa perspectiva, as políticas públicas são mais do que simples processos de decisão nos

quais participa um certo número de atores. Elas constituem “o espaço em que uma sociedade dada constrói sua relação com o mundo, ou seja, com ela mesma” (MULLER, 2003, p. 59).

A formulação de políticas públicas eficientes depende em grande parte da identificação das reais necessidades e potencialidades dos segmentos que dela irão se beneficiar e dos fatores críticos que levarão ao desenvolvimento setorial. Mas a implementação de políticas públicas para reverter este quadro de crise, no entanto, requer planejamento cuidadoso e compartilhado com os principais segmentos diretamente envolvidos na questão ou por ela afetados, como forma de se evitar enfoques equivocados, garantir efetividade das propostas e assegurar a participação conjunta em sua execução.

Para North (1992), o êxito da política de desenvolvimento implica uma compreensão da dinâmica e mudanças econômicas, se as políticas seguidas estão a ter consequências desejadas.

Segundo Leite (2009), sustentabilidade é abordada em termos de processos de mudança institucional e seu desenvolvimento “político” exige um nível dos quadros regulamentares e de interação entre os diferentes componentes sociais e econômicas do mundo rural, e entre eles e os governos.

Segundo Marsh e Olsen (2006) historicamente, a Teoria Política tratou as instituições políticas como determinando, ordenando ou modificando as motivações dos indivíduos e como agindo autonomamente em termos de necessidades institucionais. Por outro lado, elementos substanciais de modernos trabalhos teóricos na Ciência Política supõem que os fenômenos políticos são mais bem entendidos como as consequências agregadas de comportamentos compreensíveis nos níveis do indivíduo ou do grupo.

Ainda para Leite (2009), estes processos de mudança institucional são considerados como referência às dependências do caminho resultante do papel estruturante dos atuais quadros institucionais na seleção de opções e escolhas políticas, tanto em termos das reformas propostas, quanto pelos mecanismos responsáveis pela sua execução e implementação.

A vertente econômica do Estado centra-se em políticas que ingerem sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Dentre as ações alocativas, destacam-se os investimentos públicos e medidas monetárias, fiscais e cambiais. Visa regular o mercado (oferta e procura), superar desequilíbrios e acelerar o desenvolvimento (FILELLINI, 1990).

As políticas sociais são constituídas de transferências de renda, seja na sua forma monetária ou por meio de provisão de serviços, que independem do poder de barganha individual ou de grupos sócio-ocupacionais. Daí entender-se o “Estado do Bem Estar”, ou *welfare State*, como um regime específico de transferências sociais, da base fiscal, cujo objetivo é promover o bem-estar dos

indivíduos mediante uma redistribuição da renda e da riqueza (ativos) comprometida com a ideia de justiça (LAVINAS, 2000).

Para Faria (2005), foram implementados, em diversos países da América Latina, sistemas de avaliação de políticas públicas de escopo variável, sendo tal processo justificado pela necessidade de “modernização” da gestão pública, em um contexto de dinamização e legitimação da reforma do Estado.

De acordo com Leite (2006), com o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social nos países industrializados e os esforços desenvolvimentistas na periferia, houve, a partir dos anos 1960, um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Esses processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século XX resultaram na emergência de um novo campo de investigação social que se pode denominar de análise das políticas públicas.

No Brasil, o interesse pela análise dos efeitos de políticas públicas tem sido contemplado com maior frequência nas áreas da alimentação, educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, saneamento e combate à pobreza, ou seja, as chamadas políticas de *Welfare State* ou política social (MEDEIROS, 2001).

Na mesma direção, Souza (2006) afirma que as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Para Leite (2008), o marco para o ressurgimento das instituições políticas e consequentemente das políticas públicas no Brasil é a Constituição Federal de 1988, a qual conferiu poderes definidos ao Congresso Nacional, Ministério da Justiça, Governos Estaduais, Ministério Público, Tribunal de Contas da União e Procuradoria Geral da República.

Sobre a natureza das políticas públicas, Souza (2006) parte do princípio de que o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes.

Fato importante indica a origem da introdução de política pública como ferramenta de decisões de governos durante o período da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Só depois é que a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande para outras áreas do governo, inclusive para a política social.

Quanto à definição do que vem a ser política pública, Souza (2005) defende não existir uma única, nem melhor definição. Lynn (1980) define-a como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Para Peters (1986), política pública é a soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação que influencia a vida dos cidadãos.

Quanto ao tipo de política pública, Souza (2006) afirma que Theodor Lowi (1964-1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através da máxima: *“a política faz a política”*. Para essa autora, Lowi, com essa máxima, quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas.

Pela tipologia elaborada por Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos, a saber: I) Políticas Distributivas; II) Políticas Regulatórias; III) Políticas Redistributivas; e IV) Políticas Constitutivas.

A política pública pode assumir quatro formatos: o primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuros para outros; são em geral políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos (SOUZA, 2006, p. 9).

Para Romano (2011), em termos de atores, readaptando a proposta de Lamounier (1994), diferenciam-se dois grandes grupos: de uma lado, os “atores estatais” (isto é, os diversos atores governamentais e o Congresso Nacional), e, de outro, os “atores privados” (elites agrárias e agroindustriais, compostas por grandes e médios proprietários, os complexos das agroindústrias, o agronegócio e suas associações; a bancada privada; os importadores; agricultores familiares, trabalhadores rurais, os sem-terra e suas organizações e mediadores; e os consumidores).

Tendo como referência os diferentes tipos de política, a conformação e a reprodução dos diversos tipos de rede de política pública na trajetória do setor público agrícola e o poder dos distintos atores estatais e privados, apresenta-se, à guisa de exemplo, um quadro em que se relacionam esses componentes da análise. No processo de democratização, as políticas públicas para

agricultura teriam transitado de políticas distributivas para outras mais tipicamente regulatórias e institucionais, com algumas iniciativas pontuais de políticas redistributivas (ROMANO, 2011).

Nos anos 1990, se apresentariam uma diversidade de arranjos institucionais nos processos de formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura, nos quais se poderia identificar a presença de diferentes tipos de redes, com a coexistência por vezes caótica, em termos de diversificação de arenas decisórias, superposição de competências e aumento dos conflitos. Em alguns casos, várias redes operariam numa mesma política pública, como, por exemplo, na reforma agrária, em que a leitura identificaria a presença de três redes operando ao mesmo tempo, em arenas muitas vezes superpostas: redes de pressão pluralista pró-reforma agrária, e redes antirreformistas, clientelísticas tradicionais, como também novas redes pluralista-clientelistas (ROMANO, 2011, p. 165).

Leite e Flexor (2007) apresentam uma diferenciação conceitual das políticas públicas muito próxima da apresentada por Souza (2006) e acrescentam exemplos para cada um desses tipos de política pública contidas no Quadro 3.

Quadro 3 - Diferenciação conceitual das políticas

Políticas			
Distributivas	Regulatórias	Redistributivas	Institucionais
Crédito Rural Programa Equivalência- Produto	Preços Mínimos Direitos Compensatórios Tributação Comércio Exterior	Reforma Agrária Transferência de Renda	Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural e CONDRAF Estrutura Administrativa dos Ministérios e Secretarias do Governo

Fonte: Leite e Flexor (2007) Adaptado de Lamounier (1994).

Talvez pudéssemos pensar em diferenciar as políticas de outra forma: as de caráter distributivo (como crédito rural, por exemplo, as de caráter regulatório (como a política de preços), as redistributivas (e aqui a reforma agrária é o exemplo clássico) e finalmente as institucionais (nas quais se enquadram os conselhos municipais, regionais, nacionais de diferentes naturezas) (LEITE; FLEXOR, 2007, p. 211).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, é um exemplo de política pública diferenciada. De acordo com Leite e Flexor (2007), uma política pública setorial diferenciada é aquela que opera em condições específicas e que atende às características do seu público-alvo. Como exemplo, citam o programa de crédito para a agricultura familiar ou de assistência técnica específica para um grupo de produtores rurais e as políticas ambientais de preservação dos recursos naturais, entre outras (vide Quadro 4).

Quadro 4 - Diferenciação das esferas de atuação das políticas

Políticas		
Macro	Regionais	Setorias
Comerciais Financeiras Fiscais Cambiais	Desenvolvimento Pólos Regionais Sociais Incentivos	Agrícolas Agrárias Diferenciadas Ambientais

Fonte: Leite e Flexor (2007) Adaptado de Delgado (2001).

Segundo Souza (2006), outra definição bastante conhecida é a de Laswell, para quem decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: **quem ganha o quê?, por que? e que diferença faz?** Teóricos críticos dessas definições afirmam que elas ignoram a essência da política pública, justamente o embate em torno das ideias, e deixam de fora também a possibilidade de cooperação entre governos e outras instituições e grupos sociais.

De acordo com Grisa (2011), a partir da década de 1980, uma corrente de estudos de ciência política passou a dar maior ênfase ao papel das ideias, das crenças, das representações sociais e da aprendizagem nas políticas públicas:

Denominada de abordagem cognitiva, esta corrente de análise concebe políticas públicas como o resultado de interações sociais que dão lugar à produção de ideias, representações e valores comuns. Como afirma Surel (2000), a abordagem cognitiva analisa as políticas públicas como sendo determinadas pelas crenças comuns de um conjunto de atores (públicos e privados), as quais definem a maneira como estes atores percebem os problemas públicos e concebem as respostas aos mesmos (GRISA, 2011, p. 93).

Paul Sebatier sustenta que as ideias constituem “a cola” das instituições e das políticas públicas (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993). A escola francesa de políticas públicas tem longamente discutido a noção de “referencial” de política pública (JOBERT; MULLER, 2003) que coloca como princípio que “elaborar uma política pública equivale a construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual queremos intervir” (MULLER, 2003 *apud* MASSARDIER, 2011, p. 69):

Elaborar uma política pública consiste, primeiramente, em construir uma representação, uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual queremos intervir. É em referência a essa imagem cognitiva que os atores sociais organizam sua percepção do problema, confrontam suas soluções e definem suas propostas de ação: denominaremos essa visão do mundo “referencial de política pública (MULLER, 2003, p. 62).

Massardier (2011) tece uma crítica sobre adoção de uma racionalidade única das políticas públicas: burocracia, tecnicidade e expertise, mercado:

A questão não é tanto que as análises clássicas não levam em conta o papel do conhecimento. De fato, é possível encontrar nelas inferências em relação às ideias, mas amplamente implícitas. Os modelos clássicos inferem, na realidade, que uma única ideia submetida à racionalidade burocrática e técnica conduz às políticas públicas. Sem dúvida, esses esquemas são conhecimentos em atos. Porém, nas análises clássicas de políticas públicas, essa vertente não é assumida: apenas a funcionalidade do esquema vale como evidência (MASSARDIER, 2011, p. 70-71).

É notória a transformação que ocorre nas análises das políticas públicas. Ainda para Massardier (2011), as análises contemporâneas de políticas, efetivamente, dão conta de uma transformação do *policymaking* (MASSARDIER, 2003; SARAIVA; FERRAREZI, 2006). De um esquema *top/down*, centralizado em torno dos atos das autoridades e assegurado pelos atores públicos e seus procedimentos burocráticos, passa-se a um esquema *bottom/up*, policêntrico devido à “demografia galopante” (MASSARDIER, 2003) dos atores pertinentes em política pública e pouco protegido devido ao policentrismo crescente:

1) pluralização dos atores e das lógicas em ação (Jobert, 2003); 2) “governança” (Stoker, 1998); 3) procedimento de “gerenciamento da interdependência” das relações complexas” (Papadopoulos, 2002), indo da contratualização (Gaudin, 1999) à concertação (Rui, 2004), reforçando um processo de marcado de “simplificado” das relações Estado-Sociedade (Birnbau, 1985); 4) processos multiníveis dos microterritórios ao nível internacional (Bache e Flinders, 2005); 5 a territorialização dos processos de fabricação dos dispositivos; 6) e, em certos casos (meio ambiente, desenvolvimento econômico...), o não compartilhamento dos dispositivos de política pública em prol de uma transversalidade da ação (o famoso desenvolvimento sustentável ou a gestão de conflitos do uso da água) (MASSARDIER, 2003, p. 81-82).

Ao centralizar sua análise nos atores, esta perspectiva busca uma articulação entre ideias, instituições e interesses (dimensões pouco abordadas pela noção de referencial). Compreende-se que as ideias são construídas pelos atores de acordo com seus interesses, identidades, relações de poder que os constroem e regras do jogo que os regem (instituições formais no sentido de North (1990). Ademais, as próprias políticas públicas são analisadas como instituições na medida em que são interpretadas como ideias institucionalizadas (que definem as regras do jogo) (MASSARDIER, 2011).

Para Grisa (2010), o PAA é uma dessas políticas que se inserem no campo das políticas que valorizam as ideias na sua construção. Esta perspectiva busca reconstruir a trajetória das ideias que levaram à institucionalização das políticas públicas e explicar os processos de mudanças e

estabilidade destas a partir das trajetórias. A ênfase recai sobre a atuação de diferentes grupos de atores sociais na produção das ideias, a negociação e a construção de um compromisso entre eles, a institucionalização das ideias em políticas públicas e os processos de mudanças a partir da desestabilização dos compromissos entre os atores envolvidos. Além de ser o quadro analítico que fornece instrumentos mais adequados para responder as indagações deste trabalho, esta perspectiva procura superar uma relevante crítica endereçada à abordagem cognitiva, qual seja, a valorização excessiva das variáveis cognitivas, desconsiderando o papel dos interesses e das instituições (GRISA, 2010, p. 5).

Ainda no que tange à questão das mudanças das políticas públicas voltadas para a agricultura nos últimos anos, temos autores que explicam esse processo e suas implicações.

Segundo Romano (2009), os debates sobre Reforma do Estado não estiveram ausentes no sub-campo das políticas públicas para a agricultura. Porém, o debate não foi tão desenvolvido como no campo geral, havendo um menor número de pesquisas e trabalhos publicados.

Os debates sobre reforma do Estado e desenvolvimento institucional no Brasil se manifestam num contexto de liberalização, globalização e integração regional em que se apresentariam as mudanças gerais apontadas por Le Galès (1995), como: a multiplicação de atores organizados na sociedade; o crescimento das demandas por participar nas políticas públicas; a participação seletiva dos atores privados nessas políticas, como a erosão seletiva das fronteiras entre o público e o privado; a crescente diferenciação funcional dos programas e dos alvos de ação pública; a descentralização e fragmentação do Estado; a transnacionalização das políticas públicas; e a importância de matriz de informação (ROMANO, 2011, p. 140).

Segundo Romano, essas mudanças limitaram a capacidade do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, criando-se espaço para novos arranjos institucionais entre a burocracia e o Estado (ROMANO, 2011).

Para Delgado (2001), as razões da intervenção do Estado na agropecuária atrelam-se a particularidades ou especificidades das atividades agroeconômicas, condicionam atuação dos agentes econômicos e atores sociais, introduzem imperfeições e falhas no funcionamento do mercado, distorcem a distribuição de renda e emprego.

Analisando características exteriores das políticas públicas voltadas para a agricultura, Leite afirma que

As instituições políticas irão determinar os atores fundamentais, os pagamentos o foro de interação e a frequência, tendo cada área de política, suas próprias características, as quais podem aumentar ou reduzir os custos de transação. Porém em mercados políticos, muito mais que em mercados econômicos, os custos de transação são significativos, e os pagamentos pela cooperação, não substituirá as boas políticas, ou seja onde instituições políticas onde os atores são bem desenvolvidos eles poderão cooperar e ajudar a superar choques econômicos e políticos, resultando assim em políticas positivas (estabilidade, adaptabilidade), ao passo que nas instituições políticas em que são promovidas despesas de transação e

cooperação é mais difícil, e as políticas tenderão a ter características negativas (rigidez, volatilidade, incoerência)(LEITE, 2006).

Efeitos das políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, portanto as mesmas precisam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar as teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

Ainda para Leite (2006), citando Alston *et al.* (2004), no caso brasileiro, as políticas podem ser explicadas pelos padrões de interação entre o Presidente da República, os membros do Congresso e os demais atores capazes de interferir nesse jogo. Em função da pressão eleitoral, o Presidente apresenta uma relação de preferência hierárquica. No topo da agenda, encontram-se as políticas que contribuam para fortalecer a estabilidade macroeconômica e o crescimento.

Delgado (2005), abordando a questão do papel de políticas neoliberais, afirma que Oliveira (2001) chama atenção para os perigos existentes em projetos deliberativos, ao afirmar que há uma “confluência perversa”, para usar um termo cunhado por Dagnino (2004), entre dois projetos políticos alternativos que, por razões diversas, passam a conviver na sociedade brasileira de forma não estanque, pois são excludentes em várias de suas formas de manifestação. São o projeto neoliberal e o projeto que estamos chamando de democratizante – não de democrático, pois queremos enfatizá-lo como um processo de democratização da sociedade. Ou, nas palavras da própria autora:

As peculiaridades das transformações ocorridas na economia, na sociedade, na política e nas condições de governança do Brasil, a partir da década de 1980 - à semelhança do ocorrido em outros países da América Latina - correm o risco de não serem percebidas se não levarmos em conta a dialética desse processo de convergência entre o projeto neoliberal de um lado e o projeto democratizante de outro (DAGNINO, 2004, p. 195).

Oliveira (2001) exemplifica com a promulgação da constituição brasileira essas peculiaridades no que diz respeito à questão agrária:

A Constituição se ancorou, pois, numa dupla determinação: de um lado, um momento em que forças sociais populares puderam intervir na elaboração do texto veja-se a proposição de emenda popular pela reforma agrária e de outro, como resultado do desenvolvimento patrocinado pela ditadura militar, o primeiro momento em que a burguesia intervia deliberadamente como ator político próprio, sem necessidade de seus ventríloquos (OLIVEIRA, 2001, p. 37).

Essas mudanças quanto à adoção de modelos de desenvolvimento locais com a participação de novos atores em fóruns de debates deliberativos devem ser analisadas com muita prudência.

Leite *et al* (2008) afirmam que a restrição da capacidade coordenadora do Estado nacional, motivada por sua crise institucional e pelas orientações emanadas do credo neoliberal, estimulou uma considerável fragmentação das políticas públicas descentralizadas (econômicas e sociais), além de dificultar ainda mais a já historicamente limitada capacidade de articulação entre políticas originadas dos diferentes níveis da administração governamental (federal, estadual e municipal). Mas chama atenção a entrada em cena dos novos espaços públicos de participação, que não são instrumentos “mágicos” de governança territorial.

Mudanças limitaram a capacidade do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, criando-se espaço para novos arranjos institucionais entre a burocracia e atores privados. Ainda para Romano, esses arranjos recolocaram os debates sobre a atualidade de formas de meso e microcoorporativismo, o peso das relações sociais e pessoais através da patronagem e o clientelismo, os arranjos centrados nos *lobbies* do pluralismo clássico, as propostas do neopluralismo sobre o peso das corporações e o pluralismo reformado, com suas redes de política (ROMANO, 2007).

Para Evans (2007), não se deve tentar representar o desenvolvimento deliberativo como uma panaceia. Seria um erro profundamente irônico cair na armadilha da monocultura e tentar impor o desenvolvimento deliberativo como alternativa de planejamento.

3.6.1 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

As políticas públicas voltadas para a agricultura no Brasil, tradicionalmente privilegiaram os interesses de setores ligados ao *agribusiness*, entretanto, nos últimos anos, após o processo de redemocratização, ocorreram mudanças no enfoque dessas políticas públicas para a agricultura. Essas mudanças iniciam-se com ações de intervenção na estrutura fundiária e reassentamento de agricultores, passam pela extensão dos direitos previdenciários (aposentadorias rurais) e chegam à agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996, e de vários outros programas e ações, muitos deles conexos ao PRONAF (MÜLLER, 2007).

3.6.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF representa um marco da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar brasileira no contexto de reivindicações por maior organização social e política na busca por acesso aos instrumentos de políticas públicas do Estado.

Com o sonho de reforma agrária ampla, massiva e de qualidade frustrado no texto final da Constituição, parte significativa dos movimentos sindicais ligados ao campesinato abre nova frente de luta que é a formulação de políticas específicas para aqueles trabalhadores que tenham, de alguma forma, acesso à terra, os que atualmente são chamados de agricultores familiares. Assim, buscam, junto ao Estado, a regulamentação do Art. 187 da Constituição Federal, visando, principalmente, a uma política de crédito agrícola subsidiada pelo Estado para agricultores familiares. Ressalta-se que, historicamente, este segmento esteve preterido das políticas públicas voltadas para zona rural, pois priorizavam a agricultura patronal predominantemente exportadora (FERREIRA, *et al.*, 2009, p. 204).

Essas mudanças quanto ao foco na agricultura familiar aconteceram a partir da luta de movimentos sindicais que incansavelmente se articulavam e reivindicavam mudanças nesse setor. Os principais atores nesse processo são o CONTAG e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT – que mais tarde formariam a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Foi pela pressão destes movimentos que reivindicavam *reconversão e reestruturação produtiva* dos agricultores familiares que o tema passou a integrar a agenda governamental (FERREIRA *et al.*, 2009).

No governo do Presidente Itamar Franco, surge a primeira política, através da criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), implementado em 1994, e que consistia em crédito com juros reduzidos financiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa política mostrou-se tímida, pois atendeu número reduzido de agricultores em virtude do baixo orçamento e das condições restritivas impostas por instituições financeiras para concessão de crédito a este público. Porém, o aspecto positivo foi que serviu de estímulo para a criação do PRONAF, criado em 1995, e efetivamente implementado a partir de 1996 (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Com o advento das políticas públicas estruturais, PRONAF (1996) e Fome Zero (2003), a agricultura familiar passa a ter uma nova dimensão no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996, representa o reconhecimento e a

legitimação do Estado em relação às especificidades desta nova categoria social (ANDRADE JR., 2010).

Para Waquil (2009), no cenário das transformações mais recentes, autores como Schneider, Cazella e Mattei (2004) afirmam que, dentre os acontecimentos mais marcantes que aconteceram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, pode-se destacar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ainda para Waquil (2009), esses autores comentam que o surgimento do programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar, até então considerados pequenos produtores, de baixa renda ou de subsistência, geralmente aliados das políticas públicas voltadas para o setor.

Objetivos do PRONAF consistem em: ajustar as políticas públicas à realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso a novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso destes agricultores aos mercados de insumos e produtos. Em sua operacionalização, o programa apresenta linhas de atuação para o financiamento da produção, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, e pesquisa e extensão rural, adequadas à realidade dos agricultores familiares (WAQUIL, 2009).

Dirigido a diferentes segmentos da agricultura familiar e camponesa, em 1996, é criado o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Através desse programa, e segundo dados oficiais, mais de 800 mil indivíduos são atendidos com crédito, pesquisa e extensão (FILIPPI, 2009).

Maior interesse do PRONAF é que, desde o início, ele não foi construído simplesmente como um programa voltado ao atendimento específico de uma necessidade setorial e de um segmento particular. Ele se apoia em duas premissas básicas, de ordem normativa (ABRAMOWAY; PIKETTY, 2005):

Em primeiro lugar, o PRONAF afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e propriedade, e trabalho e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade entre esses termos que a História separou não é trivial. A importância das grandes propriedades na formação das políticas agrícola exigia que se construísse um aparato institucional voltado especificamente a valorizar as capacidades produtivas daqueles que, até então, tinham sido objeto, no máximo – e ainda assim de forma esporádica – de políticas sociais compensatórias. A novidade do Pronaf estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos

agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário. E aqui aparece bem a contradição básica que vai atravessar toda sua história: incapaz de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas, o público do programa não faz parte, evidentemente, da clientela convencional dos bancos (ABRAMOWAY; PIKETTY, 2005, p. 58).

Atualmente, existem 14 tipos de linhas de financiamento do PRONAF. Elas abrangem públicos diversos, como mulheres, jovens, agricultores que trabalham com agroecologia, entre outros. As modalidades para o contrato são três: custeio, investimento e comercialização, sendo 60% dos financiamentos destinados ao custeio.

3.6.3 Dados do PRONAF na Bahia

Na Bahia, em particular o crescimento dos recursos aplicados na agropecuária indicam um crescimento considerável na disponibilidade de recursos, apesar do seu forte endividamento. Sob o ponto de vista do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o crescimento da aplicação dos recursos na Bahia supera em muito a média nacional. Entretanto os recursos são fortemente concentrados nos contratos mais altos. Essa constatação mostra que o acesso da agricultura familiar ao financiamento é ainda pequeno, quando considerado o seu tamanho em número de propriedades rurais, e no pessoal ocupado na atividade agropecuária.

Tabela 10 - Distribuição do Crédito Rural e do PRONAF segundo Municípios baianos - 2000-2004 (em % do valor total do SNCR e do PRONAF do Estado)

	2000		2001		2002		2003		2004	
SNCR	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%
1	São Desiderio	15,8	São Desiderio	14,38	São Desiderio	13,76	São Desiderio	22,03	São Desiderio	22,33
2	Barreiras	13,65	Barreiras	6,84	Barreiras	10,52	Barreiras	12,68	Barreiras	10,84
3	Formosa R Preto	8,24	Formosa R Preto	5,88	Formosa R Preto	6,32	Formosa R Preto	7,67	Formosa R Preto	7,72
4	Salvador	5,51	Riacho das Neves	5,04	Luis Eduardo	4,09	Correntina	5,68	Riacho das Neves	4,84
5	Riacho das Neves	3,62	Salvador	4,12	Correntina	3,69	Riacho das Neves	4,25	Correntina	4,74
6	Vitória da Conquista	1,99	Luis Eduardo	2,97	Riacho das Neves	2,65	Luis Eduardo	2,52	Luis Eduardo	4,51
7	Bom Jesus da Lapa	1,90	Bom Jesus da Lapa	2,13	Uruçuca	2,56	Jaborandi	1,49	Jandira	2,65
8	Correntina	1,58	Feira de Santana	1,88	Ilhéus	1,85	Juazeiro	1,13	Jaborandi	1,86
9	Serra do Ramalho	1,31	Minoso do Oeste	1,74	Juazeiro	1,03	S. Gonçalo dos Campos	1,02	Salvador	1,67
10	Feira de Santana	1,30	Parapiranga	1,61	Parapiranga	0,92	Parapiranga	0,99	S. Gonçalo dos Campos	1,28
	Acumulado	54,90	Acumulado	46,59	Acumulado	47,39	Acumulado	59,46	Acumulado	62,44
	2000		2001		2002		2003		2004	
Pronaf	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%
1	Bom Jesus da Lapa	4,46	Bom Jesus da Lapa	5,54	Parapiranga	3,62	Parapiranga	3,59	Paripiranga	2,63
2	Angical	2,88	Parapiranga	4,55	Casa Nova	2,86	Maragogipe	2,79	Vitória da Conquista	1,92
3	Boa Vista do Tupim	2,21	Serra do Ramalho	2,98	Euclides da Cunha	2,77	Mangue Seco	2,13	São Desiderio	1,67
4	Vitória da Conquista	2,21	Cotegipe	2,83	Maragogipe	2,65	Andaraí	2,06	Curaçá	1,35
5	Barra	1,9	Itaeté	2,66	B Vista Tupim	1,96	Euclides da Cunha	1,96	Serra do Ramalho	1,28
6	Parapiranga	1,83	Euclides da Cunha	2,28	Serra do Ramalho	1,92	São Desiderio	1,90	Jaguaquara	1,27
7	Ibotirama	1,75	Casa Nova	1,89	Sta Rita Cássia	1,81	Paratinga	1,75	Adustina	1,23
8	Umburanas	1,63	Juazeiro	1,85	Bom Jesus da Lapa	1,69	Bom Jesus Lapa	1,74	Carinhanha	1,22
9	Cicero Dantas	1,63	Maragogipe	1,64	Monte Santo	1,59	Livramento	1,38	Livramento	1,13
10	Prado	1,63	Baianópolis	1,53	Esplanada	1,58	Ibotirama	1,34	Maragogipe	1,13
	Acumulado	22,13	Acumulado	27,75	Acumulado	22,45	Acumulado	20,64	Acumulado	14,83

Fonte: Banco do Brasil/DIRAG/GEPOR/ e PRONAF/SAF/MDA.

Infere-se, da Tabela 10, que o crédito rural também concentra-se espacialmente. Com efeito, nos anos considerados, percebe-se que poucos municípios detêm a maior parcela dos recursos. Pode-se destacar, dos 10 municípios primeiros, que eles acumulam de 50,0% a 60,0% de todo o crédito rural.

Por outro lado, quando tomada a distribuição espacial dos recursos do PRONAF, percebe-se que os 10 primeiros municípios, em cada ano, tão somente absorveram algo entre 15,0% e 30,0% do valor total do programa, mostrando uma considerável melhoria na distribuição espacial do crédito.

Sem dúvida, nos últimos 15 anos, a política de crédito rural que mais impactou positivamente sobre a agricultura familiar foi o PRONAF, fruto das reivindicações dos trabalhadores rurais representados pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), exige, entre outras coisas, que 80,0% da renda seja proveniente de atividades agropecuárias e extrativas na propriedade rural; que o trabalho seja de forma predominante familiar, admitindo contudo a contratação de no máximo dois empregados; que o tamanho da área seja limitado e quatro módulos fiscais e residência na propriedade ou em aglomerado urbano próximo.

As três principais linhas do PRONAF são:

- PRONAF – crédito que tem o objetivo de financiamento da produção da propriedade familiar;
- PRONAF – infra-estrutura que tem o objetivo de apoiar a infra-estrutura e serviços municipais; e
- PRONAF – capacitação que é voltado para a capacitação de agricultores familiares, lideranças e técnicos.

De forma genérica, a distribuição dos recursos do PRONAF tem sua maior concentração nos estados do sul do País, em especial os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, estendendo-se a partir de 1997 para o estado de Minas Gerais e, a partir de 1988, para o estado da Bahia, por via do crédito de investimento. Observa-se, do exame da Tabela 11, o crescimento da participação da Bahia em anos mais recentes, chegando a representar 5,7% dos recursos totais em 2005, próximo ao índice observado para o ano de 2000, embora ainda abaixo dos 15,0% que o número de propriedades agrícolas familiares da Bahia representa das propriedades agrícolas familiares do Brasil.

Tabela 11 - Distribuição dos Contratos e Recursos do PRONAF (em R\$) Bahia, Nordeste e Brasil - 2000-2005

Ano	Brasil			Nordeste		
	Contratos	Valor (A)	Tx Cres%	Contratos	Valor (A)	Tx Cres%
2000	969.727	2.188.635.033,31		242.633	501.640.609,50	
2001	910.466	2.153.351.258,79	-1,61	218.851	317.829.073,94	-36,64
2002	953.247	2.404.850.769,99	11,68	299.349	369.572.660,40	16,28
2003	1.138.112	3.806.899.245,48	58,30	352.630	591.962.124,91	60,17
2004	1.611.463	5.761.475.966,11	51,34	582.209	1.048.135.999,00	77,06
2005	1.671.183	6.404.190.129,32	11,16	685.983	1.749.086.975,00	66,88
Ano	Brasil			Nordeste		
	Contratos	Valor (C)	Tx Cres%	C/B(%)	C/A(%)	B/A(%)
2000	57.455	125.811.560,78		25,08	5,75	22,92
2001	71.908	105.265.904,50	-16,33	33,12	4,89	14,76
2002	87.487	119.987.701,26	13,99	32,47	4,99	15,37
2003	84.211	172.365.901,16	43,65	29,12	4,53	15,55
2004	137.350	313.103.572,43	81,65	29,87	5,54	18,19
2005	142.731	365.018.982,31	16,58	20,87	5,70	27,31

Fonte: Pronaf/SAF/MDA (2005) Elaboração Fernandes de Santana, A.

De igual forma, cabe salientar o peso dos agricultores familiares da Bahia, financiados sobre a mesma categoria, quando tomado o Nordeste como um todo. Percebe-se que a Bahia atingiu, em 2001, 33,0% da captação dos empréstimos quando considerados os valores dos mesmos. Da mesma forma, torna-se expressivo o aumento dos recursos destinados ao Nordeste.

Com o exame da distribuição dos recursos do PRONAF na Bahia por grupos de tomadores, conforme a Tabela 12, vê-se que os mutuários ditos mais consolidados – grupos C e D – absorvem a maior parcela dos recursos. Cabe, no entanto, ressaltar o aumento da modalidade creditícia que funciona como uma espécie de microcrédito para o grupo B. De modo inverso, nota-se a diminuição dos recursos para crédito em assentamentos rurais – grupo A – no estado da Bahia, que nos três primeiros períodos absorviam em torno de 20,0%, passando a tão somente 6,0% no período final, embora isso não tenha significado uma redução absoluta de recursos na mesma proporção.

Tabela 12 - PRONAF - Bahia Contratos e Valores segundo Grupos de Tomadores 2000 - 2005 (em R\$)

Modalidade	2000				2001				2002			
	Contratos	% Total	Valores	% Total	Contratos	% Total	Valores	% Total	Contratos	% Total	Valores	% Total
Exig. Banc	131	0,23	335.623,36	0,27	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Grupo A	4.096	7,13	25.453.638,14	20,23	2.263	3,15	20.198.486,31	19,19	2.856	3,26	26.237.756,04	21,87
Grupo A/C	35	0,06	47.538,84	0,04	228	0,32	346.213,98	0,33	97	0,11	175.313,91	0,15
Grupo B	13.818	24,05	6.857.780,20	5,45	32.791	45,60	16.363.259,17	15,54	44.674	51,07	22.327.446,34	18,61
Grupo C	24.364	42,41	28.393.404,63	22,57	27.639	38,44	33.208.190,19	31,55	29.386	33,59	39.937.077,60	33,28
Grupo D	15.011	26,12	64.723.575,59	51,44	8.987	12,50	35.149.754,84	33,39	10.474	11,97	31.310.107,38	26,09
Total	57.455	100,00	125.811.560,76	100,00	71.908	100,01	105.265.904,49	100,00	87.487	100,00	119.987.701,27	100,00

Modalidade	2003				2004				2005			
	Contratos	% Total	Valores	% Total	Contratos	% Total	Valores	% Total	Contratos	% Total	Valores	% Total
Agroind. Fam.	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	4	0,00	28.426,13	0,01
Exig. Banc	0	0,00	0,00	0,00	394	0,29	1.798.618,86	0,57	1.208	0,85	23.740.749,14	6,50
Grupo A	2.658	3,16	26.175.683,15	15,19	3.314	2,41	38.797.921,04	12,39	1.632	1,14	22.140.286,61	6,07
Grupo A/C	15	0,02	27.198,00	0,02	271	0,20	587.470,56	0,19	573	0,40	1.443.775,28	0,40
Grupo B	21.785	25,87	19.662.456,73	11,41	74.600	54,31	74.211.307,30	23,70	84.415	59,15	84.558.122,80	23,17
Grupo C	47.309	56,17	71.930.881,16	41,72	47.334	34,46	112.383.106,11	35,89	43.319	30,35	142.518.946,66	39,03
Grupo D	12.151	14,43	50.883.951,89	29,49	10.489	7,64	69.974.632,79	22,36	10.820	7,58	75.701.311,39	20,74
Grupo E	293	0,35	3.735.730,23	2,17	598	0,44	9.513.244,06	3,04	735	0,51	14.787.365,32	4,05
Mini-produt.	0	0,00	0,00	0,00	350	0,25	5.837.271,70	1,86	0	0,00	0,00	0,00
Ñ Registrado	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	25	0,02	100.000,00	0,03
Total	84.211	100,00	172.415.901,16	100,00	137.350	100,00	313.103.572,42	100,00	142.731	100,00	365.018.983,33	100,00

Fonte: Pronaf/SAF/MDA (2005), Elaboração Fernandes de Santana, A.

Quadro 5 - Tipos de linhas de financiamento do Pronaf

Linhas e Grupos	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Pronaf custeio a agricultura familiar	Até R\$ 10 mil Juros de 1,5% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil Juros de 3% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 50 mil Juros de 4,5% a.a.
Pronaf investimento a agricultura familiar	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 50 mil Juros de 2% a.a.	
Microcrédito Rural	Até 2,5 mil por operação. Juros de 0,5% a.a.. Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil.		
Pronaf Mais Alimentos	Projetos individuais de investimentos destinados à produção de soja, cana, palmito, açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, apicultura, aquíicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.		Projetos coletivos, exclusivamente para financiamento de máquinas e implementos agrícolas de uso comum, respeitando o limite individual, devendo o valor contratado das operações “em ser” nesta modalidade ser descontado do limite previsto para contratação individual
	Até R\$ 10 mil Juro de 1% a.a.	Até R\$ 130 mil Juro de 2% a.a.	Até R\$ 500 mil Juro de 2% a.a.
Pronaf Agroecologia	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil. Juros de 2% a.a.	
Pronaf Mulher	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 50 mil. Juros de 2% a.a.	
Pronaf ECO	Até R\$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 50 mil. Juros de 2% a.a.	
Pronaf ECO Dendê	Até R\$ 8 mil/há; até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.		
Pronaf Agroindústria	Individual até R\$ 10 mil; Coletivo até R\$ 500 mil, respeitando o limite individual de até R\$ 30 mil. Juros de 1% a.a.	Individual acima de R\$ 10 mil e até R\$ 50 mil; Coletivo acima de R\$ 500 mil e até R\$ 10 milhões, respeitando o limite individual de até R\$ 30 mil. Juros de 2% a.a.	
Pronaf Semiárido. Jovem e Floresta	Até R\$ 12 mil Juros de 1% a.a.	Pronaf Floresta com recursos de FNE, FNO, FCO, limite até R\$ 20 mil, juros de 1% a.a.	
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústria Familiares	Individual até R\$ 50 mil; Coletivo pessoa física ou outras formas jurídicas constituídas por agricultor familiar – até R\$ 250 mil Associações – até R\$ 2 milhões Cooperativas – até R\$ 5 milhões e cooperativas centrais R\$ 10 milhões. Juros de 4% a.a.		
Pronaf Costas-Parte	Individual até R\$ 10 mil. Cooperativas – até R\$ 10 milhões. Juros de 4% a.a.		
Pronaf investimento para a Reforma Agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para ATER. Juros 0,5% a.a., Bônus de adimplência de 44,186%		
Pronaf custeio para a Reforma Agrária	Até R\$ 5 mil por operações; até 3 operações; juros 1,5% a.a.		

Fonte: MDS.

3.7 Políticas Públicas Agrícolas na Região Cacaueira do Sul do Estado da Bahia

Pretende-se, apresentar, de forma sintética, algumas políticas públicas implementadas pelo Estado na agricultura baiana, norteadas à época por uma visão produtivista concentradora de renda e voltada para exportação de produtos primários.

Segundo Delgado (2001), de modo geral, as razões a favor da intervenção do Estado na agricultura estão ligadas a particularidades existentes neste setor que condicionam a atuação dos agentes econômicos e dos atores sociais, introduzindo imperfeições e falhas no funcionamento dos mercados e gerando distorções da renda e do emprego na economia.

Dentre essas características particulares, este autor destaca: 1) a dependência estrutural da agropecuária em relação à natureza, que torna o tempo de produção superior – às vezes bem superior – ao tempo de trabalho, o que introduz descontinuidades na atividade produtiva agrícola e tende a reduzir a lucratividade da produção; 2) algumas características da atividade agrícola – como a atomização da produção e a descontinuidade do processo produtivo – ao lado das dificuldades e do custo de estocagem de grande parte dos produtos, fazem com que a oferta agregada dos produtos agrícolas *in natura* tenham elasticidade-preço menor do que um, isto é, seja inelástica.

O crescimento econômico da Região Cacaueira do Estado da Bahia sempre dependeu do “papel forte” do Estado e de suas respectivas instituições. Esta região da Bahia sempre conviveu com momentos de crises, sendo que, nesses períodos, o Estado (esfera estadual e federal) sempre auxiliaram e promoveram a recuperação e o desenvolvimento da região.

A primeira crise da lavoura ocorreu em 1930, e foi nesse contexto que, através do decreto Estadual n. 7.430, de 8 de junho de 1931, apoiado na legislação federal específica, consubstanciada no decreto n. 1.607, de 5 de fevereiro de 1907, foi instituída a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Instituto de Cacau da Bahia - ICB, com a finalidade de superar os baixos resultados da lavoura. O ICB investiu em inovações, sobretudo nos transportes (construção e recuperação de rodovias), processamento, embalagem, armazenamento e embarque das amêndoas de cacau.

Em 1957, acontece a segunda crise da lavoura cacaueira. Sobre esse tema, Marinho (2008) relata que, em 20 de janeiro de 1957, através do Decreto Federal n. 987, o governo institui o Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira. Em 18 de abril de 1974, o Decreto Federal n. 73.960, assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, altera a vinculação institucional, assegurando autonomia administrativa e financeira à Comissão

Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, instituída pelo Decreto n. 40.987. Transferindo-a do âmbito do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura, essa Comissão passou a ser denominada Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, cujas incumbências eram:

- I - Promover o aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira;
- II - Definir e criar novos pólos de produção de cacau no país;
- III - Incentivar a introdução e o desenvolvimento de alternativa agroindustrial nas tradicionais regiões produtoras de cacau;
- IV - Participar do fomento de infra-estruturas das regiões produtoras de cacau.

Segundo Couto (2000), a crise foi atacada via expansão do capital agroindustrial a montante, pela implantação da CEPLAC e seu “pacote tecnológico”, fatos que levaram a integração produtiva da lavoura e melhoria no processo produtivo das amêndoas.

Ainda para Couto, a última crise da lavoura cacaueira acontece em 1987, uma década depois da fase áurea do cacau baiano, exatamente quando se estruturava o complexo agroindustrial do cacau, com a expansão da agroindústria ajusante. A crise ocorreu em decorrência da queda dos preços das amêndoas, por conta da participação de novos países produtores, provocando uma superprodução e pela chegada à Bahia da doença “Vassoura-de-bruxa”.

Não se pode desprezar o papel do Estado na lavoura cacaueira, principalmente com a criação do Instituto de cacau da Bahia – ICB e da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, no cenário da chamada “modernização conservadora” e de crises da lavoura, entretanto, quando o produto cacau perde importância como gerador de divisas e também como mercado de insumos industriais, o governo federal volta-se para os chamados novos produtos de exportação agrícola (milho, soja, cítricos etc.).

Atualmente graves repercussões negativas da última crise da agricultura cacaueira no sul da Bahia, que abrangem aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais, estão a exigir, de todas as instâncias de Governo envolvidas, ações concretas e decisivas para se reverter a situação e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Nesse contexto, grandes agricultores, outrora reivindicadores de políticas públicas conservadoras e discriminatórias, ou seja, voltadas para um público específico e de caráter produtivista, passaram a convocar para uma “grande união” - cuja finalidade seria chamar a atenção do Estado para a crise do cacau – em prol da cacauculturasulbaiana: os pequenos agricultores, o assentados de reforma agrária, os trabalhadores rurais, pequenos comerciantes

locais, enfim toda a comunidade regional, com um discurso supra-classista, pois a crise atinge a todos indistintamente.

Numa tentativa de implementar uma política pública em favor da Região Cacaueira Sul do Estado da Bahia, o Governo Federal incluiu-a no Programa de Aceleração do Crescimento, o denominado PAC – Cacau sem, entretanto, explicitar e, ou implantar medidas mais concretas para a recuperação da economia regional.

Segundo o Ministério da Agricultura e da Pecuária e do Abastecimento (2007), paralelamente, a busca de soluções para o problema técnico-agronômico do cacau ganhou novos horizontes fora do âmbito da CEPLAC. Na Unicamp, foi iniciado o projeto Proteômica da Vassoura de Bruxa: análise de fungo e sua interação com a planta de cacau. O setor produtivo também buscou adaptações ao manejo já recomendado, alcançando melhores resultados.

Por sua vez, os governos federal e estadual, ao longo dos últimos anos, reordenaram o Programa, com a inclusão de débitos da 1ª e 2ª etapas no Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), substituindo os encargos anteriormente contratados nas etapas I e II, de mutuários que não aderiram ao PESA, de Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, mais 4% ou 6% a.a, pelos prefixados às operações das 3ª e 4ª etapas (8,75 % a.a e 10,75% a.a, a depender do perfil do produtor); o que alongou e renegociou as dívidas dos produtores. Adicionalmente, foi concedido um bônus de adimplência de 15% nos juros das parcelas; assumidos riscos financeiros das operações em conjunto com os agentes financeiros; e autorizada, ainda, a contratação de novas operações, baseadas nas diversas recomendações técnicas emanadas pela instituição responsável pela pesquisa e assistência técnica ao produtor na região. Vale salientar que, por ser uma cultura perene, as pesquisas demandam algum tempo para a confirmação dos resultados experimentais em condições normais de campo, com todas as dificuldades financeiras por que passa o produtor.

Ainda segundo o Ministério da Agricultura e da Pecuária e do Abastecimento (2007), apesar das medidas econômicas e das recomendações técnicas, o setor produtivo de cacau na Bahia vem, desde 1995, segundo o IBGE (2005), registrando decréscimos na produtividade média, a qual declinou de 26,26@/ha para apenas 16,96@/ha, em 2004, dificultando ao produtor honrar os seus compromissos.

Sobre as características políticas brasileiras, Leite (2006) afirma que estas irão variar por assuntos de política específicos, o que permite a separação de políticas em categorias, a saber:

- a) políticas que são estáveis, e adaptáveis a choques – (políticas fiscais e monetárias que impactam diretamente no crescimento e na estabilização econômica;
- b) políticas praticadas pelo Presidente em busca de apoio para suas reformas (transferência de recursos para regiões geograficamente concentradas);
- c) políticas relacionadas a saúde, educação, segurança, meio ambiente, reforma agrária, combate a pobreza etc., que são políticas residuais, afiançadas, que estão entre as prioritária no item a.

Essa classificação serve para demonstrar que existe um jogo entre instituições políticas para adoção de políticas públicas. Desnuda também o fato de existirem trocas entre os atores envolvidos no jogo político institucional. Dessa forma, quanto maior a representatividade política e institucional de uma região, maior o poder de barganha junto aos governos federal e estadual.

Segundo Leite (2008) *apud* Alston *et al.* (2004), no caso brasileiro, as políticas podem ser explicadas pelos padrões de interação entre o Presidente da República, os membros do Congresso e os demais atores capazes de interferir nesse jogo. Em função da pressão eleitoral, o Presidente apresenta uma relação de preferência hierárquica.

Falta de representatividade política da Região Cacaueira do Sul da Bahia no legislativo Estadual e Federal é uma demonstração inequívoca de falta de articulação e força política. A região sul do Estado da Bahia, composta por 42 municípios, com uma população estimada em 2 (dois) milhões de habitantes, historicamente sempre obteve baixa representatividade no congresso nacional e na assembleia legislativa estadual, as chamadas “Bancada do Cacau”. Ao mesmo tempo em que algumas de suas principais instituições, como, por exemplo, o Instituto de Cacau da Bahia - ICB, simplesmente foram extintas, o que demonstra a fragilidade dos atores institucionais da região, que precisam promover uma rápida e eficiente mudança institucional para proporcionar o desenvolvimento sustentável. Este cenário deixa a região à mercê de políticas voluntárias do Governo Federal, uma vez que a fragilização dessas instituições regionais afetou sobremaneira o destino da economia e da sociedade regional. Mendes Costa (2012) elucida este cenário político:

Os deputados eleitos na Bahia com alguma relação com a região cacaueira são numericamente seis deputados federais e sete deputados estaduais. Observando ainda as estatísticas da votação no sul baiano, 211 candidatos a deputado federal e 354 deputados estaduais obtiveram votos na região, demonstrando a despreocupação dessa população com a eleição de seus representantes. Este território poderia ter

elegido duas bancadas fortes, entre 10 federais e 15 estaduais, dos candidatos declaradamente relacionados com a região, pois possui um coeficiente eleitoral importante no estado. Poderia dispor de maior reconhecimento junto aos governos federal e estadual, mas como diz o adágio, “quem herda não rouba”, a população regional ainda guarda a prática do individualismo de seu antepassado, cada um por si e deixa ficar como está (COSTA, 2012, p. 197).

Para Marsh e Olsen (2006), sem negar a importância tanto do contexto social da política quanto das motivações dos atores individuais, o neo-institucionalismo insiste em um papel mais autônomo para as instituições políticas. O Estado não é somente afetado pela sociedade, mas também a afeta. A democracia política depende não somente da economia e das condições sociais, mas também do desenho das instituições políticas.

A crise que se instala na região cacaujeira desde meados dos anos 80 respalda-se na queda do preço ofertado pela amêndoa; por conseqüência, registra-se abandono de fazendas, desemprego e êxodo rural. Esta desestruturação conta com a incidência da moléstia vassoura de bruxa, variável bastante calamitosa, pois causa petrificação da amêndoa e depauperamento/morte da planta, aspecto que agrava ainda mais os efeitos da crise. Articula acentuado desânimo no imaginário dos cacauicultores, associa-se ao insucesso das políticas públicas de crédito, leva descapitalização e endividamento, e dificulta implementação de programas voltados para a recuperação da atividade.

Ressalta-se o papel do Estado na cacauicultura sulbaiana, na criação do Instituto de Cacau da Bahia – ICB e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, que refletiram a importância da atividade no cenário da agropecuária, gerando divisas e mercado de insumos industriais. Agrega-se ainda a relevância social (geração de emprego – ciclo produtivo que exige elevado contingente de mão de obra), econômica (propicia riqueza) e ambiental – preservação das essências florestais remanescentes da Mata Atlântica.

Segundo Asmar (1983), para compreender a microrregião cacaujeira, precisa-se conhecer os horizontes da “Independência”. Mais que conceito de análise e teoria, constitui situação concreta de submissão política e econômica. As sociedades dependentes perdem a perspectiva de futuro imediato para o universo das relações externas. Assim, a cacauicultura subordina-se ao mercado externo, aspecto que marca o caráter e a personalidade da população sul baiana.

3.8 Fome e a Segurança Alimentar e Nutricional

A noção de segurança alimentar tem sido aplicada recentemente nos mais variados temas referentes ao processo de produção, distribuição e consumo de alimentos. Embora o termo “Segurança Alimentar” tenha surgido em meados do século XX, a preocupação com os problemas relacionados à disponibilidade de alimentos para a população perpassa toda a história da humanidade, não se tratando, evidentemente de um fenômeno apenas dos tempos modernos (MAFRA, 2004).

O pensamento emblemático proposto por um matemático veio a incluir novos entendimentos sobre a importância da agricultura para o mundo no final do século XVIII. Thomas Robert Malthus, ao projetar uma catástrofe que mudaria os rumos das relações econômicas e sociais contida num pequeno ensaio, dizia que o futuro seria trágico. Declarou que a população iria crescer em proporção geométrica, enquanto o volume de alimentos produzido aumentaria em proporção aritmética. Ou seja, nada de fraternidade e igualdade, o futuro seria incerto e nebuloso, gente demais e suprimentos de menos. A terra seria um continente de desgraça social.

The Rise of the Western World gira em torno do conflito entre o aumento populacional e o esgotamento dos recursos físicos das sociedades no final do feudalismo. Em momentos de estabilidade social e política, como por exemplo, nos séculos, XII e XIII, o progresso econômico desencadeava crescimento populacional. Esse crescimento, por sua vez, desdobrava-se em desenvolvimento de novas instituições por um lado e empobrecimento relativo das populações por outro (NORTH; THOMAS, 1973).

Acredita-se que os alarmes calamitosos de Malthus ofereceram bases para ações dos governos europeus em antecipar providências para superar a catarse da fome tão alardeada pelo pensador, já que o continente europeu apresentava limitações em manter uma agricultura capaz de produzir alimentos de forma proporcional a sua população, daí os métodos coloniais de exploração de territórios com forte potencialidade para produzir matéria prima. As sociedades holandesas e inglesas, de acordo com North e Thomas (1973), teriam sido as primeiras a superar as “crises malthusianas”, transformando o crescimento populacional em verdadeiro crescimento econômico, e não em crises de empobrecimento. Entretanto, esse argumento é bastante polêmico, pois, principalmente em países subdesenvolvidos, o crescimento populacional não tem necessariamente proporcionado melhoria de bem-estar para a população.

O *site* da ONU apresenta a população mundial em 31 de outubro de 2010 em torno de 7 (sete) bilhões de pessoas; Malthus não antevia a capacidade dos mercados em compensá-las com a produção de alimentos em proporção acelerada, graças ao desenvolvimento de novas tecnologias de cultivos e distribuição. Apesar de não estar nas suas previsões, mas em princípio, justifica-se, na forma, mesmo com o potencial de produzir muito, centenas de milhões desse contingente populacional ainda passam fome, em razão dos preços cada vez mais crescentes dos alimentos, o que limita batalhões de pessoas ao consumo, especialmente das regiões mais pobres, comprovando a hipótese malthusiana na atualidade. Porém, sob outra conformação, o problema não é a oferta de alimentos, mas a restrição ou falta de acesso pelas populações marginalizadas.

Dado esse retrospecto, discute-se, na atualidade, um paralelo da atual realidade com as ideias de Malthus, destacadamente pela inacessibilidade dos alimentos para as camadas de segmentos sociais com menor poder aquisitivo. Quer dizer, a produção de alimentos está cada vez mais segmentada, cujos meios de produção vão se tornando mais sofisticados, utilizando tecnologias mais modernas, que permitem o desvio de finalidade ao torná-los acessíveis a produção de combustíveis e a alimentação de animais, dessa forma os produtos ficaram caros, portanto mais distantes das panelas dos mais pobres (os preços dos alimentos tiveram tendência secular à queda, com flutuações, exceto na crise recente na qual é ainda incerto o novo patamar).

Discorrendo sobre a gênese da agricultura e o seu papel na história econômica, Corazza e Martinelli Jr. (2002) afirmam que, na economia primitiva, o homem alimentava-se dos produtos naturais, que conseguia através da coleta, da caça e da pesca. Para estes autores, nesta fase da história econômica, o homem era dependente do que a terra lhe oferecia para viver. Aos poucos, aprendeu a cultivar a terra e a produzir seu sustento, conforme suas necessidades, tornando-se menos dependente e passando a exercer domínio sobre as condições naturais de sobrevivência. Apontam esses autores para o surgimento do “problema político dos alimentos”:

Com o desenvolvimento da agricultura o homem fixou-se ao solo e apropriou-se da terra, com isso, surgiu a divisão social do trabalho, os conflitos de interesses e o poder político do Estado. Criaram-se assim as bases materiais, sociais e políticas das primeiras civilizações(CORAZZA; MARTINELLI JR., 2002, p. 09).

O ato de alimentar-se se torna o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos, representações. Desconhecer ou minimizar a dimensão

destes atributos torna inconsistente toda e qualquer discussão relativa ao tema da segurança alimentar, tanto do ponto de vista estritamente acadêmico quanto na perspectiva das políticas públicas. O combate à fome e à insegurança alimentar converte-se em bandeira política e objeto do processo de intervenção estatal (CÂNDIDO, 1987; ANJOS; CALDAS, 2006), pois a Terra sendo suficientemente fértil para alimentar muito mais gente do que os habitantes do planeta, faz com que a má alimentação, fome em massa e morte por falta de alimentos seja um castigo que a população contrai sem uma culpa aquilatada, pois são as pessoas que nascem nas regiões mais pobres (e os pobres das regiões ricas) que ficam sem as oportunidades de acesso ao mercado de consumo ditado pelas indiossincrazias do sistema capitalista, que dita: “o muito a quem tem mais e pouco a quem tem menos”.

O Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), desde a década de 80, já preconizava que o problema não é tanto a falta de alimentos, mas a “carência de vontade política”. A crise alimentícia é uma chaga que leva a rebeliões em vários países e derruba governos, também tem a ver com a inflação global dos preços de gêneros alimentícios e alterações nas correntes do comércio. A demanda por parte de consumidores com poder aquisitivo nos países emergentes é coberta em parte pelo aumento da importação de alimentos. Além disso, aumentam cada vez mais as áreas cultiváveis usadas para a plantação de matérias-primas para biocombustíveis. Em consequência disso, os países em desenvolvimento gastam com a importação de alimentos.

A soberania alimentar não nega o comércio, mas sim que ela promova a formulação de políticas e práticas comerciais que sirvam aos direitos dos povos à alimentação e à segurança saudável e a produção ecologicamente sustentáveis (WINDFUHR; JONSÉN, 2005). Um quinto da humanidade sobrevive com menos de 1 dólar por dia. São estas pessoas que se deitam com fome à noite, que são subnutridas ou mal nutridas e que morrem de fome. A segurança alimentar pode ser obtida por meio do aumento da renda familiar, conjuntamente com uma oferta adequada de alimentos via aumento da produção interna ou aumento da importação de alimentos. Em todos os lugares onde são criados empregos em larga escala, o poder de compra daí resultante leva à diminuição da fome. A medida isolada mais importante para combater o problema da fome é a criação de possibilidades de ocupação e rendimentos. O termo Segurança Alimentar é mais conhecido e amplamente discutido pelo fato de ainda ser uma preocupação básica para os países em desenvolvimento, onde os problemas nutricionais atingem grande parcela da população (ZYLBERSZTAJN; SPERS, 2000).

Para Maluf (2001), interessa não apenas constatar que a equidade social afeta a questão alimentar na medida em que o nível de renda determina o acesso aos alimentos, que por sua vez impacta a produção agroalimentar (renda→acesso→produção), mas também como o tratamento da questão alimentar participa da construção da equidade social. De acordo com o autor, a relação entre ambas as questões é uma via de mão dupla (equidade social ⇔ questão alimentar), marcada pelo padrão de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que ajuda a configurá-lo. O pesquisador aduz a um padrão concentrador do patrimônio e da renda, como item socialmente excludente que agrava a questão alimentar pela via da inequidade, enquanto que a promoção de um sistema agroalimentar em bases equitativas e sustentáveis impacta positivamente o padrão de desenvolvimento econômico.

A História dos países desenvolvidos revela que foi a adoção de uma política de segurança alimentar que lhes assegurou crescimento econômico com demanda sustentada, dando-lhes estabilidade e melhorando a distribuição dos frutos do progresso material e melhor qualidade de vida. Não se diga que o fizeram porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles são ricos porque assim o fizeram (ABAG, 1993).

O crescimento populacional anual é superior a 80 milhões. Mais de 90% dos nascimentos acontecem no Terceiro Mundo, onde já hoje 850 milhões de pessoas não têm o suficiente para comer. A fome mata dezenas de milhares a cada dia. E isto poderia ser evitado. As causas da crise alimentícia residem – excetuando-se as catástrofes naturais – em erros políticos, econômicos e sociais. Por isso, a fome é causadora de rebeliões em um número cada vez maior de países (ONU/FAO, 2008).

O bem-estar de uma parcela cada vez maior da população mundial é uma das causas da fome no mundo. A inflação no preço dos alimentos atualmente tem consequências mortais para os pobres deste mundo. Os países ricos passam a se preocupar muito mais com o abastecimento de veículos, já que alimentos são fornecidos pelos países em desenvolvimento, o que lhes permite transformar a finalidade de cultivos alimentares em cultivos energéticos para a produção de óleos vegetais e etanol, preocupados como poderão encher, no futuro, o tanque da frota de veículos, que cresce acima da média do crescimento das suas populações, enquanto nos países pobres, cada vez mais, pessoas têm problemas em “encher a barriga”.

A qualidade de vida necessariamente atrai outros componentes para se acrescentar aos alimentos, conforme discutiu Maluf (2007) ao asseverar que

O acesso aos alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em

práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhes qualquer alimento. Além disso, famílias ou grupos sociais podem ter acesso regular aos alimentos e evitar a ocorrência da fome e mesmo da desnutrição, porém, não se encontram numa condição de SAN caso o custo da alimentação comprometa boa parte da renda familiar e impeça o acesso aos demais componentes de uma vida digna como a educação, a saúde, a habitação e o lazer; esta é uma questão relevante em países com elevada desigualdade social como o Brasil (MALUF 2007, p. 25).

3.8.1 O Estado brasileiro e a alimentação enquanto política pública

A década de 30 marca os primórdios do estabelecimento, no Brasil, de uma política de enfrentamento da questão da fome e da desnutrição. Ela aparece na sequência de uma fase de transformação do tema "alimentação" em um novo campo de saber, uma disciplina científica denominada inicialmente nutrologia e, posteriormente, nutrição (BARROS; TARTAGLIA, 2003, p. 117).

O marco referencial da entrada brasileira do Estado em assumir a alimentação enquanto política pública foi a criação do SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social, em 1940. A partir desta data, atendendo ao anseio de uma parcela da intelectualidade brasileira que estudava a alimentação de forma científica – a nutrologia –, mas não possuía o poder para executá-lo, encontrou no Estado o agente fundamental para tal tarefa.

O SAPS, criado por intermédio do Decreto-Lei no. 2.478, de 05/08/1940 e extinto em 1967, marca, desse modo, o início, na prática, de uma "política de alimentação e nutrição" - entendida como a promoção de padrões adequados para a alimentação da população - executada pelo Estado brasileiro. A Instituição tem origem no Serviço Central de Alimentação, criado um ano antes pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Este Serviço era dirigido por um Conselho formado, em sua maioria, por médicos nutrólogos, tendo à frente Josué de Castro. Nesse momento e dessa forma, esse grupo de cientistas agrega-se à máquina pública, vindo a comandar, por longo tempo, as instituições responsáveis pela execução da política alimentar do Estado brasileiro (BARROS; TARTAGLIA, 2003 p. 119).

3.8.2 Origem e evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

O conceito de Segurança Alimentar teve sua origem na Europa do início do século XX e refletia a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação, evitando assim vulnerabilidades, e adquiriu uma perspectiva internacional com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), bem como de outros organismos financeiros internacionais (CUSTÓDIO *et al.*, 2001, p. 2).

A questão da alimentação, da fome e da má nutrição não pode ser olhada exclusivamente em sua dimensão econômica (acesso à renda), alimentar (disponibilidade de alimentos) ou biológica (estado nutricional). O ato de se alimentar e alimentar familiares e amigos é uma das atividades humanas que mais reflete a enorme riqueza do processo histórico de construção das relações sociais que se constituem no que podemos chamar de “humanidade”, com toda a sua diversidade, e que está intrinsecamente ligado à identidade cultural de cada povo ou grupo social (VALENTE, 2002).

As questões relacionadas à pobreza e à insegurança alimentar estão, acima de tudo, vinculadas às noções da cidadania e de Direitos Humanos, construídos ao longo do processo histórico dos Estados-nação. Os direitos sociais, entre os quais figura o direito à alimentação, integram a segunda geração dos direitos humanos, ligada ao fortalecimento do ideário de igualdade e solidariedade, seja entre os indivíduos-cidadãos dos Estados Nacionais, seja ultrapassando estas fronteiras e num direito e numa reivindicação universal, dos cidadãos do mundo globalizado (BOBBIO, 1992 *apud* PESSANHA, 2002).

No âmbito dessas discussões sobre o direito humano à alimentação e nutrição adequadas, Valente (2003), corroborando com Pessanha (2002), destaca que consta em importantes documentos, em nível universal, referência a essa temática, como por exemplo: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e também no Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, documentos dos quais alguns trechos são citados a seguir:

O direito humano à alimentação adequada está previsto na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**:

Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948, p. 53 *apud* VALENTE, 2003, p. 53).

O artigo 11 do **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** traz o detalhamento do referido Direito e propõe mecanismos de operacionalização do mesmo:

Los Estados Partes en el presente Pacto reconocen el derecho de toda persona a un nivel de vida adecuado para sí y su familia, incluso alimentación, vestido y vivienda adecuados, y a una mejora continua de las condiciones de existencia. 1) Los Estados Partes tomarán medidas apropiadas para asegurar la efectividad de este derecho, reconociendo a este efecto la importancia esencial de la cooperación

internacional fundada en el libre consentimiento. 2) Los Estados Partes en el presente Pacto, reconociendo el derecho fundamental de toda persona a estar protegida contra el hambre, adoptarán, individualmente y mediante la cooperación internacional, las medidas, incluidos los programas concretos, que se necesitan para: a) Mejorar los métodos de producción, conservación y distribución de alimentos mediante la plena utilización de los conocimientos técnicos y científicos, la divulgación de principios sobre nutrición y el perfeccionamiento o la reforma de los regímenes agrarios de modo que se logre la explotación y la utilización más eficaces de las riquezas naturales (CDESC, 1966 *apud* VALENTE, 2003, p. 53).

Finalmente, a clarificação do conteúdo deste direito humano está contida no Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

[...] o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos... (CDESC, 1966 *apud* VALENTE, 2003, p. 54).

A partir da crise de escassez de 1972-74 e com a repercussão da Conferência Mundial de Alimentação de 1974, o conceito de Segurança Alimentar passa a ser difundido internacionalmente, porém afastando-se do foco original das Nações Unidas (fundado nos Direitos Humanos) e, no decorrer dos anos 1980, volta-se para a questão do acesso (demanda e distribuição), colocando em segundo plano a oferta de alimentos (CUSTÓDIO *et al.*, 2001).

3.8.3 CONSEA

Na área das políticas sociais de combate à fome e de promoção de segurança alimentar, em 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e convocada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994). Essas experiências inauguraram a parceria entre estado e sociedade na implantação e no controle de políticas públicas de combate à fome e à pobreza. Foram fortalecidas por uma inédita mobilização da sociedade que se materializou na campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (MALUF; ZIMMERMANN, 2005).

Durante o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, foram emanadas contribuições do Comitê Nacional e da ICNSA realizada em 1994, em Brasília (DF), que constituíram a base do relatório sobre a situação da Segurança Alimentar e da Fome no Brasil. Tal documento foi entregue em 1996, pelo governo brasileiro, à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, na Itália, por uma comissão tripartite (formada pela

sociedade civil, governo e iniciativa privada) (CUSTÓDIO *et al.*, 2001). Este relatório conceituou a SAN da seguinte maneira:

Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (BRASIL, 1996, p. 4).

A II Conferência Nacional do SAN, em 2004, incorporando outros componentes à Segurança Alimentar e Nutricional, definiu-a como sendo

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

3.8.4 Programa Fome Zero

Com o objetivo e o compromisso assumido de equacionar o problema da fome no Brasil e em consonância com os conceitos de SAN, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou em 2003 o Programa Fome Zero no seu primeiro governo.

O lançamento do Projeto Fome Zero como prioridade do governo eleito em 2002, quando da posse deste, e a reinstalação imediata do CONSEA propiciaram a construção de uma política abrangente que procurava englobar os diversos aspectos relacionados à SAN.

Este projeto visa suprir uma lacuna importante na agenda política brasileira: a falta de uma política de segurança alimentar e nutricional que consiga coordenar e integrar as diversas ações nos estados, municípios e sociedade civil. O Direito à Alimentação, que está inserido no pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, deve ser garantido pelo Estado. O reconhecimento desse direito implica não apenas o acesso mas a qualidade e confiabilidade dos alimentos consumidos pela população (PROGRAMA FOME ZERO – UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL 2001, p. 5).

O Projeto Fome Zero, documento de 118 páginas, foi elaborado pelo Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva (então ministro do à época recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome) com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país (Figura 2). Partindo da concepção de que o direito à alimentação deve ser assegurado

pelo Estado, apresenta como principal objetivo a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira (YASBEK, 2003).

O Programa Fome Zero procura intervir nas causas da fome através de diversas frentes: transferências diretas de renda para famílias mais pobres; políticas estruturais de geração de emprego e renda; políticas específicas de combate à fome e de promoção do acesso aos alimentos; e políticas emergenciais para os grupos mais vulneráveis. Além disso, promove-se, com essas atividades, um amplo esforço de mobilização e de participação da sociedade civil (MALUF; ZIMMERMANN, 2005). O Programa Fome Zero constitui-se num conjunto de políticas (Figura 4) e foi concebido em torno de quatro eixos, denominados articuladores:

- 1 Acesso aos alimentos** (programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação);
- 2 Fortalecimento da agricultura familiar** (ações específicas que promovam a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo);
- 3 Geração de renda** (incentivo à economia solidária e desenvolvimento de ações de qualificação da população de baixa renda);
- 4 Articulação, mobilização e controle social.**



Figura 2 - Níveis de políticas do Programa Fome Zero

Fonte: Instituto Cidadania, 2001.

O próprio nome do programa – Fome Zero – já explicitava uma grande contradição nacional, pois o país que ano após ano orgulha-se em bater recordes na exportação de alimentos é o mesmo país onde vergonhosamente uma parcela significativa da população passa fome. Este fato demonstra a desigualdade socioeconômica vigente no país e o documento texto de apresentação do Programa Fome Zero apontava essa dura realidade e suas possíveis causas:

A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia ou cerca de R\$ 80,00 por mês. Essa pobreza não é ocasional: é o resultado de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido crescente concentração de renda (PROGRAMA FOME ZERO – UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL, 2001, p. 5).

Conceitos de pobreza, fome e desnutrição “têm uma forte relação, mas não têm o mesmo significado [...]. A fome leva à desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina da deficiência energética, principalmente na população infantil [...] por conta disso, considera-se que a desnutrição está mais associada à pobreza do que à fome, devido a carências globais” (Projeto Fome Zero, 2002). O projeto mostra que, no caso brasileiro, a grande causa da falta de acesso aos alimentos é o baixo nível de renda (YASBEK, 2003).

Assim, quanto aos critérios para definição do público alvo do Programa Fome, o governo adotou o seguinte procedimento:

O Programa Fome zero recorreu ao conceito de “linha de pobreza extrema” adotado pelo Banco Mundial, equivalente a uma renda *per capita* diária de US\$ 1,08. Esse valor oscila entre 25 e 33% do salário-mínimo vigente no Brasil. Assim o PFZ estimou em 44 milhões o número de pessoas em situação de “vulnerabilidade à fome”, ou seja, que não dispõe de renda suficiente para adquirir alimentos na quantidade necessária. Esse total equivale a 9,2 milhões de famílias ou quase 28% da população total do país (MALUF; ZIMMERMANN, 2005, p. 9).

O último relatório da FAO sobre segurança alimentar no mundo enaltece os avanços do Brasil, em que o número de pessoas subnutridas reduziu-se de 23 milhões nos últimos 10 anos (MUTEIA, 2013).

É importante destacar que a proposta de segurança alimentar que antecedeu o Programa Fome Zero já havia sido lançada ao debate público pelo então chamado “Governo Paralelo”, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, no início da década de 90, colocou o tema da segurança alimentar na agenda política brasileira. Antecedeu ao Programa Fome Zero

também de proposta de política elaborada por colaboradores do PT, com o lançamento do Projeto Fome Zero, em 2001.

Uma década depois do lançamento do Programa Fome Zero, o Brasil ainda tem muito por fazer, mas reconhecidamente já começa a colher frutos das suas ações. Em recente artigo publicado na revista *Carta Capital*, em 9 de janeiro de 2013, intitulado: “A agenda da universalização: Aplaudidos no mundo, os programas de combate à fome e a miséria ainda precisam alcançar muitos necessitados”, o representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura - FAO, Hélder Muteia, referindo-se à política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira, demonstrou entusiasmo, citando alguns exemplos positivos:

O que o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Merenda Escolar representaram para a economia rural e investimento na educação e formação de novas gerações é imensurável: o que os programas Mais Alimentos e Cisternas Rurais promoveram do ponto de vista de acesso à tecnologia, ao crédito de mercado, para pequenos agricultores e agricultores familiares, é de valor inestimável; o que o conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) representou para o emponderamento das famílias pobres rurais e urbanas, para sua dignificação, e para melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, também ultrapassa qualquer expectativa (MUTEIA, 2013, p. 23).

3.9 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Neste capítulo, busca-se apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do governo federal, contextualizando-o com um período de mudanças na maneira de pensar e fazer política pública voltada para a agricultura brasileira. Pretende-se fazer uma abordagem do PAA no cenário nacional e antecipar o objeto deste estudo, que é o PAA no município de Ilhéus-Bahia.

A referência mais remota à origem da ideia presente no PAA, lembrada durante as entrevistas, remete ao Governo Franco Montoro, que governou o Estado de São Paulo entre 1983 e 1987. De acordo com uma das entrevistas, o governador eleito tinha planos de descentralizar a merenda escolar, uma vez que seu processo de compra servia em grande medida para financiar o sistema de “caixa dois” de alguns grupos políticos predominantes no Estado de São Paulo. Realizando a descentralização, acreditava-se que a transparência seria maior, evitando as fraudes. Iniciou-se, então, em 1983, um novo processo de compra de alimentos para a merenda escolar, no qual o diretor da escola realizava as compras. Teve como ação precursora a descentralização da compra da merenda escolar no Governo Montoro. Sua

importância está relacionada à criação do mercado local, com a injeção de recursos que causa dinamismo (MÜLLER, 2007).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge ainda no primeiro ano do Governo Lula, num contexto fortemente marcado pelo esforço de implantação de um conjunto abrangente de políticas de combate à fome e à exclusão social, que ganham expressão pública por meio do Programa Fome Zero. No início do Governo Lula, a concepção dos movimentos sociais era de que havia uma dívida social do governo em relação aos segmentos menos favorecidos, e desta forma, os recursos disponibilizados pelo Governo não precisariam ser pagos. No entanto, seu entendimento é de que hoje o país vive um ambiente diferente, no qual existe consciência de que a transferência de recursos para a produção é crédito, e crédito deve ser pago, pois recursos baratos precisam ter retorno para realimentar ao ciclo.

As discussões e experiências acumuladas a respeito da questão da fome e da vinculação entre segurança alimentar e agricultura familiar foram sistematizadas e serviram de base para a construção, em 2000 e 2001, de um importante documento: Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). A elaboração desse documento contou com a participação de movimentos sociais, organizações não- governamentais, institutos de pesquisa, sindicatos e especialistas em questões de segurança alimentar e foi organizado por José Graziano da Silva (SCHMITT, 2005*apud* MÜLLER, 2007, p. 80).

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. As diretrizes do PAA são definidas por um grupo gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco ministérios.

O PAA é de natureza interministerial, com uma gestão formada por um comitê integrado por representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A operacionalização do PAA é de responsabilidade do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao MAPA e responsável, também, pela formação de estoques governamentais de alimentos. Já os recursos destinados ao PAA são provenientes do MDS, que também desenvolve a maioria das ações do Fome Zero (ROCHA, 2009).

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e define-se enquanto um Programa intersetorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória

de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da Sociedade Civil (GRISA *et al.*, 2011).

Na sua organização dispõe de um grupo gestor formado pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e mais recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC). Este grupo gestor é responsável por definir as medidas necessárias à operacionalização do Programa. Além deste, há gestores executores, ou seja, os estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais formados pelas organizações de agricultores (cooperativas, associações, etc.) e entidades socioassistenciais que administram seus respectivos projetos (GRISA *et al.*, 2011, p. 368).

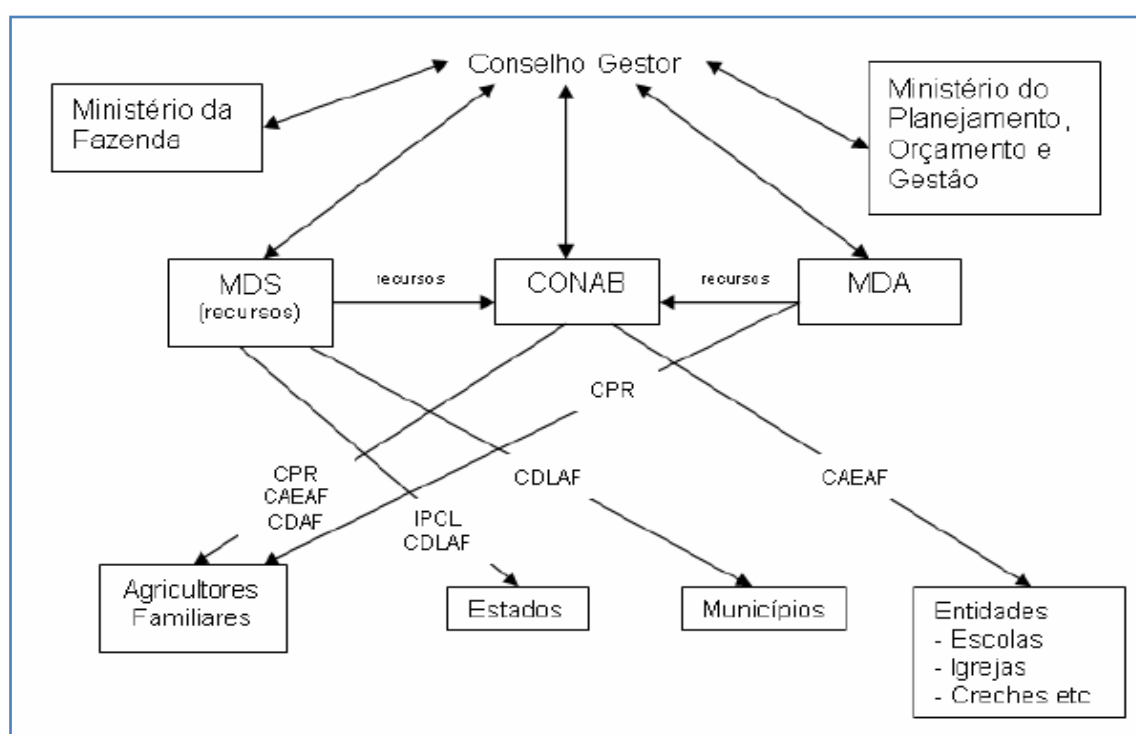


Figura 3 - Organograma das Operações do PAA

Fonte: Muller, 2003.

De acordo com Delgado *et al.* (2005), as atribuições do Grupo Gestor são: sistematização de aquisições de produtos agropecuários e da definição dos preços respectivos de acordo com a lei de criação do programa; definição das regiões prioritárias para implementação do programa; condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários

enquadráveis em situação de risco alimentar; condições de venda dos produtos adquiridos; outras medidas necessárias à operacionalização do programa.

O Decreto no 4.772, de 2 de julho de 2003, estabeleceu a composição (Ministério da Segurança Alimentar, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Rural) e as atribuições de um Grupo Gestor do PAA, a saber:

1. Sistematização de aquisições de produtos agropecuários e da definição dos preços respectivos de acordo com a lei de criação do programa.
2. Definição das regiões prioritárias para implementação do programa.
3. Condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis em situação de risco alimentar.
4. Condições de venda dos produtos adquiridos.
5. Outras medidas necessárias à operacionalização do programa (DELGADO *et al.*, 2005, p. 17).

PAA é parte de um contexto das políticas públicas de desenvolvimento rural, cujo marco foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Historicamente as políticas públicas voltadas para a agricultura promoveram uma crescente marginalização dos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual (ROCHA, 2009).

Segundo Schmitt (2005), um dos aspectos inovadores desse programa é, justamente, o esforço para integrar não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola quanto à política de segurança alimentar e nutricional.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) pode ser discutido sob esta perspectiva, tendo-se em vista que oferece, entre outros benefícios, uma nova oportunidade de mercado para produtos alimentícios da agricultura familiar. O PAA, como uma ação do Programa Fome Zero, permite a compra de alimentos com dispensa de licitação, os quais são distribuídos entre a rede sócio-assistencial e a formação de estoques públicos e da agricultura familiar. O Programa Fome Zero é uma parte estratégica da política brasileira de segurança alimentar e nutricional. Este programa é realizado com fundamento em uma abordagem multidimensional que compreende quatro diferentes eixos de intervenção: Acesso à Alimentação; Geração de Renda; Fortalecimento da Agricultura Familiar; e Articulação, Mobilização e Controle Social. (CHMIELEWSKA *et al.*, 2010).

O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e busca a inclusão social e econômica através do estímulo e fortalecimento da agricultura familiar. O PAA também realiza a formação de estoques estratégicos para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que engloba as compras pelo governo

de alimentos para vários fins. Nesse caso, as aquisições do PAA têm o duplo propósito de beneficiar consumidores e produtores, estimulando agricultores familiares a produzir alimentos.

A criação desse novo instrumento de política pública trouxe mudanças importantes nas relações da agricultura familiar com o chamado mercado institucional. Um primeiro elemento a ser destacado é o fato de que a Lei 10.696, que cria o PAA, autoriza a dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar. Abre-se, com isso, uma exceção aos complexos procedimentos de aquisição estabelecidos pela Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e que, exceto por algumas experiências localizadas, em que o empenho dos gestores públicos tornou possível utilizar algumas brechas existentes na própria legislação, mantinham, pelo menos até 2003, a grande maioria dos agricultores familiares distantes do mercado institucional (SCHMITT, 2008).

Outro aspecto importante no desenho de implementação do PAA é o fato de que a Lei 10.696 e seu Decreto de regulamentação permitem que as aquisições sejam feitas com base em preços de referência que devem levar em conta “as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar”. Trata-se aqui, outra vez, de uma inovação, considerando que a Política de Garantia de Preços Mínimos, criada em 1945 e reestruturada na década de 60, sempre utilizou preços e mecanismos de aquisição de caráter “universal”, ou seja, válidos para o conjunto dos produtores rurais, mas que, na grande maioria dos casos, só conseguiam beneficiar médios e grandes produtores. O PAA rompe com esta tradição, dirigindo suas ações para a agricultura familiar em suas múltiplas expressões, reforçando-se, com isso, o valor atribuído a especificidades locais na definição dos parâmetros de operacionalização do programa (SCHMITT, 2008).

De acordo com Rocha (2009), quanto a sua etapa de execução, o PAA, além de uma parceria com a CONAB, o MDS opera dois mecanismos de transferência de recursos a prefeituras e, ou outras entidades. O primeiro desses, a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), objetiva promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais. Já o segundo, o Programa do Leite, visa ao incentivo à produção e ao consumo do leite, através do repasse de recursos aos estados, buscando garantir, a partir da compra da produção leiteira de agricultores familiares, o consumo do produto pela população em situação de insegurança alimentar.

Nas modalidades gerenciadas pela CONAB, ela compra a produção sem intermediários e a preço de referência, por meio de quatro mecanismos específicos. A Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) é caracterizada por disponibilizar recursos ao plantio (realizada já no momento do plantio, com a posterior entrega do produto na época da colheita), sendo exclusiva para o público que não é atendido pelo crédito de custeio do Pronaf – assentados da reforma agrária e quilombolas. O Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar (CGAF), por sua vez, busca assegurar a opção de venda da produção familiar ao Estado a preço pré-determinado. A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), possibilita a venda de alimentos ao Estado a preços de referência, visando à garantia de renda ao agricultor familiar. Finalmente, a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), baseia-se na aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativista da agricultura familiar, objetivando a formação de estoques ou a doação simultânea para a população em situação de insegurança alimentar (ROCHA, 2009, pg. 5).

No que diz respeito a críticas que surgem quanto ao PAA, Müller (2007) registra que, não obstante as conquistas positivas, há críticas e limites, das quais as principais serão aqui relatadas resumidamente. O trabalho de avaliação feito por Delgado *et al.* (2005) revela que existe um descompasso entre a concepção original do programa e as ações de implementação e gestão. O primeiro descompasso diz respeito ao volume de recursos aplicados, que veio sofrendo sucessivas quedas desde 2003.

Do lado orçamentário observa-se queda sucessiva de dotações aplicadas em 2003 e 2004 e previstas para 2005. Além disso, a promessa da dotação de recursos da PGPM para aquisições de alimentos da agricultura familiar não se confirmou nos exercícios de 2003 e 2004 e não está regulamentada para 2005 (DELGADO *et al.*, 2005, p. 22).

O PAA requer institucionalidade, com o desenvolvimento de instrumentos e cultura de atuação para fomentar a integração entre produção e consumo no âmbito local. Esta atuação vem crescendo com a execução do PAA, no entanto, ainda há dificuldades de gestão no âmbito local, o que requer esforços de capacitação para superar os entraves existentes. Dessa forma, durante a realização do 3º Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Agricultura Familiar, realizado em Brasília no período de 24 a 26 de novembro de 2010, foi destacada uma série de entraves ao PAA, dentre eles:

I - o PAA existe para assegurar a SAN e a população de rua; povos e comunidades tradicionais e indígenas não estão plenamente incluídas;

II - a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP não foi pensada como forma de acesso às políticas públicas para determinados públicos específicos, daí as dificuldades que se apresentam atualmente;

III - em relação aos acampados, já houve avanços e retrocessos, a DAPAA (acampados) já não existe mais, deixando-os excluídos do PAA em função da falta de acesso à DAP;

IV - a DAP é um instrumento para as políticas públicas da AF, que conta com uma rede de emissores e não precisa ser emitida de uma única forma para todos os grupos;

V - é preciso identificar as causas reais de porque os órgãos não emitem para seus públicos (FUNAI – índios; Fundação Palmares - quilombolas; etc.);

VI - destaque-se que a DAP é uma conquista da sociedade, não um problema. A agricultura urbana precisa ser tratada de forma efetiva, considerando a renda de outras fontes, mas que permita a inclusão dos agricultores urbanos, o que requer a revisão do marco legal;

VII - a baixa participação na Região Norte pode ter como questão central a DAP. Da mesma forma que é preciso solucionar o acesso à DAP, é importante ter terra para plantar, pois falta demarcação, água e celebrar parcerias com a Embrapa para as sementes;

VIII - como ação complementar ao PAA, deve-se apoiar a infra-estrutura das cooperativas de assentados e pequenos agricultores que não conseguem acessar alguns recursos do PRONAF em face da burocracia;

IX - com relação ao preço, o limite é a lei que define a prática de valores de mercado. Daí a importância de se discutir o que comprar diante de determinados preços, destino da produção adquirida e épocas do ano.

Essas questões citadas servem para evidenciar a complexidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O *site* www.mds.gov.br, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), traz o seguinte quadro sintético do PAA:

Objetivos do PAA: “Incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em Insegurança Alimentar e à Formação de Estoque” (Lei n.º 10.696).

Foco: MDS Compra de alimentos para doação às pessoas em Insegurança Alimentar.

Grupo Gestor: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação.

Coordenação: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Competências: Definir a Sistemática, regiões prioritárias, condições de doação e venda. Medidas operacionais, solicitar relatórios aos órgãos conveniados, identificar fontes complementares de recursos; apoiar outras ações estruturais relacionadas com a aquisição da safra, buscando fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária. Decreto n. 6.447 de 07 de maio de 2008.

Beneficiários do PAA:

Consumidores - pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional para as quais são doados os alimentos adquiridos.

Produtores - os agricultores familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados(*)³ comunidades indígenas e ribeirinhos, preferencialmente, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais.

Base Legal do PAA:

I - Lei de Criação: Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19);

II - Regulamento: Decreto 4.772, de 02/07/2003, substituído pelo Decreto 5.873, de 16/08/2006, substituído pelo Decreto 6.447, de 07/05/2008.

III - Resoluções do Grupo Gestor (30 resoluções). Desde 2003 até agosto de 2008.

IV - Instituição da CPR - Lei nº 8.929, de 22/08/1994.

V - Definição Agricultura Familiar: Lei 11.326/2006, 24/07/2006- Portaria MDA nº 111, de 20/11/2003 e Resolução nº 3.467 de 02.07.2007;

VI - Define povos e comunidades tradicionais: Decreto nº 6.040, de 07/02/2007.

VII - Portarias de Classificação e Legislação Sanitária;

VII - Manual de Operações da Conab – MOC.

Quadro 6 - Modalidades do PAA (Síntese)

Modalidade	Fonte de recurso	Executor	Forma de acesso do agricultor familiar
Compra Direta da Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	MDS/MDA	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra para Doação Simultânea	MDS	CONAB/Estados e Municípios	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal.
Incentivo à Produção e Consumo do Leite	MDS	Estados da Região Nordeste e Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação e Grupo Informal

Fonte: Conab, 2009.

³(*)definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20/11/03) (**)enquadrados no PRONAF, conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que possuam a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

Quadro 7 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos

Sigla	Título	Ementa
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais .
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operada pela CONAB.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações), com vistas à doação para instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvem trabalhos publicamente reconhecidos de atendimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. É operada pela CONAB.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.

Fonte: MDS/Combate a Fome, 2007.

3.10 Cooperativismo

O pensamento cooperativista vem sendo discutido desde séculos passados, devido às situações que o mundo vem passando na tentativa de transformar uma realidade marcada por lutas de classes e em busca de uma globalização das relações econômicas. O cooperativismo é um sistema alternativo que pode possibilitar transformações sociais positivas gerando um estado mais equitativo. Neste contexto, vale destacar seu processo de evolução sobre o pensamento cooperativista que circulou pelo mundo e conseguiu formar uma base de pensamento sólido capaz de perpetuar até os dias atuais. Sua trajetória será descrita em prol de uma sociedade futura sólida, democrática, participativa, justa e autônoma (SCHNEIDER, 1998).

As cooperativas representam uma instituição onde há possibilidade mais consistente na formação de uma sociedade justa e com participação através do controle social. O indivíduo pode ser um agente ativo na sociedade. A cooperação é uma relação mútua entre indivíduos que trabalham em comum, colaboradores entre si, com ações democráticas, igualitárias e solidárias uns com os outros.

A doutrina cooperativista representa a união dos princípios seguidos em uma cooperativa, como a adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade, fundamentais para a formação da cooperativa como sociedade de pessoas com a finalidade de desempenhar determinada atividade econômica, fundamentada no interesse coletivo e priorizando o bem estar social dos indivíduos inseridos na cooperativa.

A doutrina cooperativista pode ser conceituada da seguinte forma:

Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e crédito. O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo, mas sua origem encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos. O iniciador deste movimento foi o inglês Robert Owen, que patrocinou a criação da primeira cooperativa na Europa, a sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, integrado por tecelões... (SANDRONI, 1999, p.132).

A cooperação existiu ao longo da história da humanidade em seu sentido mais amplo, na pré-história necessitava da ação coletiva necessária para que o grupo almejasse seus objetivos mais básicos de sobrevivência. Era uma cooperação simples e de associações forçadas tomando o processo instável, em seu estado bem incipiente.

De acordo Schneider (1998), criavam-se associações de forma forçada, tuteladas e incentivadas pela nobreza proprietária que dela tiravam proveito em seu benefício na Mesopotâmia e no Egito. No império babilônico, o comércio e a indústria apresentavam algumas formas de caráter cooperativo, nelas participando pequenos agricultores e artesãos. Existiram, na antiga Grécia, entidades formadas em prol de um bem comum para suprir despesas fúnebres composta por classes de cidadãos livres, escravos e estrangeiros. Em Roma, durante o império, também foi constatado sociedades de enterro e seguro entre os pequenos artesãos baseado na ajuda mútua, cada um pertencia a sua categoria. Nesta situação, destacavam os *Collegiae* outra forma de associação como os *Societas* e os *Sadalicia*. Em

geral, essas sociedades tinham caráter social e religioso. Os imperadores do período encaravam com desconfiança tais iniciativas e as dissolviam submetendo à prévia autorização ao poder público, assim fragilizando a estrutura social em formação. Outro destaque pelo autor é a situação dos povos germânicos, na qual, após a estruturação do cooperativismo pelo mundo, serão exemplos de diversos sistemas cooperativistas, principalmente na formação das cooperativas de crédito. Toda a atividade agrária entre esses povos estava baseada em relações associativas.

Na Europa, no período antes de Cristo, já apresentavam sinais de relações associativas, como a Suíça, França, Espanha e os povos eslavos, que perduraram até o século XIX, no qual há uma maior relevância da implantação do sistema cooperativo pelo mundo.

Na Idade Média, as corporações de ofício demonstraram uma característica marcante do associativismo, já que defendiam os interesses das classes de artesãos e promoção da sua profissão. As *guildas* também demonstraram uma necessidade de associação como forma de inserção no mercado. Além de destacar o papel dos mosteiros e conventos, tão comuns na época, como grande exemplo de vida cooperativa.

A trajetória histórica para identificação de processos de cooperação percorreu o mundo em todos os seus continentes, com suas características em comum e diferenciada, criando bases para os filósofos e pensadores sociais dos séculos XVI e XVII na Europa.

Mais adiante, durante os séculos XVI e XVII surgem na Europa vários filósofos e pensadores sociais que se mostram críticos em relação à ordem econômica e social então vigente. Nas suas obras literárias, propõem modelos alternativos de sociedades/comunidades, bem como conceitos originais sobre o governo, a propriedade privada, o trabalho, a família e a educação. Tais autores reconhecem como seu longínquo antecedente a Platão em sua obra *A República*, e contam-se entre seus representantes Thomas Morus, Tomaso Campanella e Francis Bacon. Seus ideais de uma forma ou de outra, viriam a influir nas ideias de vários precursores do cooperativismo do século XIX, entre eles Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Buchez e outros (SCHNEIDER, 1998, p.26).

Percebe-se, no decorrer do tempo, que a cooperação esteve presente na história da humanidade tanto na Antiguidade, como na Idade Média e início da Idade Moderna. O período que marca a necessidade de implantação do sistema cooperativo é o da Revolução Industrial, no qual as relações de trabalho e socioeconômicas estão deterioradas, uma característica comum do capitalismo e liberalismo.

A Revolução industrial foi caracterizada pela deterioração entre a relação capital – trabalho, marcada pela total submissão do trabalho ao capital. O cooperativismo busca um “bom-senso” nesta relação para que a finalidade do bem-estar coletivo seja firmada. Todos os

pensadores sociais do período se insurgiram contra as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, provocando a questão social no qual o operariado era a grande vítima. Mediante ao “capitalismo selvagem”, o capital manifestou o seu poder de forma desumana, quando o ser humano era explorado por ele mesmo, já que o lucro estava sobreposto à vida dos indivíduos.

Como todas as crises, a revolução industrial também gerou uma situação de subconsumo:

O subconsumo é a situação na qual surge e persiste uma queda da demanda de bens de consumo, devido a tendências sistêmicas, e que é apresentada como causa de crises periódicas, bem como uma tendência crônica para a superprodução e a estagnação nas economias capitalistas. O Capitalismo é um sistema sujeito a repetidas fases de prosperidade e depressão. Tais fases ou ciclos não são acidentais, nem provocados por circunstâncias fortuitas. Antes constituem parte integrante da dinâmica da acumulação capitalista (BOTTOMORE, 2001, p.366).

Neste momento histórico, marcado por períodos de crises, todos os precursores pleiteavam a subordinação do capital em relação ao trabalho. Para Schneider (1998), a eliminação do lucro como objetivo último da atividade econômica e sua transformação em excedente, como meio e não fim, é indispensável a qualquer atividade econômica, assim como a organização cooperativa de toda a economia, baseada na democracia, na equidade e na solidariedade.

Para Drimer e Drimer (1981), durante o século XIX, há uma difusão em matéria social e econômica, o individualismo, o liberalismo e o capitalismo. Consagra-se a liberdade de trabalho e associação, a livre competência e a norma do “*laissez-faire laissez-passez*,”⁴ que fundamenta a iniciativa dos indivíduos e restringe ao mínimo a intervenção do Estado. Adverte-se a busca incessante do lucro em proveito que realiza o capital privado, mas se confia no exercício da livre concorrência através da qual as empresas haveriam de conseguir, por si mesmas, que se harmonizassem os interesses de todos que a produção satisfizesse convenientemente as necessidades de consumo.

A Revolução industrial, em todas as suas fases, é marcada por crescente produção industrial, mecanização e submissão do trabalhador ao capital e em sua fase mais crítica é caracterizada por uma crescente dispensa de mão-de-obra. Não havia legislação trabalhista e

⁴É parte da expressão em língua francesa “*laissez-faire, laissez-zaller, laissez-passer*”, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. **Laissez-faire** é hoje expressão-símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência. Esta filosofia tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX.

previdenciária para favorecer a classe trabalhadora que trabalhava de 14 a 16 horas por dia, não tinham infra-estrutura básica e as vilas operárias eram verdadeiros cortiços próximos às zonas de industrialização. Neste contexto, o movimento de ideias resulta no pensamento cooperativista criando suas bases, destacando Robert Owen com suas contribuições acerca da sociedade que ele vivia e observava (DRIMER; DRIMER, 1981).

A difusão inicial das cooperativas coincide com a revolução industrial, o que dificilmente terá sido por acaso. A revolução industrial ocorre numa conjuntura favorável à manufatura, em que as inovações técnicas barateavam os produtos e permitiam expandir fortemente a produção. Neste período, diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozavam de condições favoráveis no mercado de trabalho, o que lhes deve ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas, iniciando cooperativas de consumo e de produção para auto-consumo. A situação destes trabalhadores só vai piorar nitidamente após o fim das guerras napoleônicas, quando crises e depressões se sucedem com rapidez.

Vale destacar aspectos das contribuições de Robert Owen descritos por Drimer e Drimer (1981), melhoramento das condições de trabalho dos assalariados e legislação trabalhista, pondo em prática uma série de medidas tendentes a beneficiar trabalhadores e aliviar as condições de trabalho que imperavam durante aquelas primeiras etapas do desenvolvimento industrial, reduzindo a jornada de trabalho, acabando com o trabalho infantil, criando escolas gratuitas, desta forma, influenciando que outros industriais como ele aplicassem medidas iguais e deixando como argumento o êxito econômico que acompanha o processo e suas inovações. Criou colônias autônomas para que os núcleos de pessoas em suas colônias auto-suficientes procurassem uma solução para seus problemas. Owen pode ser considerado como precursor da obra social que inspirou os sistemas de proteção social e da legislação trabalhista.

No entender de Pinho (1977), Robert Owen caracterizava-se pela mudança gradual e pacífica do meio social. Desta forma, para modificar o homem, deveria combater o lucro e a concorrências os quais seriam os fatores responsáveis pelos males e injustiças sociais de seu tempo e assim o sistema social também modificaria. Para ele, o lucro é a causa principal das crises de superprodução ou de subconsumo influenciando nos pioneiros de Rochdale.

O movimento das ideias cooperativistas também foi proposto por William King, que, em 1826, fundou cooperativas de consumo na cidade de Brighton na Inglaterra, multiplicando as cooperativas; realizou congressos cooperativos propondo normas como a democracia cooperativa. No entender de Schneider (1998), o King ressaltou a importância do esforço dos

associados na formação do capital e assim afirmando a transcendência das cooperativas de consumo como possível base de transformação da sociedade.

Esse movimento de ideias, inclusive a influência do Movimento Cartista com a *Carta do Povo*, na qual haveria uma exigência da introdução do voto universal e direto para todos os cidadãos ingleses maiores de 21, deram impulso para a formação da Cooperativa de Rochdale tida como o marco de todo o movimento.

O cooperativismo, com suas práticas caracterizadas pela ideia de cooperação, ação emancipadora da classe trabalhadora, organizando interesses de classe por meio da auto-ajuda e não desde poder, desencadeia um sistema baseado na estrutura “*bottom-up*”, de baixo para cima. O indivíduo pode participar de todo o contexto em suas diversas fases de forma mais democrática e assim lograr um maior êxito na sociedade. Para Comparato (1990), “a cooperativa não constitui uma organização dirigida para o mercado, mas voltada para dentro, para os próprios cooperados”.

Para Ricciardi e Jenkins (2000), a humanidade evoluiu após sucessivas revoluções, destacando a Revolução Agrícola na Inglaterra, seguida pela Revolução Francesa, que mudou a perspectiva política do mundo ocidental no final do século XVIII, provocando choques nas relações entre capital e trabalho, todos colhendo efeitos da Revolução Urbana, na qual tirou a população dos feudos e dos campos concentrando nas cidades.

O cooperativismo, para Drimer e Drimer (1981), surgiu como forma de reação dos vastos setores frente aos graves problemas socioeconômicos que afligiam toda a sociedade, tais como situações marcadas por baixos salários, o desemprego, o crescente endividamento, a ação de intermediários inescrupulosos, a insuficiente redistribuição por produtos oferecidos, o elevado preço e a adulteração dos artigos de consumo popular.

No entender de Schneider (1981), o cooperativismo foi uma proposta de superação pacífica do capitalismo, principalmente com o desencadear da Revolução industrial, mas que o motor dessa transformação da sociedade não seria a luta de classes, como propunha Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativa e que, no decorrer da história, foi demonstrado que a utopia da proposta de socialização contida na doutrina cooperativista de Robert Owen possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto complementação à economia de mercado. Desta forma, a estratégia cooperativista é proposta como um instrumento de mudança social capaz de assegurar a harmonização das dimensões econômicas, social e cultural do processo de desenvolvimento.

A cooperativa mais cultuada pelo movimento cooperativista tradicional e internacionalizado nos países capitalistas é a de Rochdale, a qual criou princípios fundamentais do movimento surgido em 1843. Existiram contribuições valiosas dos autores descritos acima para a sua formação, assim como Charles Fourier, Philippe Buchez, Louis Blanc, William Thompson, Michel Derrions, Pierre Joseph Proudhon dentre outro. Os pioneiros de Rochdale na realidade foram a união dessas contribuições e não foram inovadores em todos os princípios, mas houve um destaque em sua organização.

A iniciativa dos pioneiros de Rochdale reuniu 28 tecelões na Inglaterra, fundamentado pelas pressões impostas pelo liberalismo econômico e reivindicando melhores condições de trabalho na indústria. Inicialmente não teve êxito algum, logo resolverem obter alguma melhoria salarial e social utilizando o cooperativismo como forma alternativa para lograr seus objetivos (RICCIARDI; JENKINS, 2000).

Para Lima Neto (2003), com a ideia de criar algum mecanismo de ajuda mútua, os pioneiros de Rochdale aderiram ao plano de abrir um armazém cooperativo de consumo para reduzir os custos decorrentes da elevação dos preços dos produtos alimentícios, advindos da intermediação pelos atravessadores e constituíram, desta forma, a Cooperativa intitulada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Sus modestos fundadores se mostraron capaces, no solo de utilizar los frutos de las experiencias pasadas y reflejar las mejores ideas, de sus contemporáneos, sino también de seleccionar y sistematizar las normas fundamentales que adoptan desde entonces las cooperativas (con solo algunas modificaciones impuestas por la evolución de las condiciones económico-sociales y la especialización de las actividades emprendidas). Además, la cooperativa de Rochdale sentó con gran sentido práctico diversas normas técnicas de funcionamiento de las cooperativas de consumo, logro un éxito notable, fue la base a partir de la cual se produjo la expansión del movimiento cooperativo británico de consumo y sirvió de inspiración y ejemplo a las organizaciones cooperativas del mundo entero (DRIMER; DRIMER, 1981, p.227).

O modelo de Rochdale influenciou o mundo cooperativo servindo de base para toda a sociedade e para o pensamento cooperativo moderno. A organização do cooperativismo pelo mundo no plano internacional ocorreu após o I Congresso de Cooperativas de Consumo, com a França, em 1885, destacando o papel de principal sistematizador a Charles Gide como pensador rochdaleano.

Grande ideal de Gide era a República Cooperativa, deste modo, para chegarmos a tal estágio de civilização, de acordo com o pensador, eram necessárias três etapas : 1) organizar cooperativas de consumo, nas quais desapareceria o lucro, ou seja, eliminar-se-ia qualquer aumento sobre o custo de produção a fim de obter o preço

justo; II) criação de cooperativas de produção industrial, com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo; III) organização de cooperativas agrícolas. Por fim com o desenvolvimento destas três fases, os consumidores transformariam completamente a sociedade, eliminando conflitos e injustiças.(CASTRO JUNIOR, 1998, p.274).

Diversos modelos de cooperativismo surgiram pelo mundo, como cooperativas de crédito, modelo *raiffeisen*, *schultze-delitzsch* e *luzzatti*, cooperativas agrícolas, como o modelo de Wilhelm Haas, cooperativas de trabalhos na França, dentre outros modelos.

Outras experiências foram verificadas pelo mundo além do Rochdale, como os Kibutz israelenses, no século XX, caracterizados pelo modelo do cooperativismo integral, o que evidencia uma verdadeira organização coletiva em todo seu processo produtivo, fugindo dos moldes das empresas capitalistas tradicionais. Esse modelo foi realizado em uma sociedade capitalista, comprovando que o cooperativismo pode ser instrumento favorável no sistema capitalista. Para Preuss apud Bulgarelli (1960), o movimento kibutziano não seguiu inicialmente qualquer teoria socialista, anarquista ou outra pré-concebida, tendo como objetivo um mundo novo, justo ou socialmente melhor, mas surgiu devido às condições nacionais e sociais do esforço colonizador do próprio país e da condição espiritual dos imigrantes, a maioria dos quais não teria enraizado no país a não ser pelo movimento. Todas essas condições são questionáveis, já que os colonizadores provinham da Rússia e da Europa Ocidental, pois traziam experiências socialistas. De acordo Bulgarelli (1989), nos anos de 1918 a 1948, considerando o período como a consolidação da fase ideológica, percebeu-se a influência do socialismo no movimento que chegou a prejudicar, pois muitos hebreus influenciados pela revolução bolchevique de 1917 abandonaram o país, ficando claras as manifestações e realizações socialistas.

Diante dos fatos de formação do cooperativismo no mundo, percebe-se uma forte influência das ideologias na formação da sociedade atual. O cooperativismo sofre influência de ideais socialistas em sua essência, porém é adaptável ao sistema capitalista. Principalmente em tempos crise, o cooperativismo se mostra como instrumento equalizador, resolvendo as distorções existentes no sistema econômico capitalista, comprovando a sua capacidade de gerar mudanças sociais associadas a crescimento econômico, evidência de um equilíbrio necessário para a manutenção do sistema. O cooperativismo é um resultado entre a ação do Estado, Sociedade e Mercado ocorrendo de forma sincronizada.

3.10.1 Papel dos princípios Cooperativistas para o desenvolvimento sustentável

Cooperativa apresenta-se como uma organização atual e coerente com os ideais de uma economia sustentável. O desenvolvimento sustentável faz parte dos objetivos de uma sociedade cooperativa, sendo pertinente ao sétimo princípio da doutrina cooperativista, que é a preocupação com a comunidade. Elas se preocupam em reestruturar a comunidade na qual estão inseridas, promovendo relações de cooperação entre os membros e a comunidade e até mesmo com outros tipos de organizações, como órgão público, estimulando e fortalecendo a interação entre todos envolvidos no processo. A Sociedade Cooperativa, instituída de acordo com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de Cooperativismo, considera os valores como democracia, igualdade e solidariedade fundamentais para a sua construção, assim como para sua permanência saudável no sistema econômico.

Ao analisar a lei nº 5.764 de 1971, que define a política nacional de Cooperativismo, notou-se que diversos artigos da lei estão submetidos aos princípios que norteiam o sistema cooperativo.

Quando se definem as cooperativas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços (BRASIL. Lei 5.764, 1971 art.4º, inciso I).

As cooperativas na forma da lei brasileira, são organizações de livre acesso e adesão, logo os interessados em participar de suas atividades, respeitando os critérios instituídos em seu estatuto social, poderão fazer parte desta sociedade indistintamente de opções políticas, culturais ou sociais. O cooperado, antes de aderir a uma sociedade cooperativa, deve estudar o estatuto detalhadamente, buscar uma identificação com o objetivo da cooperativa, tentar identificar-se com a cooperativa da qual fará parte, participar de todas as reuniões, ser cooperado atuante nas decisões que lhe couber e não distorcer a finalidade para a qual foi criada em benefício próprio.

Um fator importante, considerando a livre adesão e a livre saída, é que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado (BRASIL. Constituição, 1988, art.5º, inciso XX).

Corresponde ao princípio da livre saída, respeitando as normas sobre a saída do cooperado da sociedade. Uma gestão democrática permite ao cooperado uma participação, seja de forma direta ou indireta, fazendo parte de todo o processo. Quando o estatuto define que cada associado tem direito a um voto, torna este cooperado mais assíduo e atuante nas decisões. Existem outras vantagens numa gestão democrática, principalmente em um processo de transparência na gestão, nas demonstrações financeiras e nos resultados.

A participação econômica dos membros na sociedade cooperativa é outro princípio, que, de acordo com a legislação, ao celebrar contrato de sociedade cooperativa, as pessoas reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL. Lei nº 5.764, 1971, art. 3º).

O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no país (BRASIL. Lei nº 5.764, 1971, art. 24).

O capital social é importante na formação da sociedade cooperativa, pois é responsabilidade de cada cooperado integralizar a quota-parte correspondente, de acordo os limites estabelecidos na lei e no estatuto social. Representa a força geradora de recursos necessários para a cooperativa atuar no sistema econômico. A partir deste capital social, a cooperativa passa a prestar serviços aos associados e a terceiros, gerando recursos devido às taxas de serviços administrativos e, assim, as sobras.

As cooperativas são obrigadas a constituir fundos de reserva e de assistência técnica, educacional e social.

De acordo com a legislação, o fundo de reserva é destinado a reparar as perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10 por cento, pelo menos das sobras líquidas do exercício. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de cinco por cento, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício (BRASIL. Lei nº 5.764, 1971).

Cooperativas são sociedades autônomas de interesse coletivo que necessitam de independência em seu funcionamento e organização. De acordo a constituição brasileira, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, e a interferência estatal em seu funcionamento é vedada (BRASIL, Constituição, 1988, art. 5º, inciso XVIII).

Cooperativa poderá ter parcerias, integração entre as associações, o poder público, sindicatos, ou seja, a intercooperação para fortalecer as relações entre seus membros e outras organizações, mas a interferência fere o princípio da autonomia em sua gestão.

A educação é o mecanismo de identificação e valorização do ser humano para observar e compreender a verdade existente em qualquer tipo de relação. O princípio de educação, treinamento, informação são a base de formação de uma cooperativa. Comparado a um plano de sustentação ou a um plano diretor de qualidade para alcançar metas e objetivos, a educação é o fundamento desta sustentação, ou seja, a cooperativa, para se manter saudável e atuante no mercado, busca uma plena conscientização de seus cooperados da importância do processo educacional. Uma cooperativa que não prioriza a educação em seu processo de desenvolvimento e sustentação terá sérias dificuldades em permanecer por muito tempo no mercado e estará sujeita a maiores riscos para seus associados. A cooperativa tem de criar a sua sustentação na educação cooperativista, começando pelo associado e sua família, utilizando os recursos disponíveis para capacitar e elevar o nível intelectual de todos os inseridos no ambiente cooperativo.

O princípio da preocupação com a comunidade deve exprimir a ideia que reforça seus valores, assumindo um compromisso com a comunidade para diminuir as desigualdades sociais e simultaneamente conscientizar sobre o papel da preservação dos recursos ambientais. Deve também Fomentar a cidadania e a responsabilidade social e a cooperativa desde a sua formação, priorizar estas questões e analisar a realidade ao seu redor para melhorar a vida dos seus associados.

Existem normas a serem seguidas, valores internalizados e externalizados nas ações destas organizações, para que a sua finalidade comum seja alcançada e amenizem as desigualdades sociais e econômicas existentes, priorizando o interesse coletivo, a transparência nas decisões, a participação dos membros igualitária, estimulando os associados a se conhecerem como agente ativo e modificador deste processo contínuo e constante.

A necessidade de se saber e conhecer o estatuto social e as leis para solucionar as questões existentes em uma cooperativa é uma questão de sobrevivência e o papel do associado é relevante em busca da educação e informação de todo o processo.

O conhecimento como mecanismo de formulação teórica, formação de ideias a partir de análises complexas sobre o seu próprio ser e seu ambiente individual e coletivo torna o indivíduo mais complexo e perceptivo em relação a sua verdadeira situação social, consciente

de que faz parte de um processo continuado e modificador, capaz de enfrentar as incertezas, o inesperado de forma consciente em meio às realidades e certezas existentes.

A Idea é que uma sociedade cooperativa poderá ser formada por pessoas com diferentes níveis de instrução, capacitação, mas baseada em ideais igualitários, unidos por interesses comuns. Representa uma relação mútua entre indivíduos que trabalham em comum, colaboradores entre si, com ações democráticas, igualitárias e solidárias uns com os outros.

Reconhecer a necessidade de associação como forma de inserção econômica e social do indivíduo na sociedade é um passo positivo para todo o sistema econômico, pois as cooperativas são instrumentos dos indivíduos para gerar um bem estar social, diminuir as desigualdades econômicas e sociais, reduzir as distorções e imperfeições dos mercados em busca de uma maior eficiência econômica e aperfeiçoar a democracia.

Segundo Schneider (2004), o cooperativismo não deve ser marginalizado no sistema econômico, deixando as melhores fatias do mercado aos agentes capitalistas. O cooperativismo, porque crê na validade de sua proposta política, econômica e social, de caráter profundamente democrático, solidário e justo, deve perder a timidez para conquistar cada vez mais espaços na economia e na sociedade. Aspirar um dia ser um sistema econômico e social hegemônico, mas não exclusivo, pois, sendo um sistema eminentemente democrático, valoriza e respeita o pluralismo ideológico e econômico, já que só um sistema pluralista propicia um clima de permanente crítica e aperfeiçoamento.

As centrais e suas filiais, nas redes de verticalização de intercooperação são aliadas aos princípios alinhados com conceitos de prática de boa governança corporativa, como ação democrática, compromisso com o desenvolvimento (econômico, social e humano), conduta ética, cooperação e parceria, honestidade e transparência, profissionalismo, solidariedade, valorização e respeito às pessoas. As atividades centralizadas na melhoria da comunidade, por exemplo, facilitar o acesso ao crédito nas comunidades, promovem um crescimento econômico e social regional. Associadas as atividades, são desenvolvidos programas de educação corporativa que objetivam difundir o conhecimento dos princípios e práticas cooperativistas entre colaboradores, associados e comunidade.

Princípios básicos de governança corporativa, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa são diretrizes que conduzem o sistema cooperativo e demonstram que são princípios existentes em uma sociedade cooperativa.

Segundo Pinho (1977), na medida em que as cooperativas acumulam pontos fortes concentracionistas, enfrentam, com maior resistência, as competições, flutuações e recessões dos mercados, firmando-se em seu nicho ecológico.

Para que ocorra um desenvolvimento sustentável regional e que a cooperativa faça parte disso, é necessária uma aliança entre boas práticas de governança corporativa com práticas regulares dos fundamentos da doutrina cooperativista. Um sistema cooperativo, quando bem organizado e sólido, torna-se consistente no mercado.

3.10.2 Sistema cooperativo brasileiro e a trajetória histórica da legislação cooperativista

O cooperativismo no Brasil surgiu no final do século XIX, devido à situação socioeconômica da sociedade criada principalmente com a abolição da escravidão. Para Veras Neto (2004), outros fatores contribuíram para o surgimento do cooperativismo no Brasil, como no período da Proclamação da República, em 1889, na qual o ambiente estava propício à liberdade de associação e com a Constituição de 1891, que assegurou a liberdade de associação. O autor destaca algumas cooperativas que começaram a atuar em 1981, como a Associação de Cooperativas dos Empregados da Companhia Telefônica em Limeira, no estado de São Paulo. Destaca também a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, em 1894, a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco, no ano de 1895. Surgiram, em seguida, diversas cooperativas, inclusive a Cooperativa Internacional da Lapa, criada em 1908, existente até os dias atuais e denominada Cooperativa de Consumo da Lapa.

No contexto histórico inicial de implantação do cooperativismo no Brasil, Seibel (1994) destaca o papel das cooperativas de consumo, pois faziam parte do processo geral de organização das classes urbanas na defesa dos seus interesses, particularmente de consumo. Já para Schneider (1981), o cooperativismo no Brasil se confinou especialmente no setor primário e as cooperativas de consumo foram sucumbidas pelo poderio das grandes redes de supermercados nos centros urbanos ao longo da industrialização e modernização capitalista, principalmente com a internacionalização da economia nos anos 70, consolidando um poder de barganha dificilmente superável pela ação das cooperativas.

No início do século XX, no Brasil, o movimento anarquista estava favorecendo o surgimento do cooperativismo, devido a sua dinâmica política aplicada pelo fato da não intervenção do Estado no setor e, desta forma, não gerava barreiras burocrático-jurídicas,

garantindo a expansão de cooperativas e assim experimentando a ação coletivista à margem da regulação estatal.

No ano de 1932, no governo de Getúlio Vargas, surgiram as primeiras cooperativas de trabalho reguladas pelo decreto 22.239 de 19 de dezembro. A partir deste momento, o estado passa a intervir e a reconhecer formalmente o cooperativismo através de mecanismos jurídicos. Desta forma, muitas cooperativas buscaram a regularização jurídica. No Rio Grande do Sul, na Era Vargas, diversas cooperativas foram criadas e estimuladas com maior ênfase.

Para Bugarelli (1998), o decreto do ano de 1932 permitiu às cooperativas se desenvolverem amplamente pelo país, pois havia um grau razoável de liberdade, apesar de a fase histórica estar repleta de reformas na estrutura social e política do país, já que foi um governo marcado por reformas trabalhistas. Outro detalhe é que a estrutura cooperativista no país não estava totalmente consagrada com todos os seus princípios herdados do modelo de Rochdale, considerada como uma estrutura *sui generis*, sem definição objetiva, porém generalizada demais em seu conceito. Outros decretos foram criados e promulgados na tentativa de enquadrar na sociedade cooperativa brasileira no sindicalismo orientado por uma ação corporativa, que se percebe muito na região Sul e Sudeste no país nos dias atuais. Foi criado, após o ano de 1945, um órgão ligado ao Ministério da Agricultura aprovando o regulamento para a fiscalização das sociedades cooperativas e assim o Estado também passou a fomentar e assistir as cooperativas.

De acordo com Oliveira (1979), o cooperativismo da região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul, ressurgiu ao redor de 1929, quando da quebra da Bolsa de Nova Iorque, que gerou a célebre crise mundial, com reflexos também aqui, e obrigou os produtores agroindustriais a se unirem, voltando-se, outra vez, para o ideal solidário, para salvarem a sua economia. A partir do ressurgimento, o movimento cooperativista cresceu e se expandiu num ritmo inestancável, espalhando-se por todas as áreas e faixas: agricultura, pecuária, indústria de transformação, serviços e consumo. O Rio Grande do Sul é o estado que possui maior número de cooperativas ligadas às atividades rurais em todo o país – as cooperativas cumprem uma inegável e ponderável missão na estrutura econômica e social do Estado.

Desta forma, percebemos atualmente que as regiões Sul e Sudeste aprimoraram o cooperativismo comprovando que, quando colocado como meta macrossocial, exposta por Schneider *et al.* (2010), o movimento cooperativo, coerente com sua filosofia, deveria encaminhar seus esforços no sentido da promoção de uma sociedade de maior participação decisória e de maior igualdade econômica e social, contribuindo para superar as causas

estruturais e de outra ordem que levam à formação de classes antagônicas, umas privilegiadas e outras marginalizadas e ameaçadas de exclusão social, em termos de poder, apropriação e usufruto das riquezas, da propriedade, do emprego, da tecnologia e da cultura.

No entender de Seibel (1994), o movimento cooperativo fornecia um arcabouço teórico de busca da solidariedade e cooperação entre seus integrantes, moldando, de forma liberal e humanista, e menosprezando a intervenção estatal e privada na sua organização. Defendia a neutralidade ideológico-político-partidária, marcando a sua independência e através da transformação criar valores e princípios chamados de educação cooperativista.

A regulação das sociedades foi definida posteriormente pelo decreto lei 59 de 21 de novembro de 1966 e depois pela lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que vigora até os dias atuais.

Neste momento, a legislação cooperativista, de acordo Veras Neto (2004), passou a ser responsável pelo forte engessamento das sociedades cooperativas, quando o governo toma medidas duras contra o cooperativismo, cancelando os estímulos tributários e extinguindo as seções de crédito das cooperativas mistas. No período militar, a fase corresponde à internacionalização da economia, com pesados investimentos em infra-estrutura para facilitar a entrada das multinacionais no país, setor automobilístico nos anos 50. Paralelamente o Brasil empreende uma política de exportação abandonando o mercado interno. O cooperativismo passa por grandes transformações com a mecanização e criação de empresas rurais.

A tutela do estado sobre as cooperativas vem acontecendo desde a década de 30 do governo de Getúlio Vargas. Seibel (1994) informa que o cooperativismo seria uma extensão do aparato estatal, já que o cooperativismo surge como um movimento social que exprime uma relação da sociedade com o próprio estado. O cooperativismo não seria uma representação clássica política, mas possibilitaria uma integração entre as classes rurais criando vínculos com a burguesia rural, desta forma, organizando e articulando setores que privilegiam o Estado. Destaca, no período do regime militar de 1964, que transforma o cooperativismo como único canal político efetivo de representação dos interesses das massas trabalhadoras rurais, assim demonstra a função política do Estado.

O Estado brasileiro no regime militar totalmente conservador é caracterizado como organizador das classes dominantes e desorganizador político dos dominados, preocupado apenas com os interesses das classes que apoiam o modo de produção capitalista. Para Perius (1995), o aprisionamento das cooperativas nesta relação de submissão em relação ao Estado

está vinculado ao decreto desde o governo de Getúlio Vargas, originando 50 anos de interferência estatal na vida das cooperativas. Interferência negativa, tuteladora, protecionista, paternalista, fiscalizadora, interventora e até liquidadora de cooperativas. Foram 50 anos de luta e de presença física do Estado para tentar transformar cooperativas em programas e ações concretas do Governo Federal.

O Decreto lei nº 59 de 1966 pelo qual o governo deve coordenar o sistema cooperativista acaba submetendo-o ao controle rígido pelo Estado, apesar de o decreto beneficiar a parte operacional das cooperativas, que se evidencia nas sociedades periféricas, principalmente no período Vargas e Militar, no qual o desenvolvimento ocorre de forma desordenada e financiada por classes dominantes, e quando ocorrem diversas distorções na renda, concentração elevada da renda, exclusão social e marginalidade. A reforma agrária não ocorre de forma correta, e existe uma perda histórica desta reforma. As políticas estruturadoras do sistema não confirmaram uma situação na qual o sistema cooperativo tornasse autônomo, caracterizado por uma estrutura *top down*, no qual o sistema estava baseado na estrutura de cima para baixo, em que o Estado não permite a autonomia da sociedade cooperativa e criando uma estrutura rígida, situação adversa dos princípios e da doutrina cooperativista desde suas origens rochdalianas.

Quando chega a terceira fase da legislação cooperativista, é considerada como o período de renovação das estruturas, que destaca a liberdade da constituição e funcionamento imediato das sociedades cooperativas, eliminando-se as exigências de autorização prévia para seu funcionamento, além de estabelecer a não sujeição ao imposto de renda, já que a sociedade cooperativa não gera renda. Por fim, o período histórico, de acordo com Veras Neto (2004), o período da liberalização, inicia-se com a Constituição de 1988 estabelecendo que o Estado deve apoiar o cooperativismo, liberando do controle estatal, inovando no tratamento tributário estimulando a formação e a constituição de cooperativas de crédito, dentre outras.

No Brasil, por essência, a sua administração governamental foi caracterizada em diversos momentos como patrimonialista, excesso de paternalismo. O cooperativismo também estava embutido neste sistema, mas a autonomia almejada por todas e um processo democrático é essencial para salvar uma cooperativa. Conforme ressalta Veras Neto (2004), é necessário que as cooperativas sejam construídas dentro de um modelo onde os postulados socialistas e libertários sejam defendidos, calcados na democracia coletiva e no centralismo democrático, transformando-as em instrumento de sustentação das lutas sociais,

mas evitando a marca autoritária e despersonalizada, buscando com isto alcançar a autonomia e democracia realmente almejada.

3.10.3 Sistema COOPERCACAU na Região Cacaueira do Sul da Bahia

Os primeiros relatos de cooperativas agropecuárias no Brasil datam de 1907. Na Bahia, como em qualquer lugar, existem experiências de sucesso e também de insucesso no cooperativismo. A literatura existente demonstra que, muitas vezes, experiências fracassadas dificultam o ressurgimento e avanço de novas experiências cooperativistas. Especificamente na Região Cacaueira do Sul da Bahia, podemos citar algumas situações desse tipo, como é o caso do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira (COOPERCACAU) e, em menor escala, o da Cooperativa Agrícola Mista de Una Resp. Ltda (CAMUR), no município de Una-BA. Tomaremos como exemplo mais detalhadamente a implantação da Cooperativa Central do Cacau (COOPERCACAU), (RANGEL, 1982)

O início da implantação do sistema cooperativista na região cacaueira da Bahia foi coordenado pela CEPLAC. A primeira ação no sentido de formar esse sistema teve como primeiro passo um estudo realizado pela CEPLAC em 1978, a partir de 15 cooperativas então existentes, a fim de identificar seus principais problemas e analisar as soluções concebidas por seus dirigentes e membros. (RANGEL, 1982)

A falta de assistência técnica e financeira era o maior problema sentido pelos grupos, destacando-se a dificuldade para obtenção de insumos agrícolas e para a comercialização do cacau. Outros problemas inerentes às próprias cooperativas foram assinalados:

- a) insuficiente cobertura geográfica para servir a toda região cacaueira;
- b) crescimento desordenado das cooperativas sem prévio incentivo à participação em estudos cooperativos;
- c) número pequeno de gerentes treinados;
- d) falta de participação do quadro social e falta de conhecimento sobre as orientações das cooperativas;
- e) distorções na comercialização dos produtos;
- f) ausência de estímulo para o apoio das instituições de crédito às cooperativas;
- g) Reduzido número de fontes de crédito.

Segundo Rangel (1982), esse estudo realizado pela CEPLAC permitiu constatar que, à época, apenas 52% das cooperativas reuniam condições para atendimento do seu quadro social, em conformidade com a demanda sempre crescente de serviços.

Após a implantação do sistema cooperativo integrado da região cacaueira (COOPERCACAU), iniciou-se o processo de elaboração e execução do planejamento, cujos objetivos deveriam responder às demandas quanto às soluções de alguns dos problemas então identificados:

- i) cobrir a região cacaueira com serviços de cooperativismo;
- ii) promover a integração entre as cooperativas e instituições governamentais e privadas atuantes na área;
- iii) aprimorar a estrutura organizacional das cooperativas;
- iv) capacitar recursos humanos;
- v) difundir e promover o cooperativismo na região cacaueira;
- vi) doutrinar e educar líderes produtores da região sobre cooperativismo.

O sistema COOPERCACAU foi elaborado a partir de três subsistemas integrados, conforme o Quadro 13.

Quadro 8 - Subsistemas da COOPERCACAU

SUBSISTEMA BÁSICO	
NÍVEL I	produtores rurais – usuários dos serviços, participantes em atividades de produção e consumo.
NÍVEL II	Cooperativas singulares e escritórios recebedores – contratação e recebimento do produto; assistência econômica, técnica e social do produtor; distribuição de insumos e repasse de créditos bancários.
NÍVEL III	Cooperativa Central – vendas e compras conjuntas; industrialização da produção e de insumos; transporte, seguros etc.
SUBSISTEMA DE APOIO INSTITUCIONAL	
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	assistência ao cooperativismo e a outras atividades, na qualidade de órgão de apoio ao desenvolvimento regional.
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária	órgão executivo federal.
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativa	assistência creditícia às cooperativas.
ICB – Instituto de Cacau da Bahia	Órgão estadual de apoio à cacaucultura.
BANCOS OFICIAIS E PRIVADOS	fornecedores de crédito e repassadores de recursos às cooperativas.

continua...

SUBSISTEMA DE APOIO POLÍTICO	
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras	órgão de representação do sistema.
CCPC – Conselho consultivo dos Produtores de Cacao	órgão de representação dos produtores para apoio político às reivindicações cooperativas da área.
SINDICATOS RURAIS	responsáveis pelo apoio à articulação entre cooperativas e produtores.

Fonte: MESQUITA 1998. Adaptação de Fernandes de Santana, A.

Dessa forma, o modelo de sistema COOPERCACAU foi sendo lentamente configurado. O quadro social das cooperativas singulares ou locais compunha-se de produtores que possuíam imóvel rural localizado na área de ação de sua cooperativa, residissem ou tivessem domicílio na mesma, e tivessem ou viesse a ter, no município onde se localizassem a cooperativa, o ponto de convergência de seus negócios como produtor rural.

De acordo com Mesquita (1998) Somente cooperativas singulares poderiam se filiar à Cooperativa central – a COOPERCACAU CENTRAL. Por isso, a assembleia geral era composta do presidente de cada uma das cooperativas filiadas e de mais dois delegados de cada cooperativa. Entretanto existiam membros indicados cuja admissão na COOPERCACAU-CENTRAL precedeu a implantação do sistema integrado. Em vista disso, a assembleia geral ainda contava com um representante desse grupo até que o mesmo desaparecesse.

O conselho deliberativo era composto de seu presidente e três membros da diretoria executiva, eleitos em assembléia geral. De acordo com Mesquita (1998), a composição inicial do **sistema básico** era a seguinte:

a) Cooperativa dos Fazendeiros de Cacao da Bahia (COFABA), em Itabuna;

b) Sete cooperativas singulares:

- Cooperativa Grapiúna de Criadores Bovinos (COOGRAP), em Itabuna;
- Cooperativa Agrícola Camacã (COCAM), em Camacã;
- Cooperativa Agrícola Ilhéus (ILHÉUS), em Ilhéus;
- Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), em Vitória da Conquista;
- Cooperativa dos Cacaucultores de Ipiá (COCIP), em Ipiá;
- Cooperativa Agrícola Mista de Batéia, em Jaguaquara.

c) 24 escritórios recebedores, localizados nos principais municípios da região cacaueira onde não existiam cooperativas singulares.

A CEPLAC, por intermédio de sua Divisão de Cooperativismo, estimulava sistematicamente o desenvolvimento do cooperativismo, que foi instalado com base em estudos de viabilidade realizados pela própria CEPLAC. Outro fato importante a ser registrado é que, com o objetivo de reduzir custos dos fertilizantes utilizados pelos cacaucultores, a CEPLAC apoiou a aquisição, pela COOPERCACAU CENTRAL, de uma indústria de fertilizantes – a COPERFÉRTIL, em Ilhéus, bem como a COPERCAL, em Itaimbé, para a exploração de calcário utilizado na correção de solos.

Dessa forma, iniciou-se o sistema de cooperativismo na região cacaueira, ou seja, sob a forte influência da CEPLAC, num processo *top-down*, voltado para um modelo produtivista vigente na época tanto na agricultura brasileira, como na própria região e com a forte participação do Estado. O sistema COOPERCACAU entrou em declínio e finalmente foi dissolvido, tendo seu patrimônio sido arrestado para pagamento de dívidas trabalhistas, por motivos que não são objeto de estudo desta tese, (MESQUITA, 1998).

O agravamento da crise do cacau abateu o sistema cooperativo, a organização sindical e os instrumentos de organização sócio-produtiva que a região dispunha e que possibilitavam a inserção competitiva no mercado. Exemplos disso são o fechamento da Itabuna Industrial S.A. – Itaísa e a liquidação da Coopercacau e da Coograp, que juntas representavam importante instrumento para as estratégias de concorrência dos produtores (CEPLAC, 2009, p. 10).

CAPÍTULO IV - ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises e discussões apresentadas neste capítulo abordam as inter-relações das mediações sociais, econômicas, políticas e culturais articuladas pelo objeto de estudo, está dividida em duas partes. A primeira, uma análise qualitativa versando sobre a COOFASULBA e o PAA no município de Ilhéus – histórico e ambiente institucional, engloba entrevistas com representantes da CONAB e do CONDECORI, além da própria COOFASULBA, objeto de avaliação da pesquisa. A segunda parte consiste dos dados e informações quantitativas e qualitativas adquiridas através da aplicação dos métodos interpretativos. Aborda as avaliações dos agricultores familiares associados à COOFASULBA, instituições beneficiadas pela doação de alimentos, instituições que participam do ambiente institucional do PAA em Ilhéus -, CEPLAC, BNB, EBDA, SEBRAE, CAR, , INCRA, COMAS.

4.1 Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA e o PAA no município de Ilhéus

Esta seção aborda a criação da implantação do PAA no município de Ilhéus, tendo como pioneira a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA, que atualmente é responsável pela execução da maior parte do PAA no município, além de implantar uma fábrica de beneficiamento do cacau, que tem por objetivo agregar valor à produção agrícola dos cooperados. Nesse contexto, a COOFASULBA será objeto de estudo de caso do PAA no município de Ilhéus.

4.1.1 Histórico da COOFASULBA

No dia 05 de junho do ano de 1998, iniciou-se, através de discussões no Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus - CONDECORI, a ideia de se criar uma cooperativa com o intuito de resolver dois grandes “gargalos” dos agricultores familiares em Ilhéus: a assistência técnica e a comercialização da produção. Inicialmente oito associações se

fizeram presentes nas discussões preliminares representadas por 20 integrantes - os quais até hoje são associados à COOFASULBA. Segundo a direção da cooperativa, nesse primeiro momento, os associados tiveram apoio apenas do governo estadual, pois o governo municipal se omitiu. Essas discussões continuaram e foram conseguindo novas adesões, até que finalmente surgiu a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA, como uma resposta às aspirações de 70 presidentes de associações de pequenos agricultores rurais vinculados ao Conselho das Associações Rurais do Município Ilhéus, que foi materializada no dia 02 de fevereiro de 2004, com a sua fundação, conforme pode ser lido em sua ata de assembleia geral de constituição.

A agricultura familiar é a atividade econômica base tendo como público alvo os agricultores - e suas famílias - associados da COOFASULBA, e o início das operações objetivou a difusão dos conhecimentos cooperativistas, a questão de produção e produtividades de suas glebas, em uma ação conjunta com os organismos dos governos federais e estaduais sediados no município, a exemplo da CEPLAC e EBDA. Foram realizados inúmeros diagnósticos que identificaram problemas, detectando-se que o principal estava correlacionado com a comercialização de seus produtos agropecuários.

4.1.2 COOFASULBA e o PAA no município de Ilhéus-BA

O PAA assume arranjos institucionais peculiares. O conjunto de órgãos públicos federais e locais (MDS, CONAB, administrações locais, órgãos de assistência técnica etc.), movimentos sociais podem estar envolvidos em distintos graus na implementação do PAA nos diferentes contextos do país. Aliás, esta “capacidade de adaptação às diferentes realidades locais/regionais para promover o atendimento aos diferentes públicos” é um dos pontos positivos do Programa (GRISA *et al.*, 2011).

O interesse em implantar o PAA no município de Ilhéus aconteceu a partir da participação de integrantes da diretoria da COOFASULBA em uma oficina de trabalho, que ocorreu no fórum do Território Litoral Sul, quando, pela primeira vez, foi abordado o tema do PAA através da proposta da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Após a realização dessa oficina em que a diretoria teve o primeiro contato com o tema do PAA, houve uma segunda oficina realizada no município de Feira de Santana - BA, sendo que, nesta oportunidade, um número maior de agricultores familiares de Ilhéus esteve

presente e após mais uma palestra, desta vez proferida pela superintendente da CONAB para Bahia e Sergipe - sobre o PAA. Decidiu-se por organizar um grupo de agricultores familiares para implantá-lo em Ilhéus. Esse fato elucida que o PAA, surgiu no município de Ilhéus de forma não planejada, fruto da iniciativa de um pequeno grupo de pessoas, sendo que inicialmente muitos dos próprios associados da COOFASULBA duvidaram do sucesso do programa em Ilhéus.

A realização da primeira reunião na COOFASULBA para tratar da implantação do PAA contou com a presença de representantes de instituições como: CEPLAC, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Abrigo São Vicente dentre outras. Definiu-se então que se iria procurar a Secretaria de Ação Social do município com o objetivo de obter informações sobre as possíveis instituições beneficiárias do PAA. Optou-se inicialmente por creches. Assim, formulou-se o primeiro projeto de PAA da COOFASULBA para ser enviado à CONAB. O referido projeto retornou por três vezes consecutivas para que fossem feitas correções, que ocorreram com o apoio da equipe técnica da CONAB e finalmente foi aprovada a primeira Cédula do Produtor Rural(CPR), no ano de 2006.

Existem em Ilhéus outras cooperativas agrícolas que também participam do PAA, mas coube à COOFASULBA o pioneirismo local. De acordo com a diretoria da COOFASULBA, um dos grandes obstáculos a serem vencidos no início foi o fato de a Prefeitura Municipal de Ilhéus querer fazer do PAA uma questão política e não um instrumento de política pública em benefício da agricultura familiar. Atualmente, existem 42 (quarenta e duas) associações agregadas À COOFASULBA.

Ainda neste enfoque, o destino dos produtos adquiridos foi e continua sendo encaminhado semanalmente para entidades públicas e privadas que trabalham em serviços assistenciais, a exemplos de creches, casas de recuperação, APAE, escolas, abrigos e famílias cadastradas em diversos bairros da sede municipal, totalizando atualmente 16 entidades beneficiadas e 400 famílias que recebem *kits* (cesta com produtos agrícolas produzidos pelos associados) quinzenalmente.

Tabela 13 - Participação % da COOFASULBA na região litoral sul no valor, número de agricultores e número de pessoas atendidas pelo programa de aquisição de alimentos (PAA)

Ano	Participação (%) no Valor (R\$) - Região Litoral Sul	Participação (%) no n° de agricultores - Região Litoral Sul	Participação (%) no n° de pessoas atendidas - Região Litoral Sul
2006	8,00%	75,80%	46,10%
2007	16,00%	12,10%	8,00%
2008	13,50%	11,50%	14,80%
2009	19,60%	19,90%	24,10%
2011	4,30%	3,00%	-
2012	11,30%	11,70%	-

Fonte: CONAB, adaptação Fernandes de Santana, A.

Tabela 14 - Dados da COOFASULBA sobre o valor, número de agricultores e números de pessoas atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Ano	Valor (R\$)	N° de agricultores	N° de pessoas atendidas
2006	R\$ 80.504,50	438	9985
2007	R\$ 291.536,28	89	5000
2008	R\$ 510.263,04	164	25814
2009	R\$ 556.549,30	191	20810
2011	R\$ 229.449,00	51	-
2012	R\$ 1.091.800,00	284	-

Fonte: CONAB, adaptação Fernandes de Santana, A.

Da análise das Tabelas 13 e 14 pode-se perceber uma diminuição significativa da participação dos agricultores no ano de 2007 e sua posterior retomada. Este fato é explicado pela dissidência de uma das associações da COOFASULBA que, optou por conduzir separadamente o PAA entre seu associados. Posteriormente com dificuldades por parte dessa associação para conduzir este programa, uma parcela desses agricultores voltaram para a COOFASULBA soma-se a isso o fato de a cooperativa atrair novos agricultores para o seu quadro e consequentemente também para o PAA.

Dos problemas observados no processo de comercialização, a qualidade dos produtos e a quantidade tornaram-se queixas constantes, o que gerou inúmeras reuniões com órgãos de assistência técnica, visando levar conhecimentos agro-técnicos ao campo, que entretanto continua resultando numa série de dificuldades, quer seja por indisponibilidade de extensionistas e também falta de recursos orçamentários para o deslocamento de equipes, devido à grande extensão do município e a distribuição espacial dos agricultores associados pulverizada em seu território.

Em face desse impasse e na busca de alternativas para solução do problema, vislumbrou-se a referida assistência técnica passar a ser um dos serviços ofertados ao quadro social pela própria COOFASULBA através do Projeto ATER em convênio com o Governo do Estado via CAR.



Figura 4 - Fotografia / Assistência técnica ATER/COOFASULBA.
Fonte: COOFASULBA.

O início das operações da COOFASULBA teve como objetivo a difusão dos conhecimentos cooperativistas, a questão de produção e produtividades de suas glebas, em uma ação conjunta com os organismos dos governos Federais e Estaduais. Contudo, ressalta-se que uma das prioridades da cooperativa é a verticalização da produção da agricultura familiar do sul da Bahia, cuja iniciativa constitui-se um marco no município de Ilhéus.

Como alternativa para a comercialização da produção de seus associados, a direção da Cooperativa buscou aproximação com o governo federal através da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - BA/SE, tendo como observância a possibilidade de apresentar uma proposta de projeto ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi efetivada em 13 de dezembro de 2006, sendo iniciada com a Célula de Produtos Rurais - CPR beneficiando 71 agricultores associados e atualmente 298, o que veio assim a minimizar o problema da comercialização dos mesmos. Esse foi o marco da implantação do PAA no município de Ilhéus-Bahia.

Desde sua implantação em 2006, ocorreu uma significativa evolução do PAA realizado pela COOFASULBA. Em 2012, foram executadas duas propostas CPR-Estoque

enviadas à CONAB com recursos no valor de R\$ 1.093.424,38, atendendo a 128 agricultores familiares que comercializaram cada um a quantidade de 4.500,00 reais por ano, beneficiando 16 entidades beneficiárias, com aproximadamente 9.020 pessoas assistidas (Quadro 9). No geral, a COOFASULBA atende a 32 instituições (Quadro 10):

Quadro 9 - Entidades Beneficiárias do PAA através da COOFASULBA em 2012

Dados da Entidade Beneficiada		Pessoas Atendidas		
Nome	Endereço	Nº	Município	Tipo
ABADI - Associação Beneficente Assembléia De Deus	Av. Roberto Santos SN – Esperança	350	Ilhéus	1 a 5
Associação Pacientes Renais Crônicos e Transplantado do Município de Ilhéus	Trv. 2, Uberlândia Nº 28 – Malhado	500	Ilhéus	1 a 5
Associação Beneficente dos Moradores do Município de Ilhéus	Av. Lomanto Junior, Nº 05 – Pontal	2.900	Ilhéus	1 a 5
Associação das Missionárias da Santíssima Trindade	Rod. Pontal Buerarema Km 01	550	Ilhéus	1 a 5
Associação de Cidadãos Solidários – ACS	Av. Palmares, nº 282, Basílio	450	Ilhéus	1 a 5
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ilhéus	Eixo Principal, SN – URBIS	268	Ilhéus	1 a 4
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Rod . Jorge Amado Km 11 B. Vitória	145	Ilhéus	1 a 2
Associação Novo CEU	Rua Ovídio Leal, 340 – Iguape	80	Ilhéus	1 e 4
Associação Pro Família Ângela Merici	Av. Central - Vila Lidia	100	Ilhéus	1 e 4
Associação Sócio-cultural de Pais e Filhos de Santo Terreiro Ylê	1ª Trav. Rosa Amélia, 32 - Nelson Costa	300	Ilhéus	1 a 5
Associação Sul Brasileira de Educ. e Assistência Social – ASBEAS	Km 07 Rod Jorge Amado – B. Vitória	100	Ilhéus	1 a 4
Caixa Escolar Cantinho do Recreio – CSU	Rua Jaziel Martins - CSU – Barra	631	Ilhéus	1 a 4
Casa de Apoio aos Portadores de Câncer	Praça São Luiz,33 –Conquista	300	Ilhéus	1 a 5
Centro Comunitário Nossa Senhora da Conceição	Rua G Q-26 2ª Trav. - Nelson Costa	250	Ilhéus	1 a 3
Centro Educacional Menor do Futuro	Rua Belo Horizonte, 01 - T. Vilela	250	Ilhéus	1 e 4
Educandário Dona CondolinaLoup Reis	Rod Jorge Amado Km 22	80	Ilhéus	1 a 4
Instituto Amanhecer	R Alto do Paquetá	601	Ilhéus	1 a 5
Instituto Emilia de Brito	Rua Azul, 74 - Teotônio Vilela	230	Ilhéus	1 a 4
Pastoral da Criança	Av. Belmonte, Nº 311 – Conquista	585	Ilhéus	1 e 2
Projeto Bom Pastor	Av. Nossa Senhora Aparecida - 1581 Barreira	200	Ilhéus	1 a 4
Sociedade São Vicente de Paulo	Av. Luiz Viana Filho, 736 – Conquista	150	Ilhéus	1 a 4

Fonte:COOFASULBA, adaptação Fernandes de Santana, A.

Total:16 entidades beneficiadas e 9.020 pessoas atendidas.

Legenda: ^(*) 1 - (0 a 6 anos); 2 - (7 a 14 anos); 3 - (15 a 23 anos); 4 - (24 a 65 anos) e 5 - (acima de 65 anos).

Quadro 10 - Instituições beneficiárias do PAA realizado pela COOFASULBA em Ilhéus – Geral

Nº	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS
1	Assistência Social ao Indígena – IANBEAS
2	Associação B. Educacional de Assistência Social - Casa da Criança
3	Associação Benef. Cultural Desportiva e . Educacional, Altos Bla Vista e Mambape
4	Associação Beneficentes dos Moradores e Amigos do bairro Nossa Srª da Vitória
5	Associação das Missionárias da Santíssima Trindade
6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
7	Associação Ilheense de Assistência a Menores
8	Associação Novo CÉU
9	Associação Pro Família Ângela Merici
10	Associação Santa Isabel de Caridade de Ilhéus
11	Associação Servidora dos pequenos produtores - Escola Agrícola
12	Associação Sócio-cultural de Pais e Filhos de Santo do Terreiro YleAxe
13	Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Município de Ilhéus
Nº	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS
14	Associação Beneficente Assembléia de Deus
15	Associação de Moradores Comunitária Unida do Alto do Amparo
16	Associação dos Moradores do Município de Ilhéus
17	Associação de Cidadãos Solidários – ACS
18	Caixa Escolar Cantinho do Recreio – CSU
19	Caixa Escolar Creche Dom Eduardo
20	Caixa escolar de 1º grau Professora Horizontina Conceição
21	Caixa Escolar Grupo Escolar da Proa
22	Casa de Recuperação e Inclusão Social Manancial no Deserto
23	Centro Comunitário Nossa Senhora da Conceição
24	Centro Educacional Menor do Futuro
25	Colégio Estadual do Iguape
26	Educandário Dona Cordolina Loup Reis
27	Fundação São Francisco (creche escola Jesus Bom Pastor)
28	Instituto Amanhecer
29	Instituto Emília de Brito Correia
30	Pastoral da Criança
31	Projeto Bom Pastor
32	Sociedade São Vicente de Paulo

Fonte:COOFASULBA, adaptação, Fernandes de Santana, A.

4.1.3 Comercialização do Produto Cacau pela COOFASULBA

Apesar da expressão econômica do cacau, as lideranças políticas demoraram a reconhecer o seu valor. Como consequência, os investimentos do Estado em obras de infraestrutura na região da lavoura eram pequenos (TOSTA FILHO, 1933, p. 18).“Até 1960 o cacau era a segunda maior receita de exportação gerando cerca de 104 milhões de dólares, em média, no período de 1953 a 1960” (BAIARDI, 1984, p. 114).

Segundo Chiapetti e Kahil (2008), desde a criação do ICB, em 1930, até encerramento do PROCACAU, em 1985, todos esses equipamentos e organizações tinham como objetivo assegurar a estrutura de comercialização de amêndoas de cacau em favor da elite econômica e de proprietários de terras da região. Portanto, todo esse investimento e esforço para desenvolver o sistema de atividade cacaueira não resultou em uma modernização no sentido da “homogeneização social”.

Com a constituição de uma sociedade de caráter cooperativo, o ICB tentava pôr em prática uma política de promoção da lavoura cacaueira e de atendimento aos legítimos interesses dos lavradores. Visava também a melhorias técnicas, aproveitamento de subprodutos e ao fomento de outras culturas e indústrias. Os recursos com que contou o ICB procederam, em grande parte, da própria cultura do cacau (cotas calculadas sobre o valor da propriedade e taxa de Cr\$ 2,50 sobre cada saco exportado da Bahia) (CEPLAC, 1976, p. 39).

De acordo com Mendes Costa (2012), com outros objetivos, o ICB foi-se constituindo, ao longo da sua existência, pois o sul da Bahia se apresentava ainda numa etapa rústica, silvestre, rude, com apenas quatro municípios, quais sejam, Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte, cujas cidades reuniam a pouca presença dos serviços públicos na região. Existiam inúmeras povoações, mas isoladas e voltadas para uma só meta, plantar e produzir cacau com métodos empíricos.

Assim, para fazer frente à falta de crédito agrícola e à bagunça fundiária que se instalou na região, onde o *laissez-faire* permitia a implantação da “lei do mais forte”, o pequeno produtor era ultrajado pelos grandes, através do financiamento ganancioso e humilhante a que eram submetidos (TOSTA FILHO, 1933, p. 24).

As citações acima, demonstram que a preocupação do Estado para com a produção e a comercialização do cacau, no sul da Bahia, sempre se voltou para os interesses das elites. A estrutura de mercado da *commodity* cacau na Bahia é definida como um oligopsônio⁸, formado por empresas multinacionais.

Se de um lado a atividade cacaueira não representou distribuição de renda, por outro, muito menos possibilitou uma emancipação das classes sociais - a burguesia nacional vantajosamente se aliou ao capital internacional e à classe trabalhadora, que, expropriada da terra e dos seus direitos, não conseguiu um elo de solidariedade que pudesse levá-la à emancipação. A falta de solidariedade entre os próprios produtores fica evidenciada pela

⁸**Oligopsônio** é uma estrutura de mercado com poucos compradores, chamados de oligopsonistas, e inúmeros vendedores.

difficuldade na formação e condução de organizações representativas de seus interesses na região, bem como a falta de uma unidade de ação entre as mesmas, ainda mais fragilizadas hoje, diante da força e do poder das grandes empresas de capital internacional (Cargil, ADM, Barry Callebaut, Duffs e Indeca), que regulam todo o processo produtivo do sistema cacauero no país (CHIAPETTI; KAHIL, 2008, p. 8).

Na década de 1990, as indústrias processadoras concentraram subsidiárias no município de Ilhéus; em 2004/2005, essa realidade persiste, só que o mercado mais concentrado passa a ser dominado unicamente por empresas multinacionais (Figura 5). Dentre as cinco multinacionais, em Ilhéus estão em funcionamento três empresas com maior fatia de mercado (85%), a Cargil, a ADM Joanes e a Barry Callebaut. Em Itabuna, município vizinho, opera a Delfi Cacau (Nestlé), com 9%, e, em São Paulo, a Indeca, com 6% (NOIA, 2012, p. 60).

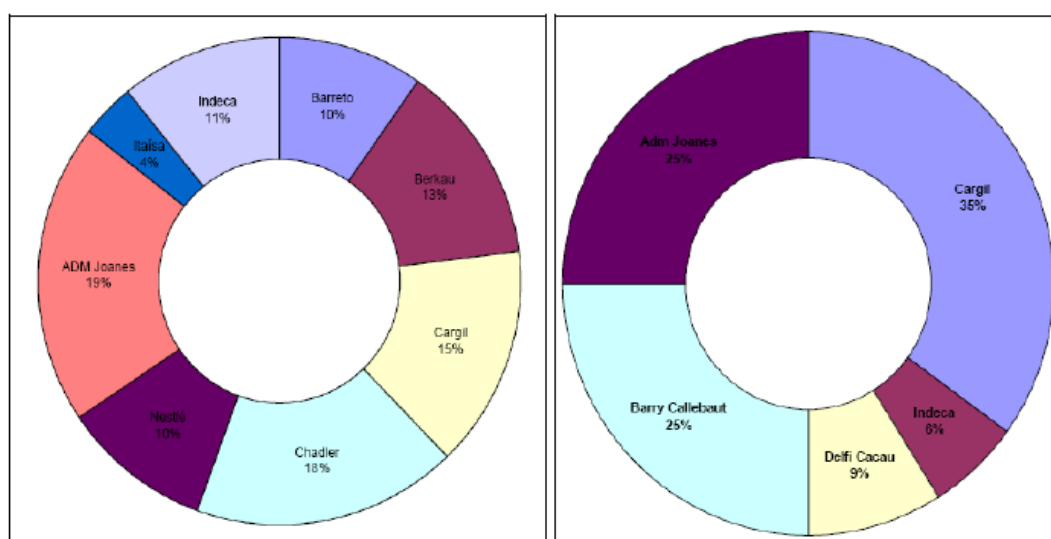


Figura 5- Processamento de Cacau no Brasil, 1990/1991 (esquerda) e 2004/2005 (direita).
Fonte: ZUGAIB et al., 2009, p. 15.

De acordo com a CEPLAC (2009), ocorreu uma desestruturação do parque industrial de processamento do cacau no Brasil que, em 1990/1991, produzia 384 mil toneladas de amêndoas secas de cacau e, em 1999/2000, atingiu a marca de 123 mil toneladas. No mesmo período, o Estado da Bahia, que respondia por 356 mil toneladas, viu sua produção despencar para 99 mil toneladas. Concomitantemente ocorreu a queda nas exportações de cacau:

Nessa situação, ocorreu forte depressão nas exportações de cacau porque grande parte da produção destinou-se ao mercado interno. As exportações de cacau e derivados da Bahia, que em 1999 corresponderam a 20,71% do total do Estado passaram a 5,11% no ano 2000. Já as exportações de cacau da Bahia que em 1990

correspondiam 1,16% do total das exportações de cacau do país, passaram para 0,29% em 2000 (ZUGAIB, 2008, p. 8).

Quadro 11 - Caracterização das empresas de processamento de amêndoas de cacau no Brasil

Nome	Origem	Início no Brasil	Características
Cargill Agrícola S.A	1895 – EUA	1979 - Ilhéus	Fundada em 1895 por W.W.Cargill em Iowa nos EUA. Na fundação, era uma empresa de compra, estocagem e venda de grãos. Atualmente, sua sede é m Minneapolis (Minnesota), EUA. Atua em 59 países com comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais. Possui 97 mil funcionários. Está presente no Brasil desde 1965 e atua nos mercados agrícola, de alimento, financeiros e industriais. Em 2007, iniciou a produção de chocolate industrial e <i>compound</i> , em uma unidade construída em Porto Ferreira SP. Com isso tornou-se a primeira processadora de cacau do Brasil, produzindo chocolate industrial.
Barry Callebaut	1996 - Zurich/Suíça	1999 - Ilhéus	Foi fundada em 1996, numa fusão entre a fabricante de chocolate Belga, <i>Callebaute</i> a processadora de amêndoas de cacau Francesa, <i>Barry</i> , formando a nova empresa <i>BarryCallebaut</i> . Com sede em Zurich, atua em 20 países da Europa, África, América Latina, América do Norte e Ásia Pacífica. É a líder mundial na fabricação de derivados de cacau, chocolates e confeitos. Em 2002, a <i>Barry Callebaut</i> adquiriu o grupo Alemão <i>Stollwercke</i> representa hoje um conglomerado de 150 empresas de produção de derivados de cacau e chocolate.
Nestlé (Delfi)	1867 – Suíça	1980 – Itabuna	Foi fundada por Henry Nestlé, em 1867, na Suíça, para produzir farinha Láctea. Presente no Brasil desde 1921, a Nestlé é a maior empresa mundial na área de alimentação, atuando em 81 países, com 468 fábricas e 229.765 empregados. Em 1971, construiu uma fábrica de chocolates em Caçapava – SP e, em 1980, construiu uma unidade de processamento de cacau em Itabuna - BA, com recursos do Fundo para Industrialização do Nordeste (FINOR). Em 1998, a Nestlé adquiriu a unidade da Cargill na Argentina. Em 2003, arrendou a sua unidade de processamento de cacau para a <i>PetraFoods</i> (Delfi) da Indonésia, a quarta maior empresa processadora de cacau.

Continua

Nome	Origem	Início no Brasil	Características
Delfi (Petra Foods)	1968 – Indonésia	2003 – Itabuna	Com sede em Singapura, o grupo <i>Petra Foods</i> possui duas divisões comerciais. Uma de derivados de cacau (Delfi) e outra de doces e chocolates. Atua em 30 países. Seus principais clientes de derivados são grupos internacionais de alimentos e bebidas, empresas como a Nestlé, Cadbury, o Grupo Marte, Arnott's, AB Foods, Barry Callebaut e do Grupo Meiji. Possui seis unidades de processamento de amêndoas de cacau (Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Brasil e México) e duas indústrias de produção de chocolate (Indonésia e Filipinas), totalizando mais de 4.000 funcionários.
Indeca	1969 – São Paulo	1969 – São Paulo	A empresa foi fundada em 1969, na cidade de Embu das Artes, São Paulo. Produz derivados de cacau e atua no mercado nacional, fornecendo produtos para fabricantes de chocolates, balas, doces e alimentos matinais. No mercado externo, atua, principalmente, na América do Norte e em países do MERCOSUL.
ADM	1923 - Illinois/EUA	1997 - Ilhéus	Iniciou suas atividades no Brasil em 1997, quando adquiriu as unidades de processamento de soja e derivados da Sadia, passando a comercializar as marcas do óleo de soja Sadia, Corcovado e Concórdia. No mesmo ano, adquiriu a processadora de cacau Joanes Industrial SA em Ilhéus.

Fonte: CHIAPETTI, 2009, p. 116.

O cacau é o principal produto oriundo de pequenos estabelecimentos agrícolas estudados, bem como o mais comercializado pela COOFASULBA, o que lhe dá uma característica particular, pois constitui-se em matéria-prima para a indústria (principalmente de alimentos), ao passo que os demais produtos saem das fazendas diretamente para os consumidores finais, na forma *in natura*. Consorciados ao cacau, existem alguns outros produtos cultivados em menor volume, para a comercialização e também para subsistência, porém um fato muito interessante é que a facilidade na comercialização do produto cacau é apontada pela diretoria da COOFASULBA como a maior dificuldade para dinamizar a diversificação da produção agrícola.

A COOFASULBA, segundo sua diretoria, tem-se esforçado no sentido de tentar orientar e auxiliar os associados a produzirem outros tipos de produtos para comercialização. Esse auxílio é no sentido de capacitar os produtores para o mercado, visto que a falta de preparo é uma das suas principais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares em Ilhéus.

De acordo com Steele (1971), o fazendeiro por natureza e sob muitos pontos de vistas, por necessidade, é um homem interessado na produção e de hábito só secundariamente

interessado no mercado. Dessa forma, a comercialização dos produtos agrícolas é basicamente comercializada de forma centralizada pela própria cooperativa.

A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se organizam voluntariamente para atender a suas necessidades e aspirações socioeconômicas. Possibilita uma diminuição de riscos e uma agregação de valor para os produtores rurais, que, isoladamente, não teriam condições favoráveis de relacionamento com os mercados oligopolizados (SOUZA SETTE *et al.*, 2005).

O desenvolvimento sustentável é uma combinação equilibrada entre as relações econômicas com o meio ambiente e a sociedade. No contexto de uma economia globalizada, caracterizada por grandes conglomerados, um sistema capitalista feroz, a criação de cooperativas que respeitam o meio ambiente e busque uma valorização do homem e das suas atividades econômicas é uma necessidade primordial e questão de sobrevivência do indivíduo no mercado. O interesse pela comunidade ocorre nas cooperativas que trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Cooperativismo, por força da natureza dos seus valores e princípios, não pode assumir posturas corporativistas, fecha-se numa ilha de prosperidade, lá onde a comunidade manifesta muita carências: desemprego, exclusão social, fome, violência, drogas e narcotráfico. O cooperativismo assume, perante a opinião pública, o compromisso de empenhar-se em prol da preservação do meio ambiente, de produzir alimentos saudáveis, de um desenvolvimento sustentável. O cooperativismo procurará colocar seu poder de “capilaridade social”, a serviço da comunidade e da sociedade em geral, colaborando na diminuição das desigualdades, das injustiças, ocupando os espaços públicos através do fomento de uma cidadania ativa e responsável, em prol de uma sociedade e de um desenvolvimento local e regional, equilibrado e sustentado (SCHNEIDER, 2004, p. 26).

Em organizações baseadas em relações de cooperação que utilizam o seu capital social como instrumento modificador de realidades sociais e econômicas, que não visam o lucro, somente uma igualdade de condições para seus associados já configura uma responsabilidade social muito relevante para a comunidade, não necessitando de estímulos externos para agir desta forma, como se percebe nas grandes multinacionais, que aderem a um sistema de produção ecologicamente correto e demonstra certa preocupação com seus funcionários e a sociedade, justamente impulsionados por incentivos fiscais, retornos financeiros melhores, criando uma imagem distorcida e camuflando a realidade social dos indivíduos.

As cooperativas por vezes cumprem papel de reguladoras do mercado respeitando a comunidade na qual está contextualizada. Ela diminui as distorções, engloba o indivíduo

marginalizado, gera renda para famílias antes sem perspectivas econômicas e sociais de ascensão, promovendo o bem estar. Entretanto, diante do mercado do cacau oligopsonizado em Ilhéus, a COOFASULBA não consegue desempenhar o papel de regulador de mercado de maneira tradicional, portanto a alternativa encontrada para exercer essa função e garantir uma renda maior aos cooperados foi agregar valor ao produto cacau, através da fabricação do achocolatado em pó.

Por tudo isso, quando as cooperativas estão plenamente ajustadas a procedimentos normativos, à sua contribuição ao processo de desenvolvimento não pode ser ignorada por governos responsáveis e deve introduzi-las como importante mecanismo para que ele seja alcançado de forma mais rápida, principalmente em áreas onde o subdesenvolvimento é mais presente e em setores onde ele apresenta maior dinamismo (NASCIMENTO, 2000, p. 86).

Sobre as alternativas econômicas para a agricultura familiar, pode ser destacada a necessidade de se refletir sobre as simplificações da elaboração de estratégias autônomas por parte dos produtores familiares. Está em jogo aqui um complexo processo de aprendizagem de todo um conjunto de atividades que não são tradicionais da produção familiar. Além da exploração de novas tecnologias e novas formas de organização coletiva, trata-se da gestão de empreendimentos, de conhecimentos e capacidade de lidar com o mercado, de identificar e negociar com organismos financiadores, de lidar com organismos intermediários como ONGs etc. (WILKINSON, 1999, p. 3).

Tratar sobre a verticalização da agricultura familiar mostra-se relevante não apenas pelo desenvolvimento da ciência, de fazer avançar este conhecimento através de dados, situações e desvendamento, mas também pela dimensão social que envolve a universidade ao contribuir para o avanço da pesquisa em relação à inserção social dos agricultores e uso de tecnologias na agricultura familiar e políticas sociais compensatórias (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A comercialização do cacau também se dá regida pelas práticas de mercado, exceto a exportação de amêndoa (cada vez mais restrita na região, que se tornou importadora de amêndoa), que o faz por intermédio de contratos de longo prazo (GONÇALVES; CARNEIRO; SENA, 2010).

A comercialização do produto cacau realizada pela COOFASULBA ocorre da seguinte forma: a cooperativa adquire o cacau em amêndoas produzido pelos agricultores familiares associados, a preço de mercado. Por força de um contrato firmado com uma multinacional – uma das maiores empresas de processamento de amêndoas atuando na região

cacaueira e a primeira a se instalar no município de Ilhéus, a cooperativa vende toda a produção à mesma, que, em contrapartida, após agregar um valor mínimo ao produto *in natura*, vende-o à COOFASULBA na forma de insumo para a produção do achocolatado.

Segundo a diretoria da COOFASULBA, esse contrato de exclusividade com a referida empresa multinacional existe pelo fato de esta última possuir o equipamento para processar a amêndoa de cacau - o qual a cooperativa ainda não possui – necessário para a transformação do cacau em amêndoa em insumo para o achocolatado em pó. O valor desse equipamento, segundo a própria cooperativa, é de aproximadamente 10 milhões de reais, valor que a diretoria da COOFASULBA afirma não dispor no cenário atual, mas que é um dos objetivos da cooperativa justamente a aquisição de tal espécie de prensa, o que lhe dará maior liberdade para comercializar o produto cacau, atingindo assim um anseio dos cooperados.

Dados da COOFASULBA revelam que, no ano de 2012, foram comercializadas, junto à empresa multinacional com a qual possui contrato comercial, aproximadamente 2.500 arrobas de cacau em amêndoas, sendo que, no final do referido ano, cada agricultor que entregou seu cacau à cooperativa recebeu o equivalente a R\$ 1,50 por Kg de cacau em amêndoa vendido, gerando uma renda extra para os agricultores familiares cooperados.

4.1.4 Verticalização da produção do cacau: o achocolatado da COOFASULBA

Em 2009 -2010, o Brasil ocupou a 3^a posição no *ranking* mundial de produtores de chocolates (sob todas as formas), atrás apenas dos EUA e da Alemanha (Gráfico 1), o que demonstra o potencial brasileiro neste setor, muito embora no passado recente tenha ocupado a posição de maior produtor mundial de cacau, sem entretanto ocupar a mesma colocação na produção de chocolate, devido à incapacidade de agregar valor ao produto *in natura*.

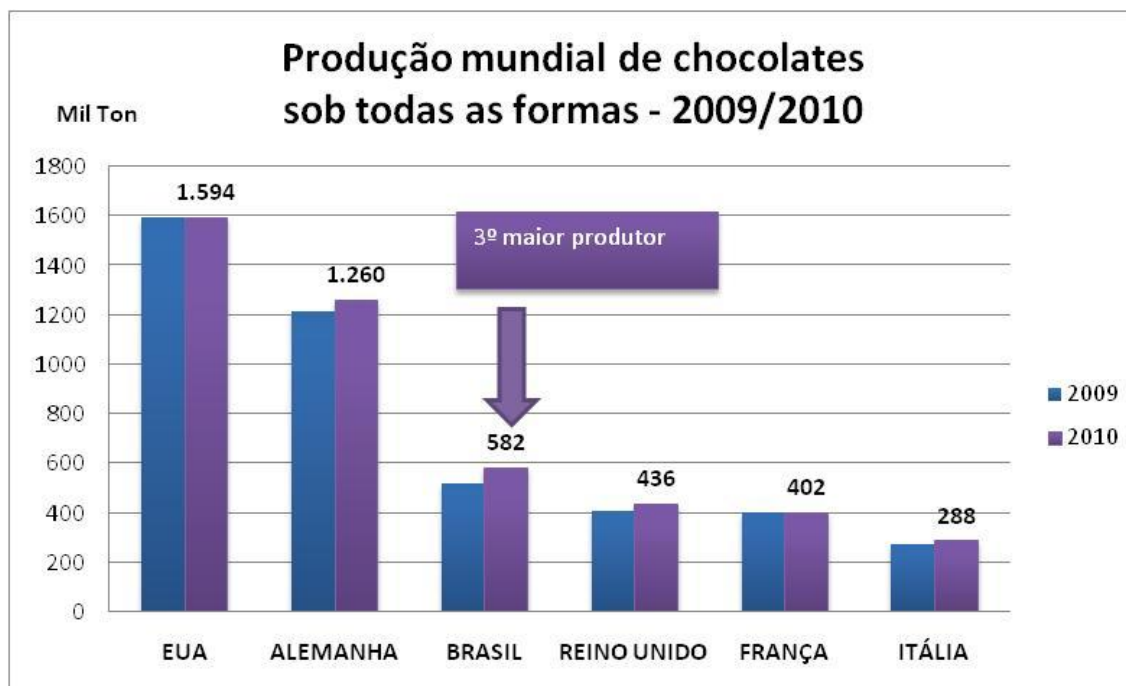


Figura 6 - Gráfico Produção Mundial de chocolates sob todas as formas – 2009/2010.

Fonte: CAOBISCO – Elaboração: ABICAB.

File: C:\chocolates\Dados estratégicos 2012, 2013\Produção mundial de chocolate sob todas as formas.

A integração vertical cria uma rede entre os agentes da sociedade, uma nova prática social, que vai além da melhoria da renda do produtor, pois melhora sua relação com o outro (consumidor, cooperado), visto que aquele produto a ser comercializado é uma parte de sua história, uma parte da vida de sua família. Assim, ele busca alcançar o seu papel de sujeito nesse processo, adquirindo, conseqüentemente, um maior poder de contraposição a modelos excludentes. Diante das turbulências de um mundo globalizado (alta tecnologia, redução de emprego e desigualdade social), a coesão familiar em torno da terra contribui com a questão social que assola o País (PASSADOR, 2005, p. 2).

Para promover a agregação de valor aos produtos agropecuários pelos próprios agricultores, o caminho mais adequado - embora não o único - são as iniciativas autônomas dos produtores em elaborar ou de processar a matéria-prima agrícola, de forma individual ou associativa. Nos projetos associativos, coloca-se, ademais, a importância de preservar vínculos estreitos entre a produção da matéria-prima agrícola e a atividade de agregação de valor à mesma, pois o maior ganho gerado pela última pode dar origem a processos de diferenciação econômica entre os agricultores envolvidos (MALUF, 2004, p. 303).

A COOFASULBA, com o intuito de incrementar a renda dos seus cooperados e, concomitantemente, buscar a sustentabilidade social, econômica e ambiental, objetivando também a agregação de valor aos seus produtos agrícolas, iniciou o processo de verticalização

na fabricação e comercialização de seus produtos, viabilizando o processo de modernização da produção e o fortalecimento das relações entre os cooperados e o papel dos mesmos na economia local, introduzindo-os de maneira competitiva no mercado.

Assim, as tendências recentes do sistema agroalimentar caracterizam-se pela coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão até a etapa da produção agrícola. De um lado, assiste-se a continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala. De outro lado, a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muita das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte. Portanto, tem-se uma co-existência de processos, onde parte da agricultura familiar tem apresentado as condições para participar de forma competitiva, inovadora e sustentável nas diferentes cadeias. Essa situação será explorada mais profundamente no tópico abaixo (MALUF, 2004, p. 304).

Para todo um conjunto de produtores agrícolas, o futuro depende não da capacidade de inserção nos mercados através dos agentes dominantes econômicos, mas da capacidade de criar novas formas organizacionais para alcançar uma articulação dinâmica com os mercados (WILKINSON, 1999, p. 3).

Um dos caminhos para a agricultura familiar seria a agroindústria de pequeno porte, a qual possibilitaria meios de ampliação de suas potencialidades, e oportunidades duradouras de inserção no mercado. O desenvolvimento da agroindústria familiar viabiliza economicamente o meio rural, refletindo na permanência do homem no campo, principalmente de filhas e filhos que serão absorvidos pelas atividades, inibindo o desejo de deslocarem-se para o meio urbano (PASSADOR, 2005, p. 6).

O projeto piloto da COOFASULBA para a verticalização dessa produção é a agroindústria de achocolatado em pó, que está na etapa intermediária da cadeia produtiva (ver Figura 5), a qual visa o aproveitamento da produção de cacau - principalmente de assentamentos de reforma agrária, que têm como espaços físicos fazendas com extensas áreas plantadas de cacau.

A participação dos agricultores familiares no processo de integração com as agroindústrias se dá geralmente com uma base tecnológica menos intensiva, se comparado com os grandes proprietários, detendo assim uma baixa capacidade e uma menor rapidez em captar e processar a informação tecnológica, mercadológica e gerencial. Isso, por sua vez, acumula perdas significativas, que são absorvidas via descapitalização da propriedade ou pela baixa remuneração do trabalho da família (VIEIRA, 1998).

A fabricação do achocolatado em pó ainda depende de dois parceiros da COOFASULBA: A CEPLAC, parceira nas instalações físicas da fábrica, e a empresa

multinacional, fornecedora do pó de cacau, insumo necessário para a fabricação do achocolatado em pó. Além disso, os demais insumos para fabricação do achocolatado em pó são comprados de terceiros:

A relação entre produtores e agroindústria é marcada pela informalidade, praticamente inexistindo a prática de contratos, ficando esta na dependência das oscilações do mercado para aquisição de matéria-prima. São raros os casos de contrato de fornecimento de matéria-prima e, quando existem, são informais, baseado em “acordo de cavalheiros”. (GONÇALVES; CARNEIRO; SENA, 2010, p.66).

Esses fatores limitam a atuação da cooperativa, mas, segundo a sua diretoria, está planejada a construção de uma fábrica própria e com maiores dimensões, bem como a aquisição dos equipamentos necessários para o processamento do pó de cacau e também a busca de cooperativas regionais para o fornecimento dos insumos necessários à fabricação do achocolatado em pó.

A agroindústria nordestina é bastante dependente de matérias-primas *in natura* de terceiros, já que a produção própria é restrita a poucas empresas e em níveis bastante modestos. O perfil das agroindústrias pesquisadas quanto a origem das matérias-primas (*in natura* ou semi-processada) processadas é a seguinte: casos em que toda a matéria-prima é suprida por terceiros; matéria-prima própria, complementando com a de terceiros (mais frequentes), ou ainda, indústrias que só processam matérias-primas próprias ou de seus associados. O cenário é de que se intensifique a integração entre a agroindústria responsável pela primeira transformação das matérias-primas (produção de polpa, sucos concentrados, manteiga, liquor e pó de chocolate) e a indústria da segunda transformação resultando na produção de alimentos prontos para consumo (sucos, doces, chocolate e achocolatado) (GONÇALVES; CARNEIRO; SENA, p. 63).

A demanda inicial para o referido achocolatado em pó é realizada pela CONAB, para inclusão do mesmo em cestas básicas que são distribuídas em instituições no âmbito do Estado da Bahia, e também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/BA.

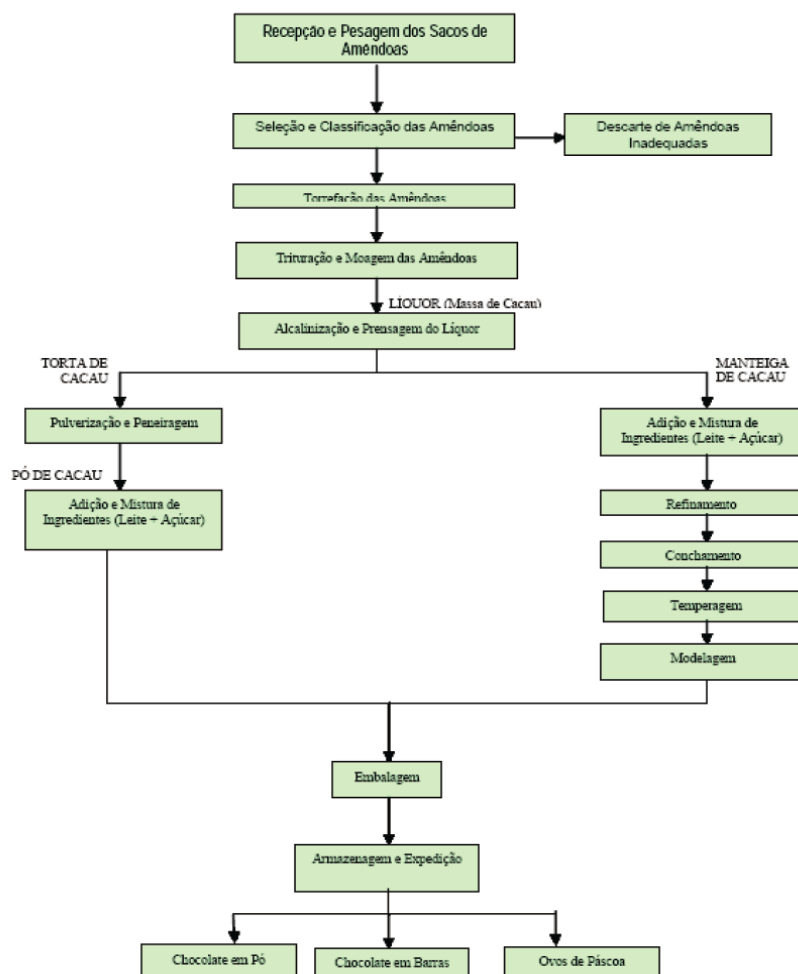


Figura 7 - Fluxograma da cadeia Produtiva do Cacau.
Fonte: SUFRAMA

A cadeia produtiva do cacau na Bahia, apesar da sua importância socioeconômica, apresenta significativa fragilidade, principalmente quando se trata dos pequenos produtores. Nesse segmento, a administração é tipicamente familiar; a natureza jurídica predominante é individual ou sociedade de capital social limitado; dificuldade de acesso às informações, resultando em assimetria tecnológica e de mercado; atuação isolada, tornando-se fragilizada politicamente e no mercado competitivo. Nas médias e grandes agroindústrias, a administração familiar tem cedido espaço à profissional (GONÇALVES; CARNEIRO; SENA, 2010, p.66).

O achocolatado em pó possui um aroma comparável ao chocolate e é solúvel em água ou leite. A fabricação do achocolatado é feita a partir da mistura de matérias primas alimentícias e aromas, que são fundamentalmente: açúcar, leite em pó, soro de leite, aroma artificial de chocolate, pó de cacau, sal. Após a fabricação, é embalado em sacos de 1 kg, que por sua vez são embalados em caixas de papelão (Figura 6).



Figura 8 - Achocolatado em embalado caixas de papelão.
Fonte: Fernandes de Santana, A.

4.1.5 Localização da Fábrica de achocolatado em pó da COOFASULBA

Através de um acordo de cooperação técnica firmado entre a CEPLAC e a COOFASULBA, esta última conseguiu instalar sua fábrica de achocolatado nas dependências da CEPLAC, que fica localizada na rodovia Jorge Amado. Sendo implantada em maio de 2011, e começando suas atividades produtivas em junho do referido ano, possui uma capacidade produtiva de de três toneladas por dia, contando com cinco funcionários em seu quadro.

4.1.6 Produtos da COOFASULBA

A comercialização do achocolatado é a principal fonte de receita para a COOFASULBA. Atualmente a COOFASULBA possui uma linha de produtos para a comercialização através do PNAE, composta por achocolatado com leite, achocolatado sem leite, canjiquinha de milho verde, canjiquinha de chocolate, mingau de milho e mingau de chocolate. Comercializando com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC (Escolas de Salvador e região metropolitana) – Licitação vencida para fornecimento de 70 toneladas de achocolatado com leite, Secretaria de Educação Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Salvador – SECUT – licitação vencida para fornecimento de 15 toneladas de achocolatado sem leite, Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Uruçuca – Chamada publica vencida para fornecimento de 4 toneladas de achocolatado em pó com leite.



Figura 9 - Catálogo dos produtos da COOFASULBA.

4.1.7 Outros projetos da COOFASULBA

Além da fábrica de achocolatado em pó, a COOFASULBA vem desenvolvendo uma série de convênios para realização dos seguintes projetos:

- I) convênio firmado com a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia para implantação da Agroindústria de derivados de mandioca que será instalada no Km 13 da Rodovia Ilhéus-Buerarema. Este projeto está no estágio inicial, a empresa vencedora da licitação para construção da agroindústria já realizou a sondagem do terreno.
- II) através de convênio firmado com a Bahia Pesca, será realizada a implantação do Projeto Jovens Aquicultores. Este projeto terá abrangência nos municípios de Ilhéus e Camacã.
- III) convênio firmado com a CAR para implantação de uma Agroindústria de processamento de frutas que será instalada no Km 13 da Rodovia Ilhéus-Buerarema.
- IV) convênio em andamento com a Caixa Econômica Federal, objetivando credenciar a COOFASULBA como uma entidade organizadora do Programa Nacional de Habitação Rural. Em relação a este convênio, a COOFASULBA

encontra-se no estágio de divulgação do Programa nas comunidades rurais do município de Ilhéus e recebendo a documentação dos possíveis beneficiários.

4.1.8 Ambiente Organizacional e Institucional

Organizações congregam grupos de indivíduos vinculados a algum propósito comum ou afinidade em seus objetivos. Essas julgam que ações conjuntas têm um sinergismo maior do que cada um trabalhando isoladamente, ou seja, a união das ações proporciona maior organização para atingir os objetivos, quando são coordenadas. As organizações podem ser grupos políticos (partidos políticos, Câmara dos Deputados, Senado e órgãos reguladores) ou grupos econômicos; podem ser empresas, sindicatos, cooperativas, associações rurais, entre outros. Os grupos sociais podem ser exemplificados pelas igrejas, clubes de serviço, associações desportivas, organizações não governamentais, mais comumente conhecidas como ONGs, e organizações educativas (escolas, universidades, centros de treinamento). As oportunidades captadas pelas organizações são fornecidas pelas estruturas institucionais (BITENCOURT, 2008).

O ambiente institucional pode ser compreendido “como um conjunto de organismos regras, convenções e valores, que, na medida em que intermedeiam a implementação de políticas públicas vis a vis demandas locais, condicionam determinados resultados na intervenção do Estado” (BASTOS COSTA, 2005, p. 28).

As grandes e médias agroindústrias estão devidamente organizadas no âmbito estadual, nacional e internacional. Já a micro e a pequena agroindústria estão atuando de forma desorganizada, resultando em assimetria de informações tecnológica e de mercado. Em termos de instituições, existe a câmara setorial no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos sobre a Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. Existe ainda a Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, congregando as cinco maiores moageiras do Brasil; e, no cenário mundial, os chocolates e os alimentos achocolatados contam com a Organização Internacional do Cacau (ICCO), com sede em Londres (GONÇALVES; CARNEIRO; SENA, 2010, p. 65).

O ambiente institucional no qual está inserida a Fábrica de Achocolatado em Pó da COOFASULBA é marcado por uma forte cultura da região cacaueira baseada no individualismo e na monocultura do cacau. Esse cenário tem sido modificado principalmente após a crise da vassoura-de-bruxa na lavoura cacaueira e especificamente no município de

Ilhéus; destaca-se o papel COOFASULBA, que tem estimulado a diversificação agrícola no município e fomentado o sistema cooperativo e o fortalecimento do capital social existente. A Figura 10 é ilustrativa do ambiente institucional no qual se insere a COOFASULBA na fabricação de achocolatado em pó.

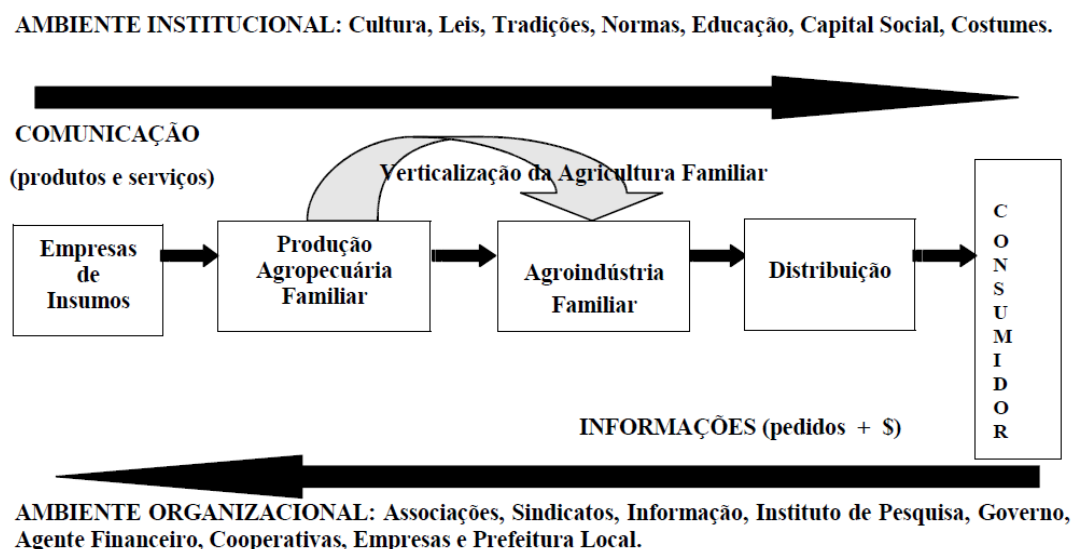


Figura 10 - Modelo de Ambiente Institucional.

Fonte: Baseado em Zylberstajn (1995).

Existem regras comuns para todos os agentes, independentemente de sua função ou área de atuação, como, por exemplo, a legislação, as políticas públicas de financiamento e principalmente a percepção dos atores quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da verticalização da produção, das formas como se estabelecem as parcerias, do nível de representação e da participação, para obtenção de resultados positivos.

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE⁹ para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Portanto o fornecimento de produtos para a merenda escolar tem sido importante fonte de renda para COOFASULBA.

⁹ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais, mão-de-obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados.

Para que seja fornecedor, a família deve estar identificada pela DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf); em caso de grupos formais (organizações da agricultura familiar), é necessária a DAP Jurídica da organização; em caso de grupos informais (grupo de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais), é necessária a DAP Física de cada família fornecedora. Nos mercados local e estadual, essa lei para alimentação escolar tem sido a grande incentivadora para a produção de achocolatado pela COOFASULBA, pois possui contratos com escolas nos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Lauro de Freitas e com escolas estaduais da região metropolitana de Salvador. Esse fato constituiu-se de uma grande oportunidade para a COOFASULBA iniciar seu objetivo de agregar valor aos produtos vendidos e também ampliar sua área comercialização deste produto.

De acordo com North (1994), as instituições representam, ao longo da história, a manutenção da ordem e a redução das incertezas nas sociedades. As instituições com restrições econômicas definem o conjunto de alternativas e oportunidades a que os agentes econômicos se sujeitam na sociedade, favorecendo, ou não, a elevação dos custos de transação, transformação e lucratividade, existentes no sistema econômico.

Para Putnam (2009), as instituições são mecanismos para alcançar propósitos, não apenas para alcançar acordo:

Queremos que o governo faça coisas, não apenas decida coisas – educar crianças, pagar os aposentados, coibir o crime, gerar empregos, conter a alta dos preços, inculcar valores familiares e assim por diante. Não estamos todos de acordo sobre qual dessas coisas é mais urgente, nem sobre como elas devem ser feitas, nem mesmo sobre se todas valem a pena. Mas todos nós, exceto os anarquistas, concordamos que as instituições governamentais têm que agir pelo menos algumas vezes com relação a pelo menos algumas dessas questões. Tal fato deve condicionar a noção que venhamos a ter de êxito ou fracasso institucional (PUTNAM, 2009, p. 24).

Ainda segundo Putnam, o conceito de desempenho institucional baseia-se num modelo bem simples de governança: demandas sociais → interação política → governo → opção política → implementação.

A implementação de política pública, enquanto intervenção externa na perspectiva de promover mudanças numa determinada realidade, carece do apoio de determinado arranjo institucional e seus resultados estão afetos ao ambiente institucional produzido pela ação dos diversos atores locais. No bojo desse espaço relacional, estão contidos não apenas a interação dos mediadores e regras que compõem o arranjo, como também as atuações do público-alvo, cujas normas de conduta, valores, percepção da intervenção, relações de confiança, dentre outros aspectos, poderão influir nos seus resultados (BASTOS; GOMES, 2006).

Para entender o PAA enquanto um vetor de fomento para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, é fundamental compreender que o sucesso ou fracasso desse programa depende de vários fatores, como, por exemplo, a percepção que os agricultores familiares possuem do PAA, a tradição ou experiências no sistema cooperativista, resistência ou não a mudanças, que podem ser expressos no grau de confiança que desperta nos atores participantes. Isso pode influenciar o desejo de cooperar ou de resistir, a percepção e aceitação das formas tradicionais de intervenção de políticas públicas na região e também e da percepção que os beneficiários possuem de seus resultados desse programa.

Percepção de mudanças é resultado de escolhas cotidianas elaboradas pelas organizações que podem ser realizadas com a alteração de contratos entre indivíduos e organizações. Há ocasiões em que a recontratação requer alterações nas regras preexistentes, desde que os agentes percebam uma possibilidade de ganho com a mudança, ainda que, por vezes, a fonte de mudança institucional seja o aprendizado dos agentes, indivíduos ou empresários organizados que constroem novos modelos mentais para decifrar as mudanças no ambiente (NORTH, 1994). Nesse contexto, é de fundamental importância a descrição do ambiente institucional que rege as regras do jogo na execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em Ilhéus, e as suas particularidades.

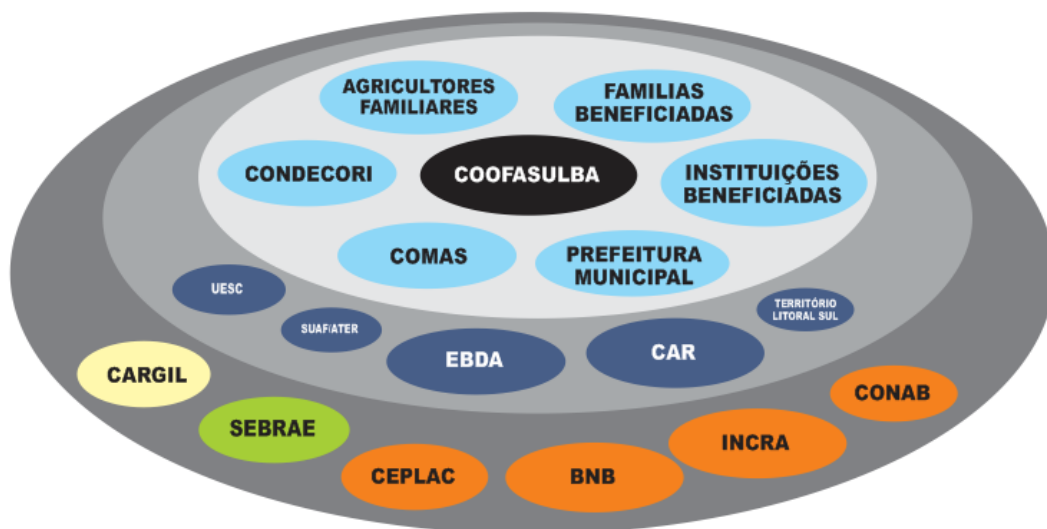


Figura 11 - Ambiente institucional da agricultura familiar em Ilhéus a partir da COOFASULBA.

Fonte: Elaboração Fernandes de Santana, A.

A Figura 20 explicita a rede de relações na agricultura familiar em Ilhéus a partir da COOFASULBA. No primeiro círculo (no qual está contida a COOFASULBA), estão elencados os parceiros municipais, no círculo seguinte, os parceiros estaduais e, no último círculo, as instituições que possuem abrangência em nível nacional. A Figura 12, a seguir, explicita a COOFASULBA e seus parceiros de acordo com o nível de intensidade das relações a partir da COOFASULBA ao centro das ações, visto que a mesma é nosso objeto de estudo. Esta figura diferencia-se da anterior, pois o que está evidenciado são os níveis de relações. No primeiro círculo (central), estão elencadas apenas as instituições que possuem relação com a COOFASULBA na execução do PAA. Nos círculos seguintes, estão as instituições que possuem outras parcerias com a COOFASULBA.

Para Romano (2011), seguindo estudos e autores como Rhodes e Marsh (1992; 1995) e Hassenteufel (1995), a noção de redes de políticas pode ser entendida como o resultado da cooperação mais ou menos estável, não hierárquica entre organizações – e, ou indivíduos – que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham, na medida variável, normas e interesses.

A rede de poder apresentaria uma conformação territorial na qual se daria a criação de uma estrutura de oportunidades a partir da proximidade dos atores coletivos e individuais. Os interesses econômicos, as decisões de índole política e a mobilização cultural formariam um conjunto de oportunidades que pode determinar uma nova estrutura de governança, de caráter localizado e participativo (PAULILLO, 2000, p. 178 *apud* ROMANO, 2009).

Em sua participação no PAA em Ilhéus, os agricultores familiares da COOFASULBA estão quebrando um paradigma de produção agrícola, tradicional na região, pautado no individualismo. Iniciaram esses agricultores um modelo de cooperação e parceria entre eles próprios e com outras organizações, com o objetivo explícito de obter o máximo ganho possível na sua atividade produtiva. Este processo não é fácil, mas têm-se revelado de ação continuada, ainda que lenta. São parcerias nas mais diversas atividades, que passam desde a assistência técnica às relações financeiras.

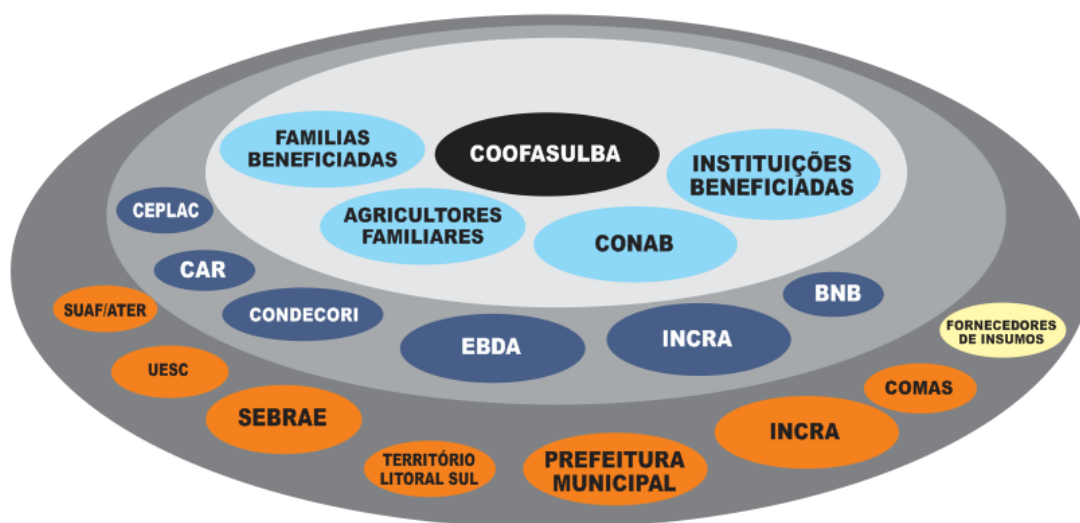


Figura 12 - Ambiente de relações da COOFASULBA a partir do PAA.

Fonte: Elaborada por Fernandes de Santana, A.

Para Granoveter (1991), “as instituições econômicas não emergem automaticamente. São, antes, construídas por indivíduos cuja ação é, ambos, facilitada e limitada pela estrutura e pelos recursos disponíveis nas redes sociais onde encontram-se *embedded*” (p. 9). Também as empresas, os grupos de empresas e as indústrias “se e quando são organizadas, são uma construção social” (1991, p. 14) e que, no caso da evolução de uma indústria (ou de firmas ou grupos de negócios), instituições econômicas estáveis começam como um acréscimo de padrões das atividades ao redor de redes pessoais. “Sua estrutura reflete aquela das redes e, mesmo quando estas não existem mais, as instituições adquirem vida própria”.

Quadro 1 - Principais Instituições Parceiras da COOFASULBA no ambiente institucional da agricultura familiar em Ilhéus

Parceiros da COOFASULBA
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional; CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento; CONDECORI - Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus; INCRA Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária; COMAS – O Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhéus; EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola; PMI - Prefeitura Municipal de Ilhéus; SEBRAE - Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e pequena Empresa; BNB – Banco do Nordeste do Brasileiro S.A.

Fonte: Elaboração Fernandes de Santana, A.

De acordo com Hodgson (2006), as instituições são a estrutura de interações sociais e em que os sentidos são estabelecidos e incorporados. Em parte, a durabilidade das instituições decorre do fato de que pode ser útil para criar expectativas sobre o comportamento estável dos outros. Geralmente, as instituições permitem ordenar o pensamento, a expectativa, e por ação impor a forma e consistência às atividades humanas. Eles dependem de pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles.

Descrição das instituições parceiras da COOFASULBA no Ambiente Organizacional:

- I) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.** Empresa vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado (Sedir) coordena programas de combate à pobreza rural, orienta o público beneficiário sobre os critérios de participação no programa, acompanha e avalia a aplicação dos recursos, supervisiona a execução dos projetos e capacita os usuários na operação e gestão dos empreendimentos.

Área de Atuação: Desenvolvimento e infra-estrutura.

- II) Instituições Parceiras:** Embrapa, SEBRAE, SENAR, Escolas de Família Agrícola, ONGs, Cooperativas, Associações, Conselhos, etc. Interfaces com Secretarias de Estado: Secretaria da Cultura, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Desenvolvimento

Econômico, Ciência e Tecnologia, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria da Promoção da Igualdade, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Secretaria do Trabalho, Renda e Esportes, Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Secretaria da Infra-estrutura, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Secretaria do Planejamento.

- III) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC.** Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Criada em 20 de fevereiro de 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura.

Área de Atuação: Desenvolvimento e pesquisa e extensão rural.

Instituições Parceiras: CONDECORI, COOFASULBA, BNB, SENAR, CAR E EBDA.

- IV) A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.** Em 1990, foi criada a Companhia Nacional do Abastecimento, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Medida Provisória nº 151, de 15/03/1990, transformada na Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão da CFP, COBAL e da CIBRAZEM. O Decreto nº 99.233, de 03/05/1990 estabeleceu os procedimentos preparatórios ao processo de fusão. Em 1991 quando da criação a Companhia foi vinculada ao então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento - MEFP e recebeu a sigla CNA. Pelo Decreto n.º 202, de 26 de agosto de 1991, passou para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MARA (atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -MAPA) e a sigla da Companhia foi alterada para CONAB. A CONAB está presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. A atuação da Companhia contribui com a decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar e segue até a distribuição do produto no mercado, fase em que a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção. As operações realizadas pela Conab são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Área de Atuação: Abastecimento e fomento à agricultura.

Parceiros nos projetos: COOFASULBA, CONDECORI, Território Litoral SUL.

- v) **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.** É uma autarquia federal criada pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo território Nacional por meio de 30 superintendências Regionais. Nos últimos anos, o INCRA incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura do desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País.

Área de Atuação: Agricultura e desenvolvimento

Parceiros nos projetos: CEPLAC, EBDA, ICMBIO, Prefeitura Municipal de Ilhéus, Instituto Cabruca, CAR.

- vi) **Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e pequena Empresa – SEBRAE.** O SEBRAE existe como instituição desde 1972, mas sua história começa quase uma década antes. Em 1964, o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), atual Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O Fipeme e o Funtec formavam o Departamento de Operações Especiais do BNDE, no qual foi montado um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas. Em uma pesquisa, foi identificado que a má gestão dos negócios estava diretamente relacionada com os altos índices de inadimplência nos contratos de financiamento celebrados com o banco. Em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) instituiu, nos estados da região, os núcleos de assistência industrial (NAI) com o objetivo de prestar consultoria gerencial às empresas de pequeno porte. Os NAI foram embriões do trabalho que futuramente seria realizado pelo SEBRAE. Em 17 de julho de 1972, por iniciativa do BNDE e do

Ministério do Planejamento, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae). O Conselho Deliberativo do Cebrae com “C” contava com a Finep, a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e o próprio BNDE. O início dos trabalhos se deu com o credenciamento de entidades parceiras nos estados, como o Ibacesc (SC), o Cedin (BA), o Ideg (RJ), o Ideies (ES), o CDNL (RJ) e o CEAG (MG). Em 9 de outubro de 1990, o Cebrae foi transformado em Sebrae pelo decreto nº 99.570, que complementa a Lei nº 8029, de 12 de abril. A entidade desvinculou-se da administração pública e transformou-se em uma instituição privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública, mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. De lá para cá, o SEBRAE ampliou sua estrutura de atendimento para todos os estados do país, capacitou inúmeras pessoas e ajudou na criação e desenvolvimento de milhares de micro e pequenos negócios por todo o país.

Área de Atuação: Elaboração de projetos e capacitação.

Parceiros nos projetos: COOFASULBA, Prefeitura Municipal de Ilhéus, CAR, CEPLAC e EBDA

- VII) Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Rurais de Ilhéus – CONDECORI.** É uma organização constituída pelas lideranças municipais, associações comunitárias e segmentos organizados da sociedade local, com a finalidade de: 1. Difundir o Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC CAR - Programa Produzir – FUMAC 2. Analisar e aprovar os subprojetos comunitários; 3. Orientar acompanhar e assistir as associações para um melhor desempenho dos projetos, contratando, quando for o caso serviços especializados, utilizando para tal, recursos do programa; 4. Buscar as políticas públicas no âmbito Municipal, Estadual e Federal, concernentes à produção do meio ambiente, ao fomento agropecuário, agroindustrial, comercialização da produção, infra-estrutura, à organização da agricultura familiar e a regularidade do abastecimento alimentar do município.

Área de Atuação: Agricultura e desenvolvimento.

Parceiros nos projetos: COOFASULBA, CEPLAC, EBDA, Prefeitura Municipal de Ilhéus, Instituto Cabruca, CAR, CONAB, SEBRAE.

viii) O Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhéus – COMAS. Este conselho é o responsável pelo acompanhamento social do PAA no município de Ilhéus-BA.

Área de Atuação: Assistência Social.

Parceiros nos projetos: COOFASULBA, Prefeitura Municipal de Ilhéus, CONAB.

ix) Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A – EBDA. Surgiu há 21 anos, a partir da fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (Epaba) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA). Esta sociedade, que tem como acionistas o Governo do Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem a maior abrangência e cobertura do Estado, no que se refere à pesquisa e Ater pública gratuita, atuando nos 417 municípios baianos, e conta com mais de dois mil profissionais, entre pesquisadores, extensionistas, pessoal de apoio e administrativos. **Missão** Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, viabilizando as condições necessárias para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos (as) agricultores (as). **Áreas de Atuação:** Pesquisa Agropecuária; Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); Classificação de produtos de origem vegetal; Fomento em agropecuária; Agroindustrialização com sustentabilidade. A EBDA idealiza e executa programas e projetos destinados ao agricultor familiar baiano. A empresa presta um importante trabalho social na Bahia, através da assistência técnica, extensão rural e pesquisa para agricultores familiares que estão encontrando incentivo e apoio, em ações idealizadas pelos governos, Federal e Estadual, e que são executadas pela EBDA nos 417 municípios do Estado. Programa Pacto Federativo; Programa Semeando; Programa de Segurança Alimentar do Rebanho da Agricultura Familiar; Projeto Quintais Agroflorestais; Programa de Melhoramento Genético; Agricultura Urbana e Periurbana associações dos agricultores.

Área de Atuação: Desenvolvimento rural e Assistência Técnica.

Parceiros nos projetos: COOFASULBA, Prefeitura Municipal de Ilhéus, CONAB, CEPLAC, Associações de Agricultores.

- x) **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS – PMI/SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.** Recriada em janeiro de 2013, esta secretaria busca auxiliar a agricultura familiar em Ilhéus através de projetos e parcerias com instituições locais, estaduais e federais.
- xi) **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. – BNB.** É uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952 , e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo. Maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

4.2 Análise da entrevista com representantes da COOFASULBA

A fim de captar a percepção da COOFASULBA, houve várias visitas e diálogos com a diretoria e o quadro técnico. Complementarmente foi encarregado pela diretoria o seu assessor técnico, para conceder uma entrevista, cujo objetivo foi filtrar as informações obtidas. A opinião do assessor espelha e percepção do *staff* da cooperativa.

Sobre o contexto da implantação do PAA em Ilhéus, o entrevistado afirmou que um traço anterior, e que foi fundamental para que o mesmo ocorresse foi que os membros do CONDECORI, mesmo com a crise da vassoura-de-bruxa, continuaram reunindo-se

regularmente. Isso foi um fator de diferenciação em relação às outras instituições representativas da região. O mesmo informou que, nesse período, a região chegou a possuir 67 associações catalogadas.

A assessoria técnica da COOFASULBA informou que, na época da constituição da cooperativa, havia um descrédito muito grande em relação ao cooperativismo na região, tanto por parte da população local como também pelos órgãos técnicos, a exemplo mesmo da CEPLAC, instituição que possuía um departamento de desenvolvimento regional no qual havia uma divisão específica dedicada ao cooperativismo.

Num primeiro momento, diante deste cenário de crise da lavoura cacaueteira, os agricultores perderam abruptamente a sua fonte de renda e um misto de pequenos proprietários e trabalhadores rurais acabou por abandonar as fazendas e realizar migrações. Ocorreram dois fluxos migratórios principais nesse período: um com destino à cidade litorânea de Porto Seguro, no extremo sul do Estado, sobretudo visando emprego nesta região impulsionada pelo turismo; e o outro em direção aos estados de Minas Gerais e São Paulo, no Sudeste Brasileiro, e também para o Estado de Goiás, na região Centro-Oeste.

Porém, permaneceu na região um grupo significativo que retornou às fazendas, como única alternativa ao desemprego instaurado na zona urbana. Esse grupo é formado fundamentalmente por agricultores familiares, mas também por recém assentados rurais.

Segundo a assessoria técnica da COOFASULBA, essas pessoas encontraram muitas dificuldades para retomar as atividades agrícolas, pois lhes faltava: assistência técnica; o crédito não era concedido, em parte por falta de políticas específicas, voltadas para este segmento, em outra, pelo fato de os mesmos não possuírem documentos comprobatórios da posse da terra, então precisava que algo fosse feito, nas palavras do próprio assessor técnico:

Foi então que iniciou uma luta no CONDECORI devido às grandes pressões dos agricultores familiares, com a finalidade de resolver problemas pontuais, pois naquele momento a única alternativa para os agricultores eram as feiras livres espalhadas pela região cacaueteira, onde em geral os mesmos chegavam para vender seus produtos pela manhã bem cedo e após, 12h tendiam a entregar seus produtos a quem os quisesse ou perdiam, isto porque, tinham que retornar para zona rural em transporte coletivo com horários pré-estabelecidos.

A COOFASULBA encontrou então no PAA a alternativa possível para comercialização dos produtos cultivados. Segundo a assessoria técnica da cooperativa, inicialmente ocorreu uma dificuldade, que foi a de adequação da qualidade dos produtos às exigências da CONAB. De acordo com o entrevistado, isso aconteceu porque:

“esses agricultores saíram das feiras livres para a cooperativa sem absorverem a ideia de que esta é formada por eles mesmos. Inicialmente traziam produtos sem as menores condições de comercialização. Isto gerava um dispêndio de tempo e trabalho, pois havia a necessidade de selecionar os produtos. Essa adequação é um processo lento, mas já começou a dar os primeiros resultados”

Inicialmente estes agricultores familiares comercializavam apenas os produtos que já cultivavam, principalmente banana e mandioca. A COOFASULBA buscou então, junto ao governo estadual, um programa que permitisse a distribuição de mudas; firmou então um convênio com a Biofábrica¹⁰, que passou a fornecer mudas de árvores nativas e também exóticas. Dessa forma, a agricultura familiar assumiu o papel fundamental no processo de diversificação agrícola no município.

Segundo a assessoria técnica da COOFASULBA, o cenário atual é o seguinte: Já existe uma alternativa para comercialização (PAA); já existem as plantas para cultivar (Biofábrica), mas os agricultores devem assumir uma opção entre o *trade of* agricultura orgânica X tradicional¹¹: *“Há uma pressão muito grande por parte dos agricultores familiares para que a cooperativa inicie o processo de revenda de adubos químicos, tal qual outrora havia na CEPLAC”*.

Este fato revela que o aumento na renda auferida pelos agricultores familiares em Ilhéus gerou uma expectativa positiva nos mesmos, a ponto de passarem a demandar insumos agrícolas modernos, ou seja, ampliar os investimentos em suas propriedades rurais. Ao mesmo tempo, evidencia o quanto é difícil modificar a cultura da agricultura produtivista instalada na região, que incentivou o uso indiscriminado desta tecnologia. Esta característica é apontada pela assessoria técnica da cooperativa como um dos maiores desafios a vencer.

Outro obstáculo é a falta de assistência técnica de acordo com a COOFASULBA. Num primeiro momento, existiam duas opções: CEPLAC e EBDA. Entretanto não houve renovação nos quadros desses órgãos, e a estrutura já não é tão eficiente como outrora. Então a cooperativa encontrou na ATER uma parceria para assistência técnica aos cooperados, porém o resultado não foi o esperado. Eles defendem a ideia de que os técnicos, para atuarem junto aos agricultores familiares, devem necessariamente possuir conhecimentos sobre o cooperativismo e o associativismo. Além de convênio para assistência técnica, a

¹⁰Órgão do Governo Estadual, produtor de tecnologia em produção e clonagem de mudas de plantas nativas e também exóticas.

¹¹ Baseada na revolução verde.

COOFASULBA também tem procurado firmar convênio com os governos federal e estadual no sentido de verticalizar a produção.

De acordo com a assessoria técnica da cooperativa, o nível de confiança que se tem em relação à COOFASULBA e o prestígio que ela possui entre a sociedade civil e as instituições públicas e privadas da região tem atraído para a mesma pessoas que fogem do perfil do cooperado desejado, que é justamente o agricultor familiar. A cooperativa tem sido cuidadosa para evitar uma “contaminação” entre os cooperados, ou seja, evitar que o trabalho que está sendo realizado no sentido de difundir a filosofia cooperativista seja interrompido por projetos individualistas.

Outro gargalo revelado pela assessoria técnica da cooperativa é a distribuição de produtos. A COOFASULBA tem disputado licitações para vender produtos em diversos municípios da Bahia. Em geral, esses produtos são transportados em um caminhão da própria cooperativa, porém o transporte feito da zona rural para a cooperativa é muito ruim, em geral os agricultores o realiza, em ônibus coletivo.

Para os produtos distribuídos a municípios mais distantes de Ilhéus, como, por exemplo, na região metropolitana de Salvador, exige-se um depósito para armazenagem e posterior redistribuição. De acordo com assessoria técnica da cooperativa, o ideal seria alugar uma área para esse fim, porém isso ainda não existe, o que faz com que o espaço de tempo entre a entrega da zona rural e o envio para os municípios compradores seja muito curto, portanto correndo risco de perder prazos ou os próprios produtos. Alguns municípios possuem o depósito próprio, entretanto insuficientes.

Dentre outros aspectos que precisam ser instalados e, ou melhorados, a COOFASULBA elenca: a) Ampliação da cessão de uso da fábrica de chocolate; b) Intensificação do processamento dos derivados em amêndoas de cacau; c) Instalação de uma fábrica de sucos; d) Produção de chocolates finos; e) Instalação do projeto de aquicultura.

Ao discorrer sobre as relações da COOFASULBA com as principais instituições parceiras, a assessoria técnica da cooperativa classificou, em uma escala que variava de ruim a ótima, da seguinte forma, as relações existentes:

- a) COOFASULBA e CEPLAC = **Boa**
- b) COOFASULBA e EBDA = **Regular**
- c) COOFASULBA e CAR = **Ótima**
- d) COOFASULBA e INCRA = **Boa**
- e) COOFASULBA e Prefeitura Municipal de Ilhéus = **Regular**

f) COOFASULBA e Instituições beneficiadas pela doação de alimentos = **Boa**

g) COOFASULBA e CONAB = **Ótima**

Essa classificação, complementada por diálogos, permitiu que chegássemos a uma percepção de que a cooperativa classificou com maior grau de afinidade as instituições com as quais possui relações mais estritas de parcerias em convênios e, ou ações conjuntas. Ao mesmo tempo, demonstra um fato importante para compreensão do cenário, que é a relação entre a cooperativa e a Prefeitura Municipal de Ilhéus. Fica evidente que esta encontra-se muito aquém da desejada, em se considerando que a Prefeitura Municipal de Ilhéus é um ator institucional que, em tese, deveria atuar mais ativamente no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Sobre a origem socioeconômica dos seus agricultores familiares cooperados, a COOFASULBA informa que: *“são um grupo que vivia em condições de miséria e abandono.”* Afirma, entretanto, que: *“os mesmos se reconhecem enquanto categoria e se orgulham de serem agricultores familiares”*. Esta afirmativa pode ser comprovada na entrevista feita com os agricultores.

A cooperativa reconhece o seu papel de importância junto aos cooperados, no que diz respeito a oportunizar uma elevação no nível de renda e na qualidade de vida e acredita que a confiança e a credibilidade despertada nos cooperados seja o seu fator de sucesso, pois: *“foi despertando aos poucos nesses homens e mulheres o resgate da cidadania, e a maior contribuição que a COOFASULBA pôde dar para eles foi aumentar a auto-estima”*.

Quanto ao nível de conhecimento dos cooperados sobre o PAA e sobre o cooperativismo, a COOFASULBA reconhece que é baixo e afirma que: *“sem a COOFASULBA, não existiria o PAA em Ilhéus”*. Exageros à parte, a pesquisa constatou que, muitas vezes, os cooperados confundem o papel do PAA e do CONDECORI com as funções da COOFASULBA. Esse é um aspecto que precisa ser resolvido o mais breve para que, nas relações, possam distinguir claramente o papel e as funções de cada um. A própria cooperativa reconhece que isso se faz necessário: *“No imaginário do cooperado, a COOFASULBA é maior que o CONDECORI”*.

Especificamente sobre o cooperativismo, a COOFASULBA admite a necessidade de se trabalhar mais com a difusão do pensamento cooperativista do ponto de vista teórico entre eles, mas declara que os mesmos, ainda que lentamente, começam a exercer na prática a filosofia cooperativista, mas afirma: *“nós, precisamos com urgência profissionalizar mais ainda a gestão da cooperativa. Precisamos de um gestor especializado em cooperativismo”*.

Outra preocupação da diretoria da cooperativa é para com os filhos dos agricultores familiares. Segundo esta, não existem projetos para estimular os filhos dos cooperados na filosofia cooperativista, mas que uma das metas é, no futuro, criar um setor para a juventude na COOFASULBA, com a finalidade de estimular a participação nas atividades por parte dos filhos dos seus cooperados.

Sobre a verticalização da produção, a COOFASULBA informa que a Fábrica de achocolatado em pó tem dado bons frutos, mas que precisa, num futuro próximo, conseguir seu espaço próprio e maquinário, pois, na fabricação do achocolatado, a cooperativa possui parcerias com:

- a) CEPLAC – concessão de uso do espaço físico da fábrica – A COOFASULBA pretende construir sua própria fábrica;
- b) Empresa multinacional processadora de cacau – fornecimento de pó de cacau (insumo para o achocolatado) – A aquisição de equipamento para processar a amêndoa do cacau é um dos objetivos da cooperativa para o curto prazo.

A COOFASULBA informa ainda que os demais insumos para a produção do achocolatado em pó são adquiridos em outros município e também em outros estado, mas que já está buscando parcerias com cooperativas regionais e também no próprio estado da Bahia para estabelecer contratos de fornecimento destes produtos.

Sobre a existência do capital social, a assessoria técnica da cooperativa é enfática em afirmar que ele existe; pondera, porém, que a sua formação foi e continua sendo lenta, mas de forma continuada, pois não se apaga facilmente a cultura do individualismo e do paternalismo, tão pouco da exclusão e do abandono.

A percepção que se teve durante a pesquisa foi a de que os cooperados depositam muita confiança e esperança na COOFASULBA e que um dos fatores que contribuíram para isso foi justamente a superação da desconfiança inicial em relação à seriedade do PAA. Uma vez superada essa barreira, a cooperativa adquiriu credibilidade suficiente para engajar projetos com o apoio maciço dos cooperados. Todavia, isso pode se constituir em um ponto de tensão em possíveis frustrações futuras.

A sociedade como um todo também pode vir a ser beneficiada com o aumento na produção agrícola e pela melhora nos níveis de segurança alimentar. Como vemos, uma perspectiva pode ou não n ser compartilhada pelos diferentes atores do processo. Todavia, ao longo do tempo a percepção sobre essas transformações pode mudar. Se os beneficiados com acesso à terra não conseguem se manter no processo produtivo, a percepção pode mudar e o grupo passar a se considerar prejudicado pelo processo num segundo momento (IORIO, 2002, p. 26).

A direção da cooperativa afirma estar atenta para isso e, ratificando as palavras do presidente do CONDECORI, afirma que, no futuro, o papel da COOFASULBA será muito mais de assessoria e assistência técnica e que as associações deverão exercer as funções de administração e comercialização de seus produtos. Portanto, preparar os cooperados para essa nova etapa é um grande desafio.

Segundo Putnam (2000), o que capacita tais associações a contribuir de tal forma são efeitos “internos” e “externos” destas sobre os indivíduos e grupos. Os efeitos internos se realizam na medida em que as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação e solidariedade, além de um senso de responsabilidade comum em relação a empreendimentos coletivos e públicos. Seus efeitos “externos” recaem sobre toda a sociedade, pois a articulação e agregação de interesses são intensificadas comum a densa rede de associações secundárias. Como resultado dessa observação, Putnam (2000) afirma que a reciprocidade mútua das instâncias públicas e privadas aumentaria o potencial transformador para o bem-estar da sociedade (LIMA NETO, 2007, p. 47).

Isso é uma demonstração da tentativa de se realizar o empoderamento, entretanto Delgado (2002) nos alerta que esse processo de empoderamento deva ser endógeno e espontâneo, que ninguém empodera ninguém:

Ao mesmo tempo, é preciso ficar claro que ninguém empodera o outro. Ou seja, que não é o Estado, a Emater, a cooperação técnica internacional, o Banco Mundial, etc., nem são as ONGs, que empoderam as comunidades e os agricultores familiares ou os pescadores artesanais. Isso só pode ser feito, de forma sustentável e autônoma, através da organização desses grupos, de seus movimentos sociais, de sua ação emancipatória. O que não significa dizer, evidentemente, que as agências estatais, as ONGs, etc. não possam considerar o empoderamento das comunidades locais como um componente central de sua **estratégia de atuação**, ou seja, que definam suas ações no sentido de apoiarem os processos pelos quais os grupos locais conservam e ganham acesso a recursos (materiais e imateriais), transformam os recursos em ativos de capital (os grupos são definidos em função da posse de diferentes tipos de ativos de capital), e buscam mudar sua relação com os mercados, o Estado e a sociedade civil (DELGADO, 2012, p. 2 – 3).

Por fim, quando questionada sobre a percepção da COOFASULBA em relação ao PAA para a agricultura familiar em Ilhéus, a assessoria técnica da cooperativa foi veementemente lacônica: **“O PAA foi a salvação”**. Esse pensamento é compartilhado pelos agricultores, porém, na entrevista com a CONAB, ficou claro que o pensamento desta, é que o PAA é e será um fomentador da agricultura familiar e não uma fonte perene de garantia de comercialização para os agricultores.

Diante deste cenário de antagonismo, ficam algumas questões relacionadas à hipótese defendida neste trabalho e que serão analisadas nas considerações finais do mesmo: Será que os agricultores familiares de Ilhéus cooperados da COOFASULBA conseguiram ingressar no mercado competitivo com sucesso? Ficarão entregues à própria sorte, uma vez que as pesquisas realizadas junto aos mesmos apontam que depositam todas as esperanças na continuidade do Programa de aquisição de Alimentos? Haverá o fortalecimento do capital social entre os agricultores familiares no município de Ilhéus?

4.3 Análise da entrevista com a representante da CONAB

A fim de captar a percepção da CONAB - executora do PAA no município de Ilhéus -, auscultou-se a Superintendente para Bahia e Sergipe. A opinião da Superintendente espelha a percepção do *staff* governamental a respeito do PAA.

A entrevista iniciou-se com um resgate histórico da implantação do PAA na Bahia, destacando-se que este foi o estado brasileiro a realizar a primeira compra direta pelo PAA no ano de 2003, apenas 13 dias após o seu lançamento em nível nacional. A compra aconteceu no município de Formosa, onde um grupo de agricultores familiares possuía como produto para venda o milho em grãos, porém não existia comprador; o cenário, portanto era delicado para esses agricultores, pois havia uma parcela do Pronaf por vencer, e foi então que o CONAB realizou sua primeira ação efetiva, que, nas palavras da Superintendente, “foi motivo de grande felicidade para todos os envolvidos no processo”.

A CONAB, em 2006, no município de Ilhéus, realizou uma palestra de sensibilização junto a cooperativas locais com a finalidade de apresentar o PAA aos associados. Dentre os motivos facilitadores para a implantação do PAA no município, a entrevistada destacou o acentuado protagonismo das cooperativas locais, das associações e da articulação do território litoral sul. Destacou-se de maneira negativa a ausência da Prefeitura Municipal de Ilhéus no processo.

Formou-se parceria institucional com o território litoral sul, EBDA, CEPLAC e BNB, e, no ano de 2009, chegou-se a fundar um Comitê local que objetivava avançar na execução do PAA e desenvolver um controle social, mas que não teve continuidade devido a uma série de fragilidades existentes.

A superintendente da CONAB fez questão de ratificar que, dentre os aspectos mais importantes para o sucesso da implantação do PAA em Ilhéus, destacou-se o alto nível de interesse e organização das organizações familiares nas formas de associações e cooperativas: *“Havia um desejo de que o PAA desse certo. O PAA foi acolhido em Ilhéus.”* Esse fato confronta-se com outro relato da própria superintendente, que afirmou que, nas primeiras reuniões de sensibilização, os agricultores não acreditavam na veracidade da forma de execução do PAA, que dispensa licitação e garante a compra dos produtos ofertados, fato que corroborara com relatos do Presidente do CONDECORI sobre o início do processo em Ilhéus.

Quando questionada sobre a avaliação que a mesma faz sobre o PAA em Ilhéus, a mesma afirmou que não o classificaria como excelente nem como muito bom, por haver ainda muito por fazer para fortalecer o PAA, mas afirmou que: *“com segurança, classificaria como boa”*. Dentre os fatores que precisam ser fortalecidos, citou a necessidade de convencer outras instituições a fazerem o que vem sendo desenvolvido pela COOFASULBA, ou seja, a agregação de valor à produção, através da verticalização da produção. Nesse ponto, a entrevistada acrescentou que é justamente essa agregação de valor ao produto e que se reveste em ganhos para os agricultores familiares que tem ampliado a vontade dos agricultores familiares em se organizarem em torno desta cooperativa.

Questionada se o PAA apresenta-se como um vetor de fomento para a agricultura familiar em Ilhéus e se existe uma rede formada em torno da agricultura familiar, a entrevistada não hesitou em responder que: *“com certeza o PAA é um forte vetor de fomento para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus e também afirmo que existe uma rede formada na agricultura familiar em Ilhéus”*.

A entrevistada recordou que a própria CONAB já realizava, há algum tempo, a política de preços mínimos para a agricultura, mas ressaltou que essa política não atendia aos interesses dos agricultores familiares, citando como exemplo alguns agricultores do município de Irecê, que diziam: *“O preço mínimo pago pelo nosso feijão, não resolve nossos problemas, portanto não nos serve.”* Desta forma, procurou enfatizar que o PAA apresentou-se desde o início como uma política pública específica para a agricultura familiar, com o objetivo claro de estimular a produção através de um canal seguro de comercialização. Segundo a entrevistada, a credibilidade passada pelo PAA aos agricultores logo venceu a desconfiança inicial dos agricultores familiares de que se tratava de uma ação não eficiente e, ou duradora: *“Uma vez vencida essa desconfiança inicial, os próprios agricultores se encarregaram de divulgar para os vizinhos de que se tratava de um programa sério, e logo se ampliou o*

número de participantes, fortalecendo assim uma rede de agricultores que se relacionavam em associações e cooperativas”

Os agricultores se encarregaram de fazer intercâmbio de ideias e ações. A entrevistada destaca também, como fortalecimento para a formação do capital social em Ilhéus, o fato de que os agricultores familiares puderam planejar a produção de produtos perecíveis, para serem vendidos, fato até então inédito, pois os produtos vendidos em feiras livres, em geral, eram fruto do excedente de uma produção voltada para subsistência. Isso ocorria justamente porque não tinham a garantia de compra desses produtos, e não se interessavam em produzi-los, pois o “custo de oportunidade” era muito alto para se produzir produtos perecíveis em detrimento de não perecíveis, como é o caso do cacau.

Para Schmitt (2005), o PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque atua na comercialização dos produtos desta categoria social. Esse fato corrobora com a afirmativa de que o PAA tem estimulado a diversificação agrícola no município de Ilhéus, por não haver risco de não vender a produção.

No que concerne às alterações na matriz produtiva, o PAA tem sido responsável por restabelecer a policultura, característica de um “modo de vista camponês” (Wanderley, 1999; Seyfert, 1974). Isto porque, em muitas regiões do Brasil, a “modernização da agricultura” nas décadas de 1960-1970 conduziu os agricultores e suas famílias a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de commodities, não raro, destinadas ao mercado externo que, por sua vez, expôs estes agricultores a contexto de acentuada vulnerabilidade social (GRISA *et al.*, 2009, p. 7-8).

Outro aspecto apontado pela superintendente da CONAB como positivo no PAA como vetor de fomento para a agricultura familiar em Ilhéus foi a inserção, na mentalidade dos agricultores, da ideia da necessidade de organizar e planejar a produção e também de reconhecer a importância do PAA para as pessoas que recebem os alimentos. Segundo a própria superintendente, ela faz questão de frisar nas reuniões com os agricultores que: “A CONAB só adquire os produtos de vocês, porque do outro lado existem pessoas que necessitam destes alimentos, pessoas que têm fome e para as quais essa produção se destina, que se elas não existissem não haveria compra desses alimentos pela CONAB.”

Nesse contexto, sobre o ato de fazer chegar produção a quem tem fome, a superintendente destaca que o achocolatado produzido pela COOFASULBA tem sido distribuído às pessoas atingidas pela seca ocorrida na Bahia nesse ano, que assola municípios que nesse período estão sem produzir absolutamente nada e, segundo ela: “*este produto, além*

de satisfazer uma necessidade nutricional dessas pessoas, mais do que valorizado, tem sido apreciado pela sua qualidade. O PAA é indutor de um ciclo virtuoso.”

Outro fator apontado como grande impulsionador da produção na agricultura familiar foi a Lei nº11.947/2009, sancionada pelo Presidente da República, que assegurou a merenda escolar também para o ensino médio, que exige que no mínimo 30% dos recursos para o PNAE, para aquisição de produtos junto aos agricultores familiares. A entrevistada afirma que, em alguns casos, 46% dos beneficiários são escolas.

Na percepção da entrevistada, a mesma informou ser fator importante no fomento à formação do capital social pelo PAA no Brasil como um todo e também especificamente em Ilhéus a necessidade criada em se discutir, com a sociedade civil e os movimentos sociais, questões ligadas às políticas públicas, pois, segundo a mesma, os agricultores familiares não tinham conhecimento das políticas públicas e dos recursos disponíveis e que não chegavam até eles, mas que chegavam aos grandes empresários agrícolas.

O Capital Social insere as relações sociais na agenda do desenvolvimento, estabelece ligações entre as relações sociais e os resultados econômicos, auxilia os excluídos das áreas rurais, ampliando a sua participação no processo de desenvolvimento, através da sua participação na tomada de decisões (GALVÃO, 2005, p. 1).

Segundo a entrevistada, o grande desafio do PAA é o de fazer com que o agricultor familiar consiga atingir o mercado formal. Não se pretende criar um mercado específico para os agricultores familiares. Ela informa ainda: *“em reuniões que tenho feito em associações e cooperativas, tenho dito que só renovaremos os contratos se pelo menos 20% dos agricultores forem renovados, pois aqueles que já tem condições de atingir o mercado formal deve fazê-lo.”*

Esse fato contrasta com a opinião e as expectativas de muitos dos agricultores entrevistados, que apontaram como um dos fatores que precisam melhorar de imediato no PAA justamente a quantidade adquirida dos seus produtos, que eles julgam baixa, ou seja, existem nitidamente percepções diferentes entre uma parcela dos agricultores familiares entrevistados, com a da CONAB e da direção da COOFASULBA, que corrobora com a CONAB, para qual: *“o PAA tem o objetivo de estruturar a produção e a comercialização da agricultura familiar, mas não de ser “assistencialista.”*

Outro desafio apontado pela entrevistada é a necessidade de se qualificar os produtos e a própria produção. Segundo a entrevistada, os agricultores precisam acessar as certificações e

inspeções de seus produtos e ela relata que, em locais onde já há um nível de desenvolvimento mais elevado do PAA, são os próprios agricultores que procuram a vigilância sanitária em busca da agilidade na inspeção de seus produtos. Para a superintendente da CONAB, “*a agricultura familiar deve crescer de forma sustentada, lenta, porém continuada.*”

4.4 Análise da entrevista com o representante CONDECORI

A fim de captar a percepção do CONDECORI - executora do PAA no município de Ilhéus- entrevistou-se o seu presidente. A opinião do presidente espelha a percepção do *staff* do Conselho quanto à agricultura familiar em Ilhéus, a COOFASULBA e o PAA. Existe uma ligação muito forte entre a COOFAULBA e o CONDECORI, que, por vezes, se confundem, inclusive pelo fato de ambos estarem localizados no mesmo endereço.

Seguindo o roteiro adotado para a entrevista, iniciou-se com um resgate histórico sobre a criação do **Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus- CONDECORI**, que, segundo o seu presidente, surgiu a partir da demanda das associações existentes em Ilhéus, que clamavam por uma instituição que pudesse centralizar as ações praticadas até então de maneira isolada. Desta forma, em 5 de junho de 1998, foi criado o CONDECORI, com a função de incentivar a agricultura familiar no município de Ilhéus via fortalecimento do associativismo; contou com o apoio do governo do Estado.

De acordo com o entrevistado, o passo seguinte foi pensar a possibilidade de criação de uma cooperativa, com a finalidade de resolver dois gargalos existentes na agricultura familiar em Ilhéus: a assistência técnica e a comercialização dos produtos.

Assim, em 2004, através da política de incentivo do Território Litoral Sul, surgiu a Cooperativa de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA, a partir de oito associações e com 20 participantes inicialmente, os quais ainda são membros da cooperativa até hoje.

Quanto à opção de aderir ao PAA, de acordo com o presidente do CONDECORI, a ideia de aderir ao PAA surgiu a partir da participação em uma oficina no Território Litoral Sul realizada pela CONAB/PNUD, sobre a temática do PAA. Nesta oficina, ocorreu uma palestra proferida pela Sr^a. Isa França. Esta palestra despertou o interesse dos representantes do

CONDECORRI e da COOFASULBA que estavam presentes, sendo que os mesmos levaram a ideia de aderir ao projeto para ser discutida na assembleia da cooperativa.

Num segundo momento, em outra oficina realizada no município de Feira de Santana, além da presença de membros do CONDECORI e da COFASULBA, outras pessoas do município de Ilhéus também participaram do evento, no qual, quem abordou sobre o tema do PAA desta vez foi a superintendente da CONAB para Bahia e Sergipe, Sr^a. Rose Pondé. Segundo o entrevistado, o fato de um número maior de pessoas do município de Ilhéus ter participado desta oficina estimulou a discussão e impulsionou a vontade coletiva em aderir ao PAA e implantá-lo em Ilhéus, pois vislumbraram no mesmo uma oportunidade para auxiliar na comercialização dos produtos cultivados pelos agricultores familiares e assim agregar renda aos mesmos.

Ainda de acordo com o presidente do CONDECORI, no retorno a Ilhéus, marcou-se uma reunião para discutirem-se os preparativos para adesão ao PAA: *“Nessa reunião, realizada na sede da COOFASULBA, estavam presentes representantes da CEPLAC, APAE, Abrigo São Vicente, dentre outras; muitos duvidaram da veracidade deste programa. Acreditavam que era mais um projeto que “venderia sonhos”. Mesmo assim, a COOFASULBA foi à Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Ilhéus e buscou dados das entidades que seriam beneficiadas com a doação de alimentos”*.

O entrevistado informou-nos que inicialmente se buscou creches para cadastrar como instituições beneficiadas pela doação de alimentos e, a partir daí, realizaram o primeiro projeto para ser enviado à CONAB. Esse projeto teria retornado por três vezes para correções, mas, segundo o entrevistado, a equipe técnica da CONAB deu o suporte necessário e finalmente foi aprovada a primeira CPR em 2006.

Questionado sobre a existência de outras cooperativas em Ilhéus que realizassem o PAA, o entrevistado respondeu afirmativamente, mas ressaltou que, em uma intensidade bem menor que a COOFASULBA, e ponderou que um dos grandes gargalos tanto para a COOFASULBA quanto para as outras cooperativas expandirem a participação no PAA em Ilhéus é, nas palavras do mesmo: *“A Prefeitura acha que ela deveria fazer o PAA em Ilhéus. Queria fazer do PAA uma questão política.”*

Inquirido sobre a existência de uma rede formada na agricultura familiar em Ilhéus, capaz de criar e, ou fortalecer o capital social no município, o entrevistado afirmou que sim e que a COOFASULBA desempenha um papel de destaque, pois a mesma chegou a contar com 60 associações agregadas a ela.

Com relação à produção agrícola, o entrevistado declarou que o cacau ainda é o principal produto do município e da região cacaueira como um todo, inclusive nas fazendas de pequeno porte. Afirmou já existir uma diversificação espontânea, em algumas fazendas, porém de baixa intensidade, com alguns produtos voltados para subsistência, mas que estava ampliando-se esta produção, inclusive entre os agricultores familiares cooperados da COOFASULBA, sob a influência da mesma, que tem orientado-os quanto ao que deveria ser produzido.

Solicitado para aprofundar um pouco mais sobre esse processo de diversificação, o entrevistado declarou que a maior dificuldade em se diversificar a agricultura em Ilhéus é o fato da facilidade encontrada para a comercialização do cacau, o que não existe para os outros produtos.

A monocultura do cacau sob o incentivo oficial criou uma cultura difícil de ser modificada na região. Segundo o entrevistado, o seu avô tinha uma máxima que dizia: *“Plante cacau, o resto, compramos com o dinheiro do cacau!”*

O entrevistado apontou, entre os fatos mais positivos da COOFASULBA, o auxílio e incentivo para que os agricultores familiares possam diversificar sua produção; a assistência técnica que, embora ainda insuficiente já começa a produzir bons resultados; o apoio e incentivo da COOFASULBA; para a comercialização via PAA; e a fábrica de achocolatado em pó, que tem estimulado a produção visando agregar valor aos produtos cultivados pelos agricultores familiares cooperados e que tem servido de estímulo para realização de outros projetos que visam a verticalização da produção.

O entrevistado informou que a COOFASULBA consegue beneficiar-se da lei do PNAE e já comercializa seus produtos com os municípios de: Ilhéus, Uruçuca, Lauro de Freitas, Camaçari e a rede estadual da Região Metropolitana de Salvador. Segundo o entrevistado, existem mais sete cooperativas que comercializam alimentos com o Governo do Estado da Bahia.

Sobre a importância do PAA para o município de Ilhéus e para a COOFASULBA, o entrevistado declarou: *“O PAA é uma grande escola: ajudou a cooperativa e os agricultores familiares a olharem de maneira diferente para a produção. Ajudou a visualizar e planejar uma nova produção.”*

Numa análise final sobre o PAA e a COOFASULBA, o entrevistado declarou que ambos se constituem em forte vetor de fomento para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, e que a COOFASULBA trouxe uma nova esperança para os cooperados e informou que o PAA tem estimulado o fortalecimento da participação dos cooperados na cooperativa, portanto, fortalecendo os laços e as relações associativas.

Sobre os pontos negativos, que obstruem o avanço e desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, o entrevistado destacou a falta de infra-estrutura e o mal estado de conservação das estradas vicinais, que dificultam o escoamento da produção.

Ainda de acordo com o entrevistado, o primeiro passo foi dado com a adesão ao PAA, o segundo foi a adesão ao PNAE e o próximo e mais difícil será introduzir os agricultores familiares no mercado tradicional e competitivo: *“Estamos nos preparando para encarar o mercado tradicional, onde não há diferença entre a agricultura familiar e o agronegócio.* Segundo o entrevistado, no futuro, a COOFASULBA deverá delegar o processo de comercialização às associações e irá concentrar-se na assistência técnica.

4.5 Análises dos indicadores socioeconômicos

Os indicadores socioeconômicos utilizados nesta pesquisa, foram analisados a partir de dados coletados junto aos agricultores familiares associados à COOFASULBA, as instituições parceiras e as instituições beneficiárias do PAA no município de Ilhéus-Ba.

4.5.1 Agricultores familiares associados à COOFASULBA

4.5.1.1 Origens sociais

Quanto à caracterização dos atores sociais envolvidos no ambiente institucional da agricultura familiar e do PAA no município de Ilhéus-BA, mais especificamente os agricultores familiares, detecta-se que as origens sociais dos agricultores familiares estudados são muito modestas: 63% vêm de famílias de agricultores familiares e 37% são filhos de trabalhadores rurais e, ou de trabalhadores urbanos, ambos com baixa remuneração (Tabela 15).

Tabela 15 - Origem social / Tradição familiar na agricultura

Os pais são de tradição na agricultura?	Percentual
Sim	63%
Não	37%
Total	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Segundo a concepção marxista, classe social constitui o grupamento de atores definidos com mais relevância pelo lugar que ocupam no processo produtivo ou divisão social do trabalho, forma de garantir a produção e reprodução da força de trabalho. Toma conotação dominante ou burguesia (detentora dos meios de produção, apropria-se do excedente gerado, mais valia social) e subalterna ou proletariado (despossuído). É a força motriz da produção capitalista que responde pela geração do mais valor (POULANTZAS, 1985).

4.5.1.2 Gênero

Constatou-se que 62,% dos entrevistados se enquadram no gênero masculino e 38%, feminino (Tabela 16). Certamente a situação em apreço atrela-se ao fato de as mulheres assumirem crescentemente o papel de prover a educação e sobrevivência da unidade familiar, por abandono ou desemprego do cônjuge – outrora “chefe” do núcleo.

Tabela 16 - Distribuição absoluta e relativa por gênero

Gênero	Nº de Pessoas	Percentual
Masculino	24	62%
Feminino	15	38%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.3 Estado civil

Quanto ao Estado Civil, 28% dos entrevistados se declararam casados; 18% afirmaram ter um relacionamento estável; 28% se disseram separados; ao passo que 15% disseram-se solteiros e 10% é formado por viúvos. Apresentou-se um quadro bastante dividido (Tabela 17).

Tabela 17 - Distribuição absoluta e relativa por estado civil

Estado Civil	Nº de Pessoas	Percentual
Casado (a)	11	28%
Relacionamento estável	7	18%
Separado (a)	11	28%
Solteiro (a)	6	15%
Viúvo (a)	4	10%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.4 Faixa Etária

A faixa etária desta população oscila em intervalos compreendidos entre 25 anos e acima de 65 anos. Predomina o estrato 55 a 65 anos, atingindo 33,3% do total, que, somado aos que estão acima de 65 anos, atingem 51% do universo amostral. Do conjunto enfocado e 35,5%, incluem-se no espectro 35 e 45 anos de idade. Ressalta-se que tão somente 12,8% situam-se na faixa 25 a 35 anos, sendo, portanto, relativamente baixo o número de jovens agricultores familiares (Tabela 18). Portanto, averigua-se que, entre os agricultores, preponderam pessoas com mais de 55 anos, fenômeno imputado à experiência, exclusão do mercado de trabalho (efeito da idade) e falta de oportunidades em atividade remunerada. Trata-se de ocupação em produção de subsistência e informal sujeita às imposições de preço do mercado local.

Tabela 18 - Distribuição absoluta e relativa por idade dos agricultores familiares

Intervalo	Nº de Pessoas	Percentual
25-35	5	13%
35-45	6	15%
45-55	8	21%
55-65	13	33%
65-	7	18%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Com as crises recentes da lavoura cacauera, expõe-se a real condição do quadro de desemprego na zona rural, mostrando que um número cada vez maior de ex-empregados rurais concentra-se na produção para subsistência ou em condição de “parceiros-meeiros” em fazendas de cacau.

Os parceiros entre os quais predominam os meeiros (uma forma de parceria) encontram-se na categoria familiar e ficam empregados de áreas de cacau que variam entre 6,5 ha e 60 ha. Não sendo homogêneas, as principais variações dessa categoria decorrem de diferentes combinações das relações de trabalho: a mão-de-obra é exclusivamente familiar, em geral, o parceiro e seu filho; a mão-de-obra familiar é complementada por trabalhadores fixos pagos pelo proprietário; o próprio parceiro emprega trabalhadores temporários (acima de

5ha/UTf); o parceiro emprega trabalhadores permanentes (acima de 15 ha/UTf) (DUFUMIER *et al.*, 2004, p. 880).

Esta condição de parceiros-meeiros, exercida através de contratos de produção, em geral, vigora em períodos em que o principal produto da região – o cacau – encontra-se com preços muito baixos, não compensando assim investimentos na fazenda, pois os retornos financeiros esperados são muito baixos, entretanto, existem momentos em que ocorre uma recuperação no preço de venda do cacau e, ou elevação da produtividade, geralmente os cacaucultores rompem esses contratos. O capital se recompõe e inaugura patamar de acumulação compatível com a dimensão do mínimo exigido para aplicar no processo produtivo, volta à normalidade até quando eclode outra desagregação social e econômica (MAZZUCHELLI, 1985).

4.5.1.5 Religião

Na variável que trata sobre quais as religiões dos entrevistados, detectou-se que 51% dos agricultores se declararam católicos, enquanto 13% se declararam adventistas e 26% são evangélicos, 8% são seguidores do espiritismo e apenas 3% são seguidores do candomblé (Tabela 19).

Tabela 19 - Distribuição absoluta e relativa por religião

Religião	Nº de pessoas	Percentual
Católica	20	51%
Adventista	5	13%
Espírita	3	8%
Evangélico	10	26%
Candomblé	1	3%
Outra	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.6 Quantidade de membros na família

Quanto ao número de membros da família, que corresponde neste trabalho como o número de pessoas que moram na mesma casa, 64% dos entrevistados declararam que possuem entre dois e quatro pessoas vivendo na mesma casa e 36% informaram possuir mais de quatro pessoas morando na mesma residência (Tabela 20). Estes dados apontam para uma

quantidade significativamente baixa no número de pessoas vivendo na mesma casa na zona rural, explicado em parte pelo fato de os filhos morarem na zona urbana devido aos estudos escolares e também ao trabalho que exercem na zona urbana.

Tabela 20 - Número de membros na família

Classificação	Nº de Pessoas	Percentual
Menos de dois membros	3	8%
Entre dois a quatro membros	21	56%
Mais de quatro membros	15	36%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.7 Nível de escolaridade

Um dos principais obstáculos à acumulação de capital social e o consequente desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento. Os indicadores educacionais rurais do Brasil estão entre os piores da América Latina, como mostram os trabalhos da CEPAL (2004) (MIYAZAKI *et al.*, 2004).

Dentre as pessoas entrevistadas nesta pesquisa, 51% declararam possuir o ensino fundamental incompleto, 26% declararam possuir o ensino fundamental completo, enquanto 8% e 13% afirmaram possuir o ensino médio completo e 13% possuem o ensino médio completo. Apenas uma pessoa informou ser detentora do nível de ensino superior completo (Tabela 21). Esses dados corroboram com as estatísticas oficiais existentes, que indicam baixa escolaridade entre as populações adultas do meio rural tanto no município de Ilhéus, como da região cacauzeira do sul do estado da Bahia como um todo.

Tabela 21 - Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Nº de pessoas	Percentual
Ensino Fundamental Incompleto	20	51%
Ensino fundamental Completo	10	26%
Ensino Médio Incompleto	3	8%
Ensino Médio Completo	5	13%
Superior Incompleto	0	0%
Superior Completo	1	3%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Analisando estes dados, percebe-se um número elevado de pessoas que possuem um nível muito baixo de escolaridade no universo dos agricultores familiares pesquisados. Esta característica comum parece, no entanto, impulsionar os pais a procurarem oferecer aos filhos condições para que possam estudar. Em visitas às sedes de associações onde ocorrem as reuniões ordinárias dos grupos entrevistados, foi muito comum verificar a preocupação coletiva quanto às condições da infra-estrutura física das escolas no meio rural, bem como a preocupação com as estradas e a qualidade do transporte para os alunos no que se refere ao trajeto zona rural – zona urbana.

Para alguém dos problemas decorrentes da implantação da descentralização em ambientes sociais pouco favoráveis, a própria literatura sobre capital social, a partir da ênfase “natural” quanto ao papel da sociedade civil, passou a levantar a problemática da participação e, nesse sentido, Tocqueville passou a ser fundamental, posto que entendera de antemão as dificuldades da vida associativa em um mundo que tendia ao igualitarismo, se, no entanto, deixar de perceber que as relações sociais e as práticas associativas agiam como mecanismos favoráveis para desenvolver o hábito de ajuda mútua e voluntária entre os indivíduos (BONFIM; SILVA, 2003, p. 117).

4.5.1.8 Nível de Renda

Emprego e renda constituem prioridade para qualquer política pública identificada com as questões sociais, como é o caso do PAA. Assim, constata-se que 40% dos agricultores familiares entrevistados declararam auferir renda mensal inferior a um salário mínimo; igualmente, 41% informaram obter renda mensal entre um e dois salários mínimos; 10% informaram renda entre 2 e 3 salários mínimos e apenas 5% apresentaram renda superior a 3 salários mínimos (Tabela 22). Quando analisamos que esta renda embora muito baixa, está sendo alcançada com o auxílio do PAA, e com base nos diálogos com os agricultores entrevistados podemos afirmar que antes da adesão ao PAA, estes possuíam uma renda ainda menor.

Tabela 22 - Renda média mensal dos agricultores

Renda	Nº de pessoas	Percentual
Menos de 1 salário mínimo	17	44%
Entre 1 a 2 salários mínimos	16	41%
Entre 2 a 3 salários mínimos	4	10%
Acima de 3 salários mínimos	2	5%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Durante as entrevistas e em diálogos com estes agricultores, constatou-se que a maioria não possui qualquer outra atividade, portanto, constituindo-se a renda proveniente da agricultura a única existente.

A produção de alimentos é elemento essencial para a reprodução econômica e social das famílias rurais, apesar de não ser a única e obrigatória alternativa de trabalho e renda dessas famílias. A maior parte delas combina atividades agrícolas e não-agrícolas. A extensão da previdência social para essa parcelada população tornou-se, reconhecidamente, um instrumento de cidadania e de promoção de suas condições de vida (CONSEA, 2004, p. 25).

A maioria dos agricultores entrevistados apontou como um dos pontos que mais se deseja que seja revisto ou melhorado no PAA, é justamente a quantidade dos produtos adquiridos junto aos mesmos, pois julgam pequenas as quantidades compradas através do PAA. A comercialização desses produtos oferece oportunidade de ganho real com um aumento na renda de contingente significativo da população de agricultores, que representava outrora o exército de reserva a serviço do capital agrário. Entretanto o desejo deles em permanecer no PAA e visualizar uma renda permanente contrasta com o objetivo do programa, que é o de ser um instrumento de fomento para que os agricultores consigam atingir os mercados tradicionais.

Sobre a renda declarada em pesquisas censitárias, Hoffman (1991) alerta para um fato característico da coleta de dados, que pode causar um viés no resultado. Sobre esse tema, pode em parte ter ocorrido, quando das entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares, ou seja, pode ter havido a não inclusão quando da declaração da renda familiar, da produção para subsistência e também da renda dos demais membros da família. Porém entende-se, neste trabalho, que a produção realizada para auto-consumo, não se constitui em renda auferida, uma vez que não proporciona receitas monetárias diretas, embora seja muito importante para as famílias.

É necessário assinalar que valores obtidos através dos censos subestimam os rendimentos reais. Uma das razões da subestimação é o fato de não ser incluído o valor da produção para autoconsumo. [...] Outra limitação importante dos dados censitários sobre distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas na agricultura é que no caso da produção familiar, o rendimento obtido com o trabalho da família é declarado como rendimento do “chefe”, e os demais membros da família que trabalham aparecem como pessoas ativas não remuneradas (HOFFMANN, 1991, p. 145-147).

4.5.1.9 Clientes de bancos – inclusão social e econômica

O acesso aos serviços bancários é, sem dúvida alguma, um dos fatores que possibilitam a inclusão desses agricultores na economia formal, dando-lhes visibilidade e levantando a estima. Alguns dos entrevistados fizeram questão de destacar a importância que atribuem ao fato de ser cliente de algum banco. Nas palavras de uma agricultora familiar entrevistada: *“Ter uma poupança me ajuda a planejar melhor meus gastos. Eu agora posso fazer minhas comprinhas parceladas com a certeza de que terei como pagar”*.

Nesse questionário, constatou-se que existem agricultores familiares que possuem conta em mais de um banco, também foi constatado que a maioria ingressou no sistema bancário devido ao PRONAF e ao PAA, demonstrando assim a força desses programas para a agricultura familiar. Dos entrevistados, 60% informaram possuir conta no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 42% possuem conta no Banco do Brasil, outros 23% possuem conta na Caixa Econômica federal, formando assim a tríade de bancos oficiais o conjunto dos bancos que mais atendem a esses agricultores. Quanto aos bancos privados, o Bradesco tem a preferência dos agricultores, 23%, seguido do Itaú, 14%; o HSBC e o Banco Santander têm cada um 5% dos agricultores entrevistados como clientes (Tabela 23).

Tabela 23 - Acesso/Clientes de bancos

Bancos	Percentual
Banco do Nordeste (BNB)	60%
Banco do Brasil (BB)	42%
Caixa Econômica Federal	23%
Banco do Bradesco	23%
HSBC	5%
Banco Real	5%
Itaú	14%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.10 Beneficiários de outros programas de assistência social do Governo Federal

Uma variável complementar para analisar a renda são os programas do governo Bolsa Família (33%), aposentadoria (51%), pensão (8%) e benefício de prestação continuada (BPC) (Tabela 24). Estes dados apontam a importância dos programas sociais na composição da renda dos entrevistados, pois apenas 5% declararam não receber nenhuma espécie de auxílio do governo.

Estes benefícios são ainda mais importante se considerarmos o montante de renda gerada por eles no município.

Tabela 24 - Beneficiários de outros programas de assistência social do Governo Federal

Programa	Nº de pessoas	Percentual
Bolsa Família	13	33%
Auxílio Gás	0	0%
Aposentadoria	20	51%
Pensão	3	8%
Cartão alimentação	0	0%
Programa de erradicação da pobreza (PETI)	0	0%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1	3%
Não possui benefícios	2	5%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.11 Relação de Bens em posse dos agricultores familiares

Quanto aos bens duráveis em posse dos agricultores familiares, a Tabela 25 mostra que o fogão e a geladeira (bens relacionados aos alimentos) são os mais comuns em posse dos entrevistados, presentes nas suas residências em 94% e 88% respectivamente. O rádio e o televisor, ambos relacionados à informação e ao entretenimento, aparecem citados cada um por 65% dos entrevistados. O telefone celular se destaca como sendo o terceiro item mais presente entre os entrevistados, 76% dos casos, isso se deve provavelmente às facilidades para se obter um aparelho, principalmente na modalidade pré-pago, e também por ser o meio mais utilizado, segundo eles, para comunicação; em contrapartida, o telefone fixo foi citado por apenas 8% dos entrevistados. A motocicleta é um bem presente nas posses de 8% dos agricultores, 4% declararam possuir automóvel e outros 4% também informaram possuir microcomputador, 4% disseram possuir trator (nesse caso através da associação) e nenhum declarou possuir caminhão.

Percebe-se que ainda são muito precárias as condições desses agricultores no que diz respeito ao acesso a bens duráveis, prova disso é que 6% ainda não possuem fogão e 12% não possuem geladeira, bens básicos para uma família urbana.

Tabela 25 - Relação de bens em posse dos agricultores

Bens	Percentual
Telefone Fixo	8%
Celular	76%
Televisor	65%
Microcomputador	4%
Rádio	76%
Geladeira	88%
Fogão	94%
Carro	4%
Moto	8%
Caminhão	0%
Trator	4%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.12 Tamanho da propriedade rural

Quanto à variável tamanho da propriedade, 15% dos agricultores entrevistados declararam possuir uma área com menos de cinco hectares; a maioria (56%) declarou possuir uma área com tamanho variando entre 5 e 10 hectares, 21% informaram possuir área com tamanho entre 10 e 20 hectares, enquanto que 8% informaram possuir área com tamanho maior que 20 hectares. Se somados os agricultores que possuem área agrícola de até 10 hectares, chegaremos a 71% do total, evidenciando assim que, em sua maioria, os agricultores possuem área para o cultivo com tamanho pequeno (Tabela 26).

Tabela 26 - Tamanho da propriedade (área em hectares)

Classificação	Nº de proprietários	Percentual
Menos de cinco hectares	6	15%
De cinco a dez hectares	22	56%
De dez a vinte hectares	8	21%
Acima de vinte Hectares	3	8%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.13 Assistência Técnica

Quanto à assistência técnica, 31% declararam ser esta realizada pela COOFASULBA, igual percentual de agricultores informou que a CEPLAC é o órgão responsável por assisti-los, a EBDA presta assistência técnica para 18% dos entrevistados, porém 21% afirmaram não receber qualquer tipo de auxílio (Tabela 27).

Tabela 27 - Assistência técnica - Origem

Instituição	Nº de pessoas	Percentual
COOFASULBA	12	31%
CEPLAC	12	31%
EBDA	7	18%
Não recebe assistência técnica	8	21%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Quanto à qualidade da assistência técnica, 13% informaram ser de muito boa ou excelente qualidade e 18% mostraram-se parcialmente satisfeitos, classificando-a como regular (Tabela 28). No geral, os agricultores não apontaram mudanças tecnológicas nessa assistência recebida.

Tabela 28 - Avaliação da assistência técnica

Avaliação	Nº de pessoas	Percentual
Excelente	1	3%
Muito bom	4	10%
Bom	12	31%
Regular	7	18%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Não recebem	15	38%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.14 Produtos agrícolas cultivados

No que diz respeito, ao papel que exercem no processo produtivo, detentores de parques meios de produção, os agricultores familiares sintonizam-se com as articulações e mediações

delineadas pela COOFASULBA, principalmente no que diz respeito à diversificação agrícola, produzindo principalmente frutas nativas que outrora eram ignoradas enquanto geradoras de renda, uma vez que imperava a cultura do cacau como monopólio agroexportador disseminado e estimulado por órgãos federais. O cacau continua sendo o produto agrícola de maior importância regional incluindo na agricultura familiar, mas já se verifica os primeiros resultados do processo de diversificação agrícola. Verifica-se que 59% dos agricultores familiares declararam ter diversificado sua produção após a adesão ao PAA incentivados pela COOFASULBA. A garantia de que a produção será vendida é o fator que mais impulsiona essa diversificação, atrelado a uma conscientização crescente da importância em se produzir, livre de agrotóxicos e também da valorização dos produtos locais.

Apesar da crise vivenciada com vassoura-de-bruxa e a queda dos preços internacionais, o cacau é também a principal cultura empregadora na Bahia, seguida de perto pela mandioca e pelo feijão. Apenas quatro culturas – soja, feijão, milho e cacau – concentram 64% da área plantada total e somente três produtos – cacau, feijão e mandioca – são responsáveis por 56% da mão-de-obra. A crise e os seus efeitos apontam para um novo paradigma de desenvolvimento do processo produtivo para a região cacaueira que, simultaneamente à revitalização da lavoura, possa oferecer alternativas ao agronegócio, tais como implantação de sistemas agro-florestais, diversificação de cultivos, agro-industrialização e exploração do potencial conservacionista da cacaucultura, sob o aspecto ecológico ambiental (CEPLAC, 2009, p. 20).

O fato de, ao final do período de cada ano, os cooperados receberem um bônus pelo cacau entregue à COOFASULBA é apontado como sendo algo de grande importância, pois constitui-se de uma renda “extra”, nunca antes auferida pelos mesmos. Esse fator estimula a produção e, segundo os entrevistados, é motivo de orgulho e reconhecimento pelo seu trabalho durante todo o ano nas lavouras. Nas Tabelas 29 e 30 apresentamos tipos de produtos cultivados pelos agricultores entrevistados e a Tabela 31, os produzidos em Ilhéus respectivamente. Elas apresentam convergências entre os principais tipos de produtos cultivados.

Tabela 29 - Frequência (%) dos produtos cultivados nas áreas pesquisadas – em ordem alfabética

Produtos agrícolas	Estabelecimentos (%)
Abacate	12%
Abacaxi	24%
Abobora	8%
Acerola	4%

continua

Produtos agrícolas	Estabelecimentos (%)
Aipim	36%
Banana	72%
Batata	4%
Cacau	92%
Coco	20%
Cupuaçu	12%
Farinha	8%
Goiaba	4%
Graviola	4%
Hortaliças	4%
Laranja	8%
Limão	8%
Mamão	12%
Maracujá	8%
Melancia	4%
Piaçava	4%
Polpas de frutas	4%
Pupunha	4%
Seringa (Látex)	4%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Tabela 30 - Frequência (%) dos produtos cultivados nas áreas pesquisadas – em ordem decrescente

Produtos	Estabelecimentos (%)
Cacau	92%
Banana	72%
Aipim	36%
Abacaxi	24%
Coco	20%
Abacate	12%
Cupuaçu	12%
Mamão	12%
Abóbora	8%
Farinha de mandioca	8%
Laranja	8%
Limão	8%
Maracujá	8%

continua

Produtos	Estabelecimentos (%)
Acerola	4%
Batata	4%
Goiaba	4%
Graviola	4%
Hortaliças	4%
Melancia	4%
Piaçava	4%
Polpas de frutas	4%
Pupunha	4%
Seringa (Látex)	4%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Tabela 31 - Produção em toneladas (t) das principais culturas no município de Ilhéus-BA (2004-2009)

Cultura	Produção (t)					
	Ano					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacaxi	156	312	320	315	360	315
Banana	2.200	5.800	5.800	6.080	7.000	6.080
Borracha (látex coagulado)	1050	950	910	1.305	1.500	1.700
Cacau (em amêndoa)	8.069	8.987	9.152	10.033	9.881	9.698
Café (em côco)	345	345	345	360	375	375
Coco-da-baía	4.980	3.780	4.980	5.600	6.750	5.600
Dendê (coco)	135	135	135	160	100	160
Guaraná (semente)	...	2	...	...	...	...
Limão	543	...	...	...	...	...
Mamão	800	1.200	1.200	1.600	1.440	1.600
Mandioca	5.400	7.800	7.876	8.000	15.000	7.020
Maracujá	156	325	325	390	400	390
Milho (em grão)	12	12	15	15	28	15
Palmito	...	59	...	...	...	...
Pimenta-do-reino	2	2	9	20	30	20
Urucum (semente)	...	9	...	...	...	...

*produção em mil frutos

Fonte: IBGE/SEI 2004-2009

4.5.1.15 Transporte dos produtos cultivados

Uma das principais queixas dos agricultores foi em relação aos meios de transportes utilizados para escoar os produtos cultivados. Dos entrevistados, 62% informaram utilizar os ônibus coletivos como meio de transporte. Isso gera grande desconforto e transtorno, pois, além de não ser o mais apropriado, esses ônibus possuem pouco espaço para levar mercadoria, o que é um fator limitante para os agricultores, e também possuem horários fixos, o que torna os agricultores dependentes quanto a isto. Daqueles, 15% declararam utilizar carro próprio ou da família, outros 15% utilizam carros de particulares que cobram um valor por este tipo de serviço e apenas 8% declararam utilizar o transporte da associação – neste caso apenas algumas associações que dispõem de veículos (Tabela 32).

Tabela 32 - Meio de transporte utilizado na entrega/comercialização dos produtos

Meio de transporte	Nº de pessoas	Percentual
Carro próprio	6	15%
Carro fretado	6	15%
Ônibus	24	62%
Transporte da associação	3	8%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.16 Local de comercialização dos produtos antes da adesão ao PAA

O papel desempenhado pelo PAA na comercialização dos produtos é um dos aspectos citados como dos mais positivos. Isso se justifica melhor quando analisamos as respostas obtidas da questão sobre onde os agricultores familiares comercializavam seus produtos agrícolas antes do PAA (Tabela 33).

Tabela 33 – Local de comercialização dos produtos anteriormente ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Comercialização dos produtos	Nº de pessoas	Percentual
Armazém	1	3%
Atravessador	4	10%
Feira	34	87%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Dentre os entrevistados, 3% informaram vendê-los diretamente a armazéns, 10% disseram comercializar com “atravessadores,”¹² fato que, em geral, faz com que o produto seja vendido a um preço abaixo do preço de mercado, mas que, diante da dificuldade com os meios de transporte existentes na região, acabava sendo comum, pois evitava que os agricultores fizessem o deslocamento até a cidade para comercializá-los. Porém, a grande maioria dos agricultores declarou comercializar seus produtos em feiras livres (87%), em troca de uma comercialização direta na tentativa de auferir uma receita maior; esses agricultores realizavam uma verdadeira jornada, pois tinham que acordar ainda muito cedo para transportar os seus produtos da zona rural para a zona urbana, na dependência do horário do transporte coletivo – a maioria conforme item anterior – e passavam o dia inteiro nas feiras livres ofertando seus produtos e dependendo da demanda existente; ao final do dia, eram obrigados a saírem mais cedo das feiras, pois o transporte coletivo possui um horário determinado pelas empresas e quando esses agricultores não conseguiam vender o total dos produtos, em geral, perdiam as sobras por tratar-se em grande parte de produtos perecíveis. Portanto a garantia da compra dos seus produtos através do PAA é apontada pelos agricultores como um dos aspectos mais positivos deste programa.

4.5.1.17 Entrega/Comercialização dos produtos

Dentre os entrevistados, 64% informaram que sua produção agrícola é entregue na totalidade à COOFASULBA, enquanto 36% admitem comercializar produtos também com outras empresas (Tabela 34). Estes números são significativos, pois evidenciam que a cooperativa tem papel importante na comercialização dos produtos agropecuários de seus associados. Vale ressaltar, que entre os que declararam comercializar produtos também com outras empresas, restringi-se quase que exclusivamente a commodity cacau. Isto foi verificado em conversas com os agricultores.

¹² Pessoas que compram os produtos diretamente na zona rural para revendê-los na cidade.

Tabela 34 - Entrega/Comercialização dos produtos

Entrega dos produtos	Nº de pessoas	Percentual
Apenas a COOFASULBA	25	64%
COOFASULBA e outros	6	15%
Outros	8	21%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.18 Tempo de adesão ao PAA

Em relação desde quando aderiram ao PAA, 15% afirmam inserir-se desde o início, em 2006, já 28% aderiram no período anterior, correspondente a quatro a seis anos, enquanto 49% o fazem desde um período anterior, que varia entre um a três anos, e apenas 8% aderiram há menos de um ano (Tabela 35). Registra-se que a maior adesão ocorreu no período posterior aos dois primeiros anos de instalação do programa, o que se justifica em parte pela “desconfiança inicial” que foi superada após a constatação dos primeiros resultados positivos, o que fez com que a comunicação fosse feita a partir dos próprios agricultores beneficiados que se articularam com a cooperativa nesta função.

Tabela 35 - Tempo de adesão do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Classificação	Nº de pessoas	Percentual
Menos de um ano	3	8%
De um a três anos	19	49%
De quatro a seis anos	11	28%
Acima de seis anos	6	15%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.19 Comunicação / Nível de conhecimento sobre o PAA

Esta variável foi muito importante na operacionalização do PAA no período de sua implantação, pois é uma das principais responsáveis pelo número de agricultores que passaram a conhecer a aderir ao programa, desde as etapas iniciais necessárias à sua execução. Evidencia os canais de divulgação do PAA no município e o nível de conhecimento que os agricultores familiares possuem sobre o programa

A maioria dos agricultores auscultados na pesquisa informou que a divulgação sobre o PAA foi realizada diretamente através da COOFASULBA (77%) ou por algum vizinho que tomou conhecimento através da COOFASULBA (21%), apenas 3% declarou ter recebido informações através da CEPLAC (Tabela 36).

Tabela 36 - Fonte de conhecimento/informação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Conhecimento sobre o PAA	Nº de pessoas	Percentual
COOFASULBA	30	77%
CEPLAC	1	3%
Outros agricultores	8	21%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Este fato reforça a importância do pioneirismo dessa cooperativa no que diz respeito à implantação do PAA no município de Ilhéus, e também para os agricultores familiares de maneira geral. De acordo com os agricultores entrevistados, em consonância com a diretoria da cooperativa, realiza-se sempre, na primeira quarta-feira de cada mês, uma reunião ordinária na sede da cooperativa, com a participação de todos os presidentes das associações que são filiadas à COOFASULBA. Segundo ambos os segmentos auscultados sobre essa temática, a frequência é muito alta - estimou-se em mais de 80% nas visitas realizadas nestas reuniões - desde a criação da cooperativa, sendo que os presentes nestas reuniões se encarregam de repassar o que é discutido e deliberado para os seus pares. Ainda de acordo com a diretoria da cooperativa, a frequência de agricultores de forma individual ou coletiva é muito boa na sede da cooperativa semanalmente, fato que também auxilia na comunicação entre os associados. Por outro lado, esses dados expõem a fragilidade das demais instituições – municipais, estaduais e federais – envolvidas na rede local quanto à comunicação com os agricultores familiares no município, destacando-se negativamente a comunicação feita pelo poder público municipal. Os agricultores, na sua grande maioria, declararam possuir um conhecimento básico sobre o PAA, sem aprofundar no que diz respeito à sua execução, porém acreditam e acham importante o fato de os alimentos poderem ser distribuídos a pessoas e instituições que precisam.

4.5.1.20 Avaliação do PAA

Com a finalidade de captar a percepção dos agricultores familiares pesquisados sobre o PAA de uma maneira mais específica, indagou-se quais os fatores mais positivos e os mais negativos - os que precisariam ser melhorados. Neste quesito, admitiu-se mais de uma resposta por agricultor (Tabela 37).

Tabela 37 - Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Avaliação	Nº de pessoas	Percentual
Excelente	15	38%
Muito bom	13	33%
Bom	11	28%
Regular	0	0%
Ruim	0	0%
Péssimo	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.21 Aspectos mais positivos

Entre os aspectos mais positivos, foram elencados: a facilidade para comercialização dos produtos é citada por 64% dos entrevistados, seguida pelo aumento e garantia da renda, citado por 23% dos agricultores. O PAA como política pública de auxílio à população do campo é apontado por 8% dos agricultores familiares; e o fornecimento de alimentos para a população carente é lembrado por 5% do universo amostral (Tabela 38).

Tabela 38 - Aspectos mais positivos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Aspectos positivos	Nº de pessoas	Percentual
Comercialização do produto	25	64%
Garantia de renda para a família	6	15%
Aumento da renda	3	8%
Ajuda a população do campo	3	8%
Fornecer alimentos para a população carente	2	5%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Esses dados evidenciam que os agricultores familiares auscultados identificam com clareza os objetivos fins do PAA que liga dois pontos; de um lado, a agricultura familiar com o apoio na comercialização dos produtos e a geração e incremento de renda; e do outro, a população com déficit nutricional.

4.5.1.22 Aspectos mais negativos

Por outro lado, dentre os aspectos mais negativos, identificou-se os baixos preços pagos pelos produtos adquiridos através do PAA (41%). A assistência técnica deficiente é apontada por 28% dos agricultores, seguida de dificuldade para transportar os produtos (18%) e a baixa cota para compra dos produtos (5%), e por fim a ausência de cursos técnicos é apontada por 3% dos entrevistados; 5% declararam não perceber algo de negativo no programa (Tabela 39)

Tabela 39 - Aspectos mais negativos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Aspectos positivos	Nº de pessoas	Percentual
Assistência técnica	11	28%
Ausência de cursos técnicos	1	3%
Baixo preço dos produtos	16	41%
Cotas de compra	2	5%
Transporte dos produtos	7	18%
Nenhum	2	5%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Um aspecto interessante apontado nesse quesito é o fato de que, dentre respostas obtidas, relacionam-se: dificuldade para transportar os produtos; ausência de cursos técnicos e a assistência técnica deficiente, ou seja, questões que não são objetivos propostos diretamente pelo PAA, mas sim pela COOFASULBA, em resposta a demandas dos cooperados. Isso demonstra que os agricultores, muitas vezes, confundem o papel do PAA com o papel da COOFASULBA, mas, ao mesmo tempo, traz à tona a preocupação com os agricultores quanto à qualificação da produção (assistência técnica e cursos técnicos) e ratifica o desejo em ampliar sua participação no PAA (cota de comercialização).

4.5.1.23 Mudanças nos preços dos produtos após a adesão ao PAA

No quesito anterior, quando questionados sobre quais são os fatores mais negativos do PAA, os baixos preços pagos pelos produtos adquiridos através do PAA são apontados como o aspecto mais negativo para 41% dos entrevistados; porém, quando em questão que admitia resposta única, inquiridos sobre se perceberam mudanças nos preços dos produtos comercializados após a adesão ao PAA, 36% disseram que perceberam mudanças negativas nos preços, já para 41%, os preços melhoraram, ao passo que 23% declararam não perceber mudança alguma (Tabela 40).

Tabela 40 - Mudança de preços dos produtos

Mudança nos preços	Nº de pessoas	Percentual
Menor com o PAA	14	36%
Igual	9	23%
Maior com o PAA	16	41%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Essa contradição foi dirimida em diálogos com os agricultores, quando se percebeu que o fato de informarem que o preço é um aspecto negativo é mais em função de um desejo de melhoria (elevação dos preços pagos), do que uma diminuição real dos preços pagos pelos produtos, uma vez que dados dos preços desses produtos comercializados nos mercados tradicionais apresentam-se, na maioria, inferiores aos pagos pelo PAA conforme (Tabelas 35 e 36), porém ocorrem casos em que os preços pagos pelo PAA são inferiores aos do mercado tradicional, muitas vezes em decorrência de flutuações de mercado provocados por sazonalidades de produção.

4.5.1.24 Diversificação da produção agrícola após adesão do programa de aquisição de alimentos – PAA

De acordo com os agricultores familiares entrevistados, 59% afirmaram que diversificaram sua produção agrícola após a adesão ao PAA enquanto 41% disseram não ter diversificado. É importante notar que, dentre os agricultores que afirmaram não ter diversificado sua produção, existem aqueles que já possuíam uma produção ainda que pequena, mas relativamente diversificada (Tabela 41).

Tabela 41 - Diversificação da produção agrícola após adesão do programa de aquisição de alimentos - PAA

Após adesão do PAA	Nº de pessoas	Percentual
Diversificou a produção	23	59%
Não diversificou	16	41%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.1.25 Capital Social

As relações de confiança ampliam a capacidade de ação da coletividade, além de facilitar e otimizar o uso de recursos socioeconômicos e humanos (Coleman, 1994). A confiança social, segundo Putnam, não é parte da definição do capital social, mas uma característica do conceito de capital social, possui duas fontes: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação (Putnam, 2001).

De uma forma bem genérica, a noção de capital social corresponde a um conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presente nas redes sociais formais e informais desenvolvidas pelos indivíduos e grupos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos. Com esta visão, busca-se dar ênfase à ideia de que a dimensão político-social se sobrepõe à dimensão econômica, relativizando a força desta. A noção de capital social é, portanto, estabelecida pela sua função, incorporando uma variedade de relações presentes na estrutura social, que facilitam ações dos indivíduos e grupos participantes dessa estrutura (LIMA NETO, 2007, p. 45).

Bebbington (1999) ainda enfatiza que é nesse sentido que acesso e capital social são elementos centrais do esquema de análise, por servirem como conceito para analisar as relações e as transações entre os membros de uma família rural(rural *household*) e outros atores -relações mediadas pela lógica do Estado, do mercado e da sociedade civil.

O PAA apresenta arranjos institucionais que confluem à promoção de um capital social que permite a interação entre atores de diversas esferas (Estado, sociedade civil e mercado) que atuam em distintas escalas (local, municipal, regional, nacional). Afinal, muitas modalidades do programa exigem a organização social dos agricultores para sua execução, mobilizando um vasto conjunto de atores. Cada uma dessas esferas e escalas tem sua própria lógica e influencia de modo particular a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais. Portanto, acessar e interagir com essas diferentes esferas e escalas é de extrema relevância para a agricultura familiar. Observa-se que o acesso de associações/cooperativas ao PAA e o envolvimento destas com outras instituições têm contribuído para o seu próprio fortalecimento. As associações/cooperativas passam a ter maior conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, assim como constroem um capital social que lhes concede maior reconhecimento social,

político e econômico, permitindo o acesso a outros recursos fundamentais (GRISA *et al.*, 2011, p. 38).

Para obter um conjunto de dados no sentido de analisar a existência e, ou o a intensidade do capital social na rede que engloba a COOFASULBA, foi feita uma série de questões com indicadores para auferir os níveis de confiança e participação dos cooperados na rede. As questões são as apresentadas a seguir.

4.5.2 Avaliação do papel da COOFASULBA para agricultura familiar em Ilhéus

Uma questão-chave para entender o papel que a COOFASULBA exerce na agricultura familiar em Ilhéus é analisar a avaliação que os agricultores cooperados fazem da mesma em termos de importância e também do papel que ela exerce junto a essa categoria.

Dos agricultores, 67% afirmaram ser a COOFASULBA muito importante para a agricultura familiar em Ilhéus, que, somados aos 18% que declararam sê-la importante, obtêm-se um nível de aprovação equivalente a 85%, número bastante expressivo; 10% declararam que a cooperativa possui uma importância descrita como regular e apenas 5% disseram que é de pouca importância. Não houve registro de agricultores que a classificassem como sem importância (Tabela 42).

Tabela 42 - Nível de importância da COOFASULBA para a agricultura familiar de Ilhéus

Nível de importância	Nº de pessoas	Percentual
Muito importante	26	67%
Importante	7	18%
Regular	4	10%
Pouco importante	2	5%
Não tem importância	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.2.1 Maior Contribuição da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus

Dentre os agricultores familiares pesquisados, 67% afirmaram que a maior contribuição da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus é justamente o

fortalecimento da agricultura familiar, 23% expõem ser o auxílio na comercialização dos produtos o fator de maior contribuição da cooperativa; 8% revelam ser o auxílio na adesão ao PAA (também ligado a comercialização) o fator mais importante desempenhado pela COOFASULBA e 3% informou ser a geração de emprego esse fator (Tabela 43).

Tabela 43 - Contribuição da COOFASULBA na agricultura familiar de Ilhéus

Contribuição	Nº de pessoas	Percentual
Ajuda na adesão do PAA	3	8%
Fortalecimento da agricultura familiar na região	18	46%
Comercialização dos produtos	9	23%
Apoio ao pequeno agricultor	8	21%
Geração de emprego	1	3%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.2.2 Instituição de maior importância para a agricultura familiar em Ilhéus

Quando questionados sobre qual instituição possui maior importância para a agricultura familiar em Ilhéus, 84% dos entrevistados revelaram ser a COOFASULBA (dado equivalente ao obtido nas respostas sobre a importância da COOFASULBA para agricultura familiar 85%), seguida pela CEPLAC (órgão federal) e pelo EBDA (órgão estadual), ambos com 8% de aprovação (Tabela 44).

Tabela 44 - Instituição de maior relevância para agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Nº de pessoas	Percentual
CEPLAC	5	8%
COOFASULBA	30	84%
EBDA	4	8%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Esses dados evidenciam o alto nível de importância da COOFASULBA para agricultura familiar em Ilhéus, principalmente se comparados com a importância dada à CEPLAC pelos agricultores. Percebe-se que os agricultores identificam-se de fato com a instituição que lhes presta serviços de forma direta e mais intensamente, pois a CEPLAC –

instituição de pesquisa e extensão e que possuía um setor de ensino – outrora de maior importância regional foi criada com o objetivo claro de auxiliar a média e a grande propriedade rural na lavoura cacaueteira voltada para produção monocultora exportadora, relegando assim atenção e apoio à agricultura familiar. Esse quadro parece ter mudado, pelo menos para os agricultores familiares.

Tomando as instituições como variável independente, investigamos empiricamente como a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos. Depois tomando as instituições como uma variável dependente, examinamos como o desempenho institucional é condicionado pela história (PUTNAM, 2000, p. 24).

4.5.2.3 Filiação em partido político

Um aspecto importante apontado nesta pesquisa refere-se a filiação dos agricultores. Dentre os agricultores, 57% declararam possuir filiação partidária, sendo que, desses, 21% informaram possuir filiação partidária num período compreendido entre 1 e 5 anos; 36% informaram ser filiados há mais de 5 anos. Desse universo amostral, 43% não possuem filiação partidária (Tabela 45).

Tabela 45 - Filiação em algum partido político

Tempo de participação	Percentual
Menos de 1 ano	0%
Entre 1 e 5 anos	21%
Mais de 5 anos	36%
Não participa	43%
Total	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Durante as entrevistas e também nas visitas realizadas às associações e à sede da COOFASULBA, percebeu-se que, independente da nuance ideológica partidária, as ideias e opiniões convergem quando se trata de interesse comum. Em uma das oportunidades, presenciou-se um ato político público que exigia providências do governo e mudanças nas políticas de comercialização do cacau. Este ato foi realizado por organizações regionais que protestavam contra a importação do cacau vindo da África, encontravam-se no mesmo local políticos regionais dos mais diversos partidos, grandes fazendeiros, assentados rurais e

agricultores familiares de um modo geral. As questões partidárias acabam ficando para segundo plano em relação às questões de políticas públicas.

Uma consequência importante dessa tendência para a política regional é que a hostilidade partidária deixou de ser um obstáculo à contemporização no tocante a questões práticas. Corrobora essa conclusão o fato de o estilo ideológico de fazer política ter entrado em decadência nessas duas décadas. Os políticos regionais já não vêem o mundo somente em preto e branco, mas em tonalidades mais acinzentadas (e mais possíveis de negociação) (PUTNAM, 2000 p. 47).

4.5.2.4 Participação em associações comunitárias ou religiosas

Ainda em relação à participação, 100% dos entrevistados informaram participar de alguma associação comunitária ou religiosa subdividindo-se quanto à frequência e intensidade de participação, onde 23% afirmam participar de todas as atividades totalmente; 33% afirmam participar com muita frequência; e 44% afirmam participar pouco (Tabela 46).

Tabela 46 - Nível de participação em atividades religiosas ou comunitárias

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Participa ativamente	9	23%
Participa muito	13	33%
Participa parcialmente	17	44%
Não participa	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Nas análises a partir das informações obtidas em conversas informais, constatou-se que a maior frequência é em relação às associações das quais fazem parte enquanto agricultores familiares associados.

4.5.2.5 Nível de confiança na reciprocidade entre vizinhos

Para Abramovay (2000), capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que “as soluções privadas nem sempre funcionam” (MANKIW, 1998) e que, por seus interesses imediatos, os agentes sociais teriam, diante da cooperação, uma conduta de caráter oportunista. Para ilustrar seu raciocínio, Putnam (1993/1996, p. 173) cita David Hume:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua.

A relação entre os conceitos de confiança e capital social e a concepção de desenvolvimento territorial é imediata a partir da constatação de que os níveis de confiança e capital social variam em termos espaciais, conforme a diversidade regional e territorial existente (CUNHA, 2000).

Este tópico serviu para avaliar o nível de confiança que os agricultores possuem nas instituições e entre si. Quando indagados se confiariam na ajuda mútua (troca de favores) entre ele e os vizinhos, ou seja, se haveria reciprocidade por parte dos vizinhos, em favores prestados por eles, 59% dos entrevistados afirmaram confiar totalmente que haveria reciprocidade; 21% disseram confiar muito na reciprocidade, e 13% declararam confiar pouco. Apenas 8% informaram não confiar na reciprocidade (Tabela 47).

Tabela 47 - Nível de confiança na reciprocidade de ajuda dos vizinhos (troca de favores)

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Confia totalmente	23	59%
Confia muito	8	21%
Confia pouco	5	13%
Não confia	3	8%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

A pesquisa de campo permitiu perceber que, mesmo entre os que possuem pouca ou nenhuma confiança na reciprocidade individual de tarefas, mudam de ideia quando se trata de ajuda mútua realizada pelas associações ou mesmo pela COOFASULBA. Em algumas reuniões de associações, foi detectado que 100% dos presentes se comprometiam na realização de mutirões para melhoria de estradas (nesse caso um bem público não excludente, e coletivo), como para atividades em áreas particulares dos associados.

Esse aspecto evidencia a COOFASULBA e as associações comunitárias como vetores de fomento ao fortalecimento do capital social existente. A identificação da cooperativa e das associações como espécie de avalistas deste capital vem formando-se lentamente, malgrado a

cultura individualista, característica marcante da história socioeconômica da região cacauzeira do sul do estado da Bahia.

4.5.2.6 Nível de confiança na COOFASULBA

Quando inquiridos sobre o nível de confiança que possuem na COOFASULBA, observou-se que, para 87% dos agricultores familiares entrevistados, declarou possuir total confiança na cooperativa, enquanto que 10% disseram confiar muito, ou seja, somando-se esses dois níveis de confiança, alcança a COOFASULBA um percentual expressivo de 97% de confiança; apenas um entrevistado afirmou confiar pouco na cooperativa e não houve quem manifestasse falta de confiança na atuação da cooperativa junto aos cooperados (Tabela 48).

Tabela 48 - Nível de confiança dos agricultores familiares associados na COOFASULBA.

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Totalmente	34	87%
Muito	4	10%
Pouco	1	3%
Não confia	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.2.7 Nível de confiança nos governos Municipal, Estadual e Federal

Fundamental para a análise do ambiente político institucional é o nível de confiança que os atores sociais possuem nos governos. Quando questionados sobre esta temática, os agricultores familiares demonstraram que o nível de confiança é maior no governo federal e menor no governo municipal, estando o governo estadual no estágio intermediário.

Sobre o governo municipal, apenas 8% dos entrevistados declarou confiar totalmente no governo municipal; 15% dizem confiar muito, totalizando 23% de aprovação; para 41% dos agricultores, o nível de confiança no governo municipal é classificado como de pouca confiança, e 36% não confiam (Tabela 49).

Tabela 49 - Nível de confiança no Governo Municipal

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Confia totalmente	3	8%
Confia muito	6	15%
Confia pouco	16	41%
Não confia	14	36%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

No que tange ao governo estadual, 10% afirmaram confiar totalmente e 13% dizem confiar muito, atingindo a soma de 23% de aceitação, igualando-se a aprovação do governo municipal, porém com uma rejeição total menor, 18%; 59% afirmaram confiar pouco no governo estadual (Tabela 50).

Tabela 50 - Nível de confiança no Governo Estadual

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Confia totalmente	4	10%
Confia muito	5	13%
Confia pouco	23	59%
Não confia	7	18%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Em relação ao nível de confiança no governo federal, 51% dos entrevistados disseram confiar totalmente em suas ações; 33% afirmaram confiar muito, atingindo assim o governo federal um índice de confiança de 84%; possui também a menor rejeição total, 5%; 10% disseram confiar pouco (Tabela 51).

Tabela 51 - Nível de confiança no Governo Federal

Nível de Confiança	Nº de pessoas	Percentual
Totalmente	20	51%
Muito	13	33%
Pouco	4	10%
Não confia	2	5%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Esses dados revelam um fato interessante, pois as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), no período no qual as entrevistas foram realizadas, eram administradas pelo mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), portanto, concluiu-se que os entrevistados tenderam a confiar mais na esfera governamental que mais atua em políticas públicas e ações para sua categoria.

Inversamente ao nível de confiança atribuído à instituição que julgam mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus, no caso estudado, sobre a COOFASULBA, uma instituição local, portanto mais próxima em termos geográficos, o nível de confiança no governo federal, o mais distante geograficamente falando - mas o mais próximo em termos de ações - parece corroborar com a ideia de que, para os agricultores familiares pesquisados, importam muito mais as ações desempenhadas que os níveis de proximidades geográficas.

4.5.2.8 Instituição em que os agricultores familiares associados a COOFASULBA mais confiam

As respostas obtidas neste quesito reforçam a ideia de que os agricultores familiares entrevistados se identificam mais com as instituições que estão mais próximas em termos de ações e resultados; no caso de Ilhéus, a COOFASULBA alcançou 79,5% de preferência dos agricultores familiares, seguida pela CEPLAC 12,8% e da EBDA com 7,7% (ambas com ações de assistência técnica (Tabela 52).

Tabela 52 - Instituição em que os agricultores familiares associados a COOFASULBA mais confiam

Instituição	Nº de pessoas	Percentual
COOFASULBA	31	79,5%
CEPLAC	5	12,8%
EBDA	3	7,7%
Total	39	100,0%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Durante a pesquisa, identificou-se claramente que, para os agricultores familiares cooperados, o trabalho que a COOFASULBA realiza no que diz respeito à assistência técnica, auxílio na comercialização, diversificação e verticalização da produção, além de auxílio em questões burocráticas, faz com que haja um estreitamento nas relações institucionais baseadas na confiança mútua, o que tem favorecido o fortalecimento do capital social entre os

cooperados, pois a COOFASULBA serve de referencial para eles no que diz respeito à concretização das ações a que se predispõe.

4.5.2.9 Avaliação da sua situação enquanto agricultor familiar

Não foi objeto de estudo tampouco pretensão desta pesquisa tentar mensurar o nível de felicidade dos agricultores familiares auscultados, porém, durante o período em que o autor esteve em contato com os mesmos, surgiu a ideia de argui-los sobre sua percepção enquanto sua condição de agricultor familiar. Dessa forma, elaborou-se a seguinte questão: O senhor(a) sente-se feliz na condição de agricultor(a) familiar? Nesta questão, admitiu-se uma resposta aberta, com o intuito de oportunizar aos mesmos discorrer sobre seu passado, presente e futuro.

O termo felicidade pode ser associado a muitos conceitos e noções, tornando o objetivo de especificá-lo de forma consistente e abrangente, uma tarefa muito trabalhosa de ser levada a cabo. Nosso foco aqui é na apreciação individual da vida como um todo. Veenhoven (1997) define: “Happiness is the degree to which a person evaluates the overall quality of his present life-as-a-whole satisfaction. In other words, how much the person likes the life he/she leads.” Não utilizamos o termo para caracterizar a satisfação em relação a eventos específicos da vida, mas sim a vida como um todo. Ele cobre o passado, o presente e o futuro, através da antecipação da apreciação de experiências futuras, sendo que às experiências vividas em períodos diferentes podem ser atribuídos pesos diferentes dentro da avaliação. Partimos do princípio que o bem-estar humano é composto por duas dimensões básicas: a dimensão objetiva e a subjetiva. A dimensão objetiva é aquela passível de ser publicamente apurada, observada e medida por fora, e que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, criminalidade, etc. A dimensão subjetiva consiste na experiência interna de cada indivíduo, isto é, tudo aquilo que passa em sua mente de forma espontânea, que ele sente e pensa sobre a vida que tem levado. [...] A felicidade é algo que está num campo de intersecção entre estas duas dimensões do bem-estar (CORBI; MENEZES, 2004, p. 1-2).

Esta foi a única questão em que 100% dos entrevistados revelaram resposta de maneira afirmativa (Tabela 53).

Tabela 53 - Felicidade em ser agricultor

Sente-se feliz em ser agricultor familiar	Nº de pessoas	Percentual
Sim	39	100%
Não	0	0%
Total	39	100%

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Chamou-nos atenção o fato, não, de responderem de maneira afirmativa na sua totalidade, mas sim, por espontaneamente discorrerem sobre os motivos que os fazem felizes, e na maioria dos casos emocionavam-se, nos seus relatos, que vão desde: “*alguma segurança econômica*”, ainda que mínima no período presente, segundo os mesmos, principalmente quando comparadas à situação atual, a um passado recente marcado por dificuldades, sofrimentos, angústias e inseguranças.

Mas também chamou-nos atenção outros motivos geradores de felicidade, segundo os mesmos, como: *a forte ligação com a terra; a tradição familiar na agricultura; a tranquilidade de viver no campo; o fato de não precisar “trabalhar para ninguém”; ser uma profissão digna etc.*

Essa questão permitiu refletir que a felicidade para estes agricultores constitui-se de um conjunto de fatores que é muito maior do que apenas a variável econômica, embora, certamente a garantia de uma renda, ainda que mínima, tenha um impacto extremamente positivo nas vidas dessas pessoas. Esses agricultores familiares demonstram manter viva a tradição familiar do campo e um orgulho quanto a sua situação enquanto agricultor familiar, uma percepção que pode divergir da maioria das pessoas que possuem um olhar distante de sua realidade.

4.5.2.10 Permanência dos filhos na agricultura familiar

Quanto à permanência ou não dos seus descendentes na agricultura familiar, a saída dos filhos desses agricultores familiares do campo rumo à cidade é um traço característico nos entrevistados. A vontade manifestada de viver no meio urbano pode constituir-se em ameaça à continuidade da tradição familiar na agricultura, caso não sejam implementadas políticas para assegurar a fixação dessas pessoas no meio rural. A maioria, 85%, não acredita que os filhos seguirão essas atividades desenvolvidas por eles (Tabela 54). Este dado contrasta com a questão anterior sobre a “felicidade em ser agricultor”.

Tabela 54 - Permanência dos filhos na agricultura familiar

Os filhos continuarão na agricultura?	Nº de pessoas	Percentual
Sim	6	15%
Não	33	85%
Total	100%	Total

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Relatos de entrevistados apontam o desejo de que os filhos consigam uma “*vida melhor*”. A lembrança das dificuldades passadas pela família e do desemprego é viva na memória desses agricultores.

O fenômeno do desemprego exerce forte pressão sobre o imaginário dessa população, atingida por esta chaga que marca profundamente a existência; permeia-se pela incerteza, angústia, ansiedade e sofrimento. É um fantasma que debilita e aterroriza corpo e mente do trabalhador desocupado, gesta a “síndrome da inutilidade ou incapacidade”, precursora da dependência e subserviência aos detentores do poder econômico e político, pois a conscientização do povo representa obstáculo à dominação capitalista.

O contexto não é favorável e a tendência dominante no contexto brasileiro ainda é o êxodo rural ou a desagregação da produção familiar, o envelhecimento e a evasão dos jovens. Não é questão, portanto, de desenhar um quadro excessivamente otimista. Mas isso faz com que os intermediários, sobretudo as ONGs, sejam ainda mais importantes na luta para criar condições institucionais que permitam uma reestruturação desse segmento (WILKINSON, 1999, p.8).

Sobre a permanência das famílias dos agricultores familiares no campo, portanto na tradição agrícola de maneira sustentável e com inclusão social, o CONSEA afirma:

A criação de condições para a permanência das famílias rurais no campo e, simultaneamente, as contribuições da agricultura familiar para a SAN são elementos de grande repercussão social e ambiental. Para que isso ocorra, faz-se necessário um vigoroso processo de transição para um modelo de desenvolvimento rural fundamentado na valorização do patrimônio natural de nosso território e no aproveitamento da capacidade de trabalho e da criatividade da agricultura familiar. A agricultura realizada em unidades familiares é também a que melhor proporciona a conservação e o manejo da biodiversidade (CONSEA, 2004, p. 27).

4.5.3 Instituições Beneficiárias

Uma camada especialmente interessada na realização do PAA é a das instituições beneficiárias locais, pois é através deste programa que ocorre uma possibilidade de adquirir alimentos de qualidade de forma gratuita, mediante as doações recebidas. Buscou-se captar a percepção destas instituições sobre o PAA e a COOFASULBA.

Quanto ao tipo de instituição, optou-se por entrevistar uma amostra diversificada de estabelecimentos composta por instituições religiosas, creches, associações comunitárias e escolas. São elas: **Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus; Associação Ilheense**

de Assistência a Menores; Centro Educacional Menor do Futuro; Educandário Dona Cordolina Loup Reis; Projeto Bom Pastor e Sociedade São Vicente de Paulo.

4.5.3.1 Sobre a divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA em Ilhéus

Do Quadro 13, depreende-se que as entidades beneficiadas pela COOFASULBA tomaram conhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos em Ilhéus das mais variadas formas, e em diferentes graus de informação. Pressupõe-se, a partir das respostas, um elevado grau de desconhecimento do escopo do PAA-Ilhéus, o que demonstra a necessidade de maior divulgação do Programa pelos seus executores.

Quadro 13- Fonte de conhecimento/informação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Soube por algumas pessoas, que recomendaram fazer uma visita à Diretoria do COOFASULBA.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Através de outra instituição.
Casa Da Criança	Através de outra instituição.
Centro Educacional Menor do Futuro	Propaganda do Governo Federal.
Educandário Dona CordolinaLoup Reis	Através da COOFASULBA.
Projeto Bom Pastor	Fui convidada pelo programa (PAA).
Sociedade São Vicente de Paulo	Quando assumi o cargo já encontrei o programa e acredito que há anos a instituição vem sendo beneficiada.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.2 Nível de conhecimento das instituições sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Quadro 14, mostra uma incoerência com as respostas obtidas no Quadro 13 anterior, uma vez que as respostas mostram um elevado grau de discrepância das conversas informais mantidas junto aos entrevistados, que demonstram que o conhecimento acerca do PAA-Ilhéus resume-se em possuir uma informação superficial, de que o PAA-Ilhéus tão somente adquire os alimentos e faz a doação.

Quadro 14 - Nível de conhecimento que sua instituição tem sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Alto
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Regular
Casa Da Criança	Alto
Centro Educacional Menor Do Futuro	Alto
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Regular
Projeto Bom Pastor	Regular
Sociedade São Vicente de Paulo	Alto

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.3 Fatores que levaram a criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus

Da análise do Quadro 15, infere-se que as instituições beneficiárias e respondentes do questionário atribuem a criação do PAA em Ilhéus, como uma resposta aos anseios dos agricultores familiares, não só como incentivo, mas também como parte da solução dos problemas advindos da *débâcle* da cacauicultura. Para mais além, informam que o PAA-Ilhéus oferece produtos alimentícios de qualidade comprovada.

Quadro 15 - Motivos que levaram à criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus, segundo as instituições beneficiárias.

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Ilhéus é hoje um grande bolsão de pobreza, onde a desnutrição é um foco a ser combatido.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	A produtividade da região aliado a carência dos pequenos produtores de orientação.
Casa Da Criança	O motivo maior foi em ajudar aos pequenos agricultores e em incentivá-los ao plantio, como também dá o suporte as Instituições para suprir a carência alimentar.
Centro Educacional Menor Do Futuro	A pobreza da região com a queda do cacau e falta de comércio do produto para os pequenos produtores.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	A necessidade de melhorar a qualidade de vida das crianças nas Instituições de Ensino, a partir de uma alimentação de qualidade.
Projeto Bom Pastor	Incentivo aos pequenos agricultores.
Sociedade São Vicente de Paulo	A credibilidade do homem da terra em fazer acontecer.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.4 Sobre os objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Depreende-se, do Quadro 16, que os entrevistados acreditam que o principal objetivo do PAA em Ilhéus é, na verdade, um objetivo duplo: Política Pública para a Agricultura Familiar e Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, os entrevistados possuem o conhecimento sobre os objetivos básicos propostos pelo PAA, que são ligar a agricultura familiar à questão da segurança alimentar. De maneira geral, compreendem-no também como uma forma de combate à pobreza e miséria – em especial a ausência de alimentos à mesa para as camadas mais desprotegidas da população – além de ocupar o vazio ocasionado pelo declínio da lavoura cacaueteira sulbaiana.

Quadro 16 - Opinião sobre qual o principal objetivo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Política Pública para a agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Política Pública para a agricultura familiar.
Casa Da Criança	Política Pública para a agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional.
Centro Educacional Menor Do Futuro	Política Pública para a agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Política Pública para a agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional.
Projeto Bom Pastor	Política Pública para a agricultura familiar
Sociedade São Vicente de Paulo	Política Pública para a agricultura familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.5 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

De uma maneira geral, as instituições beneficiárias avaliaram positivamente o PAA, atribuindo-lhes predominantemente conceitos que se concentraram na alternativa muito bom; uma instituição o classificou como excelente; e igualmente uma classificou como regular (Quadro 17).

Quadro 17 - Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito bom
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito bom
Casa da Criança	Muito bom
Centro Educacional Menor do Futuro	Muito bom
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Muito bom
Projeto Bom Pastor	Regular
Sociedade São Vicente de Paulo	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.6 A importância do programa de aquisição de alimentos – PAA para as instituições beneficiárias

Quando questionados sobre a importância do PAA para suas respectivas instituições, os entrevistados o classificaram predominantemente com conceitos que variam entre importante e muito importante. A análise dos Quadros 18 e 19, por serem questões que se relacionam de forma íntima, avalia o PAA-Ilhéus de maneira inequívoca, demonstrando o Programa para o Município de Ilhéus.

Quadro 18 - Nível de importância do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA para as instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito importante
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito importante
Casa Da Criança	Muito importante
Centro Educacional Menor Do Futuro	Importante
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Muito importante
Projeto Bom Pastor	Importante
Sociedade São Vicente de Paulo	Muito importante

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Quadro 19 - O aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	A comercialização de nossos alimentos.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Proporcionar parcerias.
Casa Da Criança	Aquisição dos alimentos para os nossos assistidos como também , alegria e a auto estima dos agricultores vendo seu produto sem valorizado.
Centro Educacional Menor Do Futuro	Combate à fome.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Incentivar ao agricultor quanto à produção.
Projeto Bom Pastor	Incentiva os pequenos agricultores e ajuda na alimentação na instituição.
Sociedade São Vicente de Paulo	Alimentar pessoas carentes.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.7 Aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Com relação aos aspectos positivos do Programa, em sua maioria, os entrevistados atribuem a um arco variado que vai da comercialização, incentivo aos pequenos produtores, e distribuição de alimentos aos mais carentes, como forma de mitigar o quadro de miséria e pobreza, mas apontam também para o aspecto da formação de parcerias, evidenciando assim a percepção de um conjunto de instituições parceiras para execução do programa (Quadro 20).

Quadro 2 - O aspecto mais positivo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	A comercialização de nossos alimentos.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Proporcionar parcerias.
Casa Da Criança	Aquisição dos alimentos para os nossos assistidos como também a alegria e a autoestima dos agricultores vendo seu produto sem valorizado.
Centro Educacional Menor Do Futuro	Combate à fome.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Incentivar ao agricultor quanto à produção.
Projeto Bom Pastor	Incentiva os pequenos agricultores e ajuda na alimentação na instituição.
Sociedade São Vicente de Paulo	Alimentar pessoas carentes.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.8 Aspecto mais negativo do programa de aquisição de alimentos - PAA

Com respeito aos aspectos negativos do PAA - Ilhéus, o arco de respostas, conforme se depreende do Quadro 24, vai variar da demora na entrega do produto, passando pelo questionamento da qualidade, e sua baixa diversidade. Por outro lado, houve respondentes que não enxergam aspectos negativos, como evidenciado nas palavras de um dos respondentes: *“Se pudéssemos teríamos mais e todos os dias”*.

Aqui, cabe ressaltar que as instituições acima recebem os produtos do Programa de forma gratuita, sem ônus, e que as dificuldades encontradas para adquirirem alimentos antes das doações do PAA reforçam a importância que os mesmos atribuem a este programa.

Quadro 3 - O aspecto mais negativo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA segundo as instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	A entrega de produto ser limitada
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Nenhum
Casa Da Criança	Quando demora em recomeçar a entrega destes alimentos
Centro Educacional Menor Do Futuro	Politicagem com o programa
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Aparentemente não vejo aspecto negativo no PAA
Projeto Bom Pastor	A qualidade dos alimentos não é muito boa e a diversidade é muito pequena
Sociedade São Vicente de Paulo	Que se pudéssemos teríamos mais e todos os dias

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.9 Avaliação da participação da COOFASULBA junto à agricultura familiar em Ilhéus

Sobre a avaliação que os entrevistados fazem sobre o papel da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus, a avaliação mostra-se também bastante positiva com respostas variando entre:BOA e EXCELENTE. não se verificou qualquer avaliação negativa (Quadro 26).Na avaliação quanto ao papel da COOFASULBA no que diz respeito ao PAA em Ilhéus, as respostas (Quadro 22) foram uma reprodução exata da questão anterior, o que, com informações adicionais que obtivemos durante a pesquisa, deixou claro que, para estas instituições, PAA e COOFASULBA possuem a mesma importância em relação a suas respectivas instituições, visto que a doação de alimentos é a única contribuição direta que elas recebem tanto do programa quanto da cooperativa.

Quadro 4 - Avaliação da participação da COOFASULBA junto à agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito boa
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito boa
Casa da Criança	Excelente
Centro Educacional Menor do Futuro	Boa
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Excelente
Projeto Bom Pastor	Boa
Sociedade São Vicente de Paulo	Excelente

4.5.3.10 Aspecto mais positivo da COOFASULBA

Nesta questão, as respostas revelaram-se na sua maioria voltadas para aspectos que reforçam a imagem da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus, tais como **apoio aos pequenos agricultores (opinião dominante)**:

O apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos de alimentos promove a equidade e a inclusão social, pois são grandes geradores de ocupação e de renda, ao mesmo tempo que resulta em maior e mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial, valorizando os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos que se formam no interior do país (CONSEA, 2004, p. 7).

Verticalização e qualidade do produto são também apontados pelos entrevistados como pontos positivos da COOFASULBA, dado este que expõe a percepção dos entrevistados de que a cooperativa está fazendo algo diferente, ou seja, iniciou o processo de agregação de valor aos seus produtos; destaca-se também a percepção de que a COOFASULBA consegue parcerias para a agricultura familiar em Ilhéus (Quadro 23).

Quadro 5 - Opinião sobre o aspecto mais positivo da COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Vem procurando verticalizar a nossa produção
Associação Ilheense de Assistência a Menores	A parceria com as instituições
Casa Da Criança	O atendimento
Centro Educacional Menor Do Futuro	A qualidade do produto
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	O apoio ao agricultor, as famílias e as instituições
Projeto Bom Pastor	Incentivo e fortalecimento aos pequenos agricultores e ajuda às instituições
Sociedade São Vicente de Paulo	Ajudar o pequeno agricultor; ajudar pessoas carentes; ajudar instituições; politizar pequenos agricultores

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.11 Aspecto mais negativo da COOFASULBA

Negativamente aparecem aspectos relacionados a: falta de fiscalização na qualidade dos produtos; deficiência na comunicação/divulgação das suas atividades; quadro de pessoal insuficiente para atender as demandas das instituições; houve instituições que disseram não visualizar algo negativo e uma única que declarou ser a COOFASULBA um instrumento para política (Quadro 24).

Quadro 6- Opinião sobre aspecto mais negativo da COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Seu quadro de pessoa não corresponde ao tamanho da cooperativa
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Não consigo visualizar
Casa da Criança	O problema da distribuição de fichas
Centro Educacional Menor do Futuro	Instrumento para política
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Não observo aspecto negativo
Projeto Bom Pastor	Falta de fiscalização na qualidade dos alimentos
Sociedade São Vicente de Paulo	Divulgar mais suas atividades

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.12 Relação das instituições beneficiárias com a COOFASULBA

Quanto à relação entre a COOFASULBA e as instituições beneficiárias, estas destacaram ser uma parceria positiva e destacaram o papel da colaboração mútua e também de ser uma relação cujos maiores beneficiados são os beneficiários finais, ou seja, as pessoas mais carentes, que recebem os alimentos doados pela COOFASULBA (Quadro 25).

Quadro 25 - Nível de relação das instituições com a COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Ótima.
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito boa.
Casa da Criança	Relação de respeito de amizade, de ajuda e colaboração.
Centro Educacional Menor do Futuro	Relação boa.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Uma relação de parceria solidária, pois a COOFASULBA ajuda a nossa Instituição, e nós consequentemente ajudamos às famílias carentes.
Projeto Bom Pastor	Parceira.
Sociedade São Vicente de Paulo	A instituição é beneficiada.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Foi classificada positivamente, com conceitos que variaram entre boa e excelente (Quadro 26).

Quadro 7 - Nível de parceria entre as instituições e a COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito boa
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito boa
Casa da Criança	Excelente
Centro Educacional Menor do Futuro	Boa
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Excelente
Projeto Bom Pastor	Boa
Sociedade São Vicente de Paulo	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.13 Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus

Quando questionadas sobre qual a instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus, três das sete instituições entrevistadas apontaram a COOFASULBA como a de maior destaque, enquanto que as demais afirmaram serem TODAS as que realizam alguma relação com a agricultura familiar. Isso denota que há um reconhecimento por parte dessas instituições, tanto com relação à importância da COOFASULBA, quanto as relações existentes entre essas instituições, o que leva a concluir inicialmente que há uma percepção de existência de uma rede na agricultura familiar em Ilhéus (Quadro 27).

Quadro 27 - Opinião sobre qual a instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	COOFASULBA
Associação Ilheense de Assistência a Menores	COOFASULBA
Casa da Criança	É aquela que mais precisa
Centro Educacional Menor do Futuro	Todas elas são muito importantes para agricultura familiar de Ilhéus
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Considero a COOFASULBA, devido ao conhecimento que tenho a respeito dos trabalhos e programa desenvolvido por ela
Projeto Bom Pastor	-
Sociedade São Vicente de Paulo	Todas

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Essa percepção é comprovada quando se questiona se há uma rede social na agricultura familiar em Ilhéus e todos os entrevistados respondem positivamente atribuindo-lhe níveis classificatórios preponderando entre: **forte** e **muito forte** (Quadro 28).

Quadro 28 - Percepção sobre o nível de intensidade das relações na rede social na agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Forte
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Forte
Casa da Criança	Muito Forte
Centro Educacional Menor do Futuro	-
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Muito Forte
Projeto Bom Pastor	Moderada
Sociedade São Vicente de Paulo	Muito Forte

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.3.14 Produtos doados pela COOFASULBA através do PAA

Especificamente falando sobre a **qualidade dos produtos** que são doados através do PAA, essas instituições entrevistadas classificaram-na positivamente atribuindo-lhes predominantemente grau de qualidade variando entre: **muito boa** e **excelente**, apenas uma instituição classificou-a como **regular** (Quadro 29).

Quadro 29- Opinião sobre a qualidade dos produtos doados pela COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito boa
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito boa
Casa da Criança	Excelente
Centro Educacional Menor do Futuro	Boa
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Muito boa
Projeto Bom Pastor	Regular
Sociedade São Vicente de Paulo	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Similar classificação positiva prepondera quanto à regularidade da entrega dos produtos, classificada positivamente (Quadro 30).

Quadro 8 - Opinião sobre a regularidade da doação dos produtos pela COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Muito boa
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito boa
Casa da Criança	Excelente
Centro Educacional Menor do Futuro	Boa
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Excelente
Projeto Bom Pastor	Muito boa
Sociedade São Vicente de Paulo	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Entretanto, quando são questionadas quanto à **quantidade de produtos recebida**, essas instituições declaram sê-la **insuficiente**. Isto pode ser interpretado como um desejo real por parte dessas instituições em obterem mais alimentos, uma vez que, em suas atividades, atendem um número considerável de pessoas carentes (Quadro 31).

Quadro 9 - Opinião sobre a quantidade de produtos doados pela COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Não
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Sim
Casa da Criança	Não
Centro Educacional Menor do Futuro	Não
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Sim
Projeto Bom Pastor	Não
Sociedade São Vicente de Paulo	Não

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Quanto à **variedade dos produtos** (Quadro 32), as opiniões praticamente se dividem entre **satisfatória** e **insatisfatória**. Por ser uma questão subjetiva, percebe-se uma avaliação que se distancia da avaliação destinada aos critérios: quantidade (objetivo), mas também do critério qualidade (subjetivo), que foram avaliados positivamente.

Quadro 32 - Opinião sobre a variedade de produtos doados pela COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Não
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Sim
Casa da Criança	Não
Centro Educacional Menor do Futuro	Sim
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Sim
Projeto Bom Pastor	Não
Sociedade São Vicente de Paulo	Sim

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Porém essas respostas tendem a convergir com as obtidas no Quadro 33, que trata sobre o **que deveria ser melhorado no PAA** e predominam aspectos ligados à: **quantidade; qualidade e variedade dos produtos doados**.

Quadro 33 - Aspectos que poderiam melhorar nos produtos doados pela COOFASULBA

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Maior diversificação de produtos por produtor
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Como está é suficiente
Casa da Criança	Sim, é ter outros tipos de produtos. Eles devem continuar incentivando os agricultores para variar as suas plantações
Centro Educacional Menor do Futuro	A variedade ser mais ampliada de acordo com o que temos na nossa região.
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	A qualidade dos produtos.
Projeto Bom Pastor	A qualidade, a quantidade e diversidade
Sociedade São Vicente de Paulo	Para instituição só quantidade

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Apenas uma das instituições auscultadas revelou **receber doações de outra instituição** que não a COOFASULBA (Quadro 34).

Quadro 34 - Existência de doações de alimentos por outras instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Não
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Não
Casa Da Criança	Não
Centro Educacional Menor Do Futuro	Não
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Não
Projeto Bom Pastor	Não
Sociedade São Vicente de Paulo	Sim

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Este também é um aspecto que reforça o nível de importância que o PAA e a COOFASULBA possuem para estas instituições beneficiárias, que tanto dependem de auxílios, tão escassos para manutenção de suas atividades, percepção corroborada pelos dados do Quadro 35, que evidencia que todas as essas instituições classificam como importante ou muito importante a parceria entre a COOFASULBA e suas respectivas instituições.

Quadro 35 - Percepção da importância da parceria entre a COOFASULBA e as instituições

Instituição	Resposta
Associação Beneficente dos Moradores de Ilhéus	Importante
Associação Ilheense de Assistência a Menores	Muito importante
Casa da Criança	Importante
Centro Educacional Menor do Futuro	Importante
Educandário Dona Cordolina Loup Reis	Muito Importante
Projeto Bom Pastor	Importante
Sociedade São Vicente de Paulo	Muito Importante

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4 Instituições Parceiras da COOFASULBA no PAA e na Agricultura Familiar**4.5.4.1 Nível de conhecimento do PAA no município de Ilhéus-BA**

Sobre a forma pela qual conheceu o PAA, as instituições parceiras dividem-se: as que fazem parte da esfera do governo estadual e federal declararam conhecer através dos fóruns

de debates promovidos pelo próprio governo estadual, principalmente em fóruns do Litoral Sul; as outras souberam pela COOFASULBA (Quadro 36).

Quadro 10 - Fonte de conhecimento/informação do PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	O BNB participa de diversos fóruns em âmbito estadual, aonde nos colocamos para prestar serviço bancário para as entidades envolvidas no programa da CONAB
CAR	A CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) é parceira da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social) em todo Estado da Bahia, de forma que a operação do PAA complementa e é completada com investimentos no apoio à agricultura familiar
CEPLAC	Tomei conhecimento a partir de uma interlocução do Presidente da COOFASULBA com o Chefe do CENEX visando obter apoio para a incubação da cooperativa para a produção de achocolatados nas instalações do CEPEC. Nas reuniões do Território Litoral Sul em 2004
COMAS	Quando cheguei na presidência do CMAS, em agosto de 2011, o conselho já fazia o acompanhamento do PAA, portanto não posso precisar a data inicial
EBDA	Em 2009
INCRA	O PAA trata-se de um Programa de Atuação do Governo Federal ficando assim o INCRA inserido no Fomento desse programa e no município de Ilhéus existem vários Assentamentos criados pelo INCRA e que inclusive para o caso do PAA a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP que é um instrumento necessário para acessar o PAA. É emitida pelo INCRA para os assentados
PREFEITURA	-
SEBRAE	Há 3 anos

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.2 Os papéis das instituições junto à agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-BA

Quanto ao papel exercido por cada uma das instituições parceiras da COOFASULBA, no que tange ao fortalecimento da agricultura familiar em Ilhéus, bem como no PAA, verificou-se, conforme Quadro 37, que estas possuem funções muito diversificadas: assistência técnica; financiamento e crédito para os agricultores familiares; capacitação; fomento; infra-estrutura etc.

Quadro 11 - O papel da instituição junto à agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	O BNB possui como missão atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável e como banco público competitivo é nossa função financiar os agentes produtivos que necessitarem de crédito, além de servir como banco para movimentação financeira para as entidades associativas e seus associados.
CAR	A CAR tem atuado no apoio à associações de agricultores familiares e da COOOFASULBA, Cooperativa que agrega o conjunto de agricultores participantes do PAA.
CEPLAC	A Ceplac dá assistência técnica e concede suporte na agroindústria para a produção de achocolatados que são comercializados junto ao PAA e que tem uma grande importância para a sustentabilidade financeira da cooperativa e seus associados. Orientações técnicas, emissão de DAPs, capacitação dos agricultores, incentivo ao associativismo, realização de cursos de aperfeiçoamento, seminários sobre políticas públicas.
COMAS	Tem uma importância muito grande, porque o acompanhamento teria que ser feito pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar, o qual não existe em Ilhéus, desse modo é feito pelo COMAS.
EBDA	O PAA é um programa revolucionário e transformador que contribui com a comercialização dos seus produtos; Importância Muito Grande.
INCRA	O INCRA atua no PAA no caso de Assentamentos fazendo a emissão das DAPs – Declaração de Aptidão ao PRONAF e também através das equipes de Ates/EBDA, que atuam no convênio INCRA/EBDA apoiando a elaboração dos projetos para o PAA.
PREFEITURA	-
SEBRAE	O papel do SEBRAE junto à Agricultura Familiar é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empresários rurais da agricultura familiar e fomentar o empreendedorismo através de consultorias e capacitações em gestão administrativa, operacional e mercadológica para colaborar na geração de ocupação e renda com a consequente melhoria da qualidade de vida desta categoria.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Paralelamente, durante a o período da pesquisa, houve vários contatos com representantes destas instituições, o que oportunizou fazer uma análise mais aprofundada tanto dos papéis que as mesmas exercem, como da visão institucional sobre a agricultura familiar em Ilhéus e também do PAA, portanto, nota-se que existe uma rede formada na agricultura familiar em Ilhéus no sentido de fomentar o desenvolvimento desta e, por conseguinte, do município como um todo.

4.5.4.3 As avaliações das instituições quanto à importância do PAA para os agricultores familiares do município de Ilhéus-BA

De maneira geral, as instituições auscultadas nesta pesquisa demonstraram otimismo quanto à importância do PAA para a agricultura familiar em Ilhéus (Quadro 38). Apresentam argumentos

que tendem a convergir para importância dada considerando-o uma política pública voltada para geração de renda através da comercialização dos produtos agrícolas locais e fomentando assim o desenvolvimento do município. Além da importância econômica, também foi abordado o aspecto social do PAA, ao oportunizar a inclusão social de agricultores antes excluídos do mercado, ao mesmo tempo em que atende outro público alvo, que são as instituições beneficiárias (escolas, creches, hospitais, presídios, asilos etc.). As instituições também destacaram que o PAA estimula uma “mudança de atitude” nos agricultores envolvidos. Resume-se esta percepção nas palavras de um dos entrevistados: *“O PAA é uma excelente política de governo porque oportuniza às pessoas excluídas financeiramente e socialmente da sociedade, o acesso a mercados facilitados, resolvendo um grande problema da agricultura familiar que é a falta de estratégia de comercialização, falta de liquidez nos negócios, ausência de escala e oferta no tempo e local necessários, e escassez de capital de giro para empreender a comercialização. O PAA facilita duas coisas importantes na comercialização que é a garantia de compra e de pagamento.”*

Quadro 12 - A percepção da instituição quanto à importância dada ao PAA pelos agricultores familiares do município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	É visível a mudança no comportamento dos pequenos agricultores, haja vista que, o Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública de governo, que tem atendido ao público-alvo (escolas, creches, hospitais, presídios, asilos...), envolvendo a agricultura familiar, que tem em Ilhéus um índice expressivo de produtos agrícolas que são escoados através do PAA em nossa cidade.
CAR	O PAA possui papel estratégico na consolidação e composição da renda de agricultores familiares envolvidos nas estratégias. Para além de garantir a comercialização de parte da produção, o PAA garante que o produto ofertado, através do programa, possua qualidade do cultivo local, unindo produção e consumo vinculada à distribuição de renda. O PAA consegue unir desenvolvimento local à segurança alimentar do público beneficiado com a doação simultânea dos produtos.
CEPLAC	O PAA é uma excelente política de governo porque oportuniza às pessoas excluídas financeiramente e socialmente da sociedade, o acesso a mercados facilitados, resolvendo um grande problema da agricultura familiar que é a falta de estratégia de comercialização, falta de liquidez nos negócios, ausência de escala e oferta no tempo e local necessários, e escassez de capital de giro para empreender a comercialização. O PAA facilita duas coisas importantes na comercialização que é a garantia de compra e de pagamento. Oportunidade de abertura de mercado e obtenção de melhores preços para os seus produtos.
COMAS	-
EBDA	O PAA é um programa revolucionário e transformador que contribui com a comercialização dos seus produtos; Importância Muito Grande.

continua

Instituição	Resposta
INCRA	É a percepção que é necessário fazer uma divulgação do PAA entre os agricultores para que os que ainda não estão inseridos passam a participar do Programa, mas isso não desqualifica o ótimo resultado que os agricultores que estão no PAA vem conseguindo com o programa especialmente o preço justo nos seus produtos.
PREFEITURA	Acreditamos que de todas as necessidades humanas, a primeira, sem a qual não se chegaria a qualquer outra, porque é pressuposto para que tudo o mais possa ser perseguido e obtido, é a alimentação. Comida é vida, é sobrevivência, é combustível para existir. Comida precisa ser produzida, sobretudo pela agricultura, já que não nasce em prateleiras dos supermercados. Através dos PAA(s), não só temos a condição de produzir, como de ofertá-los aos que mais precisam.
SEBRAE	É importante sob o aspecto de inserção social e comercial do agricultor familiar no mercado competitivo do agronegócio de produtos rurais. Dá oportunidade ao agricultor familiar a se profissionalizar-se e, assim, comercializar seus produtos ampliando sua renda e propiciando uma melhoria de qualidade de vida.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.4 Parcerias institucionais desenvolvidas pela instituição junto à agricultura familiar Ilhéus -BA

Quanto às relações de parcerias que desenvolvem, as instituições entrevistadas, apresentaram no Quadro 39, uma situação na qual se percebe que existe uma forte inter-relação entre as mesmas, desenhando-se assim uma rede na qual foram incluídas outras instituições, como: SENAR, ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que atua na criação de unidades de conservação ambiental; e Instituto Cabruca, que desenvolve programas para o combate à pobreza associados à produção de cacau em comunidades vulneráveis e à articulação de políticas públicas que ajudem a manutenção do sistema cacau-cabruca¹³. Duas exceções foram percebidas: a primeira do COMAS, que declarou não possuir parceria alguma junto à agricultura familiar, o que evidencia que o seu papel substituto do não existente conselho municipal de desenvolvimento rural é apenas para “legitimar” ações quando necessárias.

A segunda exceção foi a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Ilhéus, que aparentemente elencou todas as instituições com as quais mantém alguma relação: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A – EBDA; Bahia Pesca; Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da

¹³“Cacau-Cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Baseia-se na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes”.

Agricultura Familiar - Coofasulba; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Instituto Nossa Ilhéus – INI; Sindicato Rural de Ilhéus – SRI; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Instituto Cabruca, Instituto Floresta Viva, Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia - IESB, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, Delegacia Ambiental, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF, Polícia Ambiental, Território Litoral Sul, Associação de Turismo de Ilhéus – ATIL. Essas parcerias elencadas pela PMI não são necessariamente voltadas para a agricultura familiar e mesmo as que possuem alguma relação, são estas implantadas recentemente, pois, durante a pesquisa, verificou-se que não existia em Ilhéus essa secretaria que foi recentemente recriada.

Exceto esses dois senões, verifica-se de fato uma rede constituída por um número significativo de instituições que se inter-relacionam em ações e programas que visam o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, variando quanto à intensidade das parcerias e ao impacto das ações.

Quadro 13 - Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pela instituição junto à agricultura familiar no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	Somos o Banco do Produtor Rural Ilheense.
CAR	A CAR tem viabilizado, com recursos não reembolsáveis, o apoio a projetos de infraestrutura social (pontes, sanitários domiciliares, sistemas de abastecimento de água) e projetos de apoio à produção (tratores agrícolas, unidades de beneficiamento de frutas, recuperação de unidades de beneficiamento de amêndoas de cacau).
CEPLAC	Esta resposta será melhor respondida pelo Chefe do Centro de Extensão Rural, Dr. Sérgio Murilo, mas posso assegurar que a parceria da Coofasulba com a Ceplac tem reflexos muito positivos para a comunidade da cooperativa e esse modelo deve ser estendido para outras cooperativas. CONDECORI, COOFASULBA, BNB, SENAR, CAR E EBDA.
COMAS	-
EBDA	A EBDA tem sido um parceiro importante na regularização institucional das associações dos agricultores.
INCRA	As parcerias são com a CEPLAC, EBDA, ICMBIO, Prefeitura Municipal de Ilhéus, Instituto Cabruca, CAR.

continua

Instituição	Resposta
PREFEITURA	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A – EBDA; Bahia Pesca; Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar - Coofasulba; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Instituto Nossa Ilhéus – INI; Sindicato Rural de Ilhéus – SRI; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Instituto Cabruca, Instituto Floresta Viva, Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia - IESB, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, Delegacia Ambiental, Sindicato Dos Trabalhadores Rurais, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CEF, Polícia Ambiental, Território Litoral Sul, Associação de Turismo de Ilhéus – ATIL.
SEBRAE	O SEBRAE é parceiro, na região, da CAR, CEPLAC, EBDA, Cooperativas da Agricultura Familiar e das prefeituras municipais que, através da Lei Geral das MPes, pode adquirir produtos da Agricultura Familiar e serem beneficiadas com apoio dos governos estadual e federal em outras ações, como: Ações infra-estruturais. Desta forma, a agricultura familiar será beneficiada com a facilidade de logística de escoamento de suas produções.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.5 Fatores que levaram a criação do PAA em Ilhéus

Os fatores que propiciaram a adesão ao PAA no município de Ilhéus na concepção dos entrevistados foram os seguintes: **a existência de considerável número de agricultores familiares; existência de público beneficiário para doação (em situação de insegurança alimentar); e com maior destaque: a existência de interesses dos agricultores familiares e de estrutura organizacional, cooperativa (principalmente a COOFASULBA, que foi citada nominalmente); capaz de captar os recursos e fazer a execução orçamentária junto à CONAB (Quadro 40).**

Quadro 14 - Motivos que levaram a criação do PAA em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	Primeiramente, o PAA é uma experiência exitosa em diversas regiões do Brasil, em seguida, com apoio da EBDA, CEPLAC, BNB, cooperativas e associações, auxiliaram no processo de organização dos produtores rurais em Ilhéus e região.
CAR	O município de Ilhéus iniciou a execução do PAA por três fatores: a existência de considerável número de agricultores familiares, existência de público beneficiário para doação (em situação de insegurança alimentar) e com maior destaque: a existência de estrutura organizacional, COOPERATIVA, capaz de captar o recurso e fazer a execução orçamentária junto à CONAB.
CEPLAC	-
COMAS	O interesse da COFASULBA.
EBDA	-

continua

Instituição	Resposta
INCRA	-
PREFEITURA	Políticas públicas de fomento têm sido direcionadas para os Agricultores Familiares em todo o Brasil, a exemplo do PAA e objetivando maximizar o potencial de produção destes agricultores e possibilitar a permanência de grande parte das famílias no campo, bem como a continuidade da produção de alimentos, que abastece o mercado local foi criado o PAA em nosso município.
SEBRAE	Uma região de grande pujança, não somente no cenário estadual, e, sim, no cenário nacional por suas potencialidades naturais para o turismo em geral e também por sua localização geográfica estratégica para escoamento pelo Porto de Ilhéus de produtos nacionais. As cidades de Itabuna e Ilhéus tem um grande significado na economia do Estado da Bahia e devido, a isto, era necessário uma instituição do porte do SEBRAE que pudesse promover, através de suas competências, a melhoria do desenvolvimento sócio. Econômico e ambiental desta região que abrange mais de 26 municípios da região da Mata Atlântica.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

O Fato de essas instituições entrevistadas perceberem a existência de uma estrutura organizacional cooperativa corrobora com a ideia de que o capital social foi fortalecido em Ilhéus nos últimos anos devido em muito a essa visão de estratégias baseadas na cooperação, um rumo diferente do individualismo característico da região¹⁴.

4.5.4.6 Avaliação do PAA no município de Ilhéus-BA

No que tange à avaliação do PAA feita pelos representantes das instituições entrevistas, o mesmo foi classificado positivamente com conceitos variando de **BOM** a **EXCELENTE**, numa escala que admitia os conceitos: **ruim; regular; bom; muito bom e excelente** (Quadro 41). Essa classificação converge com a realizada pelas instituições beneficiárias, sendo que não houve quem avaliasse negativamente o PAA. Há uma visão generalizada da importância deste programa para a agricultura familiar em Ilhéus e o município de modo geral.

¹⁴ Em um artigo intitulado: "Pobre Região Rica", O sociólogo Selem Rachid Asmar defende que é preciso acabar com o **individualismo** e que isso faz parte do que ele denominou "Cavalete Cultural" composto segundo ele por: Comodismo, individualismo e patrimonialismo, características da região cacauífera. Como exemplo do individualismo citou uma reunião em que esteve presente, no dia do trabalhador, onde estavam meia dúzia de pessoas e os políticos, secretários municipais lá não estavam. Disse que o individualismo por aqui é muito forte e que tem atrapalhado profundamente a região.

Quadro 15 - Avaliação do PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	Muito bom
CAR	Excelente
CEPLAC	Muito bom
COMAS	Bom
EBDA	Bom
INCRA	Bom
PREFEITURA	Bom
SEBRAE	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.7 O aspecto mais positivo no PAA no município de Ilhéus-BA

Em relação ao aspecto mais positivo do PAA, o conjunto entrevistado explicitou fatores como: compra de produtos locais; oportunizar o acesso ao mercado aos agricultores familiares; segurança alimentar e geração e, ou aumento de renda para os agricultores familiares; estímulo para permanência dos agricultores no campo e melhoria da qualidade de vida (Quadro 42).

Quadro 42 - Aspecto mais positivo no PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	1) A quantidade de agricultores, cerca de 4.000, que hoje, tem mais essa opção para escoamento de sua produção; 2) percebe-se na zona rural, a diversidade de produção, que em tempo outrora, predominava a cultura do cacau; 3) através da movimentação bancária, notamos um incremento na renda dos produtores rurais.
CAR	A garantia da compra da produção excedente e o fornecimento de produtos locais, e com qualidade, para o público beneficiário, objeto das doações simultâneas.
CEPLAC	Oportunizar os produtores ter acesso ao mercado, garantir a comercialização, contribuir para a inclusão social, dar oportunidade para pequenos produtores empreenderem negócios agregando valor e fortalece o cooperativismo. Melhores preços para os produtos.
COMAS	Segurança alimentar da população carente e complementação da renda dos pequenos agricultores.
EBDA	Garantia de escoamento da produção excedente, ao tempo em que garante também o combate a fome e a miséria neste município.
INCRA	Bom. O que se percebe é que o PAA em Ilhéus proporciona aos agricultores a garantia de um bom preço para os seus produtos proporcionando com isso uma melhoria de renda e uma melhor qualidade de vida.

continua

Instituição	Resposta
PREFEITURA	Possibilitou o aumento da produção e da renda, gerando assim melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento e a consequente permanência de agricultores e agricultoras, na zona rural de Ilhéus. A cidade obtém alimentos de qualidade e diminui a mendicância nas ruas, e alimenta muitas das pessoas em risco social.
SEBRAE	A geração de ocupação e renda ao agricultor familiar evitando o êxodo para as áreas urbanas e consequente melhoria de qualidade de vida desta categoria na zona rural regional.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.8 O aspecto mais negativo no PAA no município de Ilhéus-BA

De acordo com os entrevistados, os aspectos mais negativos do PAA são relacionados com variáveis exógenas e endógenas (Quadro 43):

- I) Exógenas (Parte Estrutural do Programa): limitação dos recursos; burocracia no que diz respeito à documentação para fazer a adesão; e divulgação ineficiente;
 - II) Endógenas: poucas instituições locais proponentes; poucos produtores atendidos.
- Também foram citados aspectos que não possuem relação direta com o PAA como, por exemplo, a má conservação das estradas vicinais pelas quais é escoada a produção local. Em suma, os aspectos negativos estão relacionados a fatores que poderiam ampliar o programa e não questioná-lo.

Quadro 43 - O aspecto mais negativo no PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	1) a condição precária das estradas vicinais em nosso município, é um gargalo a ser vencido, pois dificulta a participação de muitos produtores nessa política-pública; 2) percebemos um certo distanciamento do governo municipal na divulgação do programa e no apoio à aquisição de alimentos para os órgãos públicos municipais.
CAR	A limitação de recursos, tanto para ampliação do número de agricultores envolvidos quanto o teto individual que se apresenta como fator limitante para a ampliação da execução.
CEPLAC	O Pequeno universo de produtores atendidos.
COMAS	A falta de divulgação e a burocracia.
EBDA	Poucas Instituições fomentadoras do programas.
INCRA	-
PREFEITURA	A falta de acesso de uma grande maioria de Associações que ainda se encontram inadimplentes com relação à documentação da terra, DAP, e até mesmo a desorganização das próprias Associações. A ausência do PAA da pesca, respeitando a cultura alimentar local, e a diversidade de recursos pesqueiros que o Município dispõe.
SEBRAE	Ainda exigir pouco do agricultor familiar no estímulo a capacitar-se para tornar-se um profissional mais competitivo e organizado em seus negócios rurais.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.9 Avaliação da participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus

No quesito de avaliação do papel da COOFASULBA no PAA em Ilhéus (Quadro 44), as respostas obtidas foram praticamente as mesmas das atribuídas na avaliação do próprio PAA com conceitos variando de **BOM** a **EXCELENTE**, numa escala em que admitia os conceitos: **ruim; regular; bom; muito bom e excelente**.

Fato marcante durante toda a pesquisa foram as várias situações em que a semelhança entre o papel exercido pela COOFASULBA no PAA em Ilhéus se confundiam com este próprio programa, ratificando assim, mais uma vez, a importância que esta cooperativa possui e a credibilidade que a mesma transmite no ambiente institucional no qual se insere.

Quadro 44 - O aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	Muito Boa
CAR	Muito boa
CEPLAC	Muito boa
COMAS	Muito boa
EBDA	Boa
INCRA	Boa
PREFEITURA	Boa
SEBRAE	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.10 Aspectos mais positivos da COOFASULBA em relação ao PAA

A COOFASULBA foi, de maneira geral, muito bem avaliada pelas instituições parceiras no ambiente institucional da agricultura familiar em Ilhéus, sendo elencados como mais positivos os seguintes aspectos (Quadro 45): organização; transparência nas prestações de contas; sensibilidade social; apoio na geração de renda e aumento da qualidade de vida dos associados; assistência técnica; assessoria burocrática e viabilização do acesso dos agricultores ao PAA.

Quadro 45 - O aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	O aspecto mais positivo chama-se organização, pois a cooperativa conseguiu congrega os agricultores ilheenses, que estavam fora das políticas públicas oferecidas pelo Governo do Brasil.
CAR	A capacidade de organização, captação e execução dos recursos financeiros disponibilizados, aliado à sensibilidade para atendimento de organizações sociais e grupos vulneráveis do município.
CEPLAC	Aumentar a renda dos cooperados e oportunizar conhecimentos para melhorar a qualidade de vida. Transparência nas prestações de contas.
COMAS	A Coofasulba foi a pioneira, pois a Prefeitura Municipal de Ilhéus até o dia de hoje, não se interessou em implantar o programa no município.
EBDA	A Cooperativa tem proporcionado o acesso dos Agricultores ao programa.
INCRA	Muito boa. A Coofasulba trabalha o PAA dando uma boa assessoria a todos os agricultores que são atendidos pela mesma, proporcionando uma continuidade desses agricultores no PAA. Também trabalha como beneficiamento de vários produtos a exemplo do cacau garantindo assim um preço diferenciado no mercado.
PREFEITURA	O imenso esforço para que nosso povo superasse os níveis endêmicos da fome a que esteve submetido por tanto tempo, dependeu basicamente de dois fatores: a vontade política de priorizar o combate a esse problema e a existência de níveis crescentes de produção de alimentos, o que estamos conseguindo atingir em nossa região graças ao PAA, e à Assistência técnica que está na base de uma agricultura moderna e eficiente, e que está levando as pequenos trabalhadores rurais da região à boas práticas agrônômicas que permitem compatibilizar aumento de produção, sobretudo de alimentos livres de agrotóxicos, com maior preservação ambiental.
SEBRAE	Beneficiar 400 famílias diretamente com os recursos do PAA.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Este quadro fortalece a ideia de que a COOFASULBA desempenha um papel muito maior do que o de viabilizar o acesso dos produtores familiares ao PAA, pois está presente em praticamente todos os ramos de atividade necessários à produção e comercialização agrícola dos seus cooperados, além de conseguir agregar, em torno de si, um número crescente de associados, fato que tem fortalecido o capital social existe.

4.5.4.11 Aspectos mais negativos da COOFASULBA com relação ao PAA

Quanto aos critérios negativos da COOFASULBA relacionados ao PAA, três das sete instituições auscultadas declararam não existir algo negativo; número muito significativo neste universo pesquisado. Dentre os pontos negativos declarados pelas demais instituições, encontram-se: **inexistência de um depósito próprio da cooperativa para estocar seus produtos; assistência técnica muito limitada** (Quadro 46).

Quadro 16 - O aspecto mais negativo da COOFASULBA em relação ao PAA em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	Em nossa opinião, não identificamos nada a respeito
CAR	A inexistência de uma estrutura de processamento dos alimentos produzidos, impossibilitando a produção de bolos, sucos, doces e demais derivados da produção local, agregando valor e ampliando a oferta de alimentos
CEPLAC	Deficiência da infra-estrutura (depósito), para receber e armazenar os Produtos
COMAS	Não tenho nada que desabone a Coofasulba
EBDA	
INCRA	Garante aos agricultores uma assessoria técnica para o PAA gerenciado pela Coofasulba, beneficiamento de alguns produtos a exemplo do cacau, tendo com isso um melhor preço no mercado
PREFEITURA	A falta de Assistência técnica ainda é uma grande lacuna a ser preenchida dada à dimensão territorial do Município de Ilhéus e à grande quantidade de Agricultores Familiares, que ainda não foram alcançados
SEBRAE	No momento, não se percebe nenhum aspecto que seja negativo nas ações da Coofasulba com relação ao PAA

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Os fatores citados negativamente relacionam-se com o aspecto estrutural da cooperativa e não com a execução das atividades relacionadas com o PAA que foram avaliados positivamente.

4.5.4.12 Relação das instituições parceiras com a COOFASULBA

Em relação ao tipo de parceria desenvolvida entre as instituições pesquisadas e a COOFASULBA, constatou-se uma gama de parcerias que abrangem: Projetos para mecanização agrícola; parceria para infra-estrutura de unidades de produtos agroindustriais; acompanhamento e relatórios de atividades desenvolvidas; participação conjunta em feiras agrícolas; cooperação e assessoria em capacitação e gestão empresarial, inovações e tecnologia (Quadro 47).

Quadro 17 - Como se desenvolve a relação da instituição com a COOFASULBA

Instituição	Resposta
BNB	Boa! Somos parceiros para fortalecer a agricultura familiar local.
CAR	Por meio do apoio à mecanização agrícola das áreas de agricultores cooperados e, futuramente, na construção da unidade de processamento.

continua

Instituição	Resposta
CEPLAC	Com confiança mútua e convicção de que se pode fazer muito pelos cooperados com trabalho sério voltado para o interesse dos mesmos. A CEPLAC participa de todas as atividades da COOFASULBA, como: Reuniões, avaliação do PAA, acompanhar o recebimento dos produtos, emitir Relatórios para a CONAB, produção de achocolatados para o PAA, dentro da Estrutura da CEPLAC (Incubadora).
COMAS	Muito boa.
EBDA	A EBDA tem se colocado a disposição de todas as demandas provocadas pela Cooperativa.
INCRA	Pelo volume de agricultores envolvidos no PAA junto a Coofasulba percebe-se que é necessária uma ampliação da equipe da Coofasulba para corresponder com a demanda do PAA.
PREFEITURA	
SEBRAE	Através de eventos como a feira do Milho, realizada já, há 3 anos, em Ilhéus onde os agricultores familiares divulgam a sociedade civil seus produtos e serviços; Através do Programa Vida Melhor rural com serviços de consultoria em gestão empresarial, de inovação e tecnologia, mercadológica promovendo a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos da entidade.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

No que diz respeito à classificação da relação existente entre a COOFASULBA e as instituições (Quadro 48), existe uma variação nos conceitos atribuídos que vão de **BOA** a **EXCELENTE**, predominando a conceituação **MUITO BOA**, a exceção da PMI, que declarou não existir parceria efetivada ainda, e que, no entanto, classificou-a como **RUIM**. Quando questionado sobre esta conceituação o titular da pasta de agricultura e pesca da PMI explicou que esta classificação se refere ao fato de ainda não haver relação de parceria, algo que ele aspira para que aconteça o mais brevemente possível.

Quadro 18 - Nível de relação entre a instituição e a COOFASULBA

Instituição	Resposta
BNB	Muito boa
CAR	Muito boa
CEPLAC	Muito boa
COMAS	Muito Boa
EBDA	Muito boa
INCRA	Boa
PREFEITURA	Ruim
SEBRAE	Excelente

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.13 Avaliação da importância da COOFASULBA para a agricultura em Ilhéus

Corroborando com a questão anterior, as instituições parceiras classificaram como **IMPORTANTE** e **MUITO IMPORTANTE** o papel da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus (Quadro 49).

Quadro 49 - Maior contribuição que a COOFASULBA dá à agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	Podemos enaltecer o trabalho exaustivo, para disseminar a cultura cooperativista na região cacaueteira, onde predomina o individualismo. Outro ponto importante, diz respeito a agregação de valor à produção local, cujos primeiros passos já foram dados em alguns produtos.
CAR	Contribui significativamente à organização socioproductiva, acesso às políticas públicas, representação de classe e incentivo à organização coletiva dos demais grupos produtivos.
CEPLAC	Ampliação do mercado para os seus produtos
COMAS	É uma parceira dos agricultores, implantando o PAA, assessorando na documentação exigida e fazendo às vezes o papel do poder municipal.
EBDA	Acesso às políticas públicas voltadas para este setor.
INCRA	Proporciona uma melhor organização aos agricultores, assessoria técnica ao PAA, melhor preço.
PREFEITURA	O fortalecimento do associativismo/cooperativismo, além de garantir a segurança alimentar e nutricional da população carente, por sua própria natureza associativista é visualizado como instrumento para a funcionalidade desta política pública, onde são diretamente beneficiados os associados e cooperados, que já possuem para onde direcionar o fruto de seu trabalho, assim como os indivíduos que se encontram em condições de insegurança alimentar e nutricional.
SEBRAE	Promove a melhoria de qualidade de vida a muitas famílias da agricultura familiar: Pelo PAA – atende 400 famílias no campo; beneficiando 15 mil pessoas no meio urbano; atendendo 31 entidades sociais em Ilhéus. Além disto: Já realizou três “Festas do Milho da Agricultura Familiar”, em Ilhéus; executa capacitações diversas; produz um achocolatado, denominado “SHOWCOLATT”, fornecido à sociedade civil pelo PAA e PNAE, que é produzido com o cacau de seus associados; realiza projetos de máquinas e equipamentos beneficiando associações de diversas localidades de sua abrangência; tem parceria direta com o SEBRAE e CEPLAC; efetua entrega de mudas e outras atividades rurais que promovam a manutenção do homem no campo e propiciando, a estes, ocupação e renda.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.14 Instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus

Quando questionados sobre qual a instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus, detectamos uma questão bastante emblemática. As opiniões foram espontâneas e se dividiram de forma bastante distinta: para o COMAS, a COOFASULBA é a

mais importante; ao mesmo tempo em que a PMI declarou que os agricultores são os mais importantes, numa resposta bastante política, recusando-se a apontar ou reconhecer em alguma instituição essa distinção. Contrariamente a essa opinião da PMI, a CEPLAC e o INCRA indicaram serem praticamente todas as instituições que compõem o ambiente institucional pesquisado, resposta também interpretada como política, porém reconhecendo a existência de uma rede; enquanto que EBDA e CAR (ambos órgãos estaduais) indicaram a CEPLAC (um órgão federal) e a EBDA (órgão estadual). O BNB assumiu a postura de que a importância deve ser coletiva, declarando que todas as instituições são importantes, que precisam andar juntas, revelando-se mais um desejo que um fato constatado (Quadro 50),

Quadro 50 - Instituição mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus

Instituição	Resposta
BNB	Entendemos que todo o conjunto do processo da agricultura familiar, precisa estar ajustado, não sendo um ou outro o órgão mais importante. Todos - Prefeitura, Assistência Técnica, Associações, Cooperativas, Bancos – precisam andar de mãos dadas para executar bem as políticas-públicas.
CAR	A EBDA e a CEPLAC.
CEPLAC	CEPLAC, BNB, CONDECORI E COOFASULBA.
COMAS	COOFASILBA.
EBDA	EBDA e CEPLAC.
INCRA	CONDECORI E COOFASULBA.
PREFEITURA	Sem dúvida são os próprios agricultores devidamente organizados em suas associações. Prova disto é o longo hiato que as gestões anteriores deixaram e nem por isso os agricultores deixaram de operar, mesmo sem o apoio da PMI.
SEBRAE	Para agricultura familiar há instituições em diversas áreas essenciais para que a agricultura familiar seja sucesso: CEPLAC, CAR, EBDA, SEBRAE, Prefeituras e Cooperativas da Agricultura familiar.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

4.5.4.15 Avaliação das instituições quanto ao ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-BA

Sobre o ambiente institucional do PAA em Ilhéus, as instituições pesquisadas no geral o descreveram como positivo, com as seguintes características: harmônico; colaborativo; mais avançado que em outros municípios vizinhos; ambiente que fomenta o desenvolvimento rural e o fortalecimento da economia local(Quadro 51).

Quadro 51 - Avaliação do ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-BA

Instituição	Resposta
BNB	Comparando com outros municípios baianos do porte de Ilhéus, sentimos uma aproximação e transparência, entre as instituições que participam do programa, fato que não nos envaidece, pois existe muita demanda a ser sanada por aqui.
CAR	Colaborativo, operacional e produtivo
CEPLAC	Aparentemente está mais desenvolvido do que outros municípios. Ambiente harmônico, porém, sem a colaboração da prefeitura.
COMAS	
EBDA	Uma boa relação entre as instituições no município.
INCRA	
PREFEITURA	Ainda deficitário, num Município eminentemente agrícola.
SEBRAE	Como promotor de geração de ocupação e renda; do fortalecimento das organizações sociais; como promotor de avaliação dos alimentos quanto a levar segurança alimentar e nutricional aos beneficiários e consumidores destes produtos e o incentivo ao manejo agroecológico de forma correta e sustentável.

Fonte: Elaboração de Fernandes de Santana, A.

Mais uma vez, ocorreram duas exceções: a primeira do COMAS, que não emitiu opinião; e a segunda, a PMI, que tergiversou sobre a resposta. Duas instituições fizeram questão de apontar, como ponto negativo no ambiente institucional, a ausência e omissão da PMI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais estabelecidas neste trabalho relacionam o horizonte das mediações sociais, demográficas e econômicas desveladas pelo problema pesquisado – implantação do PAA entre os agricultores familiares associados à COOFASULBA no município de Ilhéus. Pontua-se por direcionamentos políticos para estes atores sociais/institucionais envolvidos e ajustamento das medidas tomadas no sentido de alcançar os objetivos preconizados pelo programa – correção de rumo.

No capítulo que versa sobre a revisão de literatura, percebemos que, em análises sobre a economia do desenvolvimento, existe um número significativo de autores que rejeitaram o monoeconomismo, pois, para eles, os países subdesenvolvidos, tomados em conjunto, apresentam certo número de características econômicas comuns, que os distinguem dos países industriais avançados.

Ao abordar o crescimento econômico e equidade social, esses autores concluem ser muito difícil atingir conjuntamente crescimento econômico com redução da desigualdade, pois, segundo este autor, o crescimento econômico envolve escolhas, o que obrigatoriamente gera diferenciações.

Com o surgimento de novas teorias heterodoxas que versam sobre a temática do desenvolvimento, diferenciando-o da noção de crescimento econômico (essencialmente quantitativo), introduziu-se no debate sobre desenvolvimento aspectos que extrapolam o campo econômico, ampliando-se o conceito de desenvolvimento, ao tratar de temas como: liberdades, equidade social, diversidades, bem-estar social, relações intra-institucionais, entre a sociedade e as instituições e entre a sociedade e o Estado, verificou-se um avanço teórico enorme no campo do desenvolvimento, principalmente ao se reconhecer que não devem existir generalizações, tão pouco se soluciona questões referentes ao desenvolvimento acrescentando “mais do mesmo”, em países diversos.

Nesse contexto de mudanças conceituais, parece ser consensual a ideia de que os modelos tradicionais de desenvolvimento, inclusive regional, em geral a tomada de decisões e o planejamento ocorrem sem que os principais interessados no desenvolvimento (comunidade local) sejam auscultados.

Como alternativa aos conceitos tradicionais de desenvolvimento, surgem e, ou ganham espaço conceitos como o de desenvolvimento local e o de “capital social”, que procuram dar

significado essencialmente à importância da presença e da “qualidade” das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento em determinadas áreas.

O município de Ilhéus, Bahia, que durante muito tempo, figurou como um tradicional produtor de cacau, uma monocultura exportadora, após a emergência de várias crises cíclicas, o mesmo viu diminuir produtividade da lavoura, geração de renda e agravamento dos problemas sociais provocados pela crise da lavoura cacaueira.

O tradicional modelo de desenvolvimento adotado no município, bem como em toda a região cacaueira do sul da Bahia, passou a ser questionado, pois não foi capaz de recuperar a economia local, muito menos serviu para atender as novas demandas da população. Em face disto, buscou-se alternativas para a recuperação da economia local.

Uma das alternativas encontradas foi focar num novo modelo que incluísse a participação direta da agricultura familiar, responsável pela manutenção de um grande contingente populacional na zona rural do município, num contexto socioeconômico em que a crise da cacauicultura acelerou o êxodo rural, provocando a saída de ex-trabalhadores rurais para periferias de cidades de regiões vizinhas.

Um grupo de agricultores familiares organizou-se em Ilhéus em torno da COOFASULBA, com o objetivo inicial de unir esforços para obter apoio no que tange à assistência técnica para produção agrícola e para o auxílio na comercialização dos seus produtos.

A agricultura familiar tem sido um setor importante no processo de diversificação agrícola no município de Ilhéus, principalmente através do fomento à fruticultura. As transformações que ocorreram nas avaliações das políticas públicas que passaram de uma visão centralizadora para uma valorização da visão cognitiva que valoriza a pluralidade das ideias nas suas construções é um dos aspectos sob os quais se destacam políticas públicas como o PAA.

A COOFASULBA encontrou como uma alternativa o PAA, uma política pública diferenciada que proporciona, em contexto de mudança de rumo nas estratégias do governo federal, a possibilidade de estimular, fortalecer e promover inclusão social dos agricultores familiares, outrora ignorados pelos governos municipal, estadual e federal.

O PAA firma-se enquanto uma política pública com potencialidade indutora do associativismo e da formação e de fomento de capital social entre os agricultores familiares, bem como as cooperativas por se inserirem neste novo cenário, inclusive propondo alternativas ao modelo de desenvolvimento tradicional da região, apresentando-se como

possibilidades de êxito da economia agrícola e por extensão da economia local como um todo, visto o nível de dependência do município de Ilhéus em relação à renda oriunda da agricultura.

Após análises desta pesquisa, concluiu-se como verdadeira a hipótese defendida neste trabalho de que o PAA em Ilhéus-BA, enquanto programa de política pública diferenciada, dentre outros objetivos, oferece oportunidade de acesso ao mercado para produtos provenientes da agricultura familiar, valoriza e fortalece este segmento social, interliga agricultores familiares e pessoas em situação de insegurança alimentar numa região monocultora, marcada por histórico de concentração de renda e desigualdades socioeconômicas. Observou-se, entretanto, que os dados coletados apontam que, sem o fomento por parte do governo federal através do PAA, os agricultores familiares não serão capazes de manter no curto prazo o nível de renda, ofertando seus produtos apenas no mercado tradicional e competitivo.

A mudança das condições de produção e comercialização no município de Ilhéus demonstra ser lenta. Não é fácil “quebrar” uma forma de pensar e agir característica do município e da região de um dia para o outro. A relação com o mercado tradicional não se mostrou positiva para os agricultores familiares, devido a uma série de fatores nos quais se destacam: o aspecto de informalidade nessas relações; grande incerteza no que diz respeito à comercialização dos produtos; e falta de infra-estrutura e de logística.

Corroboram para a confirmação desta hipótese da dependência do fomento pelo governo federal o pensamento dos agricultores familiares entrevistados e também as instituições beneficiárias e parceiras auscultadas nesta pesquisa quanto qual é a importância do PAA, com exceção da CONAB, que, embora exalte a importância do PAA, defende a ideia de que o mesmo deve ser uma política apenas de fomento à agricultura familiar.

Atendendo aos objetivos propostos nesta pesquisa, observou-se que quanto à existência de capital social na agricultura familiar no município de Ilhéus, foi constatado que o PAA exerce um papel de fomento tanto para a ampliação deste capital social, que embora exista, encontra-se de forma ainda tímida, devido a uma falta de maior articulação entre os agentes envolvidos. Outras barreiras também precisam ser superadas, dentre elas o baixo nível de escolaridade detectado entre os agricultores familiares e a falta de “tradição associativista”.

Proporcionar condições para que os filhos desses agricultores desenvolvam uma cultura associativista é fundamental para o fortalecimento e manutenção do capital social no município.

Constatou-se a existência de percentual significativo de agricultores familiares associados à COOFASULBA, que confiam nesta instituição, seguido pela confiança nas ações do governo federal, contrariamente ao percentual baixo de agricultores que confiam nos governos municipal e estadual, que se apresentam com índices muito baixos, principalmente neste último.

A avaliação realizada junto aos agricultores familiares entrevistados e também pelas instituições parceiras, bem como das instituições beneficiárias, parecem convergir, quanto ao papel do PAA para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, destacando-se o seu caráter de conseguir aglutinar, enquanto política pública específica, um número considerável de agricultores que passaram a acreditar na possibilidade da existência viável para geração de renda, bem como conseguiu ligar as duas pontas dessa política pública, que são de um lado os produtores de alimentos, inclusive incentivando-os quanto à diversificação da produção agrícola, e do outro as pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, que têm recebido alimentos com qualidade, produzidos no próprio município.

Esse pensamento pode ser sintetizado nas palavras do assessor técnico da COOFASULBA entrevistado nesta pesquisa, que afirmou: *“o PAA foi a salvação”*.

Embora o PAA, enquanto uma política pública diferenciada, tenha dado um impulso significativo para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, existem vários fatores limitantes que fogem à sua competência, e que são demandados pelos agricultores familiares associados à COOFASULBA, tais como: melhorias no transporte para escoamento da produção agrícola; melhorias na infra-estrutura e também na assistência técnica, dentre outros.

A COOFASULBA assume papel de destaque na agricultura familiar em Ilhéus, atuando em vários setores, como por exemplo: capacitação; processos gerenciais etc. Destaca-se também pelo seu pioneirismo na execução do PAA e por ser a única a desenvolver um projeto de verticalização da produção neste município, através da fábrica de achocolatado em pó, que, além de agregar valor aos seus produtos, pretende viabilizar aos agricultores familiares o ingresso no processo de modernização e adequação de pequenas unidades agroindustriais ao mercado competitivo; concomitantemente, procura fomentar a adesão de um número cada vez mais crescente de agricultores ao programa, estimulando o associativismo e a diversificação produtiva, ocupando um espaço deixado pelo poder público municipal.

Se por um lado, tanto a COOFASULBA (instituição) quanto o PAA (política pública) conseguiram colaborar para o fortalecimento do capital social na agricultura familiar em

Ilhéus, por outro lado, aumentam a dependência dos agricultores familiares associados a esta cooperativa em relação, tanto a própria COOFASULBA quanto ao PAA.

A questão a saber é se o PAA se expandirá e se transformará em uma política pública de caráter permanente, atendendo aos anseios dos agricultores familiares, ou se, uma vez negada essa possibilidade, conseguirão os agricultores familiares associados à COOFASULBA superar o grande desafio que é justamente fazer com que o capital social existente se fortaleça a ponto de diminuir ou eliminar a dependência elevada que os mesmos possuem tanto em relação à COOFASULBA quanto em relação ao PAA e consigam uma autonomia para assim atingirem um processo sustentável de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABICAB – Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados. **O potencial de mercado para chocolate no Brasil**, 2012.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA Fo., N. (orgs.). **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, R; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan/abr., 2005.

ABRÚCIO, Fernando *et al.* **Burocracia e Política no Brasil**. Editora FGV. 2011.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **O Debate em Tomo do Capital Social: Uma Revisão Crítica**. BIB, Rio de Janeiro, n.º 47, 1.º semestre de 1999, pp. 65-79

AFONSO, João M. **O Sabor Amargo do “Manjar dos Deuses”**: estudo sobre as formas de subordinação da pequena produção familiar ao capital na Mesorregião Sul Baiano. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1991.

ALBUQUERQUE, F. **Desarrollo económico local y descentralización em América Latina**. *Revista de la CEPAL*, 2004, abr., n. 82. p.157-171.

ALGER, K.; CALDAS, M. Cacau na Bahia – Decadência e Ameaça à Mata Atlântica. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 117, p. 28-35. jan./fev., 1996.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. São Paulo: Martins, 1969.

ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antônio Gramsci. In: ANDERSON, Perry et al. **A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. (Crítica Marxista) São Paulo: Joruês, 1986.

ANDRADE JÚNIOR, Remy Corrêa de. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM**, Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2010.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. Cooperativismo: uma resistência à exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 2, n. 19, dez., 2002. ISSN 15196186. Disponível em: <<http://espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm>>. Acesso em: 01 out. 2012.

ARENDT, H. **O conceito de poder**. In: HABERMAS, J (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980. p. 100-118.

ARTEAGA, Isabel Hernández. Educación Solidaria: construcción de convivência social. **Revista Cooperativismo &Desarrollo**, n. 94. Colômbia, jan.-jun. 2009.

ARTHMAR, R. Os estados unidos e a economia mundial no pós-primeira guerra. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29,2002,p.97-117.

ASMAR, Selem R. **Economia da Microrregião Cacaueira**. Itabuna-BA: AMURC, 1983.

BAIARDI, Amilcar. **Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia**. Salvador: Hucitec, 1983.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.

BASTOS, Fernando; GOMES, Aldenôr. **Introdução ao Programa de Aquisição de Alimentos:uma avaliação institucional**. 1º encontro da rede de estudos rurais. GT1 - A luta pela terra e a política fundiária 04 a 07 de julho de 2006, UFF, Niterói (RJ).

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. Tese (Doutoramento). Natal - RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

BEBBINGTON, A. **Capitals and Capabilities**. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agiculture and Regenerating Rural Economics, 1999, 54p.

BENATTO, João Vitoriano Azoli. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1994.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONOMA, Thomas V. Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. **Journal of Marketing Research**, v. XXII, May, 1985.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamentoMarxista**. Rio de Janeiro: Ed: Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp. 2007. Capítulos 1, 2 e 3.

BRASIL.LEI 5.764. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**,1971.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. **Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15 fev.2011.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 24. ed. Rio de Janeiro:Ed:Vozes, 2005.

BUARQUE, Sérgio C. Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Regional. **Cadernos de Ciências Sociais**, Editora Massangana, Recife, v.2, n. 2. jul./dez., 1986.

BULGARELLI, Waldirio. **Sociedades Comerciais.** São Paulo: Editora Atlas,1989.

_____. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica.** Rio de Janeiro: Renovar,1998. 338p.

_____. **O Kibutz e as Cooperativas Integrais. Ejidos-Kolkhoses.** São Paulo: Pioneira, 1966,109 p.

BRASIL. **Comitê Nacional para a Cúpula Mundial de Alimentação.** Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores; 1996. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dts/relatoriobras-CMA96.doc>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set., 2006.

_____. Sociedade Civil: Sua democratização para reforma do Estado. In:**Sociedade e Estado em Transformação.** p. 67-116. UNESP/ENAP, 1999.

_____. **Nação e sociedade civil na construção política do Estado.** Trabalho apresentado no 7o. Encontro da Associação Nacional de Ciência Política – ABCP, Recife, 4-7 de agosto de 2010.

BRESSER-PEREIRA; OREIRO, J. L. Keynesianismo vulgar e o Novo desenvolvimentismo.**Jornal Valor Econômico**, 05 fev. 2010.

BUAINAIN, A. M. et al.Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez., 2003, p. 232-347.

CALDEIRA, Clovis. **Multirão:** formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Nacional,1956.

CARNEIRO M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In:COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Orgs). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro : Mauad, 1999. p. 323-344.

CASTRO. T. **História Contemporânea: Estudos Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed: Freitas Bastos S.A., 1977.

CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino de. A importância do cooperativismo para a reforma agrária no Brasil. In: VARELLA, Marcelo Dias (org). **Revoluções no campo jurídico**. Joinville : Oficina da Comunicação, 1998. p. 267-289.

GRISA, Catia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.83-109, jan.–abr. e maio–ago., 2010.

GRISA, Catia. As ideias na produção de políticas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira (org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: CiradMauad,X, 2011.

CEPLAC – Divisão de Socioeconomia. **Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaicultura Baiana**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1979.

CEPLAC. **Nota Técnica**, 2009 – Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – Senado Federal. Disponível em: www.senado.gov.br/comissoes/.../ap20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf.

CHMIELEWSKA, Danuta, *et al.* **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao Mercado: Estudo de caso no estado de Sergipe**. IPEA, Brasília, 2010.

CHONCHOL, Jacques. **O Desafio Alimentar: a fome no mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de referência da II conferência nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, Julho de 2004.

COOFASULBA. **Cooperativa de desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia**, Ilhéus-Ba, 2013

COLEMAN, James, **Foundations of social theory**. Cambridge: Havard University Press, 1994. p. 993.

CORAZZA, Gentil; MARTINELLE Jr. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 10, n. 19, nov. 2002.

CORBI R. B.; MENEZES-FILHO N. A. **Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil**. Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A152.pdf>.

COSTA, Francisco Mendes. **Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana**. Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais; CPDA- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2012

COUTO, Vitor Athayde. O Território do Cacau no Contexto da Mundialização. **Bahia Análises e Dados**, Salvador-BA, SEI, v.9, n.4, p.38-52. 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Seleção e organização: Maya Takagi e Otavio Valentim Balsadi. MDA /Nead Brasília, 2007.

BATTAGLIA, Marta *et al.* **Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica**. Visão histórica da Segurança Alimentar e Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(1): 1-10, 2011

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, (12) 23: 49-63, 1º semestre, 2005.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial **R.RA'EGA**, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR.

DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” em: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DELGADO, G. da C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA.

DELGADO, Guilherme et al. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão n. 1145).

DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica Ajuste Externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio. (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2001.

_____. **O papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**, 2009.

_____. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola: provocações para um debate interrompido. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 14, abril de 2000.

_____. **Desenvolvimento Territorial:** articulação de políticas públicas e atores sociais. CPDA. R. J. 2007.

_____. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo. Palestra Mesa 1 – Desenvolvimento Rural no Nordeste do Brasil. **Seminário Nacional sobre a Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro**. Recife, 6 de novembro de 2002.

DEMETER, Paulo Roberto. Combatendo o desemprego na região cacauzeira da Bahia: o papel dos movimentos populares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 7, maio de 1997.

EVANS, P. Além da Monocultura Institucional: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, no 9, jan./jun., 2003, p. 20-63.

_____. **Collective capabilities, culture, and AmartyaSen's Development as Freedom, Studies in Comparative International Development**, 37(2), 2002, Symposium on Development as Freedom by AmartyaSen, p. 54-60. Arquivo eletrônico.

_____. O estado como problema e solução. São Paulo, **Lua Nova:- Revista de cultura e política**, n 28/29. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451993000100006&script=sci_arttext.

FAIRBAIRN, A.P. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá/Centro editorial e didático da UFBA, 1995.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **RBCS**, v. 20 no. 59 outubro/2005.

FAVARETO, Arilson. Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil - uma década de experimentações. 2008. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/03/15.pdf>

FERLINI, Vera Lúcia. **A Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Brancolina. **Constituição Vinte Anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços(poucos) e derrotas (muitas)**. Desenvolvimento rural 3. Políticas Sociais: acompanhamento e análise.

FILELLINI, A. **Economia de Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1990.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. Evolução econômica e institucional do setor primário no Brasil: Em direção ao desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, Jalcione (org.), **Políticas públicas e**

desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FREITAS, A. F. G. **Os donos dos frutos de ouro.** Dissertação (Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979.

FREITAS, Marcio Lopes de. Presidente da OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

FREY, Klaus, **Políticas públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. UFSC. 1997.

_____. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21. jun. 2000.

FUKUYAMA, F. **Confiança:** valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 17. ed., São Paulo: Nacional, 1980.

_____. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Mito do desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALVÃO, Claudia Andreoli. Capital social na redução da pobreza rural e territorialização da agricultura familiar. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Anais...** Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

GARCEZ, Angelina; FREITAS, Antônio F. G. de. **História Econômica e Social da Região Cacaueira.** Ilhéus, BA: CEPLAC/IICA, 1975 (Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira, v. 8).

GIL, Antônio C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Marcos Falcão. CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo. SENA, José Vladimir Cardoso. A Cadeia Produtiva do Cacau na Bahia: uma análise à Luz da Nova Economia Institucional. **Faculdades Cearenses em Revista**, Fortaleza, v.2, n.2, p. 55-68, jan./jun., 2010.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (Estudos Brasileiros, v. 24).

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e a agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. 8. ed., São Paulo: L&PM, 1987.

GRISA, Cátia. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e Questões para o Debate**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. OPPA/CPDA. Rio de Janeiro, julho de 2009.

GRISA, Catia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8 - n. 3, setembro de 2011 34.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2006.

HODGSON, G. M. What are institutions. **Jornal of Economic Issue**, v. XL n. 1 march, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 19. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda na agricultura. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio. **Distribuição de renda no Brasil. Organização**. IERJ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HIRSCHMANN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

LAILAW, A. F. **As cooperativas no ano 2.000**. Relatório da Aliança Cooperativa Internacional. ACI, apresentado no Congresso de Moscou 1980. Coleção Ato Cooperativo n.1.

LATOCHE, Serge. Contribution à l'histoire du concept de développement. In: COQUERYVIDROVITCH et al. **Porune histoire du développement**: Etats, sociétés, développement, Paris: L'Harmattan, 1998. p. 41-60.

LAVINAS, Lena. **Combinando o compensatório e redistributivo**: o desafio das políticas sociais no Brasil. Capítulo 19. Desigualdade e pobreza no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo19.pdf> Acesso em: 20 jan. 2012.

LEITE, S. P. et al. **Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural brasileiro**, 2008.

_____. Uma Análise do contexto institucional e do financiamento das políticas rurais. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia**: Temas estratégicos para formulação de políticas públicas. Salvador: SEPLAN, 2006.

_____. **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o Caso Brasileiro**, RJ, 2008.

_____. **Instituições Políticas, Processos Políticos e Resultados de Políticas no Brasil**, RJ, 2006.

_____. **Construção Legislativa do desenvolvimento sustentável no contexto do desenvolvimento**: sua “política” uma análise de dependências de caminho no Brasil e no México, RJ, 2009.

LIMA, Reginaldo Ferreira. **Direito Cooperativo Tributário**. São Paulo: Max Limonad, 1997. OCEMG, 1980, 155p.

LIMA NETO, Evaristo José de. **A noção de capital social e seu lugar na pauta de agências de desenvolvimento** Revista Ideas, v. 1, n. 1, p. 44-59, jun.-dez. 2007.

LOPES, Luís Carlos Barreto (org). **Catálogo do cooperativismo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cooperativa de Trabalho Instituto Victus, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

LUSTOSA, Frederico. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública da FGV**.

MAFRA, Luiz Antônio Stuaab. **O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar**: regulação de mercados e assistência alimentar em Belo Horizonte. Dissertação (

Pós- Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. 739 v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p.737-793.

MALUF, Renato Sérgio. “**Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico**”. Estudos, Sociedade e Agricultura, 2000.

_____. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr.2004.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, Renato Sérgio; ZIMMERMANN, Silvia A. **Políticas municipais de erradicação da fome e promoção da agricultura familiar no Brasil**. CERESAN – Relatórios Técnicos, 1 Dezembro - 2005)

MARINHO, Pedro Lopes. **O Estado e a Economia Cacaueira da Bahia**. Ilhéus-BA, 2008.

MARSH; OLSEN “Neo-institucionalismo: fatores organizacionais da vida política”, **Revista de Sociologia e Política**, 16(31); 121-142, 2006.

MARTINS, Paulo Emílio et al. **Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo**. Editora FGV, 2006.

MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. 2. ed. São Paulo: LECH,1981a (Coleção Brasil Ontem e Hoje, nº 36).

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981b.

_____. **Não há Terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, Rafael D’Almeida et al. A gestão do desenvolvimento local no Brasil:(des)articulação de atores, instrumentos e território. **FGV Revista de Administração - rap** — Rio de Janeiro 44(3):559-90, maio/jun. 2010.

MARX, Karl. “Classes sociais e contradições de classe”.In: IANNI, Octavio (Org). **Marx. Sociologia**.Florestan Fernandes (Coord.) São Paulo: Ática,1996.

MASSARDIER, Gilles. Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira (org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: CiradMauad X, 2011.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do WelfareState no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 852).

MELO, Marcus André B. C. de. "Anatomia do fracasso: intermediações de interesses e reforma das políticas sociais na Nova República", **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 36, nº. 1, 1993, p. 119-163.

MENEZES, José Alexandre de Souza; CARMO-NETO, Dionísio. **A modernização do agribusiness cacau**. Fundação Centro de Projetos e Estudos (BA), Salvador, 1993.

MESQUITA, Augusto Sávio. **Cooperativismo, cacauicultura e crise: uma análise da COOPERCACAU central no contexto do "agribusiness" do cacau na Bahia**, Ed. UFBA, 1998.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV Conferência Regional ISTR-LAC San José**, Costa Rica 8-10 de outubro de 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA / ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA **Plano Executivo para Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região cacauera do Estado da Bahia** – Brasília, DF, 2007.

MOREIRA, F.C. P. **Capital Social como fator de Sustentabilidade das Cooperativas Agroindustriais, Estudo de caso**. Poster. Rio Branco: Sober, 2008.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MULS, Leonardo Marco. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais**. **Economia**, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1-21, jan/abr. 2008.

MIYAZAKI, Juliane et al. **Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná**. Resultados Preliminares do Projeto: Gestão das Unidades Artesanais do Edital CNPq 032 2004 do Ministério da Ciência e Tecnologia., vinculado a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIOESTE e ao NUPEACE.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NEVES, Ângela Vieira. Espaços públicos e práticas políticas: os riscos de despolitização da participação da sociedade civil. II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. **Anais...** 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 1982-4602

NOIA, Angye Cássia. **A construção do desenvolvimento local no município de Ilhéus-BA: uma análise das alternativas de desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau**. Tese submetida (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais; CPDA- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2012.

NORTH, Douglass C. A Nova Economia e Desenvolvimento Econômico. In: **Instituições e Teoria Econômica**. Washington University, St. Louis, 1992.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. 38 p.

OCB, SESCOOP. **Cooperativismo**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/index.asp>. Acesso em: 16 fev. 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas. Uma Abordagem Prática**. 2. ed. São Paulo: Ed: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **A Força do Cooperativismo**. Disponível em: [http://www.cooperativa.com.br/estatística sobre cooperativas.html](http://www.cooperativa.com.br/estatística_sobre_cooperativas.html)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. **Sistema Cooperativista Brasileiro: dados consolidados de 2008**. mar. 2009. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>. Acesso em: 10 ago. 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Instituto Polis, março 2001, 29 p. Arquivo eletrônico.

_____. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

PASSADOR, João Luiz et al. **Capital Social e Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Abordagem Sistêmica da Verticalização da Agricultura Familiar**. XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 7 a 9 de novembro de 2005.

PERIUS, Virgílio. Em busca de uma legislação adequada. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Ciclo de Debates: Autogestão, Associativismo e cooperativismo**. Belo Horizonte, 1995, 94 p.

_____. (org). “Cooperativas de trabalho. Manual de organização.” **Revista Perspectiva Econômica**, Série cooperativismo –RS: Unisinos, 1997. 223 p.

PERIUS, V.; SCHMIDT, D. **Cooperativismo e Cooperativa**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O pensamento cooperativista e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1982.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação. As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 2. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985 (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 19).

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**; colônia. 20. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. **História Econômica do Brasil**. 35. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987b.

PROGRAMA FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**, 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro - RJ: FGV, 2000.

_____. Social Capital Measurement and Consequences. *Isuma - Canadian Journal of Policy Research*, v. 2, n. 1, Spring/Printemps, 2001. [http://www.isuma.net/index_e.shtml]

RANGEL, Jefferson F. **CEPLAC/Cacau**; ano 26. Brasília: IICA, 1982 (Desenvolvimento Institucional, n.º 16).

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, A Empresa do Século XXI. Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: Ed. Ltr, 2000.

RIZEK, Cibele Saliba Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. DAGNINO (org.) São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

ROCHA, A. G. P. et al. **Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia**: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. 2009.

ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate a pobreza**. ActionAid, 2002.

_____. **Redes de política na trajetória do setor público agrícola brasileiro**. CPDA/UFRRJ, 2007.

_____. **Política nas políticas – Um olhar sobre a agricultura brasileira**, EdurMauad X, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ROMANO, J. O. Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira (org.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: CiradMauad X, 2011.

SALANEK, Pedro Filho. **Princípios do Cooperativismo**. Curitiba: Veraz, 2006.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTANA, S. O. de et al. 2003. **Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus, Bahia, Brasil**. Ilhéus, CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico n. 186. 44p.

SACHS, Ignacy, **Brasil rural**: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

SCHAUM, Nicolau. Agricultura familiar é questão estratégica para o Brasil. In: EPAMIG - **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.30, n.250, maio/jun. 2009.

SCHIMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.

SCHNEIDER, José Odelson. **A educação cooperativa e suas praticas**. Brasília: São Leopoldo: SESCOOP. Ed. Unisinos, 2003.

_____. **A identidade cooperativa**. Valores, princípios e métodos do cooperativismo inspirados em Rochdale. São Leopoldo. PPGSA/IHU. Unisinos, 2004.

_____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, José Odelson, Coord. **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente : o caso brasileiro.In: LOUREIRO, Maria Rita (org.) **Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Costez,1981.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SE.**Superintendência Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Disponível em:<http://www.sei.ba.gov.br/munsintese/index.wsp?tmp.cbmun.mun=2913606>.

SEIBEL,J.Erni. Estado e instituições públicas :caso do cooperativismo.**Perspectiva econômica**,v.29, n.84. Série Cooperativismo, n.35.1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; Salanek, Pedro Filho. **Capital Social e Cooperativismo no Processo de Desenvolvimento Sustentável Local**: Teorias e Aplicações ao Caso da Cooperativa Bom Jesus - Lapa/PR. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego. Diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto,1998.

_____. Cooperativismo e Sindicatos no Brasil. CUT. **Seminário regional economia solidária e sindalismo**. 04/05.08.1999, Florianópolis. Escola Sul-CUT.

_____. **Uma utopia militante.Repensando o socialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 182 p.

_____. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979 (Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas).

_____. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento; o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHMITT, Claudia. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, abr./mai./jun de 2005.

_____. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar da base ecológica. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5, n.2, p. 7-13, junho de 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA SETTE, A. T. M. de; SOUZA SETTE, R. de; SOUZA, M. S. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. XLIII CONGRESSO DA SOBER. **Anais...**Ribeirão Preto: SOBER, 2005. CD-ROM.

THODARSON, Bruce. **As cooperativas e o Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, Aliança Cooperativa Internacional, sd, 11 p.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, Democracia e Administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VALENTE, F.L.S. **Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 272 p.

_____. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.51-60, jan-jun., 2003.

VARGENS, Fernando. chefe da unidade de Itabuna do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – em *A Saga do Cacau*. Entrevista **Gazeta Mercantil**, 12/04/95.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo Nova Abordagem Sócio-Jurídica**. Ed : Juruá. Curitiba, 2004.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, 1998.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil; período colonial, monarquia e república**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

WAQUIL, Paulo D. Políticas agrícolas e agrárias: A experiência brasileira. In: ALMEIDA, Jalcione (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e Moçambique**. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WARREN, Ilse Scheren. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Florianópolis : Ed : UFSC (Série Didática), 1989.

_____. **Redes de movimento sociais**. São Paulo: Ed Loyola, 1993.

_____. **Cidadania sem fronteiras ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WESZ JUNIOR, W. J. Agricultura familiar brasileira frente as transformações do sistema agroalimentar contemporâneo: a estratégia de verticalização da produção. **Cadernos de Economia**, - Curso de Ciências Econômicas – Unochapecó Ano 12, n. 23, jul./dez., 2008.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFLA**, v. 01, n. 1, p.34-41, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 104-112, 2004.

_____. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 43-50, jan-jun., 2003.

YIN, R. **Case study research**. 3ª ed., London: Sage Publications, 2001.

ZIMMERMANN, S. A. A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o programa de aquisição de alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. In: **IV Congresso Internacional de la Red Sal**, Mar del Plata, 2008.

ZUGAIB, A. C. C. **Mudanças cambiais e o efeito de fatores de crescimento ou declínio das receitas de exportações brasileiras de cacau em amêndoas**. Bahia Agrícola, 2008.

ANEXOS

A- Roteiro de entrevista com os agricultores familiares

B-Questionário – instituições beneficiárias

C-Questionário – instituições parceiras: CEPLAC, BNB, EBDA, SEBRAE, CAR, CONAB, INCRA E COMAS

D-Roteiro semi-estruturado da entrevista - CONAB

E- Roteiro semi-estruturado entrevista – CONDECORI

F- Roteiro semi-estruturado entrevista – COOFASULBA

Anexo A - Roteiro de entrevista com os agricultores familiares

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Endereço: _____

4. Sexo: Masculino () Feminino ()

5. Estado Civil:
 () Solteiro
 () Casado
 () Separado
 () Divorciado
 () Outra _____

6. Qual a sua religião?
 () Católica
 () Evangélico
 () Espírita
 () Candomblé
 () Outra _____

7. Quantos membros possui sua família?
8. Qual sua escolaridade?
9. Qual o tamanho da propriedade?
10. Há quanto tempo aderiu ao PAA?
11. Como conheceu o PAA?

12. Como o Sr(a) avalia o PAA:

 () Excelente
 () Muito bom
 () Bom
 () Regular
 () Ruim
 () péssimo

13. Qual o aspecto **MAIS POSITIVO** do PAA?

14. Qual o aspecto **MAIS NEGATIVO** do PAA?

15. O Sr(a) recebe assistência técnica de qual instituição?
 () COOFASULBA

- ☐ CEPLAC
- ☐ EBDA
- ☐ Outro_____

16. A assistência técnica recebida é?

- ☐ Excelente
- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ péssimo

17. O Senhor(a) passou a receber assistência técnica ou adotou novas tecnologias após a adesão ao PAA?

18. Quais os produtos que o senhor(a) produz? por ordem de importância (quantidade)

19. A quem o senhor entrega seus produtos?

- ☐ Apenas a COOFASULBA
- ☐ a outros

20. Como o senhor transporta o seu produto?

21. Onde o senhor(a) vendia seus produtos antes de aderir ao PAA?

22. O senhor percebeu alguma mudança no preços pagos aos seus produtos?

23. Após a adesão ao PAA o senhor diversificou ou ampliou sua produção?

24. O COOFASULBA estimula a diversificação agrícola em sua propriedade? Se sim quais produtos?_____

25. Qual a Importância da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus?

- ☐ Muito Importante
- ☐ Importante
- ☐ Regular
- ☐ Pouco Importante
- ☐ Não tem importância

26. Qual a maior contribuição que a COOFASULBA dá a agricultura familiar em Ilhéus?

27. Qual Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus?

28. O senhor(a) é assistido por algum programa de renda do governo federal?

- ☐ Bolsa Família
- ☐ Auxílio Gás
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Pensão
- ☐ Cartão Alimentação
- ☐ Programa de erradicação da pobreza (PETI)
- ☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)

29. O senhor é cliente de algum Banco?_____
30. Qual a Renda média mensal?_____
31. Existe outra fonte de renda além da agricultura familiar?_____
32. Quais dos bens abaixo possui?
- () telefone fixo
 - () celular
 - () televisor
 - () Microcomputador
 - () Rádio
 - () Geladeira
 - () Fogão
 - () carro
 - () Moto
 - () Caminhão
 - () Trator
33. O Senhor (a) sente-se feliz sendo um agricultora(a)?
34. Participa de algum partido político? ()Sim_____ ()Não_____
35. Se sim, há quanto tempo
- () Menos de 1 ano
 - () Entre 1 e 5 anos
 - () Mais de 5 anos
36. Participa de alguma associação? ()Sim_____ ()Não_____
37. Se sim, há quanto tempo
- () Menos de 1 ano
 - () Entre 1 e 5 anos
 - () Mais de 5 anos
38. Confia na reciprocidade de ajuda dos vizinhos (troca de favores)
- () totalmente
 - () Muito
 - () Pouco
 - () Não confia
39. Confia na atuação da COOFASULBA?
- () totalmente
 - () Muito
 - () Pouco
 - () Não confia
40. Confia no governo municipal (prefeitura)?
- () totalmente
 - () Muito

- () Pouco
() Não confia
41. Confia no governo estadual?
() totalmente
() Muito
() Pouco
() Não confia
42. Confia no governo federal
() totalmente
() Muito
() Pouco
() Não confia
43. Participa de atividades religiosas ou comunitárias? () Sim _____ () Não _____
() totalmente
() Muito
() Pouco
() Não confia
44. Qual a instituição que você mais confia? _____
45. Seus pais possuem tradição na agricultura familiar? () SIM () NÃO
46. Seus filhos permanecerão na agricultura familiar
() Todos
() Alguns
() Não

Anexo B - Questionário – instituições beneficiárias

Nome da instituição: _____

Dados pessoais do responsável pelas respostas:

Nome: _____ **Cargo**
o/função: _____

1. Como sua instituição tomou conhecimento do PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA em Ilhéus?
2. Qual o grau de conhecimento que sua instituição possui sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA?
☐ Muito Alto
☐ Alto
☐ Regular
☐ Baixo
☐ Muito Baixo
3. O Sr(a) acredita que quais fatores levaram à criação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus?
4. O Sr(a) acredita que o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA seja?
☐ Política Pública para agricultura Familiar
☐ Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional
☐ As duas Anteriores
☐ Nenhuma das respostas anteriores
☐ Outro: _____
5. Como o Sr(a) avalia o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA:
☐ Excelente
☐ Muito bom
☐ Bom
☐ Regular
☐ Ruim
☐ péssimo
Espaço livre para comentários: _____
6. Qual a importância do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA para sua Instituição?
☐ Muito Importante
☐ Importante
☐ Regular
☐ Pouco Importante
☐ Não tem importância
Espaço livre para comentários: _____

7. Qual o aspecto **MAIS POSITIVO** do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA?
8. Qual o aspecto **MAIS NEGATIVO** do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA?

Sobre a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA.

9. Como o Sr(a) avalia a participação da COOFASULBA junto a agricultura familiar em Ilhéus?
- () Excelente
 - () Muito boa
 - () Boa
 - () Regular
 - () Ruim
 - () péssima
- Espaço livre para comentários: _____
10. Como o Sr(a) avalia a participação da COOFASULBA na execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA em Ilhéus?
- () Excelente
 - () Muito bom
 - () Bom
 - () Regular
 - () Ruim
 - () péssimo
11. Qual o aspecto **mais POSITIVO** da COOFASULBA?
12. Qual o aspecto **mais NEGATIVO** da COOFASULBA?
13. Qual a relação de sua instituição com a COOFASULBA?
14. A parceria entre sua instituição com a COOFASULBA é?
- () Excelente
 - () Muito boa
 - () Boa
 - () Regular
 - () Ruim
 - () péssima
- Espaço livre para comentários: _____
15. Qual a Importância da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus?
- () Muito Importante
 - () Importante
 - () Regular
 - () Pouco Importante
 - () Não tem importância
- Espaço livre para comentários: _____

16. Qual a **MAIOR** contribuição da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus?

17. Qual Instituição é **MAIS IMPORTANTE** para a agricultura familiar em Ilhéus?

18. Para o Sr(a) existe uma **REDE SOCIAL** na agricultura familiar em Ilhéus?

☐ SIM

☐ Não

19. Se sim, ela é:

☐ Muito Forte

☐ Forte

☐ Moderada

☐ Fraca

☐ Muito Fraca

Espaço livre para comentários:_____

20. Qual a **QUALIDADE** dos produtos fornecidos pela COOFASULBA?

☐ Excelente

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Regular

☐ Ruim

☐ péssima

Espaço livre para comentários:_____

21. Qual a **REGULARIDADE** da entrega dos produtos pela COOFASULBA?

☐ Excelente

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Regular

☐ Ruim

☐ péssima

Espaço livre para comentários:_____

22. A **QUANTIDADE** de produtos entregues pela COOFASULBA é suficiente?

☐ Sim

☐ Não

Espaço livre para comentários:_____

23. A **VARIEDADE** de produtos entregues pela COOFASULBA é satisfatória?

☐ Sim

☐ Não

Espaço livre para comentários:_____

24. Existe algo que poderia **MELHORAR** nos produtos entregues pela COOFASULBA?

25. A sua instituição recebe doações de alimentos da agricultura familiar de outras instituições?

- () Sim
- () Não

26. Se sim, qual (ais)? _____

27. Qual a importância da parceria entre a COOFASULBA e sua instituição?

- () Muito Importante
- () Importante
- () Regular
- () Pouco Importante
- () Não tem importância

Espaço livre para comentários: _____

28. Quantas pessoas são atendidas pela sua instituição? _____

Espaço Livre para comentários finais _____

Anexo C - Questionário – instituições parceiras: CEPLAC, BNB, EBDA, SEBRAE, CAR, CONAB, INCRA E COMAS

Instituição:_____

Dados do responsável pelas respostas:

Nome:_____ **Cargo/Função:**_____

1. Quando e como sua instituição tomou conhecimento do PAA no município de Ilhéus-Ba?
2. Qual o papel da sua instituição junto a agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-Ba?
3. Qual a percepção da sua instituição quanto à importância dada ao PAA pelos agricultores familiares do município de Ilhéus-Ba?
4. Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pela sua instituição junto a agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba?
5. O Sr (a) acredita que o que levou a criação do PAA em Ilhéus?
6. Como o Sr (a) avalia o PAA no município de Ilhéus-Ba?
() Excelente
() Muito bom
() Bom
() Regular
() Ruim
() péssimo
Espaço livre para comentários:_____
7. Qual o aspecto **MAIS POSITIVO** do PAA no município de Ilhéus-Ba?
8. Qual o aspecto **MAIS NEGATIVO** do PAA no município de Ilhéus-Ba?
9. Para a sua instituição, qual a importância do PAA para a agricultura familiar em Ilhéus?

Sobre A Cooperativa De Desenvolvimento Sustentável Da Agricultura Familiar Do Sul Da Bahia – Coofasulba.

10. Como o(a)Sr(a) avalia a participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus?
() Excelente
() Muito boa

- () Boa
- () Regular
- () Ruim
- () péssima

Espaço livre para comentários:_____

11. Na sua opinião, qual o aspecto **MAIS POSITIVO** da COOFASULBA em relação ao PAA?

12. Na sua opinião, qual o aspecto **MAIS NEGATIVO** da COOFASULBA em relação ao PAA?

13. Como se desenvolve a relação da sua instituição com a COOFASULBA?

14. A parceria entre sua instituição com a COOFASULBA é:

- () Excelente
- () Muito boa
- () Boa
- () Regular
- () Ruim
- () péssima

Espaço livre para comentários:_____

15. Qual a Importância da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus?

- () Muito Importante
- () Importante
- () Regular
- () Pouco Importante
- () Não tem importância

Espaço livre para comentários:_____

16. Qual a maior contribuição que a COOFASULBA dá a agricultura familiar em Ilhéus?

17. Qual Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus?

18. Como a sua instituição percebe o ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-Ba?

19. Espaço Livre para comentários finais_____

Anexo D - Roteiro semi-estruturado da entrevista - CONAB

Dados do responsável pelas respostas:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

1. Quando e como a CONAB implantou o PAA no Estado da Bahia?
2. Quando e como a CONAB implantou o PAA no município de Ilhéus-Ba?
3. Quais atividades foram realizadas pela CONAB no período de implantação do PAA no município de Ilhéus-Ba?
4. Quais atividades a CONAB realizou ou realiza para promover/executar o PAA no município de Ilhéus-Ba?
5. Qual a percepção da CONAB quanto à importância dada ao PAA pelos agricultores familiares do município de Ilhéus-Ba?
6. Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pela CONAB para execução do PAA no município de Ilhéus-Ba?
7. A Sr^a acredita que quais fatores levaram (facilitaram) a criação do PAA em Ilhéus?
8. Como a Sr^a avalia o PAA no município de Ilhéus-Ba?
() Excelente
() Muito bom
() Bom
() Regular
() Ruim
() péssimo
Espaço livre para comentários:
9. Qual o aspecto mais positivo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
10. Qual o aspecto mais negativo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
11. Quais os montantes de recursos anuais destinados ao PAA na Bahia desde o período de sua implantação?
12. Quais os montantes de recursos anuais destinados ao PAA em Ilhéus (por instituição e o total) desde o período de sua implantação?
13. Quais as quantidades de contratos anuais firmados junto aos em Ilhéus desde o período de sua implantação?
14. Quantas instituições fazem parte do PAA em Ilhéus (beneficiárias e beneficiadas, se possível nominais)?

15. Quantos estabelecimentos rurais são atendidos pelo PAA em Ilhéus (se possível com os respectivos tamanhos das áreas)?
16. Quantos agricultores familiares são atendidos pelo PAA em Ilhéus (se possível dados anuais desde a implantação do PAA)?
17. Para a CONAB, qual a importância do PAA para a agricultura familiar em Ilhéus?

Sobre a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA.

18. Como a Sr^a avalia a participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus?
- () Excelente
 - () Muito boa
 - () Boa
 - () Regular
 - () Ruim
 - () péssima
- Espaço livre para comentários:
19. Na sua opinião, qual o aspecto **MAIS POSITIVO** da COOFASULBA em relação ao PAA?
20. Na sua opinião, qual o aspecto **MAIS NEGATIVO** da COOFASULBA em relação ao PAA?
21. Como se desenvolve a relação da CONAB com a COOFASULBA?
22. A parceria entre CONAB com a COOFASULBA é:
- () Excelente
 - () Muito boa
 - () Boa
 - () Regular
 - () Ruim
 - () péssima
- Espaço livre para comentários:
23. Qual a Importância da **COOFASULBA** para a agricultura familiar em Ilhéus?
- () Muito Importante
 - () Importante
 - () Regular
 - () Pouco Importante
 - () Não tem importância
- Espaço livre para comentários:
24. Qual a **MAIOR CONTRIBUIÇÃO** que a COOFASULBA dá a agricultura familiar em Ilhéus?

25. Qual Instituição é **MAIS IMPORTANTE** para a agricultura familiar em Ilhéus?
26. Como a Conab percebe o **AMBIENTE INSTITUCIONAL** do PAA no município de Ilhéus-Ba? Existe uma rede formada? Se sim, como a Sr^a a descreve?
27. A Sr^a acredita que o PAA é ou pode ser um vetor de fomento para o desenvolvimento da Agricultura familiar em Ilhéus?
28. Sr^a. acredita que o PAA é importante para formação/fortalecimento do **CAPITAL SOCIAL** em Ilhéus?
29. Espaço Livre para comentários finais

Anexo E- Roteiro semi-estruturado entrevista - CONDECORI

Dados do responsável pelas respostas:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

1. Quando e como o CONDECORI tomou conhecimento do PAA no município de Ilhéus-Ba?
2. Qual o papel do CONDECORI junto a agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-Ba?
3. Qual a percepção do CONDECORI quanto à importância dada ao PAA para os agricultores familiares do município de Ilhéus-Ba?
4. Como o CONDECORI percebe a importância que os agricultores familiares dão ao PAA em Ilhéus?
5. Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pelo CONDECORI junto à agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba?
6. O Sr(a) acredita que o que levou a criação do PAA em Ilhéus?
7. Como o senhor(a) avalia o PAA no município de Ilhéus-Ba?
() Excelente
() Muito bom
() Bom
() Regular
() Ruim
() péssimo
Espaço livre para comentários: _____
8. Qual o aspecto mais positivo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
9. Qual o aspecto mais negativo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
10. Para o CONDECORI, qual a importância do PAA para a agricultura familiar em Ilhéus?

Sobre a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA.

11. Como o senhor(a) avalia a participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus?
() Excelente

- () Muito boa
- () Boa
- () Regular
- () Ruim
- () péssima

Espaço livre para comentários:_____

12. Na sua opinião, qual o aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA?

13. Na sua opinião, qual o aspecto mais negativo da COOFASULBA em relação ao PAA?

14. Como se desenvolve a relação do CONDECORI com a COOFASULBA?

15. A parceria entre CONDECORI com a COOFASULBA é:

- () Excelente
- () Muito boa
- () Boa
- () Regular
- () Ruim
- () péssima

Espaço livre para comentários:_____

16. Qual a Importância da COOFASULBA para a agricultura familiar em Ilhéus?

- () Muito Importante
- () Importante
- () Regular
- () Pouco Importante
- () Não tem importância

Espaço livre para comentários:_____

17. Qual a maior contribuição que a COOFASULBA dá a agricultura familiar em Ilhéus?

18. Qual Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus?

19. Como a COOFASULBA percebe o ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-Ba?

Espaço Livre para comentários finais_____

Anexo F - Roteiro semi-estruturado entrevista - COOFASULBA

Dados do responsável pelas respostas:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

1. Quando e como a COOFASULBA tomou conhecimento do PAA no município de Ilhéus-Ba?
2. Qual o papel a COOFASULBA junto à agricultura familiar e especialmente em relação ao PAA no município de Ilhéus-Ba?
3. Qual a percepção da COOFASULBA quanto à importância dada ao PAA para os agricultores familiares do município de Ilhéus-Ba?
4. Como a COOFASULBA percebe a importância que os agricultores familiares dão ao PAA em Ilhéus?
5. Quais as parcerias institucionais desenvolvidas pelo a COOFASULBA junto à agricultura familiar no município de Ilhéus-Ba?
6. O Sr(a) acredita que o que levou a criação do PAA em Ilhéus?
7. Como o senhor(a) avalia o PAA no município de Ilhéus-Ba?
() Excelente
() Muito bom
() Bom
() Regular
() Ruim
() Péssimo
Espaço livre para comentários: _____
8. Qual o aspecto mais positivo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
9. Qual o aspecto mais negativo do PAA no município de Ilhéus-Ba?
10. Para aCOOFASULBA, qual a importância do PAA para a agricultura familiar em Ilhéus?

Sobre a Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia – COOFASULBA.

11. Como o senhor(a) avalia a participação da COOFASULBA na execução do PAA em Ilhéus?
() Excelente
() Muito boa
() Boa

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Péssima

Espaço livre para comentários:_____

12. Na sua opinião, qual o aspecto mais positivo da COOFASULBA em relação ao PAA?

13. Na sua opinião, qual o aspecto mais negativo da COOFASULBA em relação ao PAA?

14. Como se desenvolve a relação da COOFASULBA com os parceiros institucionais?
Classifique-as em:

☐ Excelente

☐ Muito boa

☐ Boa

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Péssima

Espaço livre para comentários:_____

15. Qual a Importância da Coofasulba para a agricultura familiar em Ilhéus?

☐ Muito Importante

☐ Importante

☐ Regular

☐ Pouco Importante

☐ Não tem importância

Espaço livre para comentários:_____

16. Qual a maior contribuição que a Coofasulba dá a agricultura familiar em Ilhéus?

17. Qual Instituição é mais importante para a agricultura familiar em Ilhéus?

18. Como A COOFASULBA percebe o ambiente institucional do PAA no município de Ilhéus-Ba?

19. Espaço Livre para comentários finais_____